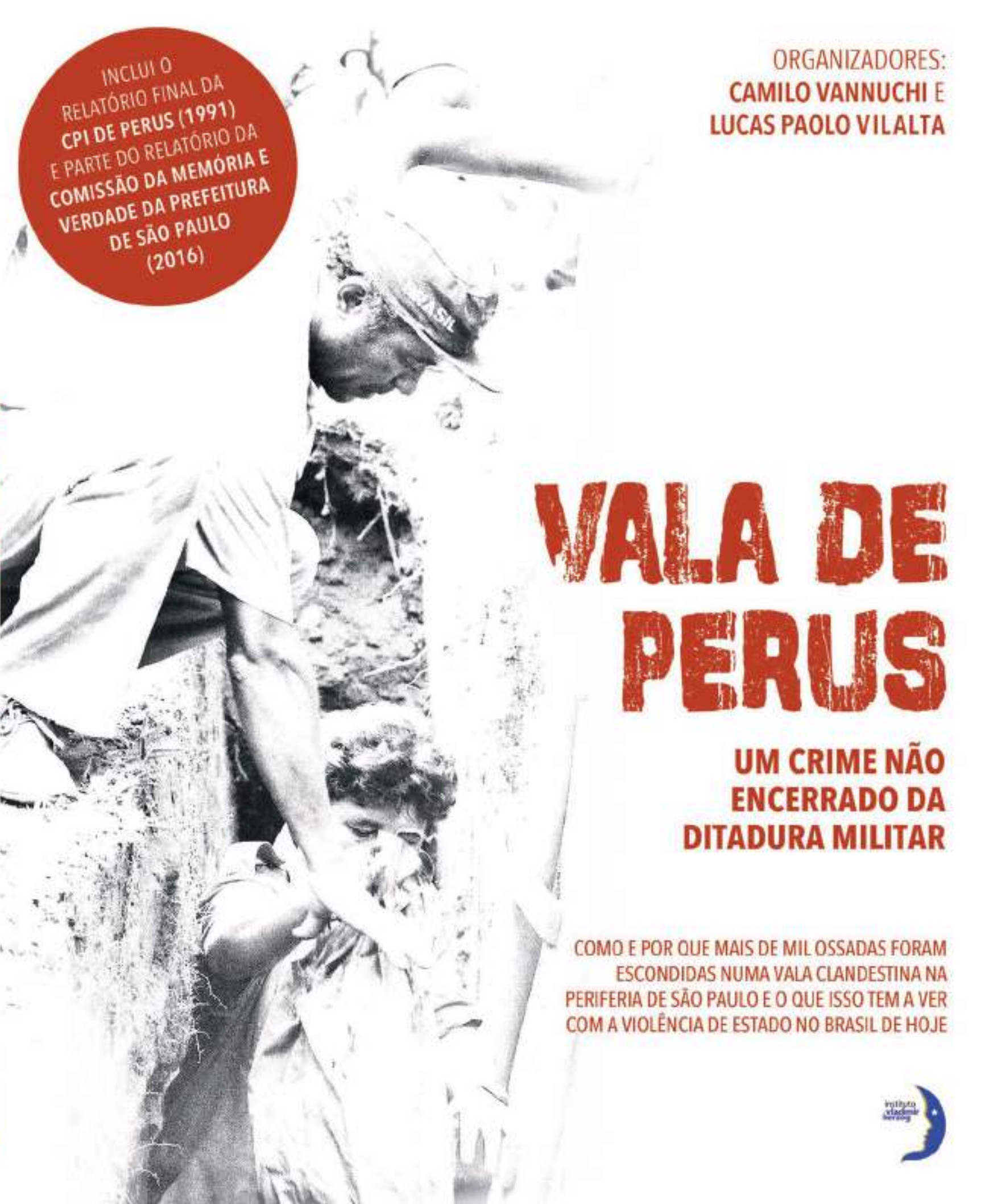




INCLUI O
RELATÓRIO FINAL DA
CPI DE PERUS (1991)
E PARTE DO RELATÓRIO DA
COMISSÃO DA MEMÓRIA E
VERDADE DA PREFEITURA
DE SÃO PAULO
(2016)

ORGANIZADORES:
CAMILO VANNUCHI E
LUCAS PAOLO VILALTA

VALA DE PERUS

UM CRIME NÃO
ENCERRADO DA
DITADURA MILITAR

COMO E POR QUE MAIS DE MIL OSSADAS FORAM
ESCONDIDAS NUMA VALA CLANDESTINA NA
PERIFERIA DE SÃO PAULO E O QUE ISSO TEM A VER
COM A VIOLÊNCIA DE ESTADO NO BRASIL DE HOJE

**VALA DE
PERUS**

CAMILO VANNUCHI E LUCAS PAOLO VILALTA (ORGANIZADORES)

VALA DE PERUS

**UM CRIME NÃO
ENCERRADO DA
DITADURA MILITAR**



Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Camilo Vannuchi e Lucas Paolo Vilalta

IGIL – Indústria Gráfica Itu

Camilo Vannuchi

Marcelo Vigneron

Salvine Maciel

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Instituto Vladimir Herzog
R. Duarte, 283 – Sumaré
CEP 01256-030 – São Paulo - SP
Tel. (11) 2894-6650
www.vladimirherzog.org
facebook.com/institutovladimirherzog
instagram.com/vladimirherzog

***Fica registrado que os crimes contra a
liberdade serão sempre descobertos.***

Inscrição no marco de memória
construído no Cemitério Dom Bosco

Instituto Vladimir Herzog

Clarice Herzog
Presidente

Ivo Herzog
Presidente do Conselho

Rogério Sottili
Diretor Executivo

Isabel de Barros Rodrigues
Assessora especial

Memória, Verdade e Justiça

Lucas Paolo Vilalta
Veronica Tavares de Freitas
Débora Rocha Pontes

Comunicação

Carolina Vilaverde
Lucas Barbosa
Franklin Ferreira
Carol Baggio

Educação em Direitos Humanos

Ana Rosa Abreu
Hamilton Harley

Jornalismo e Liberdade de Expressão

Giuliano Galli

Administrativo

Sandra Faé
Maria Cristina Berger

Prefeitura de São Paulo

Bruno Covas
Prefeito

Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

Claudia Carletto
Secretária

Juliana Felicidade Armede
Secretária Adjunta

Luiz Orsatti Filho
Chefe de Gabinete

Equipe de Educação em Direitos Humanos e Direito à Memória e à Verdade

Coordenadores

Mansur Bassit
Cassio Rodrigo de Oliveira Silva
Renata Mie Garabedian

Assessoras

Tayná Rodrigues Salviano
Sophia Felix Medeiros
Vera Velozo

Este projeto contou com o apoio de emenda parlamentar do mandato da vereadora Juliana Cardoso

Sumário

Uma história de violência que precisa ser conhecida · *Rogério Sottili* 09

Compromisso com os Direitos Humanos · *Ana Claudia Carletto* 12

Preservar a memória e buscar a verdade · *Cássio Rodrigo de Oliveira Silva e Mansur Abunasser Bassit* 14

1. A abertura 17

Caco Barcellos: “Fiquei chocado e me dei conta da dimensão que aquilo tinha” · *Camilo Vannuchi* 30

2. A origem 39

Toninho, o homem que procurava · *Camilo Vannuchi* 49

3. O inquérito 53

CPI Perus/Desaparecidos Políticos · Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em 1991 64

4. Primeiras análises 101

Vala clandestina: passado, presente, futuro · *Jéssica Moreira* 111

5. A luta por verdade e justiça 119

Desaparecimento e Ocultação de Cadáveres: violações aos direitos humanos nos cemitérios de São Paulo 131

6. A retomada 163

Direito à identidade: cenas de uma história por fechar · *Carla Borges e Clara Castellano* 179

7. Os desaparecidos que reapareceram 187

Memória, verdade e justiça para transformar a cultura de violência em nosso país · *Rogério Sottili e Lucas Paolo Vilalta* 198

8. Violência de Estado hoje 205

Brasil: um laboratório do desaparecimento · *Fábio Luís Ferreira Nóbrega Franco*..... 215

Uma história de violência que precisa ser conhecida

Rogério Sottili¹

A ocultação deliberada de mais de mil ossadas na vala de Perus é um desses episódios monstruosos da história recente do Brasil, tais como o genocídio de milhares de pessoas na colônia psiquiátrica de Barbacena (MG), a prática criminosa de tocar fogo em aldeias indígenas, o massacre do Carandiru, ou o genocídio de mais de quinhentos civis nos chamados crimes de maio de 2006.

Essas histórias reais, que nenhum autor de ficção seria capaz de inventar com tamanha crueldade, precisam ser lidas e contadas, hoje e sempre. Não apenas para que tais atrocidades nunca mais aconteçam, mas principalmente para que deixem de se repetir, nos casos em que nem o tempo nem a Justiça foram capazes de derrotá-las.

Registrar fatos ainda obscuros de violência de Estado e outras violações de direitos, de ontem e de hoje, tem sido uma espécie de fio orientador da atuação do Instituto Vladimir Herzog (IVH). Nosso compromisso de nunca passar pano para quem oprime, censura, persegue ou agride renova-se como um imperativo ético, para que nenhuma tirania seja aceita, nenhuma truculência seja tolerada, nenhum mal seja banalizado.

É neste sentido que a história da vala clandestina de Perus, passados trinta anos desde a revelação de que mais de mil ossadas foram deliberadamente ocultadas no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, ainda nos causa indignação e revolta. Ali, uma trama sórdida envolveu a esfera federal, por meio do Dops e do DOI-Codi, a estadual, por meio dos IMLs e da polícia que mata, e a municipal, responsável pela administração daquele cemitério.

O episódio nos causa indignação, porque sabemos que a vala serviu para decretar não apenas a morte, mas também o desaparecimento de vítimas da polícia militar, dos grupos de extermínio, dos centros de tortura e até de um surto de meningite que acometeu a cidade de São Paulo na primeira metade dos anos 1970. E nos causa revolta, porque ainda convivemos com a tortura, com as execuções extrajudiciais e com o desaparecimento forçado, todos crimes contra a humanidade condenados no sistema internacional.

Até hoje, a justiça brasileira foi incapaz de condenar aqueles que torturaram, mataram e sumiram com os corpos de suas vítimas, seja nas usinas, nos sítios, na Baía de Guanabara ou na vala de Perus. A interpretação e a aplicação que têm sido dadas à Lei de Anistia por setores do Judiciário, inclusive o STF, têm impedido passos importantes do direito à memória e da justiça de transição, perpetuando, assim, um legado de condescendência com a impunidade e de tolerância com o intolerável.

Onde estão os desaparecidos políticos? De quem são as ossadas de Perus? Quem ordenou que aquelas ossadas fossem escondidas numa vala clandestina? Por que até hoje ninguém foi condenado e punido?

Este trabalho contribui para jogar luz sobre os crimes de tortura, execução política, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres e nos alerta para o fato de que essa história ainda está viva. Cada ossada passível de identificação é uma pedra no sapato dos torturadores, estupradores, assassinos e ocultadores.

Como na canção “Pesadelo”, de Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, esses remanescentes ósseos, que tentaram ocultar, e que se levantaram do chão para seguir denunciando a violência de Estado, são resistentes que,

¹Rogério Sottili é diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog (IVH).

mesmo depois de mortos, estão por aí, perturbando a paz e exigindo troco. O mérito é sobretudo das mães, irmãs, companheiras e filhas que se perfilaram nas comissões de familiares – ontem, a dos mortos e desaparecidos políticos dos anos 1960 e 1970; hoje, as Mães de Maio que denunciam o arbítrio dos anos 2000. São elas, e também os pais, irmãos, companheiros e filhos, que jamais deixaram de cobrar explicações e seguem fiscalizando os trabalhos de análise e identificação das ossadas, cinquenta anos após o assassinato de seus familiares.

Com o espírito de impedir que os desaparecidos desaparecessem pela segunda vez, agora no âmbito da memória, trabalhei intensamente para que as análises das ossadas de Perus fossem retomadas quando estive à frente da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC), nos primeiros três anos da gestão Fernando Haddad. Era a primeira vez que o município tinha uma pasta de Direitos Humanos. Ali, instituímos uma coordenação dedicada especificamente a construir políticas voltadas para o direito à memória e à verdade e ajudamos a colocar a vala de Perus novamente no centro da pauta.

Uma oportuna confluência de gestões sensíveis aos temas de direitos humanos e justiça de transição, com Dilma Rousseff na Presidência da República e Fernando Haddad na Prefeitura de São Paulo, possibilitou não apenas a retomada das análises, mas também a formação do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp, pioneiro nesse tipo de trabalho, como a leitora e o leitor conhecerão nas próximas páginas.

Enquanto construíamos uma agenda de memória e verdade para a cidade, o jornalista e escritor Camilo Vannuchi integrou a Comissão da Memória e Verdade (CMV) da Prefeitura de São Paulo, instituída para apurar, registrar e denunciar as violações de direitos humanos praticadas pela própria Prefeitura Municipal durante a ditadura. E também para recomendar ao poder Executivo ações e políticas públicas que ajudem a impedir a repetição daquelas violações ou a prevalência de crimes semelhantes. Tal comissão foi coordenada pela ex-vereadora Teresa Lajolo, que em 1990 fora a relatora da CPI da Câmara Municipal que investigou a vala de Perus e os desaparecimentos políticos.

Além de denunciar os meandros do aparato repressivo que resultou na construção da vala, o relatório final daquela Comissão da Memória e Verdade, elaborado sob a liderança de Camilo Vannuchi, sugeriu medidas a serem adotadas pela Prefeitura, pelo Serviço Funerário, pelo Instituto Médico Legal e pela Secretaria de Segurança Pública. Entre os objetivos das recomendações estava o de garantir aos familiares dos desaparecidos políticos o direito de retificar os assentos de óbitos e velar seus mortos, e também o de coibir a prática dos crimes de desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres, qualificados como de lesa-humanidade pela ONU e ainda verificados no Brasil.

Naquela comissão, mas sobretudo no jornalismo, Camilo Vannuchi tem se revelado um autor prolífico, fortemente comprometido com os direitos humanos, e um militante incansável da luta por memória, verdade e justiça. Ele e Lucas Paolo Vilalta, nosso coordenador de Memória, Verdade e Justiça, são os responsáveis por organizar este livro paradigmático, que esperamos que se torne uma referência nas escolas de São Paulo e de todo o país. Para nós do Instituto Vladimir Herzog, é uma honra poder apresentar este livro, que se originou da reportagem de fôlego, anteriormente publicada em versão digital em nosso portal Memórias da Ditadura e em versão impressa no livro Vala de Perus: uma biografia (Alameda Editorial), escrita com maestria e urgência pelo Camilo sob a supervisão do Lucas, numa época em que parte significativa da população brasileira, sobretudo a juventude preta e periférica, ainda é vítima de uma política de Estado genocida.

Mais ainda, é uma satisfação apresentar esta edição paradigmática, acrescida de documentos históricos, como a reprodução na íntegra do relatório final da CPI de 1990 e também dos dois capítulos do relatório da Comissão da Verdade da Prefeitura de São Paulo, de 2016, que versaram sobre a vala clandestina. Somam-se a eles seis textos novos, atualíssimos, incluindo uma entrevista com o jornalista Caco Barcellos e um perfil do administrador do cemitério de Perus, Antônio Pires Eustáquio, feitos pelo próprio Camilo. Completam este valioso material quatro artigos que aprofundam o conhecimento sobre a descoberta da vala e seus efeitos no cotidiano do bairro, a história recente que culminou na retomada das buscas pela identificação dos indivíduos por trás das ossadas, o trabalho

sobre direito à memória e à verdade no Brasil e um mapeamento dos dispositivos que, ontem e hoje, permitem o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres, mesmo na democracia. Nas próximas páginas, um capítulo fundamental da história do Brasil é contado por Camilo Vannuchi com contribuições muito oportunas de autoras e autores como Jéssica Moreira, Fábio Franco, Carla Borges, Clara Castellano e Lucas Paolo Vilalta.

Por fim, destaca-se que este trabalho só foi possível porque o compromisso com os direitos humanos, particularmente no âmbito da educação em direitos humanos e da defesa do direito à memória e à verdade, extrapolou os limites temporais da nossa experiência pioneira e pôde ser assimilado por aqueles que nos sucederam na secretaria. De modo que este material, publicado no primeiro semestre de 2021, é uma realização do Instituto Vladimir Herzog em parceria com a Prefeitura de São Paulo, produzido com o apoio do mandato da vereadora Juliana Cardoso e da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania durante a gestão de Ana Cláudia Carletto à frente da pasta.

Compromisso com os Direitos Humanos

Ana Claudia Carletto²

A publicação do livro *Vala de Perus: um crime não encerrado da ditadura militar* materializa os esforços da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) de apresentar aos cidadãos um capítulo dramático da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), cujas consequências na cidade de São Paulo ressoam nas vidas de muitos familiares, repercutem em nossa memória coletiva e exigem, até o presente, a devida reparação. Portanto, dedico este livro a todos e todas que lutaram e lutam por memória, verdade e justiça.

Em 4 de setembro de 1990, passados cinco anos desde o fim do último governo militar, foram encontradas 1.049 ossadas no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Há 30 anos, esta descoberta lançou luz sobre o uso de espaços públicos da cidade para torturas, assassinatos e ocultamentos de corpos, entre outras ações criminosas cometidas sob a égide da ditadura militar, inclusive em sítios clandestinos e em cemitérios municipais.

Garantir a memória e a verdade das vítimas do Cemitério Dom Bosco representa um compromisso crucial da Prefeitura de São Paulo, e é precisamente neste contexto que este livro se insere. Mediante parceria entre a SMDHC e o Instituto Vladimir Herzog, a obra tem o escopo de registrar os bastidores desse escandaloso episódio, por meio das memórias de seus protagonistas, submetidos aos danos à integridade e à dignidade humana.

Cumprir recordar que, apenas em 2012, vinte e sete anos após o fim da ditadura, foi instaurada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), que teve seu trabalho finalizado em 2014. A descoberta da vala de Perus é uma evidência consistente, documentada e investigada com a devida diligência, que comprova as graves violações de direitos humanos que tiveram lugar durante a ditadura militar na cidade. Ações sistemáticas como as que ocorreram em Perus buscaram eximir a responsabilidade da repressão, ao mesmo tempo que denegam o direito dos cidadãos à memória para buscar justiça, reparação e punição dos responsáveis.

Desde sua criação, em 2013, a SMDHC envidou esforços no sentido de valorização dos direitos humanos e da promoção da memória em nosso território. Nessa direção, em setembro de 2014, foi firmado um Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo Federal, a SMDHC e a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) com vistas à criação do Grupo de Trabalho do Caso Perus.

Ao longo dos últimos anos, equipes de peritos e peritas do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (CAAF) foram instituídas com o desígnio de realizar a análise dos restos mortais exumados da vala clandestina, garantindo tratamento respeitoso e adequado às ossadas e adotando as medidas necessárias para sua preservação, conservação e segurança.

Em dezembro de 2019, a última caixa foi aberta e, com ela, uma nova etapa se iniciou, voltada à reassociação de ossos e à reunião de todas as informações coletadas ao longo desses anos de trabalho em uma plataforma de dados com vistas à identificação e à entrega dos remanescentes ósseos aos familiares, ou a pessoas legitimadas, para sepultamento de forma digna.

Ao cabo desses esforços, a SMDHC construirá um monumento às vítimas da vala de Perus, como uma ação de

²Ana Claudia Carletto é Secretária Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo.

promoção e valorização dos direitos humanos das vítimas neste território. O comprometimento da Prefeitura de São Paulo na construção desse memorial em

Perus reforça seu engajamento para desenvolver espaços de memória afetiva, de luta e resistência em nossa cidade, em respeito às vítimas e ciente de sua responsabilidade de criar espaços de memória. Representa, ademais, o compromisso do Executivo Municipal com uma das recomendações da Comissão Nacional da Verdade, também elencada pela Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, qual seja, a adoção de medidas para preservação da memória das vítimas das graves violações de direitos humanos mediante a criação de marcas de memória em imóveis onde ocorreram tais condutas criminosas.

Em paralelo, a Prefeitura de São Paulo segue desenvolvendo e coordenando ações de defesa e proteção dos direitos humanos na esfera municipal, por meio da promoção dos valores democráticos e dos direitos humanos na educação. É o caso do programa “Ruas de Memória”, que prevê a mudança progressiva das denominações de logradouros e equipamentos públicos municipais em homenagem a pessoas, datas ou fatos associados a graves violações de direitos humanos.

Em nosso Departamento de Memória e Verdade, o projeto “Territórios da Memória” simboliza outra parceria bem-sucedida entre a SMDHC e o Instituto Vladimir Herzog. Esse projeto foi construído para disseminar, valorizar e reconhecer as memórias de locais da cidade de São Paulo e das comunidades que compõem esse território por meio do mapeamento de lugares, pessoas e narrativas formadoras dessas memórias e, assim, disseminá-las mediante produtos, encontros e ações artístico-culturais. **Similarmente, a cidade de São Paulo tem cooperado junto à Rede Latino-Americana de Lugares de Memória para trocas de informações e experiências e junto à Comissão para Esclarecimento da Verdade, Coexistência e Não Repetição, da Colômbia, consciente do passado similar de represões e violações no âmbito regional.**

Assim, é por meio de potentes instrumentos de educação em direitos humanos, como este livro, que buscamos assegurar que nossos cidadãos conheçam a história da vala de Perus, cuja descoberta, há 30 anos, amalgama-se e modula-se à identidade de nosso município. Já dizia Milton Santos, geógrafo baiano que passou seus últimos anos em São Paulo, que “a cidade está fadada a ser, ao mesmo tempo, o teatro de conflitos crescentes e o lugar geográfico e político de soluções”. Nessa direção, é premente que a Prefeitura de São Paulo publicize um dos episódios mais escandalosos e representativos dos crimes contra a humanidade praticados pela ditadura civil-militar brasileira no território da cidade, a fim de promover a dignidade das vítimas e a garantia de memória, justiça e não repetição das graves violações de direitos humanos cometidos pelo Estado em um passado recente na história deste país.

Preservar a memória e buscar a verdade

Cássio Rodrigo de Oliveira Silva³

Mansur Abunasser Bassit⁴

Como falar sobre Direito à Memória e à Verdade em uma sociedade que não valoriza sua história e tampouco preserva sua memória, como a brasileira?

Podemos dizer que o Direito à Memória e à Verdade é um dos pilares da justiça de transição e é o meio mais seguro para a construção de identidade e memória coletivas. Para os juristas Flávia Piovesan e Hélio Bicudo, “o direito à verdade assegura o direito à construção da identidade, da história e da memória coletiva. Serve a um duplo propósito: proteger o direito à memória das vítimas e confiar às gerações futuras a responsabilidade de prevenir a repetição de tais práticas”.

Nossos ancestrais transmitiam nossa história, memória e cultura por meio da oralidade. Os mais velhos compartilhavam com os mais novos os saberes acumulados ao longo de toda uma vida. A sociedade atual esqueceu-se da oralidade, da importância de ouvir as histórias contadas por nossos ancestrais, de aprender com elas, corrigindo rumos, acertando caminhos.

Essa oralidade pode ser tomada como fonte para a compreensão do passado, ao lado de documentos escritos, imagens e outros registros. Ela faz parte de todo um conjunto de documentos de caráter biográfico, ao lado de memórias e autobiografias, que permitem compreender como indivíduos experimentaram e interpretaram acontecimentos, situações e modos de vida de um grupo ou da sociedade em geral.

Ao observarmos todo o trabalho desenvolvido junto à vala de Perus desde a retomada das análises daquelas ossadas – garantida por um convênio firmado entre Governo Federal, Prefeitura de São Paulo e Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) –, introduzimos o tema dos desaparecidos políticos na estrutura organizacional da administração municipal com a Coordenação de Direito à Memória e à Verdade. Por meio de um Acordo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo (SMDHC) e a Unifesp, criamos e estabelecemos as atribuições do Grupo de Trabalho Perus, instituído em 2014 para acompanhar a busca por identificações dos restos mortais exumados da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco vinte e quatro anos antes.

A importância dessa política se deve ao fato de que gerações inteiras desconhecem o que foi a ditadura militar no Brasil. Hoje, apenas 15% da população brasileira tem mais de 60 anos de idade. A imensa maioria dos brasileiros tinha menos de 10 anos ou não era nascida em 1970, quando o país vivia o período de maior repressão política da ditadura. Nesse sentido, lembranças pessoais são cada vez mais escassas ou remotas.

Nos dias atuais, sofremos com o revisionismo histórico, que busca reinterpretar o passado com base na ambiguidade dos fatos e na imparcialidade com que esses fatos podem ter sido descritos. Inúmeras *fake news* entopem as redes sociais. Criam-se novas histórias, ou novas narrativas, transmitidas maciçamente como se fossem reais, fazendo com que duvidemos de tudo o que aprendemos ao longo da história. Por isso a importância da preservação da memória e da verdade.

³Cássio Rodrigo de Oliveira Silva é diretor do Departamento de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC).

⁴Mansur Abunasser Bassit foi coordenador de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC (2020).

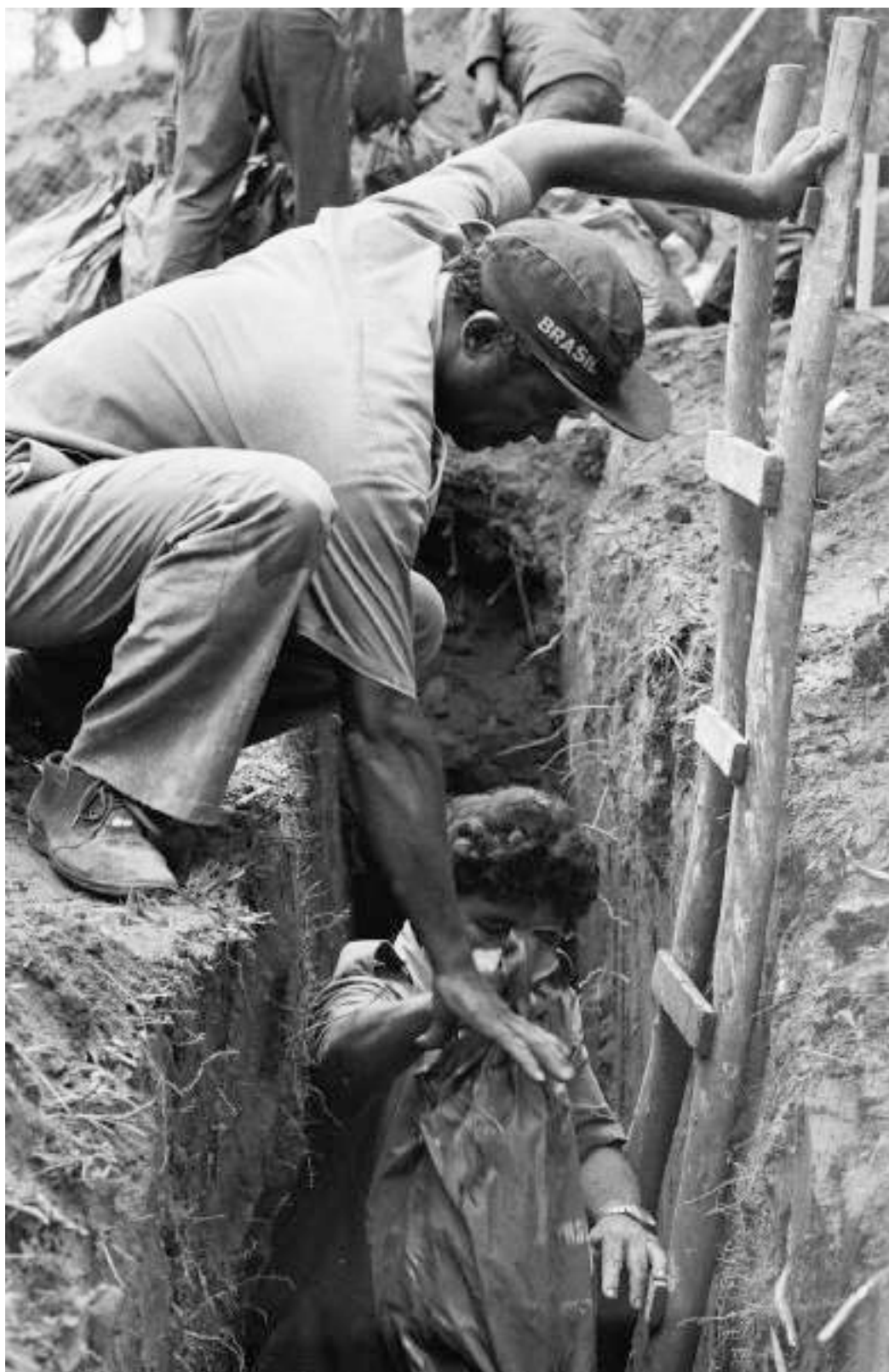
Reproduzindo o Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), “a história que não é transmitida de geração a geração torna-se esquecida e silenciada. O silêncio e o esquecimento das barbáries geram graves lacunas na experiência coletiva de construção da identidade nacional. Resgatando a memória e a verdade, o país adquire consciência superior sobre sua própria identidade, a democracia se fortalece”.

No caso da vala de Perus, nos deparamos também com o trauma das pessoas que tiveram um familiar morto por agentes da repressão e não conseguiram obter respostas sobre o paradeiro dele.

O imperativo da reparação histórica e os pilares da justiça de transição inspiraram a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania a instituir, em 2016, o Prêmio de Direito à Memória e à Verdade Alceri Maria Gomes da Silva, reformulado pela Portaria nº 137 da SMDHC, de 2019. O objetivo do prêmio é homenagear pessoas físicas ou jurídicas que, sediadas em São Paulo ou tendo a cidade como foco de seu trabalho, atuem na preservação da memória e na busca pela verdade das violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar.

Também o livro *Vala de Perus: uma biografia*, produzido por meio de Termo de Fomento assinado pelo Instituto Vladimir Herzog e pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, firma-se como uma importante política pública dedicada a resgatar e registrar os bastidores de um dos episódios mais evidentes de violação de direitos humanos ocorridos durante a ditadura militar: a criação, em 1976, e a revelação, em 4 de setembro de 1990, de uma vala comum construída ilegalmente no Cemitério Dom Bosco, em Perus.

Assim, entendemos que, além da efetivação do direito à memória e à verdade, também cumprimos o desafio de atualizar, de modernizar instituições públicas, tornando-as mais democráticas. Pois não nos interessa apenas investigar ou punir, mas principalmente construir uma sociedade orientada pelo real sentido de democracia.



Funcionários do Cemitério Dom Bosco, em Perus, na zona noroeste de São Paulo, retiram os primeiros sacos com ossos humanos de uma vala clandestina revelada em 4 de setembro de 1990. Como eles foram parar ali? Quem os mandou ocultar?

A abertura

*Você me prende vivo, eu escapo morto.
De repente, olha eu de novo.
Perturbando a paz, exigindo troco.*

Maurício Tapajós e Paulo César Pinheiro, em “Pesadelo”

— Você tem certeza de que quer entrar aí?

Caco notou algum sarcasmo na pergunta feita pelo diretor do Instituto Médico Legal de São Paulo, Rubens Brasil Maluf, no final de 1987.

— É importante — disse o repórter. — Os dados que eu procuro estão aí dentro.

— Você é quem sabe, mas antes vou te mostrar o lugar — assentiu o diretor. — Algo me diz que você vai se arrepender.

Quase três anos após aquela conversa, Caco Barcellos ainda frequentava aquela sala, no segundo andar do IML, no número 151 da Rua Teodoro Sampaio, colado à Faculdade de Medicina da USP, em Pinheiros. Ia normalmente à noite, após o expediente na televisão, e passava algumas horas debruçado sobre laudos periciais.

Era um muquifo, embora a placa fixada sobre a porta de entrada indicasse dissesse “museu”. A sujeira, a sensação de clausura e a permanente desorganização o faziam sentir saudade não apenas das reportagens na rua, seu habitat natural, mas também da redação.

A sede da TV Globo em São Paulo não era nenhum exemplo de conforto ou modernidade em

1990. Ocupava um predinho de três andares na Praça Marechal Deodoro, bem em frente à recém-inaugurada estação de metrô. Era um imóvel antigo, geminado, estreito e comprido, com elementos neoclássicos na fachada e vista para os pilares do Minhocão. Uma escada conduzia à redação, no primeiro andar. Caco costumava saltar os degraus de dois em dois, atrasado para entregar a fita com a matéria a tempo de ser exibida no telejornal da noite. Tudo muito rústico, apertado, com mesas de madeira vinçadas pelo tempo, estantes abarrotadas e caixas de filme empilhadas atrás da porta.

Quem assistia ao Jornal Nacional ou ao Globo Repórter não desconfiaria que as instalações da emissora eram tão precárias. Ainda assim, comparada ao “museu” do IML, o predinho da Marechal parecia um palácio.

A sala era uma combinação de arquivo com espaço museológico, carente de limpeza e ventilação, onde estavam guardados todos os registros do IML desde os anos 1920. Nos cálculos do diretor, 60 mil documentos eram arquivados ali a cada ano.

Arquivados não é exatamente a palavra. Deveria

haver dois milhões de fichas, algumas em estantes, outras sobre as mesas e mais um bocado espalhado pelo chão.

Quando começou a frequentar o muquifo, no comecinho de 1988, uma das primeiras providências tomadas pelo jornalista, com a ajuda de um estagiário, foi colocar em ordem cronológica aquela montanha de pastas e papéis. O resultado: duas paredes de 7 metros de comprimento por 3 metros de altura tomadas de alto a baixo pela papelada.

Para além do cheiro de mofo e da espessa camada de poeira que cobria aquele material, o que tornava especialmente insalubre o dia a dia naquela sala era uma horripilante coleção de pedaços humanos armazenados em grandes potes de vidro num armário sem portas. Mãos, pés, olhos, fetos e outros fragmentos imersos em formol eram expostos numa espécie de cristaleira macabra.

Tudo era macabro naquele pardieiro. Álbuns imensos com fotografias de cadáveres, ampliações feitas para evidenciar os detalhes mais fúnebres, instrumentos usados em exames de necropsia no início do século XX, máquinas de escrever emperradas, pedaços de macas e cadeiras quebradas completavam o cenário, uma espécie de sótão abandonado de filme de terror.

Caco Barcellos tinha 40 anos de idade e frequentava aquele lugar desde o final de 1987. Gaúcho radicado em São Paulo em 1975, quando ingressou no Jornal da Tarde, Caco passara pelas redações das revistas IstoÉ e Veja e também atuara na imprensa alternativa antes de pendurar no pescoço um crachá da Globo, em 1985. Especializado em jornalismo policial, Caco tinha uma razão muito particular para fazer hora extra naquele lugar sinistro: nos intervalos entre as reportagens para a TV, investigava os homicídios praticados por policiais militares, atividade que ocupava quase todo seu tempo livre havia mais de cinco anos.

Seu objetivo era identificar todos os desconhecidos mortos pela Polícia Militar de São Paulo desde sua fundação, em 1970. Numa etapa seguinte, pretendia listar os campeões da pena de morte, ou seja, os oficiais com mais execuções nas costas. Caco partilhava da

tese de que esses policiais agiam de forma deliberada quando executavam delinquentes. Ou seja: atiravam para matar. O que ele não sabia quando começou sua investigação, mas descobriria ao longo da pesquisa, é que, em mais da metade das vezes, a vítima não tinha passagem pela polícia nem era suspeita de nenhum roubo ou furto. Os matadores de bandidos, tratados como heróis por certos radialistas e políticos, não passavam de matadores de inocentes. Sete anos dedicados ao tema resultariam no livro *Rota 66: a história da polícia que mata*, lançado por Caco Barcellos em 1992.

Naquela sala pestilenta, Caco encontrou alguns dos principais insumos para sua pesquisa. Sobretudo, ali estavam os primeiros registros da chegada dos corpos, trazidos normalmente num rabecão do IML após requisição feita por algum delegado de polícia, e também os exames datiloscópicos, realizados pelos médicos do instituto. Por meio deles, Caco conseguia aferir o local de origem dos cadáveres, a cor da pele e a circunstância da morte, pelo menos segundo a versão oficial. Quando havia indicação de tiroteio ou resistência à prisão, por exemplo, ou quando os laudos descreviam dois ou mais ferimentos a bala, deflagrados à queima-roupa (com indícios de pólvora ao redor da perfuração) ou contra a cabeça ou as costas da vítima (sinal de que ela já estava rendida), então o caso era selecionado para ser melhor investigado.

Em mais da metade das vezes, as vítimas da PM de São Paulo eram pretas ou pardas e seus corpos tinham sido resgatados em hospitais da periferia. O esquema envolvia a colaboração de diretores de hospitais, que aceitavam receber as vítimas já mortas e confirmavam a versão divulgada pela corporação: “o bandido não resistiu aos ferimentos e veio a falecer ao dar entrada no pronto-socorro”. Essa tática era conhecida como “esquentar” o corpo. O policial responsável por aquela morte assumia a posição de alguém munido de boas intenções, disposto ao gesto humanitário de levar imediatamente o suspeito para o hospital a fim de socorrê-lo. No boletim de ocorrência, o policial era sempre apresentado como vítima do suposto delinquente, que resistira à voz de prisão e atirara contra o agente. O

morto era o culpado da própria morte.

Outro padrão percebido por Caco dizia respeito ao destino do cadáver. Os corpos das vítimas da PM eram quase sempre enterrados às pressas, como indigentes, mesmo que portassem documento na ocasião de sua morte. Quanto mais rapidamente o corpo sumisse, e sem o conhecimento da respectiva família, menores as chances de revolta ou de algum jornalista incauto resolver denunciar a brutalidade da ação. Para isso, era preciso lançar mão de expedientes pouco ortodoxos. Um deles era sumir com os documentos da vítima. Outra era alterar a identidade ao fazer o registro do sepultamento para dificultar a localização. Aparentemente, o esquema de morte e ocultação de cadáveres das vítimas da PM contava também com a conivência do serviço funerário. Ninguém em sã consciência ousaria negar um pedido da Rota.

Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar era o nome completo da Rota, a tropa de elite da PM de São Paulo nos anos 1970 e 1980. Exercia uma espécie de monopólio da pena de morte no Estado. Em dez anos, entre 1981 e 1991, o número de homicídios com envolvimento da PM no Estado saltaria de 300 por ano para mais de mil. Conhecer os nomes dessas vítimas, saber as circunstâncias dessas mortes e ouvir as histórias dessas famílias virou uma espécie de obsessão de Caco na década de 1980. E o museu do IML poderia dar as respostas que ele buscava.

Em meados de 1990, pesquisando aquela papela-da, Caco encontrou um detalhe intrigante. Em alguns dos laudos amontoados na salinha do segundo andar, em particular nos processos datados de 1971 a 1973 e referentes a encaminhamentos feitos ao IML pelo Departamento de Ordem Política e Social, o Dops, havia uma letra rabiscada a mão com lápis vermelho. Uma letra T.

Após dois anos fazendo plantão no muquifo, Caco gozava da confiança de alguns funcionários do IML. Levou aqueles papéis para um deles.

— O que significa essa marca? — perguntou. — A mesma marca aparece em diversos laudos do início dos anos 1970. De 1971 a 1974, para ser exato. Depois para.

— É T de terrorista — o informante revelou.

Terrorista era a forma com que a repressão se referia aos integrantes de organizações armadas de oposição à ditadura militar. Caco não ficou exatamente surpreso com aquela descoberta. Calejado após tantos anos analisando laudos e reportagens sobre letalidade policial e formas de repressão, o jornalista sabia que os militantes executados nos anos 1970 também teriam de passar pelo IML. Mas por que assinalar nos laudos sua condição de terroristas? Para quem seria aquele recado?

Os laudos marcados com a letra T tinham outras peculiaridades. Uma delas era o fato de que as vítimas assinaladas, embora jovens, eram quase todas brancas, enquanto as vítimas habituais da Rota eram quase todas pretas ou pardas. Outra peculiaridade era o destino dos corpos: a maioria, senão todos, tinha sido levada para o mesmo cemitério de Perus aonde eram conduzidos os mortos da polícia. E, segundo os laudos, teriam sido enterrados como indigentes, embora a maioria das fichas indicasse nome e filiação.

Caco percebeu que estava diante de documentos que poderiam indicar o paradeiro de alguns dos militantes políticos desaparecidos nos anos de chumbo, um tema ao qual ele ainda não havia se dedicado. O livro Brasil: Nunca Mais, publicado em 1985, trazia uma lista de 125 opositores do regime militar que tinham simplesmente sumido, apesar de testemunhas afirmarem que tinham sido vistos em algum órgão da repressão ou centro de tortura, como o DOI-Codi ou a Casa da Morte de Petrópolis. O número estimado de desaparecidos políticos, àquela altura, devia ser ainda maior.

Caco levou o caso para a Globo. Ele dificilmente conseguiria aproveitar aquele material no livro que estava escrevendo sobre as mortes cometidas pela Polícia Militar, uma vez que os “terroristas” não tinham sido vítimas da Rota nem da PM, mas poderia tratar daquela descoberta numa boa matéria para a TV. Seria um furo de reportagem, uma revelação inédita.

Sozinhos, aqueles laudos já justificariam uma boa matéria. Mas Caco queria mais. Aplicou sobre aqueles documentos a mesma lógica que adotara ao pesquisar

os laudos das vítimas da PM: Como identificar essas pessoas? Como foram mortas? Quais as circunstâncias dessas mortes? Em poucos dias, separou as fichas de 158 cadáveres encaminhados ao IML por policiais do Dops entre 1970 e 1974. Em todas elas, a mesma explicação: mortos em tiroteio com órgãos de segurança. Caco anotou o que havia de identificação naquelas guias, a data de entrada no IML e a data e o local de destino.

Maurício Maia, produtor de jornalismo do Fantástico, na TV Globo, assumiu a tarefa de cruzar aqueles dados com as diferentes listas de desaparecidos políticos elaboradas até então, tanto em publicações como o Brasil: Nunca Mais quanto por grupos como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Embora os nomes constantes nas fichas fossem quase todos falsos, havia uma enorme coincidência de informações em parte significativa da lista. Vinte e oito corpos levados para Perus tinham dado entrada no IML exatamente nas datas prováveis de seu desaparecimento conforme as listas de mortos e desaparecidos. Desses, treze haviam sido localizados e trasladados pelas famílias para outros cemitérios ao longo das décadas de 1970 e 1980. Faltavam quinze.

Caco e Maurício pegaram o carro e foram até o cemitério. Como o rosto de Caco aparecia toda hora na TV, decidiram que Maurício iria sozinho até a administração e, sem se apresentar como funcionário da TV, pediria para consultar os livros dos primeiros anos da década de 1970. Abriu a lista de datas e nomes que havia preparado e pôs-se a pesquisar. Dali a uma hora, voltou ao carro.

— Os livros estão todos aí — Maurício contou. — Catorze desses corpos não têm destino certo. As ossadas foram exumadas e não se sabe para onde foram. Só se diz, laconicamente, “exumado na data tal”.

Para Caco, cada nova informação funcionava como um estímulo. Tinha o efeito de uma xícara de café, capaz de afastar o sono por um par de horas, ou de uma barra de chocolate: doce recompensa pelo esforço empenhado. Mais do que isso, era como se cada nova fase da investigação injetasse uma dose extra de adrenalina no jornalista. Quem é repórter investigativo por

certo já sentiu essa pulsão. A descoberta de uma pista, o encontro com um novo informante, uma denúncia anônima, cada novidade fazia Caco mergulhar ainda mais fundo no trabalho, doze, treze, quinze horas por dia. Inclusive nos fins de semana.

Era um domingo quando o jornalista entrou pela primeira vez no Cemitério Dom Bosco, no distrito de Perus. Os fins de semana são sempre movimentados nos cemitérios. Mesmo nas tardes de julho, quando um vento frio costumava varrer o aclave suave da área destinada às sepulturas de Perus, familiares levavam flores, limpavam as placas de homenagem, arrancavam ervas daninhas. Em razão da pesquisa sobre as mortes da PM, Caco gostava de ir aos cemitérios aos domingos, justamente cogitando encontrar algum parente enlutado disposto a contar detalhes sobre a morte do filho, do neto ou do irmão. Desta vez, seu propósito era investigar as incongruências no caso dos “terroristas”. Levou ao cemitério os primeiros locais de sepultamento daqueles corpos, antes da exumação, e foi conferir o que existia em cada cova.

Como Caco previra, nenhuma sepultura coincidia. Nas covas onde teriam sido enterrados os cadáveres cujos laudos tinham sido assinalados com a letra T, havia outros corpos, de outras pessoas, sepultadas anos depois, conforme se podia ler nas placas de homenagem. Um sepultador explicou a ele que era assim mesmo, que os restos mortais eram exumados após três anos e renumados no mesmo local, ou seja, enterrados novamente, num saco menor e num patamar um pouco mais fundo, de modo a abrir espaço para a chegada de outro caixão. E assim sucessivamente.

— Que ano foi enterrada a pessoa que o senhor procura? — ele quis saber.

— 1972.

— Xi, setenta e dois? É muito tempo. Já deve ter uns cinco ou seis cadáveres que chegaram depois dela na mesma cova.

— Mas e a placa com o nome?

— Quem chega para ser enterrado traz uma placa nova e a que tinha antes é descartada.

O que Caco não conseguia entender era a ausência absoluta de informações sobre o local de renumação

das ossadas mais antigas. Nos livros dos cemitérios, o caminho percorrido pelo cadáver é sempre registrado. Trata-se de um protocolo, uma exigência administrativa: “no dia tal, os restos mortais de fulano de tal foram exumados da cova x e renumados na cova y”. Em Perus, essa norma não tinha sido observada. Pelo menos não nos anos 1970. Faltavam as datas e os locais de reenumação.

— E por que não há referência ao local de destino dessas ossadas? — o jornalista perguntou ao funcionário.

— Isso eu não sei dizer, não, senhor.

“Putá merda, o que esse jornalista tá fazendo aqui?”

Da janela da administração, Toninho viu o repórter da Globo conversando com os sepultadores bem ali, na entrada da quadra 2, e logo o reconheceu. Arrumou os fios do bigode com as pontas dos dedos e foi em direção a ele.

Antônio Pires Eustáquio tinha 43 anos, três a mais que o repórter, e era o chefe do Cemitério Dom Bosco desde 1978. Cuidava do lugar como se fosse um caseiro. Naquele momento, em julho de 1990, estava empenhado na construção de um ossário geral, uma grande galeria feita de alvenaria para a qual, vencido o prazo legal de três anos e um mês para a exumação dos corpos, seriam transferidas as ossadas dos indigentes e aquelas que não fossem retiradas pelas famílias.

Assim que o administrador se aproximou, os sepultadores se afastaram, intuindo que poderia sobrar para eles. Vai que escapa alguma coisa que não deveria ser dita. Toninho se apresentou e perguntou se Caco havia farejado algo ali para o noticiário.

Caco contou um pouco da pesquisa que estava fazendo sobre morte violenta em São Paulo e que havia se deparado com muitos personagens que tinham sido enterrados em Perus. Comentou que alguns dos mortos não estavam mais nas valas em que tinham sido enterrados, o que trazia alguma dificuldade para conferir informações.

Toninho foi enfático:

— Isso não é nada perto do que eu tenho pra te falar. Eu tenho a matéria que vai te consagrar.

Caco Barcellos desconfiou.

— E o que é?

— Vem comigo.

O administrador queria falar com o jornalista num lugar mais reservado, longe da vista dos funcionários e do corre-corre das crianças, uma tradição naquele cemitério, encravado num bairro periférico carente de áreas de lazer.

— Olha, você não vai conseguir encontrar as ossadas que você está procurando — Toninho afirmou. — Essas ossadas não estão mais nas covas originais.

Caco ouviu atento o relato do administrador.

— Existe um buraco aqui no cemitério, um ossário clandestino onde foram jogados os restos mortais de umas 1.500 pessoas, enterradas como indigentes, em 1976. Garanto pra você que esses corpos que você procura estão escondidos nesse buraco. São as pessoas que sumiram dos livros de registros.

O jornalista saiu do cemitério impressionado. Aquilo era grave. Muito grave. Prometeu voltar outro dia.

Naquela mesma noite, Caco telefonou para o editor do Globo Repórter, Narciso Kalili. Resumidamente, contou que as pesquisas no IML o haviam conduzido à descoberta dos laudos com a letra T de “terrorista” e que essas mesmas pessoas haviam desaparecido dentro do cemitério de Perus, na periferia de São Paulo. Contou a revelação feita pelo administrador e compartilhou com o editor a desconfiança de que aquele caso poderia jogar alguma luz sobre a busca pelos desaparecidos da ditadura.

— Vai atrás — Kalili respondeu. — Do que você precisa?

— Só preciso ficar mais uns dias nessa matéria, conversar melhor com esse Toninho e checar as informações que ele me passar.

Toninho, por sua vez, voltou para casa preocupado aquela noite. Ele não queria mais guardar aquele segredo. Sabia que aquelas ossadas precisavam ser reveladas e identificadas. Sentia um dever cívico, um

clamor pela verdade, um impulso que o impelia a contar o que sabia e acabar com essa história de uma vez por todas. Era preciso agir, e um repórter conhecido como Caco Barcellos poderia ajudar. Ao mesmo tempo, Toninho temia a repercussão que aquela denúncia poderia suscitar. E se algum desafeto espalhasse que tinha sido ele o delator? E se houvesse alguma represália?

Por um momento, o administrador se arrependeu de ter contado. A ditadura havia acabado, mas ainda não tinha esfriado.

Quando Caco retornou ao cemitério, na terça-feira, Toninho não quis recebê-lo. Após alguma insistência do repórter, o atendeu e negou tudo. Dizia que não tinha falado nada daquilo no domingo anterior. Pronto: Toninho estava sendo ameaçado ou tinha se arrependido de dar com a língua nos dentes, o jornalista concluiu. E agora?

Constrangido, Caco avisou ao editor que a pauta havia caído, que o informante não tinha sustentado a história. Voltou no domingo seguinte, disposto a retomar os crimes da Rota e a tentar identificar alguma vítima ali.

— Preciso falar com você — Toninho o abordou.
— Tenho informações sigilosas para lhe passar.

“Que cara maluco”, Caco pensou. “Acho que aos domingos ele bebe, fica meio alto e se enche de coragem. Ou então inventa essas histórias”.

Toninho repetiu com ele exatamente a mesma sequência da semana anterior. Os dois se afastaram das quadras para conversar, caminharam até próximo ao muro do cemitério, e Toninho contou sobre o ossário escondido, exatamente como fizera da outra vez.

— Toninho, você já mostrou esse lugar para mais alguém?

— Só pro Molina, um engenheiro do Rio que veio até aqui procurar o irmão.

— E quando foi isso?

— Faz muito tempo. Acho que em 1980 ou 1981. Foi logo depois da anistia.

— E o que você disse a ele?

— A mesma coisa que estou contando pra você. Só que ele foi mais curioso. Perguntou se eu poderia abrir

um pedacinho da vala. Acho que ele é melhor repórter que você.

Naquela semana, Caco Barcellos começou a desenhar uma das muitas reportagens fascinantes e arriscadas que fizera ao longo da carreira. A disputa era acirrada. Em 1980, Caco fora feito refém na Nicarágua, confundido com um espião ao cobrir a guerra civil desencadeada pela revolução sandinista, que derrubara a ditadura da família Somoza no ano anterior. Em 1989, fora detido pelo Exército de Libertação Nacional da Colômbia enquanto investigava o sequestro de três engenheiros da Braspetro, mantidos em cativeiro no país vizinho para denunciar um governo que, segundo a organização guerrilheira, atentava contra a soberania nacional e permitia a exploração de suas riquezas a preço de banana por empresas estrangeiras, como a estatal subordinada à Petrobras.

Agora, o jornalista via-se diante dos escombros de uma outra guerra, apenas controlada com a volta dos civis ao poder em 1985 e a promulgação da Constituição Federal em 1988, mas que deixara pelo caminho um extenso repertório de mortes, muitas delas sob tortura, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres.

Caco sabia que aquela era uma oportunidade única de revelar informações preciosas que poderiam levar à localização de dezenas de desaparecidos. Impossível prever as reações que uma revelação como aquela poderia provocar nas Forças Armadas e em setores conservadores da política. Caco temia, sobretudo, pela carreira de Toninho. Quicá pela vida do administrador.

Para dar seguimento à investigação, Caco precisaria entrevistar o tal Molina. Pegou uma lista telefônica do Rio de Janeiro e se preparou para ligar para todos os assinantes com aquele sobrenome. Logo na primeira tentativa, localizou quem ele buscava. Na mesma semana, foi até o Rio para encontrá-lo. O carro da reportagem buscou o engenheiro em Botafogo, no prédio da empresa em que ele trabalhava, e o levou até o Morro

do Pasmado, onde foi feita a gravação. Gilberto Molina confirmou a história contada por Toninho. Ele não apenas tinha ido a Perus como havia visto as ossadas escondidas sob o gramado nos fundos do prédio da administração.

Ainda em 1979, Gilberto tivera acesso a documentos oficiais que confirmavam a morte de seu irmão mais novo, o militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo) Flávio Carvalho Molina, aos 23 anos, em 1971. Um ofício assinado pelo então diretor do Dops, Romeu Tuma, revelava que Flávio havia falecido em 7 de novembro de 1971 e que seu corpo fora sepultado no Cemitério Dom Bosco, em São Paulo, com o nome falso de Álvaro Lopes Peralta, dois dias depois. Aquele papel comprovava a ocultação deliberada do cadáver, uma vez que a repressão conhecia não apenas seu codinome, mas também seu nome verdadeiro. Mesmo assim, Flávio fora enterrado como indigente, sem que nenhum familiar fosse comunicado.

Em 1981, Gilberto Molina aproveitou que estava em São Paulo por conta de um trabalho e tomou o trem rumo a Perus levando consigo o ofício assinado por Tuma. Se os restos mortais de seu irmão de fato estivessem naquele cemitério, conforme citado no documento do Dops, ele solicitaria imediatamente seu traslado para o jazigo da família, no Rio de Janeiro. Apresentou-se ao administrador e declinou os dois nomes de seu irmão, o verdadeiro e o falso. Uma anotação feita na página 33 do livro 3 do cemitério desfez qualquer dúvida: Álvaro Lopes Peralta tinha sido enterrado na cova número 14 da quadra 2 no dia 9 de novembro de 1971.

Emocionado, Gilberto perguntou ao administrador o procedimento para fazer o traslado dos restos mortais para o Rio.

— Senhor Gilberto — Toninho falava pausadamente, com a gravidade que o assunto exigia —, infelizmente não vai ser tão fácil fazer esse traslado.

O engenheiro quis saber a razão.

— O senhor está vendo aqui no livro que o corpo do seu irmão foi exumado no dia 11 de maio de 1976?

— Sim.

— Pois é. Isso significa que ele foi retirado da cova

original nessa data. Esse é um procedimento regulamentar, que acontece com os corpos dos desconhecidos e não reclamados após três anos e 30 dias do sepultamento, sempre que o serviço funerário julga necessário abrir espaço nas quadras para novos enterros.

— Eu entendo. Mas o corpo foi recolocado em outro local, certo?

— Aí é que está. No livro só consta que os despojos do teu irmão foram exumados. Não há nenhuma informação sobre reenumação, o senhor percebe?

— Ele foi retirado da cova e não foi realocado em lugar nenhum, é isso?

— Vem comigo.

Toninho conduziu o engenheiro até a quadra 12 e mostrou a ele a cova 14, local da sepultura original. Em seguida, explicou que, normalmente, vencido o prazo regulamentar, os restos mortais são acondicionados num saco menor e enterrados no fundo da mesma sepultura para que outro caixão pudesse ocupar o espaço acima. Feito isso, acompanhou o engenheiro até uma área onde havia um grande cruzeiro branco, sobre um pedestal onde os fiéis acendiam velas, junto a um barranco atrás do prédio da administração, e contou a ele que, anos antes, entre 1975 e 1976, houvera uma exumação em massa nas quadras 1 e 2. Com uma característica peculiar: não havia registro do local de reenumação de nenhuma ossada.

Quando soube disso, Toninho, que ainda não era funcionário do cemitério na época da exumação em massa, contara um a um os nomes que tiveram seus despojos exumados entre 1975 e 1976 e sobre os quais não constava nenhuma informação referente a reenumação. Chegou ao número aproximado de 1.500 indigentes. Era como se todos eles tivessem sumido aos olhos do Estado. Eles estavam ali, mas não estavam. Havia desaparecido pela segunda vez.

— Que absurdo — Molina não se conformava.

Em seguida, o administrador contou ao engenheiro que buscou saber a razão daqueles dados incompletos e que, por muito tempo, fora demovido da busca. “Não mexe com isso”, dizia um funcionário mais antigo. “Deixa pra lá”, dizia outro. Até que um deles, cansado da insistência de Toninho em fazer perguntas sobre

aquele assunto, revelara o que sabia. “Essas ossadas que você procura estão lá na área do cruzeiro”, ouviu de um sepultador. “Fui eu que abri o buraco com a retro-escavadeira, cumprindo ordens. Agora vê se não enche mais o saco. São indigentes, porra, quem se importa com eles?”

Gilberto Molina ouviu calado à exposição feita por Toninho. Pensava em seu pai e, sobretudo, em sua mãe, na esperança que eles tinham de enterrar o filho desaparecido. Desde meados dos anos 1970, ele havia procurado advogados, juntado documentos, cobrado autoridades, feito reuniões com familiares de desaparecidos. Agora estava ali, em São Paulo, tão perto do irmão. Dali a poucos meses, a morte de Flávio completaria dez anos. Não haveria ocasião melhor para fazer o traslado e organizar uma cerimônia de despedida no Cemitério São João Batista.

— Se eu requerer a exumação, vocês ainda assim não poderão abrir o buraco?

— Não é tão simples — Toninho lamentou. — Será necessária uma solicitação oficial, a abertura de um processo administrativo. Tecnicamente, esse buraco não existe. Seu pedido será negado porque o serviço funerário não tem como localizar o corpo.

— Como não tem, se o corpo está aqui, bem embaixo dos seus pés? — Molina parecia angustiado. — É preciso denunciar, abrir logo esse buraco. Deve haver outros desaparecidos aí.

— Durmo e acordo pensando nisso todos os dias, senhor Gilberto. Mas o momento não é favorável...

Em 1981, o Brasil ainda era presidido por um general. O Dops estava em plena atividade. A Lei de Segurança Nacional vigia. Havia prisões políticas, como as dos sindicalistas do ABC um ano antes, e práticas nebulosas norteavam os trabalhos na auditoria militar e no Supremo Tribunal Militar. Os julgamentos eram viciados e inevitavelmente terminavam na condenação do mais fraco. Sobre tudo, o Estado de São Paulo era governado por Paulo Maluf, um político conservador, amigo da Rota e dos militares, que tinha sido prefeito exatamente nos anos em que aquele cemitério fora construído e inaugurado.

Gilberto Molina parecia exausto, resignado em

voltar ao Rio de mãos vazias.

— Seu Antonio, me elucida mais uma dúvida, por gentileza. Se as ossadas estiverem mesmo aí embaixo e forem retiradas, elas estarão identificadas? — quis saber. — Ou seja: será possível encontrar um saco com o nome do meu irmão?

— Tudo indica que sim. Os sacos são etiquetados. Pelo menos é esse o procedimento padrão em todas as exumações.

— E você me permitiria ver? Seria muito importante poder confirmar a existência desse ossário e voltar para casa com algum sinal de esperança.

Toninho foi buscar uma retroescavadeira e pôs-se a escavar numa das pontas do local. Retirou uma camada de terra, algo como 50 centímetros de profundidade, e o primeiro saco de plástico azul apareceu. Desfez um laço e o primeiro punhado de ossos surgiu. Toninho agarrou um osso comprido, provavelmente um fêmur.

— Então, senhor Gilberto, seu irmão era grande?

O engenheiro sentiu as pernas bambas, a visão turva.

Toninho tirou outro saco do buraco e exibiu um crânio. Em nenhum dos sacos era possível encontrar etiquetas. Feitas de papel, por certo elas haviam se desintegrado no contato prolongado com a terra úmida.

O engenheiro veio às lágrimas. Afastou-se daquele lugar e fitou o horizonte, na esperança de se recuperar. O coração atropelado, a respiração arfante. Aquele calvário jamais teria fim? A mãe adoecida, envelhecendo... Gilberto Molina chegara ao cemitério otimista e encontrara ali um cenário de dor, mentira, descaso e injustiça.

Ele havia chegado tão perto e, mais uma vez, o direito de enterrar seu irmão lhe escapava pelas mãos.

De volta a São Paulo, Caco foi falar com o editor do Globo Repórter.

— A história é verdadeira, Narciso. Confirmei com o irmão de um desaparecido.

— Sensacional. E o que você sugere?

— Um programa. Vamos revelar o paradeiro desses desaparecidos no Globo Repórter. Preciso de duas semanas.

— Vai em frente.

O repórter gaúcho de corpo mirrado, radicado em São Paulo e morador da Rua Bento Freitas, no centro da cidade, se agigantou em seu 1,70 metro incompleto. A existência de um buraco repleto de ossos sem qualquer registro oficial já era, em si, conteúdo suficiente para uma grave denúncia. Aquela não era apenas uma vala comum, mas uma vala clandestina, na acepção exata da palavra. Uma vala extraoficial. Caco buscara se certificar disso. Sem levantar suspeitas, solicitara ao serviço funerário um mapa do cemitério e confirmou: não havia nada naquele espaço além do cruzeiro.

Bom, o que ele já tinha conseguido reunir? Os exames do IML com a letra T de “terrorista”, a certeza de que guerrilheiros tinham sido enterrados no Cemitério Dom Bosco com nome falso ou sem nome nenhum, a informação inédita – e exclusiva – de que uma vala clandestina construída nos anos 1970 ocultava parte desses desaparecidos. Tinha também o depoimento do Gilberto Molina, irmão do desaparecido Flávio Carvalho Molina. O que ele precisava, agora, era cruzar os documentos do IML com uma lista de mortos e desaparecidos e com os livros do cemitério. Por meio das datas prováveis das mortes e dos codinomes indicados nos laudos e nos livros, talvez fosse possível estabelecer uma relação entre aqueles indigentes marcados com o T de “terrorista” e as histórias por trás daquelas execuções.

Caco precisaria conversar com familiares de mortos e desaparecidos. Essas organizações, ele sabia, tinham desbravado muitos arquivos, inclusive nos cemitérios, e reuniam um acervo inesgotável de informações preciosas. Toninho sugeriu que ele procurasse uma moça de nome Suzana.

— Suzana?

— Ela e o marido foram guerrilheiros. Ele morreu em 1972. O corpo dele foi enterrado aqui, registrado com o nome de Nelson Bueno. Sempre a mesma história.

Toninho havia ajudado Suzana a localizar os restos mortais do marido no livro de registros e, por extensão, sua sepultura, em 1979. Em 1982, cuidara da exumação e do traslado para Porto Alegre.

— Suzana é corajosa — afirmou. — Vai ajudar no que você precisar.

Em 1990, Suzana Keniger Lisboa militava na Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, organização que havia surgido anos antes para reivindicar verdade e justiça. Luís Eurico Tejera Lisboa, seu marido, morrera em 1972. A versão oficial dizia que ele tinha cometido suicídio numa pensão onde se hospedara no Bairro da Liberdade, em São Paulo. Ela nunca acreditou na versão oficial, sustentada inclusive pela dona da pensão, mas jamais conseguira obter informações que a confrontassem.

Semanas antes, Suzana tinha sido procurada pelo produtor Maurício Maia, que contara a ela sobre a descoberta dos laudos com a letra T e pedira sua ajuda para obter uma lista atualizada dos desaparecidos políticos com as datas prováveis de morte de cada um. Agora, Caco queria entrevistá-la para que ela comentasse a existência da vala clandestina e contasse a história da busca e da localização dos restos mortais de seu marido. Feita a entrevista, Caco perguntou se ela o acompanharia numa visita à pensão onde Luís Eurico teria se suicidado. Ele queria gravar um depoimento dela ali e fazer imagens do quarto onde acontecera o suposto suicídio.

Numa reviravolta surpreendente, um dos inquilinos da pensão afirmou diante das câmeras que a história que corria na pensão era outra.

— Entraram pela janela e atiraram nele — contou. — Ele era contrabandista.

Caco perguntou se ele sabia quantos eram os policiais.

— Parece que foram dois. Chamaram, ele não atendeu, aí foram e atiraram por ali. Aí puxaram ele e estava cheio de sangue. Depois que mataram ele, voltaram e falaram que era assaltante. Quem explicou pra mim foi uma senhora que morou aqui.

— A dona da pensão?

— A dona da pensão.

— Qual o nome dela?

— Marina.

Caco virou-se para Suzana e perguntou se ela já tinha ouvido aquela versão.

— É a primeira vez. Falei diversas vezes com a Dona Marina aqui, ela nunca foi chamada a depor, e pelo jeito é a única pessoa que conta a verdade sobre essa história.

Suzana desatou a chorar. Um choro sofrido, de revolta e dor, capturado pelas câmeras da reportagem após quase 20 anos de mentira.

Agosto ainda não tinha terminado quando Caco Barcellos deu o programa por encerrado. Além de Suzana e Gilberto Molina, irmão do Flávio, Caco havia entrevistado dona Iracema Rocha Merlino, mãe de Luiz Eduardo Merlino, Shuniti Torigoe, irmão de Hiroaki Torigoe, e o casal Berl e Bilma Reicher, pais de Gelson Reicher, entre outros familiares de mortos e desaparecidos. Agora, estava tudo pronto. Faltava apenas o mais importante: um desfecho para a denúncia sobre a vala. “Daqui a pouco o ossário geral fica pronto, os sepultadores transferem as ossadas da vala clandestina para lá e ninguém fica sabendo de nada disso”, Caco pensava. Pediu ajuda para Suzana.

— A matéria está pronta, Suzana. Só falta abrir a vala.

Servidora da Assembleia Legislativa de São Paulo cedida para a Prefeitura e lotada no Anhembi até o mês anterior, Suzana sugeriu levar o assunto a Lúcio Gregori, então Secretário Municipal de Serviços e Obras. No dia seguinte, ela voltou com o encaminhamento do secretário. Segundo Suzana, Gregori recomendou ao grupo agendar uma visita ao cemitério junto com o diretor superintendente do serviço funerário, Rui Alencar. E garantiu a ela que autorizaria a abertura da vala.

Faltava pouco para Caco Barcellos concluir a última etapa naquela apuração e garantir as imagens de abertura para o Globo Repórter.

Rui Alencar havia sido empossado em 15 de janeiro daquele ano. Chegara para apagar incêndio numa das autarquias mais complicadas daquela administração. Seu antecessor, empossado um ano antes, no iní-

cio do governo, fora indicado pelo PCB, um dos partidos políticos coligados, e acabou exonerado em poucos meses, sob a acusação de conivência com práticas pouco republicanas no trato com a coisa pública. Militante da Ação Popular em Goiás nos anos de chumbo e fundador do diretório zonal do PT de Pinheiros, em São Paulo, nos anos 1980, Rui ouviu pedidos tão insistentes para que assumisse o cargo, inclusive da prefeitura, que acabou aceitando a nomeação. Em uma semana, estava arrependido.

Sob a supervisão de Rui Alencar, o serviço funerário era uma autarquia com 1.800 funcionários, 21 cemitérios, doze agências e uma fábrica de caixões. Havia de tudo naquele microcosmo ao qual ele jamais prestara atenção: um percentual altíssimo de alcoolismo, um movimento grevista prestes a eclodir na fábrica, diversos cemitérios carentes de ossário geral, denúncias envolvendo máfias de certidões e comércio ilegal de sepulturas.

Aos poucos, Rui foi agendando visitas aos cemitérios a fim de conhecer os administradores e conferir as instalações. Em agosto, ele ainda não havia visitado nenhuma vez o Cemitério Dom Bosco, um dos mais afastados do centro, mas também o mais novo, inaugurado a menos de 20 anos. Cedo ou tarde, ele precisaria mesmo dar um pulo lá.

Foi Suzana quem tomou a iniciativa de telefonar para ele. Os dois já se conheciam. Prudente, ela preferiu não se alongar por telefone. Combinou de visitá-lo na sexta-feira e levou Caco Barcellos. Receptivo, Rui ouviu um resumo da audaciosa investigação conduzida pelo repórter nos últimos meses e também o corajoso périplo dos familiares ao longo de mais de uma década de buscas. Caco explicou que estava com um Globo Repórter praticamente pronto para contar a história da procura pelos desaparecidos políticos, mas que seria fundamental gravar algumas imagens da abertura da vala. Ele sabia que um ossário geral estava sendo construído ao lado da vala e que seria natural remover as ossadas para lá. Faltava a autorização da Prefeitura para a exumação.

Rui se lembrou que, ainda em janeiro, o vereador Adriano Diogo, ex-presos político, o alertara de que

havia um problema no cemitério de Perus que exigiria alguma atenção do diretor superintendente recém-empossado. Agora, as peças pareciam se encaixar. Propôs fazerem juntos uma visita ao cemitério na terça-feira seguinte, dia 4 de setembro, às 10 horas, e encerrou a reunião convencido de que a visita que acabara de agendar teria caráter técnico. Rui pediria ao administrador, Antonio Pires Eustáquio, para indicar a localização da vala, como fizera com Caco e Suzana. Talvez escavasse um pequeno trecho para confirmar. Então deliberariam sobre o que fazer.

No dia 4 de setembro, às 10 horas, Rui estacionou seu carro em frente ao prédio de administração do cemitério e deu de cara com o circo armado. Caco Barcellos, repórter notívago conhecido pelos colegas pela dificuldade em acordar cedo e ser pontual nas pautas, havia caído da cama. Chegara ao local por volta das 8 horas. Junto com ele estava o cinegrafista Hugo Sá Peixoto, que àquela altura já subia e descia o barranco, fazendo as primeiras tomadas em vídeo.

Fotógrafos e repórteres de texto de outros veículos começaram a chegar. Toda a imprensa tinha sido convidada. A pauta? A abertura de uma vala clandestina onde teriam sido ocultadas mais de mil ossadas na metade dos anos 1970.

O telefone tocou no gabinete da prefeita. Toque de telefone é sempre igual. Se não fosse, a telefonista seria capaz de jurar que, daquela vez, o aparelho soara mais alto e estridente do que de costume. O telefone tinha motivos de sobra para gritar.

Rui Alencar não quis adiantar o assunto com ninguém. Nem com Muna Zeyn, secretária particular da prefeita, nem com Alípio Casali, o chefe de gabinete.

— Preciso falar com a prefeita com urgência! — anunciou. — Estou no cemitério de Perus e tem um caso sério acontecendo aqui neste exato momento.

Luiza Erundina interrompeu a reunião para atender ao telefone.

— Prefeita, estou aqui no Cemitério Dom Bosco e acabam de descobrir uma vala clandestina. Cavaram

um buraco e não para de sair saco aqui de dentro. Sacos com ossos. São dezenas. Talvez centenas.

Erundina nem esperou o superintendente concluir a explicação para se levantar e encerrar a reunião. Em dois minutos, embarcava no carro oficial a caminho do local. Na lembrança de Rui Alencar, a prefeita transpôs em tempo recorde os 35 quilômetros que separavam a sede da Prefeitura, no Parque do Ibirapuera, e a vala clandestina, em Perus. Em vinte minutos, Erundina estava à beira da vala, conferindo de perto o trabalho de remoção das ossadas e respondendo às perguntas dos jornalistas.

Dois anos antes, em setembro de 1988, Luiza Erundina estava em terceiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para a prefeitura de São Paulo, atrás do ex-prefeito e ex-governador Paulo Maluf e do secretário estadual de Obras, João Leiva, apoiado pelo então governador Orestes Quércia. Paraibana de Uiraúna, na divisa com o Rio Grande do Norte e o Ceará, Erundina tinha sido secretária de Educação e Cultura de Campina Grande e militara nas Ligas Camponesas na Paraíba antes de migrar para São Paulo, no início dos anos 1970. Eleita vereadora em 1982 e deputada estadual em 1986, surpreendera o diretório nacional do PT ao vencer a eleição interna para a escolha do candidato a prefeito, num momento em que os principais dirigentes petistas, como Lula e José Dirceu, apoiavam o nome de Plínio de Arruda Sampaio. Após uma campanha popular, investindo essencialmente no diálogo com a periferia, Erundina vencera a eleição com 33% dos votos válidos, superando Maluf (24%) e Leiva (14%), numa época em que não existia segundo turno.

Primeira mulher a governar São Paulo, e primeira prefeita declaradamente de esquerda, Erundina cercara-se de lideranças populares e intelectuais renomados para montar um secretariado de peso. Paulo Freire, Marilena Chaui, Paul Singer, Dalmo Dallari e Ermínia Maricato assumiram pastas como Educação, Cultura, Planejamento, Negócios Jurídicos e Habitação. A oposição à ditadura militar e o compromisso com a reparação histórica vinha explicitada em nomeações como a de Paulo Freire, preso e exilado em 1964, e de Rosalina Santa Cruz, ex-guerrilheira e presa política,

irmã do desaparecido Fernando Santa Cruz, para a Secretaria de Bem-Estar Social. Além, é claro, do então vice-prefeito Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado com destacada atuação na defesa de perseguidos políticos, presidente do Comitê Brasileiro pela Anistia e um dos responsáveis pela pesquisa que resultou no livro *Brasil: Nunca Mais*.

Aberta a vala, Erundina assumiu para si a responsabilidade pela preservação e pela investigação daquele material surpreendente. Peitou a Polícia Civil e o IML, que reivindicavam a tutela das ossadas, e determinou que caberia à Prefeitura conduzir esse processo, firmando os convênios necessários e estabelecendo diálogo com os familiares de desaparecidos. “O governo municipal não vai abrir mão desses encaminhamentos”, declarou. “Temos que levá-los às últimas consequências, dure o tempo que durar, custe o que custar. É isso que é importante e é isso que nos dá vontade e certeza dos resultados desse esforço, que não é só do governo municipal, mas também da sociedade, dos familiares e das entidades que lutam pelos direitos humanos em nossa cidade e em nosso país”.

Por volta do meio-dia, a imprensa internacional também começou a se dirigir a Perus. Repórteres da BBC de Londres e da RAI italiana estavam entre os jornalistas que se acotovelavam em busca de declarações. Suzana telefonou para outros integrantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, como Amelinha Teles e Ivan Seixas, e pediu para que fossem até lá. Era humanamente impossível supervisionar sozinha a retirada dos ossos e atender a tantos pedidos de entrevistas e esclarecimentos.

As imagens capturadas pelas câmeras eram chocantes. Além dos sacos azuis fechados, havia ossos dispersos, espalhados pela vala ou que acabavam vertendo dos sacos ressequidos e quebradiços pelo tempo. Crânios eram retirados do buraco e sintetizavam o sentido fúnebre daquela revelação. Mais do que fúnebre, funesto.

A vala clandestina era um buraco estreito e pouco profundo, com 30 metros de comprimento por 50 centímetros de largura e 2,70 metros de profundidade. Ao longo daquela semana foram retirados 1.049 sacos

de plástico azul cheios de ossos e realocados numa sala de velório que os funcionários chamavam de capela. Em tese, havia uma ossada em cada saco, o que fez com que os meios de comunicação divulgassem a notícia de que 1.049 ossadas haviam sido localizadas. Aqui e ali, percebia-se a mistura de ossos, o que indicava a necessidade de um rigoroso trabalho arqueológico de limpeza e separação.

Um sistema extraoficial de morte e ocultação, adotado como política de Estado, começava a ganhar visibilidade. Tudo carecia de explicação. As informações eram desencontradas.

O momento era de tensão nos setores mais conservadores das Forças Armadas. Ameaças de morte logo começaram a aparecer, direcionadas num primeiro momento ao administrador do cemitério, que ousara dar com a língua nos dentes e mexer naquele vespeiro. Para os familiares de mortos e desaparecidos, as ameaças eram uma constante.

Enquanto as ossadas eram retiradas da vala, providências foram tomadas na Prefeitura, na Câmara Municipal, no gabinete do governador. Havia muita coisa a ser feita. O então secretário de segurança pública do Estado de São Paulo, advogado Antonio Cláudio Mariz de Oliveira, prometeu vigilância permanente no local até que todas as ossadas fossem retiradas e levadas a um local seguro. Vereadores discutiam a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a origem daquela vala e apurar as responsabilidades. Nos bastidores, a prefeita mexia os pauzinhos para formar uma comissão de acompanhamento sob sua alçada e definir a melhor maneira de analisar aquela montanha de ossos a fim de identificá-las. Quem eram aquelas pessoas? Como e por que foram mortas?

Naquela noite, o *Jornal Nacional* exibiu uma matéria curta, de três minutos, com imagens da abertura da vala de Perus, nome pelo qual o ossário clandestino se tornaria conhecido. A expectativa pela reportagem completa, a ser exibida na sexta-feira no *Globo Repórter*, só aumentava.

Por coincidência ou ironia do destino, aquela sexta-feira seria o feriado pátrio de 7 de setembro,

aniversário da Independência, data em que desfiles militares e apresentações da esquadrilha da fumaça costumavam elevar o ufanismo verde-amarelo a um patamar sem precedentes. Exibir aquele programa em um 7 de setembro seria não somente uma afronta, mas um golaço contra os militares. Suzana Lisbôa prestaria atenção às palavras usadas pelo repórter ao gravar a matéria e estava exultante. Caco se referia aos desaparecidos como guerrilheiros, e não como terroristas, algo pouco comum no horário nobre. E colocava na conta da repressão práticas criminosas como sequestro, tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres.

Quando a sexta-feira chegou, outro programa foi ao ar. A reportagem de Caco Barcellos havia sido engavetada.

Somente cinco anos depois, em 21 de julho de 1995, quando o Governo Federal discutia a elaboração de uma lei que oficializaria a morte de 136 desaparecidos políticos, os brasileiros puderam assistir na telinha da Globo a história completa da vala de Perus e sua participação no acobertamento de graves violações de direitos humanos.

Caco Barcellos: “Fiquei chocado e me dei conta da dimensão que aquilo tinha”

Camilo Vannuchi⁵

Repórter investigativo disposto a denunciar as mortes praticadas pela Polícia e desvendar as atrocidades de um governo ditatorial que matou e escondeu os corpos de opositores, Caco Barcellos esteve no epicentro da descoberta da vala clandestina de Perus. Foi ele quem ouviu o testemunho do administrador do Cemitério Dom Bosco e desencadeou o processo que levou à deflagração da vala, em 4 de setembro de 1990. No mesmo dia, a revelação de que centenas de ossadas tinham sido ocultadas pela ditadura militar repercutiu em todo o Brasil e também nas agências internacionais de notícia. Nesta entrevista, feita em julho de 2020, ele conta de que maneira as pesquisas que realizou para escrever o livro *Rota 66*, de 1992, o levaram até a vala clandestina. Lembra também os bastidores daquela reportagem e faz um alerta sobre a necessidade de investigar – e denunciar – a violência de Estado, as mortes e os desaparecimentos que continuam acontecendo, mais de trinta e cinco anos após o fim da ditadura.

Como essa história começou? O que o fez desconfiar da existência de uma vala clandestina no Cemitério de Perus?

Em 1985, comecei a investigar os crimes praticados pela Polícia Militar de São Paulo, principalmente os crimes da Rota [*Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, batalhão de elite da PM paulista*]. Eu tinha a expectativa de identificar todas as pessoas que a Polícia Militar de São Paulo matou em toda a sua história [*a partir da estruturação da PM em 1970*]. Por isso comecei minha investigação delimitando o universo da pesquisa em abril de 1970, que foi quando os órgãos da repressão



O repórter Caco Barcellos, da TV Globo, foi quem obteve em primeira mão a denúncia sobre a existência da vala. Ele investigava o paradeiro de vítimas fatais da PM

criaram essa unidade, a Rota, como parte da Polícia Militar de São Paulo. A Rota foi criada como uma força auxiliar do Exército Nacional para colaborar com a repressão, na época praticada por militares, mas em trajes civis. Se esses agentes do sistema de informação descobriam algo, ou desconfiavam de algo em alguma rua ou imóvel – um aparelho, como eles chamavam os esconderijos de guerrilheiros – e decidiam invadir aquele local, eles sentiam a necessidade de bloquear o trânsito, para não haver testemunhas, né? Os americanos ensinaram aos coronéis brasileiros que esse sistema de prisão e possível execução requer uma limpeza da área, para afastar as possibilidades de testemunhas assistirem à cena. Então, para fechar um quarteirão, precisavam de gente armada, e a Rota fazia esse papel. Então, as primeiras vítimas da Rota que eu consegui

⁵Camilo Vannuchi é jornalista e escritor, autor da pesquisa que deu origem a este livro e à obra *Vala de Perus, uma biografia* (Alameda Editorial, 2020).

identificar foram as pessoas mortas naquela época, meados de 1970. E aí os primeiros que identifiquei eram, sem eu saber, os militantes que faziam oposição ao regime naquele tempo. Eu só tive certeza de quem eram tempos depois, quando a investigação já tinha uns quatro anos.

Mas como você chegou a esses militantes?

Eu tinha quatro fontes de pesquisa. A mais relevante era a pesquisa de rua. Se tivesse que fazer esse livro hoje, eu estaria pesquisando o Bope do Rio de Janeiro. As unidades especiais da Polícia do Rio de Janeiro matam cinco pessoas por dia. Cinco por dia! Naquele tempo, em São Paulo, a Rota e as outras unidades que também executavam matavam aproximadamente três a quatro pessoas por dia. Eu sabia disso de tanto trabalhar na rua. Esses corpos eram levados ao Instituto Médico Legal, ali na subida da Rua Teodoro Sampaio. Sabendo disso, eu ficava ali de plantão. Às vezes, quem ficava de plantão era o Sidney, um adolescente que me ajudou. Conheci o Sidney quando ele procurava os pais desaparecidos. Estava fazendo uma reportagem sobre desaparecidos, conheci o Sidney e fiquei impressionado com a história dele. Tinha perdido o pai e a mãe. Ele mesmo era um sobrevivente. Ele me contou as vezes em que escapou correndo quando viu uma viatura da Rota chegando. Achei uma irmã dele, fotografias do pai. Depois de conversar muito com ele para essa reportagem, contei o que fazia no Instituto Médico Legal. “Estou aqui atrás de pessoas que são mortas pelas polícias. É muito difícil encontrar testemunhas, então eu venho até aqui, porque aqui eu posso encontrar os parentes, que chegam para identificar os corpos dos familiares”. Quando consegui guardar uma parte do meu salário, achei que podia contratar alguém para

“ As primeiras vítimas da Rota que eu consegui identificar foram as pessoas mortas nos anos 1970. Eram, sem eu saber, os militantes que faziam oposição ao regime ”

ajudar nessas abordagens, dar um dinheiro para ele, mensalmente, para ele fazer plantão no portão do IML. Geralmente, ele fazia à tarde e eu chegava à noite e o substituía. Criei até uma tabela para ajudar o Sidney a fazer a coleta de informação, a tabelinha que ele preenchia, na medida em que chegava um corpo.

Eram quase sempre pessoas sem documentos?

Sim. A polícia matava, e eu imagino que ela pusesse fogo nos documentos quando descobria que não eram criminosos com registro na Justiça de São Paulo. Quando consultavam o computador e viam que a pessoa não tinha registro [*não tinham passagem pela polícia*], acho que desapareciam com os documentos, não sei se queimando, jogando fora e tal. Era difícil identificar e, por isso, ficar na porta do IML era muito importante. Quando chegava uma mulher e saía de lá chorando, eu corria para conversar com essa pessoa, com essa mulher. Orientei o Sidney a fazer o mesmo depois que ele decidiu trabalhar comigo, e assim nós identificamos os primeiros. Naquele tempo, anos 80, os governantes não tinham nenhum tipo de cuidado para tornar aquele ambiente mais humanitário, era um descuido absoluto, o que por outro lado facilitava o meu trabalho. O rabecão chegava, tiravam os corpos de dentro do carro e eu podia chegar perto e ficar olhando. De tanto ficar ali, muitos anos fazendo esse trabalho, eu já conhecia todos os motoristas do rabecão, conhecia os funcionários do IML, e eles permitiam chegar bem perto quando era o carro do IML que chegava. Quando era o carro da Rota, aí não, mas raramente chegava o carro diretamente da Rota. O carro da Rota leva o corpo para o hospital, e não diretamente para o Instituto Médico Legal.

Uma maneira de transferir a responsabilidade por aquela morte?

É. Esconder o cadáver e dar aquelas cores de ação legítima: “Atiramos para conter; morreram chegando ao hospital”. Tudo seguindo a orientação americana de fazer isso contra a guerrilha. Quando acabou a guerrilha, começaram a fazer o mesmo com os criminosos comuns. Então, em alguns casos eu tinha a facilidade de chegar perto: se fosse cara de adolescente, de jovem, se

fosse negro, aumentava muito a possibilidade de ser alguém que eu iria identificar como vítima da Rota. Sobretudo quando saía de lá uma mulher, após identificar um corpo, eu passava a ter certeza. Eu abordava, me oferecia para acompanhar, pegava o ônibus junto; se estivesse de carro, eu ia com meu carro atrás, e começava ali o processo de investigação para chegar à identificação dos 4.200 *[mortos pela PM]* que nós conseguimos *[identificar em sete anos]*. Além da portaria do IML, outra fonte de pesquisa minha foi dentro do IML. O Rubens Brasil Maluf era o diretor do IML naquela época. Não é parente do *[Paulo]* Maluf, o ex-governador, mas tem o sobrenome igual. Depois de me ver trabalhar muito ali, ficou curioso para saber o que eu fazia. Eu dizia para todo mundo que estava fazendo uma pesquisa sobre morte por causa violenta. Falava uma meia verdade: não dizia que era sobre mortes praticadas pela polícia, mas que estava fazendo uma pesquisa de mortes violentas por causa externa. Eu já trabalhava na televisão. De tanto me ver ali e esperar uma matéria na televisão e a matéria nunca aparecia, eles foram relaxando e perderam a curiosidade de saber qual era meu objetivo. Certo dia, convenci o diretor a permitir que eu entrasse no IML, no andar de cima, onde havia um arquivão. O que eu procurava era a área onde estavam arquivados os papéis relativos aos exames feitos nos cadáveres. Era um cenário macabro, cheio de fetos em grandes vidros de laboratórios.

Que sala era essa? Por que esse cenário macabro?

Eles chamavam de museu. Era uma sala, tudo muito empoeirado, desorganizado. Uma papelada relativa aos registros dos mortos, tinha até uma montanha de papel acumulado no chão, algo como um metro, talvez um metro e meio de papelada. Uns arquivos mais organizados, em uns cadernões pretos, aquela coisa de arquivo antigo, em envelopes de cartolina preta. Cada caso reunia mais ou menos cinco ou seis documentos. E esses documentos, para mim, eram o ouro que eu procurava. Por que era macabro? Porque no meio desses arquivos, desses grandes cadernos de capa preta, havia alguns vidros de laboratório com fetos dentro. Fetos humanos, pedaços de corpos, em um líquido que eu

não sei qual era, para conservação. E outras coisas. Acho que caveiras, muito material que talvez tenha sido usado nos inquéritos, não sei se tinha alguma arma, mas, se tinha, era sucata de arma, não recordo exatamente. Eu sei que aqueles fetos me impressionavam muito, e aqueles pedaços de corpos. E tinha um cheiro muito ruim!

O que você buscava ali?

Todo dia acontecia um caso, no mínimo. Em geral, dois ou três. E sempre que acontecia um caso, o registro era feito na delegacia mais próxima do local do acontecimento. Então, Vila Maria, por exemplo, delegacia da Vila Maria. Quando o delegado ficava sabendo pelo boletim de ocorrência que houve um caso, digamos, dois adolescentes negros não identificados resistiram à prisão, revidaram, foram baleados, levados pela polícia para o hospital da Vila Maria e morreram ao dar entrada no hospital, o delegado imediatamente batia um telex para o Instituto Médico Legal fazendo o pedido: “Ó, mais dois corpos de adolescentes, Vila Maria, os corpos se encontram no hospital tal”. No IML, alguém no plantão pegava aquele telex, um papel estreito com uns 10 ou 15 centímetros, e dava para o motorista do rabecão, o carro que transportava os cadáveres. E o motorista, com base nesse documento, ia atrás do corpo. E, quase sempre, o destino era um hospital. Ele chegava com aquele telex e o hospital liberava a geladeira para fazer a retirada dos dois corpos. O motorista do rabecão prendia aquele papel no pulso do cadáver, amarrado precariamente, e trazia para o Instituto Médico Legal. Esse papel amarrado no pulso era a primeira referência que eu tinha. E ficava arquivado. Quando o corpo dava entrada no IML e ia para a geladeira, o perito vinha, pegava esse papel, dava uma olhada, grampeava em outro papel maior para fazer o exame de corpo de delito, e aí complementava esse papel a partir dos dados do telex: “Trata-se de jovem, aparentemente 20 anos, da cor parda, apresentando ferimentos de objetos contundentes, está vestido com uma camiseta marrom, jeans, descalço”. Às vezes, dizia “sem documentos em suas vestes”. Na imensa maioria das vezes, “não-identificado”.



A revelação da existência da vala clandestina atraiu muitos jornalistas a Perus. À esquerda, o cineasta João Godoy gravava as primeiras imagens para seu documentário *Vala comum*, de 1994

Depois, esse segundo documento recebia um terceiro, que era o exame cadavérico, um exame mais aprofundado, feito pelo médico legista, que aponta, no papel, sobre um desenho de um corpo, os locais exatos dos ferimentos. Esses dois papéis também eram fundamentais, porque eu tinha ali o desenho do corpo indicando, muitas vezes, ferimentos na nuca, ou nas costas, ou sobre o coração, em zona vital, com marcas de tiros, orifícios de entrada e de saída de projéteis. Alguns orifícios com uma circunferência perfeita em volta, quase sempre na região do coração. Isso significava que uma arma foi encostada ali no momento do disparo. Quando você dispara a arma, o projétil sai com muita química e o cano fica muito quente, ele queima a roupa e queima a pele. Por isso se diz tiro à queima-roupa. Quando o médico legista vê, ele sabe que se trata de um tiro à queima-roupa. Então, era um elemento importantíssimo para uma futura prova de que era um jovem morto por execução, e não em tiroteio. Se encontrasse um documento afirmando isso, para mim era fundamental. Se não houvesse isso, de qualquer maneira esses três papéis eram muito importantes. Acontece que era tudo misturado ali. Como encontrar um laudo de abril de

1970 ou de outubro de 1981?

Você precisou colocar toda a papelada em ordem?

Com ajuda do Daniel Annenberg. Na época, ele era um estudante de administração pública. Depois de trabalhar comigo, virou um homem público, criou o Poupatempo, trabalhou na gestão Mário Covas. Virou vereador em 2016. Enfim, ele era um estudante de administração, em dúvida se fazia jornalismo ou administração. Ele fazia uns “frilas” ali para me auxiliar quando eu estava viajando. O que a gente fez? A gente resolveu botar ordem naquela papelada. Então fomos descobrindo as datas, 1970 uma montanha, 1971 outra, levamos meses para organizar tudo aquilo. Quando tinham os três papeizinhos, a gente vibrava muito. Se tivesse um, já estava bom; dois era melhor; mas três era o ideal. Agora, muita coisa sumida. Um mês inteiro sem nada, uma semana inteira sem nada. Depois fomos fazer o cruzamento de informações. Fui atrás de um jornal do Grupo Folha chamado *Notícias Populares*. Um jornal que, se você torcesse, saía sangue. As matérias frequentemente elogiavam as ações da Polícia. Então eu li todas as notícias relativas a essas mortes em São Paulo a partir

“ Eu achava um absurdo, numa sociedade cuja Constituição não prevê a pena de morte, haver uma instituição disposta a praticar a pena de morte, diariamente. ”

de 1970. Dizia assim: “na noite passada, dois elementos, dois facínoras, dois delinquentes atacaram as forças da Polícia Militar, que em uma ação de legítima defesa se defenderam, dispararam e atingiram os meliantes, que foram transportados com vida para o hospital e, ao chegar ao hospital, vieram a óbito”. No final “a ação, muito elogiada pelo comando, foi do capitão Conte Lopes, da turma tal”. Caramba! Eu anotava: 20 de outubro de 1970, dois mortos, capitão Conte Lopes. Com a documentação organizada no Instituto Médico Legal, corria atrás de outubro de 1970. Se encontrasse ali os documentos de dois jovens, mortos no mesmo bairro...

Já chegava perto da autoria, dos policiais responsáveis.

Mesmo bairro, mesma delegacia de registro, mesmo hospital, então eu já sabia que tinham grandes chances de ser o Conte Lopes, porque o jornal escreveu elogiando. Então eu tinha esse outro dado para montar a pesquisa. E assim a gente foi avançando. A terceira fonte era a auditoria militar. Quando eu sabia que [o autor] era o Conte Lopes, eu ia atrás do processo. Na medida em que eu identificava, quando tinha a sorte de encontrar a mãe que foi identificar o corpo no IML, eu pegava os documentos, tinha a identificação da vítima, entrava com a documentação nas comarcas da Justiça da Grande São Paulo perguntando se de fato eram assaltantes, latrocínas ou estupradores, como diziam os coronéis da PM, e eles me respondiam ali, 62% das vezes, que eram pessoas que não tinham nenhum registro. Eram inocentes ou, pelo menos, tinham sido mortos sem nunca terem sido presos. Então, eu tinha esse volume de informação.

Como você arrumava tempo para essa pesquisa? Você ia para o IML depois do expediente na televisão?

Como era sua rotina?

Eu fazia muitas reportagens de investigação para o *Jornal Nacional* naquela época, às vezes ficava dois meses em uma matéria fora de São Paulo. Quando eu voltava, se eu pudesse, todo dia dava uma passadinha no IML. À noite, que é quando isso geralmente acontece [a execução pela Rota], e às vezes amanhecia ali. Porque, se eu encontrasse alguém que fosse identificar um familiar e concordasse em falar comigo, eu já ia direto. Acho importante fazer na hora, você engata e vai. Ia para as favelas acompanhar aquela família. O velório, quando acontecia na mesma noite, no dia seguinte, era uma oportunidade de ouvir muita gente associada àquela história, aí a investigação avançava. Eu fazia isso, às vezes ia trabalhar no dia seguinte morrendo de cansaço porque tinha virado a noite fazendo a pesquisa. Mas eu achava que o meu propósito era identificar. Eu achava um absurdo, em uma sociedade que não tem uma Constituição que prevê a pena de morte, haver uma instituição disposta a praticar a pena de morte urbana, diariamente, contra bandidos. Eu achava que tinha que fazer essa denúncia! E na medida em que fui avançando, sobretudo quando passei a identificar e levar [os nomes] para os cartórios da Justiça, e descobri que a maioria, quase sete em cada dez eram inocentes, eu fiquei muito assustado. Caramba, pensei que fosse fazer a denúncia do absurdo que é matar bandidos, já que não há pena de morte, mas não, era muito mais grave, eles estavam matando pessoas inocentes! E desqualificando moralmente essas pessoas. É um padrão dos matadores, não só no Brasil. Primeiro, a culpa sempre é de quem morre. Segundo, [os matadores] desqualificam moralmente para justificar para uma imprensa não muito rigorosa, dizendo que eram criminosos e por isso mereceram morrer, numa ação de legítima defesa, aquela retórica oficial de sempre. Os textos [das notícias] eram sempre os mesmos, só mudava a quantidade de mortos, a cor da pele e a idade presumida. O resto era tudo igual. Os policiais eram agredidos, disparavam em legítima defesa, como gesto humanitário levavam para o hospital, e eles acabavam não resistindo e morriam. As testemunhas eram os policiais militares e o indiciado era o morto, isso se repetia sempre. Então, eu me dei

conta de que a denúncia era mais grave. Matar bandido já é grave, seja quem for, mas pessoas que sequer eram criminosas...

E como você chegou aos desaparecidos políticos, aos guerrilheiros que a repressão chamava de terroristas?

Depois de organizada a papelada, a gente foi avançando nas análises e percebeu que o perfil era pouco variado, mas tinha mais gente branca de 1970 a 1973. À medida que a gente foi separando por ano, a gente ficou curioso para saber que criminoso é esse que tem um perfil diferente dos demais. E nos chamou atenção que alguns desses papéis tinham a inicial “T” escrita a lápis colorido, em vermelho. Reuni aquilo sem desconfiar de nada, mas depois me chamou atenção que aqueles que tinham o “T” eram brancos. E acabaram os “T” em 1973. Um dos funcionários do IML confirmou que era inicial de “terrorista”. Eram os mortos e desaparecidos da repressão. Como não tinham sido mortos pela Polícia Militar, não estavam no meu universo da pesquisa. Mas aí entra o Maurício Maia, um grande pesquisador [então produtor do jornalismo da Globo]. Eu estava conseguindo identificar os casos mais atuais, 1989, 1990, mas na medida em que os casos eram mais remotos, eu tinha dificuldade de identificar. Cheguei a pensar em fazer exumação, chegamos a pedir uma ou outra, e aí um caminho que resolvi adotar foi fazer o caminho dos cadáveres depois de saírem do IML. Para onde tinham ido os corpos não identificados, que eram os que eu procurava, sobretudo os mais antigos? Eles recebiam números no IML e eram levados para os cemitérios [para serem enterrados como indigentes]. Entre os destinos, apareceu Perus. Tinha outros cemitérios em São Paulo, mas, cruzando os dados, não me lembro de que maneira, [percebi que para] todos aqueles com a letra “T”, o destino era Perus. Aí, com a ajuda do Maurício, fomos a Perus. O Maurício achou os números nos registros. Cada corpo que entra tem um registro no caderno. De posse dos números que eu procurava, ele encontrou. “Realmente, esse corpo saiu do IML e deu entrada dia tal no Cemitério de Perus”. No fim de semana, eu ia ao cemitério tentar localizar. Maurício me deu

os números das sepulturas. Só que ali, na cova, tinha outro nome. Passados quase vinte anos, aqueles nomes não apareciam mais. Aí fiquei sabendo, conversando no cemitério, que havia umas seis camadas de corpos [em cada sepultura], então nem sempre tinha o nome de todos. O mais comum era colocar o nome do último e retirar o do anterior. Bom, como a gente conseguiu avançar? Em um fim de semana lá, eu estava no meio da minha procura, fui procurado pelo diretor de administração do cemitério, o Toninho.

Antônio Pires Eustáquio era o administrador do cemitério desde 1976. Ele quis saber o que você estava fazendo ali?

Ele pareceu um pouco estranho, querendo conversar comigo. Queria conversar em um lugar escondido. Disse para eu esperar lá embaixo e fomos conversar. Nisso ele me contou que achava esquisito a minha presença ali. Ele viu que a gente estava procurando coisas antigas e resolveu me falar uma coisa que ele estava sabendo. Aí ele me contou que, num tempo que eu não me lembro mais quando foi, foi aberta uma cova coletiva, e ele falava em 1.500 cadáveres que tinham sido retirados das covas em que eu procurava.

Tinham sido levados para uma grande cova, uma cratera que abriram ali. Enterraram, cobriram.

E você?

Bom, eu fiquei impressionado, é claro, e falei com o meu chefe de reportagem [no Globo Repórter], que era o Narciso Kalili. Expliquei para ele que estava fazendo uma pesquisa para o meu livro sobre as ações da Rota e contei sobre essa descoberta. O Narciso tinha alma de repórter, sangue de repórter. “Vai atrás. O que você precisa?” “Só preciso falar melhor com esse diretor do cemitério e checar o que ele está me dizendo”. Fui para lá já na segunda ou terça-feira e o Toninho não quis me receber. Pô, achei estranho. Me procurou querendo passar uma informação relevante e depois não queria mais falar comigo? Fiquei ali conversando com ele um tempão e não teve conversa. “Não te falei coisa nenhuma!”. Achei superesquisito. Contei pro Narciso: “Acho que o cara é meio doidão, não deu certo”. E aí retomei a

minha pesquisa para buscar as vítimas da Rota. Em um final de semana qualquer, não sei se no seguinte ou depois, o Toninho me procurou: “Tenho uma informação importante para te passar”. E contou tudo de novo. Vi que ele estava meio alto, acho que tinha bebido um pouco. Aí entendi. Quando o cara bebe, ele fica sincero ou mentiroso, uma das duas. Perguntei para ele se ele tinha falado a mesma coisa para alguém. E ele disse: “Para ninguém, exceto para o Molina, um engenheiro, da família Molina” *[ele se refere a Gilberto Molina, irmão do desaparecido político Flávio Molina]*. “O que você falou para ele?” “A mesma coisa que eu falei pra você, só que ele foi mais curioso, acho que ele é melhor repórter que você” *[Caco Barcellos reproduz o que Toninho teria dito a Gilberto]*. “Ele perguntou se eu poderia mostrar o lugar, eu fui e mostrei. Abri um pouco; eu tinha uma picareta ali, uma pá, abri um pouco e não precisei ir muito longe para encontrar o primeiro saco. Tirei o saco, ele desandou a chorar muito”. O Toninho tinha dado a certeza de que seria possível identificar pelo número, porque teria a numeração amarrada no saco. E, quando tirou o primeiro saco, não tinha mais o papel, porque o tempo deve ter comido. Tirou o segundo, o terceiro, sem nada. Aí o Molina pediu para parar, “pelo amor de Deus”, sofrendo muito com aquela descoberta, e foi embora. Os dois nunca mais conversaram. Quando ele falou Molina, eu saí atrás de familiares de guerrilheiros daquele período querendo saber se tinha algum Molina. Foi aí que eu conheci a Suzana *[Suzana Lisbôa, então à frente da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos]*. E ela: “Lógico que tinha um Molina!”. Aí eu fui atrás dessa família, busquei pela lista telefônica do Rio de Janeiro e consegui falar com um Molina. Era justamente o Molina que eu procurava, que era o que tinha ido a Perus. *[Fui até lá]*. Na época, ele trabalhava no bairro de Botafogo. Ele desceu, pedi para

“ Cheguei à conclusão de que, de todos os desaparecidos políticos, no mínimo nove estavam ali.

Agora, para ter certeza absoluta, tinha que abrir a vala.”

conversar com ele em outro local, contei a história, ele ficou muito emocionado e disse: “Olha, essa história ele *[o Toninho]* contou para mim, exatamente assim, fui lá, pedi para abrir, ele abriu”. E repetiu o relato do Toninho.

Era a confirmação que você buscava?

Eu fiquei evidentemente chocado e com a certeza de que era verdade. Caramba. Me dei conta da dimensão que aquilo tinha e falei pro Narciso, que ficou: “Cara, desapareça daqui e vai atrás disso!”. Trabalhei pra caramba, não me lembro quanto tempo. A mesma coisa que estava fazendo com a Rota, fui fazer com todos os laudos com a letra “T” que chegavam *[ao IML]* e iam para Perus. E aí eu cheguei à conclusão de que, de todos os desaparecidos políticos, no mínimo nove estavam enterrados ali. Agora, para ter certeza absoluta, tinha que abrir a vala. Eu não sei o que você pensa sobre a ação de um repórter. Eu acho que é legítimo você interferir em qualquer reportagem para não a divulgar *[ou seja, para evitar a notícia]*. Por exemplo, um exemplo meio doido: você está chegando numa piscina de um condomínio e uma criança está se afogando, você nada faz para poder registrar a filmagem da criança se afogando? Evidente que não, que você tem que correr, pegar a criança no colo e impedir a notícia daquela tragédia. Cidadão antes de repórter. Agora, interferir para que a notícia aconteça... Abrir uma cova não é missão minha, né? Eu sou repórter, vou ficar lá cavando? Fiquei com esse dilema. Como eu já estava tendo ajuda da Suzana Lisbôa, do Ivan Seixas, eles tomaram a iniciativa, sabendo que eu estava com esse dilema, de cobrar a abertura da cova para ter a certeza de que era verdade. Aí foram até a Prefeitura, não lembro quem exatamente, se a Amelinha *[Teles]*, Suzana *[Lisbôa]* ou *[Ivan]* Seixas *[familiares de mortos e desaparecidos envolvidos na revelação do episódio; quem fez o contato com a Prefeitura foi Suzana]*. Acompanhei de perto a abertura, evidentemente. Eles perguntaram se deveriam chamar a imprensa ou se era exclusivo meu. Essa era uma informação que deveria ser de domínio público. Acho que você tem que contar a melhor história possível, e não contar primeiro. Entre contar a melhor e contar primeiro, prefiro contar a melhor. E aí mobilizaram

toda a imprensa para acompanhar a abertura, o que acho correto, porque a informação era grandiosa, de relevância pública. E foi assim que se tornou pública aquela história. Fiz a matéria para a edição do *Jornal Nacional* daquela noite. E também um documentário para o *Globo Repórter*, que demorou para sair. Eu queria colocar no ar logo e não consegui. Esperei um tempão, acho que cinco anos. A reportagem, atualizada, foi ao ar em 1995.

Que fim levou todo esse material que você coletou na pesquisa para o *Rota 66*?

Eu tenho essa papelada até hoje. Quem guardou para mim, por muito tempo, até o lançamento do livro [*em 1992*], foi o Dom Paulo Evaristo Arns, lá na Comissão Justiça e Paz, na Avenida Higienópolis, num cofre que eles tinham. Eu tinha medo de sofrer atentado. Eu fazia cópias e fui guardando. Depois levei para um sítio que eu tenho, está lá até hoje. Não tudo, mas o que é mais importante. Acho que essa é uma pesquisa que podia ser retomada, né? Deveria ter continuado. Haja cinismo para ignorar cinco mortes por dia. Pô, mataram nos Estados Unidos um camarada, veja o que aconteceu nos Estados Unidos, a morte de um! [*Caco Barcellos se refere às manifestações que se seguiram ao assassinato de George Floyd Jr., homem negro estrangulado até a morte por um policial branco durante uma abordagem por supostamente usar uma nota falsificada de vinte dólares em um supermercado em Minneapolis, no dia 25 de maio de 2020*]. A gente tem cinco só no Rio, três em São Paulo, oito por dia! Ninguém faz nada, ou faz muito pouco. Não dá para conviver com isso como se nada estivesse acontecendo. Eu não consigo. Se a gente for, nós dois, para Campo Grande ou para Itaboraí, no Rio de Janeiro, tem dezenas de desaparecidos ali, pelas milícias. É outro trabalho a ser feito, os desaparecidos de agora.

COLINA DOS MÁRTIRES
"NESTE CEMITÉRIO O REGIME
MILITAR OCULTOU CADAVERES
DE PERSEGUIDOS POLÍTICOS"

A origem

*Quem cala sobre teu corpo
consente na tua morte
talhada a ferro e fogo
nas profundezas do corte
que a bala riscou no peito. (...)
Quem grita vive contigo.*

Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, em “Menino”

Iara desembarcou no Aeroporto Santos Dumont em 14 de maio de 1979. O filho de 5 anos agarrado à mão, a filha de 2 abraçada ao pescoço. Quatro horas de atraso haviam deixado todos cansados. O voo, de Roma, fora desviado para Viracopos, em Campinas, porque não havia teto para pousar no Rio de Janeiro. Foi preciso transferir os passageiros para aviões menores e esperar o tempo melhorar.

Iara Xavier Pereira voltava ao Brasil após seis anos no exílio. Primeiro Chile, depois Cuba, e por fim a Itália. A longa temporada no exterior chegara ao final quando seu sogro telefonara no mês anterior para avisar que seu processo havia transitado em julgado e ela estava livre. Não precisaria sequer esperar a anistia.

A família de Iara era toda formada por militantes políticos. A mãe, o pai, os dois irmãos e o marido integravam a Ação Libertadora Nacional, a ALN, organização fundada em 1968 por Carlos Marighella. Quando seus irmãos Iuri e Alex foram torturados até a morte, em 1972, Iara estava na clandestinidade e seus pais, no exílio. Menos de um ano depois, em março de 1973, a repressão mataria seu marido, Arnaldo. Iara estava grávida e precisou deixar o país. Agora, seis anos depois, ela poderia finalmente voltar.

Vinha insegura, com a pulga atrás da orelha. Talvez fosse mais prudente continuar na Itália. Ou se mudar para a França, como planejava até o sogro trazer boas notícias. Antes de arrumar as malas, Iara consultara sua advogada, Eny Moreira, uma das mais destacadas defensoras de presos políticos, associada ao escritório de Sobral Pinto e, desde 1978, presidente-fundadora do Comitê Brasileiro pela Anistia. Eny confirmara que não havia mais nenhuma pendência judicial contra ela. Por via das dúvidas, a esperaria no aeroporto.

A viagem longa e as quatro horas de atraso não impediram dois agentes da imigração de barrarem a passageira quando ela já estava quase pisando do lado de fora.

— A senhora é Iara Xavier Pereira?

— Pois não.

— Venha comigo.

Eny precisou intervir, acompanhada pelo deputado estadual José Eudes, do MDB, para convencer o delegado de plantão a adiar o depoimento de sua cliente para o dia seguinte. Iara se comprometeu a ir ao Dops. Quando finalmente chegou à área comum do terminal, ladeada pelo deputado e pela advogada, Iara foi abordada por um repórter do Jornal do Brasil:

Placa fixada no portão do Cemitério Dom Bosco, em respeito a lei municipal sancionada em 2016. Seu conteúdo foi elaborado de modo a conferir ao local um marco de memória em homenagem às vítimas da ditadura

— Iara, Iara, você tem acompanhado as notícias? O que você espera encontrar na volta ao Brasil?

— O que eu espero encontrar? Bem, eu espero encontrar o local onde enterraram meus irmãos, Iuri e Alex, que foram assassinados pela repressão e estão desaparecidos.

A advogada ficou de cabelo em pé.

— Pelo amor de Deus, Iara, como você fala isso? Não fala nada de militância, por favor. Vamos com calma.

Era preciso prudência. Arnaldo, o marido de Iara morto pela repressão em 1973, era acusado de ter participado do assassinato de Otavinho, braço direito do delegado Sérgio Paranhos Fleury na condução do Dops de São Paulo. Qualquer provocação poderia suscitar tentativas de vingança. Não tinham matado a estilista Zuzu Angel, conhecida mundo afora, num acidente de carro no Rio?

Além de Eny e do deputado José Eudes, havia alguns familiares à espera de Iara. Eles se dividem. Iara entra com as crianças no carro de uma cunhada. Arnaldinho, aos 5 anos, estava tranquilo, mas cansado. Aninha, aos 2 anos, irritada com tantas mudanças: o fuso, a noite inteira no voo, o novo idioma. Tia Irene entrou no carro em seguida.

— Iara, você não vai ter que procurar ninguém — tia Irene afirmou, de supetão, no trajeto até a Gávea. — Eu encontrei os meninos. Não te mandei uma carta contando?

Iara ficou sem palavras. Tia Irene era irmã de sua mãe. Diferentemente de Zilda, no entanto, Irene não exercia atividade política nem vivera na clandestinidade.

— Você encontrou? — arregalou os olhos. — Eu nunca soube. Não chegou carta nenhuma. Como foi isso?

— Olha, dava um filme — disse a tia. — O Iuri até que foi fácil. Mas o Alex...

Apenas mais tarde, quando chegaram em casa e as crianças foram dormir, Tia Irene pôde contar seu périplo. Entre 1972 e 1973, após a morte dos sobrinhos, ela havia visitado mais de um cemitério em São Paulo à procura dos “meninos”. Esteve no Vila Formosa, no Lajeado e também em cemitérios mais centrais, sem

tradição de acolher indigentes, como os cemitério da Consolação e o Araçá. E nada.

— Eu ia, chorava, apelava, e os homens nem para abrir o livro preto —, dizia, referindo-se ao livro de registros. — Eu não achava, não achava.

Acabou encontrando por acaso. Em dezembro de 1973, Tia Irene perdeu o marido, um imigrante húngaro, uns vinte anos mais velho que ela. Antes de morrer, seu marido havia adquirido uma sepultura num cemitério que acabara de ser inaugurado, dois anos antes, na saída de São Paulo para Campinas. No dia do funeral, Tia Irene se deu conta de que naquele cemitério ela nunca havia estado. Muito menos perguntado sobre os sobrinhos por lá. Sepultou o marido no dia 9 de dezembro e retornou no dia seguinte para providenciar a instalação de uma placa de memória com o nome dele. Como precisou se reunir com o administrador para acertar a burocracia, aproveitou para perguntar a ele sobre os sobrinhos, da mesma forma que havia feito nos demais cemitérios. Dizia que eles eram estudantes, que tinham 22 e 23 anos, “uns meninos bons”. Talvez porque fosse um cemitério novo, ainda sem os vícios dos demais, o administrador lhe pareceu mais solícito. Anotou os nomes e as datas das mortes e voltou com dois livros de capa preta.

— O nome do Iuri estava no livro de 1972, na parte dedicada à letra I — Irene contava para a sobrinha. — O do Alex, não.

Dos dois irmãos, Alex foi o primeiro a morrer, em 20 de janeiro de 1972. Foi assassinado sob tortura, junto com Gelson Reicher, estudante de medicina e seu companheiro na ALN. A versão oficial, divulgada nos jornais dois dias depois, dava conta de que Alex e Gelson morreram em confronto com a polícia. Havia resistido à voz de prisão e disparado contra policiais. Alex tinha 22 anos. Como não havia quem reclamasse o corpo — os pais no exílio e os irmãos na clandestinidade —, seu corpo foi enterrado no Cemitério Dom Bosco como “não reclamado”. Em 14 de junho, menos de cinco meses depois, foi capturado seu irmão Iuri, de 23 anos, em situação semelhante, acompanhado por dois colegas de organização, Ana Maria e Marcos Nonato. Desta vez, a notícia da morte demorou a chegar. Não havia

sequer uma versão falsa circulando na imprensa, sinal de que ele havia “caído” e estaria sofrendo tortura em algum lugar de São Paulo. Iuri passou seis dias no DOI-Codi, na Rua Tutóia, até que, no dia 20, seu corpo deu entrada no IML.

Localizado o registro do sepultamento de Iuri, Tia Irene manda colocar uma lápide de mármore no local onde ele havia sido enterrado. Passou a frequentar aquele cemitério com relativa frequência. Ia sempre às duas sepulturas, a do marido e a do sobrinho, nos aniversários, no dia de Finados... Higienizava as placas, levava flores. E volta e meia insistia com algum funcionário sobre o paradeiro do outro rapaz.

— Era um menino, um estudante — ela repetia, e voltava a chorar. — Tinha 22 anos.

Quase três anos se passaram até que, no final de 1976, o novo administrador do cemitério, recém-chegado a Perus, ouviu a mesma ladainha e quis ajudar.

— Minha senhora, será que não há uma confusão de data? Não foi um ano antes ou um ano depois?

“Pessoas de idade são assim, podem se confundir”, Toninho pensou. Mas Tia Irene tinha certeza da data.

— É claro que eu tenho certeza.

— A senhora tem a certidão de óbito?

— Não tenho. Mas saiu no jornal. Eu tenho o recorte.

— Então faz assim — Toninho sugeriu. — Traz esse jornal para a gente dar uma olhada.

Quando Tia Irene voltou, exibiu o recorte da matéria publicada no *Estadão* como um trunfo.

— Olha aqui. A reportagem é do dia 22 de janeiro de 1972, não falei?

A nota trazia a versão oficial divulgada pela Secretaria de Segurança Pública, acusando Alex de ter resistido à prisão e disparado contra os agentes. Toninho leu a nota e chamou a atenção de Irene para um detalhe:

— Dona Irene, aqui diz que na ocasião foram mortos Gelson Reicher, que usava o nome falso de Emiliano Sessa, e Alex Xavier Pereira, que usava o nome falso de João Maria de Freitas.

— Imagina, nome falso — Tia Irene respondeu. — Isso é coisa da polícia. O nome dele era Alex, mesmo.

Toninho se fez de desentendido e propôs:

— Bom, já que a senhora está aqui, vamos pesqui-

sar por este nome também?

Bingo! No livro de 1972, havia o registro de entrada do corpo de João Maria de Freitas. Desde então, Tia Irene rezava e levava flores também para aquela sepultura.

De volta à Gávea, em 1979, aquela informação eclodiu como uma epifania aos ouvidos já cansados de Iara, em sua primeira noite no Brasil.

— Filhos da puta, eles enterraram com os nomes falsos!

Até aquele momento, familiares de desaparecidos não tinham feito buscas pelos codinomes. A maioria sequer sabia a identidade utilizada por seus filhos e filhas na luta armada. Da mesma maneira que a tática da guerrilha orientava os militantes a jamais contar seus nomes de batismo nem sua origem aos companheiros de organização, tampouco seus familiares ficavam sabendo seus codinomes ou as atividades que desempenhavam na clandestinidade. Iara ainda nem havia se ambientado com o Rio de Janeiro e já queria ir a São Paulo. Precisava visitar o cemitério de Perus.

Já era quase meia-noite quando Iara telefonou para Suzana Keniger Lisbôa. Suzana também tinha militado na ALN e, desde que saíra da clandestinidade, no ano anterior, integrava a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, em formação. Seu marido, Luiz Eurico Tejera Lisbôa, havia desaparecido em 1972 sem deixar laudo no IML nem notícia falsa de “confronto” com a polícia. Oficialmente, não havia nada que indicasse que Luiz Eurico poderia estar morto. Suzana havia se estabelecido novamente no Rio Grande do Sul e tinha voltado a estudar quando foi convidada a fazer parte do Comitê Brasileiro pela Anistia. Por meio de Eny, soube que Iara estava prestes a desembarcar no Brasil e deixou seu telefone: era para Iara ligar quando chegasse. Iara esperou que Suzana falasse e, em seguida, expôs sua aflição:

— A gente precisa se encontrar — Iara falou. — Tenho uma novidade importante. Você pode vir para o Rio?

Suzana não podia viajar naquele momento e propôs que esperassem até meados de junho, quando haveria o 3º Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, no

Colégio Metodista Bennett, no Rio.

Foram três dias de seminários e reuniões, de 15 a 17 de junho. Trinta e nove entidades em favor de uma anistia ampla, geral e irrestrita estavam ali representadas, debatendo estratégias de divulgação, popularização da pauta e elaboração de propostas a fim de confrontar o projeto oficial elaborado pelo Poder Executivo, previsto para ser entregue na Câmara dos Deputados dali a um mês. Mesmo assim, Iara não conseguia se concentrar na programação. A jornada havia perdido a graça. Ela só conseguia pensar na revelação feita por Tia Irene. Se as suspeitas dela se comprovassem, estaria configurada uma forma peculiar e perversa de desaparecimento: a opção deliberada por registrar o morto com o nome de guerra, mesmo quando o nome verdadeiro era do conhecimento do IML, de modo a dificultar sua localização pelos familiares.

Iara estava decidida a encontrar esses corpos, não por motivo espiritual ou religioso, mas para lhes dar uma sepultura digna e, principalmente, exigir justiça. Ela achava, mais por intuição do que por conhecimento científico, que os ossos de seus irmãos poderiam dar alguma pista sobre a forma como foram mortos. Pelo menos para confrontar a versão oficial divulgada por seus algozes. Se o aparato repressivo montava teatrinhos para forjar um suicídio ou um atropelamento, e os documentos do IML tinham sido igualmente falseados, talvez os restos mortais preservassem a memória da violência de Estado perpetrada contra suas vítimas. Os ossos fariam!

Assim que Suzana desembarcou no Rio, Iara contou a ela a descoberta de sua tia. Combinaram de ir para São Paulo assim que aquele encontro terminasse. Ivan, que dois anos antes havia localizado em Perus os restos mortais de seu pai, Joaquim Alencar de Seixas, iria junto. Sérgio Xavier Ferreira, primo do desaparecido Carlos Alberto de Freitas, da VAR-Palmares, também. Assim, poderiam ajudar e se proteger uns aos outros.

— Se você estiver certa, vou encontrar o Ico lá — Suzana comentou com Iara, ansiosa. — Eu sei o nome que ele usava na clandestinidade.

O Cemitério Dom Bosco foi inaugurado no dia 2 de março de 1971. Não houve fita cortada nem discurso de inauguração. Somente o sepultamento de um primeiro grupo de corpos encaminhado pelo Instituto Médico Legal.

Desde o primeiro dia, os cadáveres enviados ao cemitério de Perus tinham em comum uma desconcertante condição de abandono. Antes que as primeiras famílias da região pudessem fazer uso de suas sepulturas, o Dom Bosco foi escolhido como destino preferencial de todos os mortos que chegassem ao IML sem identificação ou que não fossem reclamados por nenhum parente no prazo de 72 horas.

Classificados como “desconhecidos” ou “não reclamados”, eram todos sepultados em uma cova comum, sem lápide ou memorial. Igual destino tinham as vítimas da fome e da extrema pobreza recolhidos nas madrugadas frias de São Paulo, nas ruas, nos albergues, nas favelas, tratados na época como “indigentes”. Até então, indigentes, desconhecidos e não-reclamados tinham como destino preferencial o cemitério de Vila Formosa, na Zona Leste. A partir de março de 1971, aquele cemitério novinho, amplo e deserto, assumiu a responsabilidade de hospedar corpos encaminhados pelo IML e pelo Serviço de Verificação de Óbito da USP, responsável pelo encaminhamento das vítimas de mortes não violentas.

Um cemitério no bairro era uma reivindicação antiga dos moradores de Perus. Desde meados dos anos 1940, petições e protestos eram elaborados com relativa frequência pela gente do bairro, na esperança de conseguir junto à Prefeitura a construção de um cemitério onde a população local pudesse enterrar seus mortos. Tinham razão ao reivindicar. Os cemitérios municipais – e, portanto, gratuitos – mais próximos ficavam a mais de 15 quilômetros, um na Freguesia do Ó e outro na Lapa. Para o morador de Perus, era mais fácil ir ao cemitério de Caieiras do que a qualquer um dos cemitérios paulistanos. Mas Caieiras era outro município, ou seja, suas sepulturas mantinham-se inacessíveis aos habitantes do bairro.

Distante 32 quilômetros da Praça da Sé, no meio do caminho para Jundiaí, Perus ficava de tal forma aparta-

do do noticiário e da vida cotidiana da cidade que, para muitos, tratava-se de outro município, como Caieiras, Cajamar ou Franco da Rocha. Talvez por isso tenha virado hábito entre os perusenses referir-se à capital como se fosse outro município. “Eu trabalho em São Paulo, mas moro aqui”, dizia a moça. “Amanhã, logo cedo, vou pegar o trem pra São Paulo”, dizia o moço. Nos jornais, nas raras vezes em que surgia algo sobre o bairro, havia sempre um redator incauto para cometer deslizamentos como “em Perus, a 30 quilômetros de São Paulo”, reforçando o senso comum de que havia uma fronteira entre a capital e o distrito.

Para quem olha o mapa da cidade e enxerga nele o perfil de uma cabeça de cachorro com o focinho apontando para o leste, Perus fica bem no topo de uma das orelhas. A outra orelha é o Tremembé.

A verdade é que tudo era longe demais para os moradores de Perus em 1970. Apenas duas coisas pareciam demasiadamente próximas: uma fábrica de cimento e um lixão. A poluição emanada das chaminés da fábrica, o pó de cimento que cobria as casas, associadas às péssimas condições de trabalho impostas pelo “mau patrão” J. J. Abdalla, que não fazia manutenção dos equipamentos nem recolhia os impostos devidos, motivou os funcionários da Companhia de Cimento Portland Perus a decretar uma greve que se estendeu por sete anos, de 1962 a 1969. Um recorde.

Na ocasião, foi o jornal *O Estado de S. Paulo* que impingiu nele o apelido de “mau patrão”, uma deferência às avessas para com o controvertido industrial que adquirira a Portland em 1951, quando era Secretário do Trabalho do governador Adhemar de Barros, ao qual se fixou o bordão “rouba, mas faz”.

O levante de trabalhadores ficou conhecido como movimento dos queixadas, uma referência aos porcos-do-mato que, sob ameaça, unem-se ao menor sinal de perigo para reagirem em grupo. No final, sua militância resultou na intervenção do Governo Federal na fábrica de cimento, em 1975, e em seu fechamento definitivo, em 1987, quando os antigos funcionários foram indenizados. O movimento dos queixadas também daria régua e compasso para que um novo ativismo surgisse ali, conseguindo o encerramento das atividades no

lixão e sua conversão em usina termelétrica a partir de 2007.

O início da colonização de Perus remetia ao século XVIII, quando se formou próximo à confluência do Ribeirão Perus com o Rio Juquery um local de pouso para os tropeiros que se aventuravam rumo ao interior. Diz a lenda que havia por ali uma senhora que criava perus e os preparava na panela, sob encomenda. Até que o nome pegou. “Vamos pousar ali nos perus”, diziam os tropeiros antes de avançar rumo a Jundiaí ou Campinas.

O Cemitério Dom Bosco foi uma obra de Paulo Maluf. Quarta opção na lista apresentada pelo governador Abreu Sodré para o então presidente Costa e Silva, Maluf foi escolhido pelo general para assumir o cargo e tomou posse em 8 de abril de 1969, numa época em que os prefeitos eram biônicos, indicados pelos militares. À frente da fábrica de pisos Eucatex, Maluf ocupava a presidência da Caixa na ocasião. Ficou dois anos como prefeito, até ser substituído pelo também engenheiro Figueiredo Ferraz, indicado pelo governador Laudo Natel. Foi o suficiente para construir o cemitério de Perus e também o Minhocão – uma via elevada com mais de três quilômetros de pista dupla que desempenhou papel fundamental na degradação do centro de São Paulo.

Um primeiro estranhamento que surgiu durante a construção do cemitério foi a péssima localização. Até o cemitério de Perus ficava longe de Perus! Enquanto o centro do bairro orbitava a estação de trem, era preciso caminhar por mais de dois quilômetros pela Estrada do Pinheirinho para chegar ao cemitério, um percurso cumprido em chão de terra, não urbanizado, que tornava especialmente difícil o acesso ao local. Moradores estranharam a desapropriação daquele terreno. Em Caieiras e em Jundiaí, os cemitérios ficavam em áreas centrais. Ali, não. A Prefeitura havia escolhido um local ermo e isolado, essencialmente rural, para transformar no cemitério de Perus. Uma área com relevo acidentado, com poucas casas e nenhum estabelecimento comercial em volta.

Concluída a terraplanagem e o projeto de incorporação das glebas e quadras, em poucos meses ficaram prontas as salas de velório e administração. Maluf fez

questão de acelerar os trabalhos nos últimos meses para inaugurar antes de partir. Havia algo de estratégico naquele gesto, principalmente para um político de sua envergadura, que não escondia o desejo de chegar ao governo do Estado e à Presidência da República sob o beneplácito e as bênçãos dos militares.

A novidade recebeu o nome de Cemitério Dom Bosco em homenagem a um padre italiano, canonizado em abril de 1934, que o Papa Pio XI nomearia “padroeiro dos jovens”, “pai e mestre da juventude”. Uma ironia e tanto.

Não era a primeira vez que Ivan Seixas visitava aquele cemitério. Sua história com Perus era antiga, remetia ao início da década.

Ivan tinha 16 anos de idade quando foi preso e levado ao DOI-Codi, em 16 de abril de 1971, junto com o pai, Joaquim Alencar de Seixas. Pai e filho militavam no Movimento Revolucionário Tiradentes, o MRT. Na véspera de sua prisão, o MRT, numa ação conjunta com a ALN, tinha sido responsável pela morte do empresário Albert Henning Boilesen, presidente da Ultragás e financiador contumaz do aparato repressivo. Entusiasta da violência praticada contra os oponentes da ditadura, Boilesen costumava assistir a sessões de tortura na Operação Bandeirantes, a Oban, e manteve a frequência quando aquele centro semiclandestino de repressão foi institucionalizado por meio do DOI-Codi, agora um órgão oficial, fundado no mesmo endereço em setembro de 1970.

Boilesen ia à Rua Tutóia, na Vila Mariana, como quem vai ao cinema. Chegou a doar um aparelho de aplicação de choques a fim de melhor equipar aquele local, que seu comandante, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, apelidara de sucursal do inferno. “Henning Boilesen foi justificado”, dizia o manifesto assinado por MRT e ALN e deixado ao lado do corpo do empresário na Alameda Casa Branca. “(Agora) não pode mais fiscalizar pessoalmente as torturas e assassinatos na Oban, nem oferecer banquetes aos altos oficiais das forças armadas brasileira, que comandam o terror e a

opressão de que é vítima o povo brasileiro desde 31 de março de 1964”.

Aquilo foi o estopim de um sentimento incontrolável de vingança por parte do órgão de repressão. Menos de 24 horas depois, Joaquim e Ivan foram localizados e levados para o DOI-Codi. Pouco depois, sequestraram também a mulher de Joaquim, Fanny, e as duas filhas, Ieda e Iara. Na madrugada de 16 para 17 de abril, enquanto Joaquim era brutalizado na Rua Tutóia, uma equipe de agentes levou Ivan para um matagal com a promessa de que ele seria fuzilado, uma forma de intimidação. No percurso de volta ao DOI-Codi, logo cedo, os agentes pararam numa padaria para tomar café. Sem sair da viatura, Ivan conseguiu ler, na capa de um grande jornal pendurado numa banca, a notícia da morte de seu pai. Segundo a nota, o terrorista Joaquim tinha sido abatido com sete tiros no dia anterior, após resistir à voz de prisão e abrir fogo contra a polícia. Era mentira. Joaquim estava vivo, como Ivan pôde constatar minutos depois, ao ingressar novamente no DOI-Codi.

Joaquim morreria naquela noite. Como o exame necroscópico já estava pronto antes mesmo de sua morte, o corpo de Joaquim foi encaminhado diretamente para o Cemitério Dom Bosco e enterrado no dia 19 de abril, de tal sorte que Joaquim se tornou o primeiro preso político enterrado em Perus, apenas 37 dias após a inauguração. Seu sepultamento foi registrado no livro dos indigentes, uma vez que nenhum parente foi ao IML para reivindicá-lo: a mulher e os três filhos estavam presos e incomunicáveis.

Um ano e meio depois, no final de 1972, a mãe e as irmãs de Ivan foram soltas e puderam finalmente procurar pelo corpo de Joaquim. Ivan permaneceria preso até 1976, passando por quatro presídios diferentes.

Fanny, Iara e Ieda localizaram sem maiores dificuldades o local em que Joaquim fora enterrado. Devido ao teatrinho montado pela repressão, não havia motivos para ocultar aquele guerrilheiro. Aos olhos da sociedade, graças à ajuda da imprensa, havia morrido um perigoso terrorista, que ousara resistir à voz de prisão abrindo fogo contra a polícia, numa operação em que o morto era o culpado e os policiais eram as vítimas. Localizada a sepultura de Joaquim e o registro de sua entrada no livro

de não-reclamados, as três voltaram outras vezes ao cemitério. Levavam flores, arrumavam a sepultura. Quase sempre, eram seguidas e ameaçadas por agentes à paisana no longo trajeto entre a estação e o cemitério, pela Estrada do Pinheirinho. A mãe contava os detalhes ao filho quando ia visitá-lo na cadeia. Às vezes, desabava, aos prantos. Em uma das ocasiões, um sujeito parou a seu lado enquanto ela visitava a sepultura.

— Veio visitar esse comunista de merda? — disse o estranho. — Essa sepultura aqui do lado nós reservamos para o seu filhinho, viu? Nós vamos matar ele e enterrar ao lado do papai. Dois terroristas filhos da puta.

Aos poucos, as visitas ao cemitério fizeram com que Fanny e as filhas criassem um vínculo com os sepultadores. Conversa vai, conversa vem, revelações começaram a ser feitas. “Chegou mais um estudante”, contava um. “Olha, dona, teve um aí que chegou todo destruído”, dizia outro.

No início de 1973, o enterro de Alexandre Vannuchi Leme não passou despercebido. “Esse estudante que apareceu no jornal foi enterrado aqui”, disseram. “Trouxeram o corpo quase de noite. Deu pra ver que ele estava todo arrebitado. Aí jogaram cal em cima, provavelmente para dissolver”.

Alexandre cursava geologia e militava na ALN quando foi assassinado sob tortura, em 17 de março de 1973. Quando seus pais obtiveram o atestado de óbito, elaborado com informações falsas, Alexandre já tinha sido sepultado, na quadra dos indigentes, uma vez que o corpo não havia sido reclamado nas 72 horas que sucederam à morte. A própria notícia de sua morte, atribuída a um atropelamento que jamais existiu, fora divulgada pelas autoridades e publicada nos jornais apenas quatro dias após o sepultamento. Tudo conforme o script.

Quando finalmente foi solto, Ivan quis ir ao cemitério de Perus com o pretexto de visitar o túmulo do pai. Ele sabia que Joaquim não estava mais lá. Ainda em 1974, os próprios sepultadores tinham convencido suas irmãs a exumar o corpo do marido e transferi-lo para outro cemitério, o que foi feito em 1975.

— É melhor vocês levarem o Joaquim — diziam. —

Daqui a pouco vai vencer o prazo para a exumação e vão misturar todos esses ossos num buraco só. Ou tocar fogo em tudo. Vocês vão acabar perdendo o pai de vocês.

No cemitério, Ivan conferiu a localização de outros guerrilheiros e, com a ajuda de Toninho Eustáquio, pesquisou os livros. Pediu para ver o livro de 1971 na letra D.

Dênis Casemiro era amigo de seu pai e companheiro de organização. Morreria um dia depois de Joaquim, caçado sem descanso e torturado com especial violência por ter participado da execução de Boilesen. Dênis Casemiro também estava lá, registrado com o nome verdadeiro. Ivan notou uma coisa que o deixou desconfiado. O corpo de Dênis tinha sido registrado no livro como se fosse de um sujeito de 40 anos. Na verdade, Dênis tinha 25 anos quando foi morto. Não bastasse o erro, deliberado ou não, Ivan notou ainda que seus restos mortais haviam sido exumados da sepultura original. E, estranhamente, nada constava sobre o destino daquelas ossadas. Pela primeira vez, ouviu falar sobre a possibilidade de haver ali uma vala clandestina. Nela, Dênis não estaria sozinho.

Toninho lembrou-se de Ivan, que anos antes havia se interessado pelo sumiço daquele Dênis, irmão de outro desaparecido. Também disse se recordar de Dona Irene, a tia de Iara, e de como haviam encontrado a sepultura do jovem Alex, registrado com nome falso em 1972. O administrador conduziu o grupo até a gleba 1 e se demorou em frente a cada uma das sepulturas, tanto a de Iuri quanto a de Alex, ambos exumados e reinumados no mesmo local conforme o livro. Explicou a Iara o processo para transferir os ossos para o Rio, caso ela quisesse providenciar o traslado, e mostrou a ela as anotações referentes aos dois.

Para Iara, recém-chegada ao Brasil após seis anos de exílio, aquele era um momento de grande emoção, uma espécie de ajuste de contas com um passado interrompido violentamente. Era também a primeira pista para uma revelação muito maior, que ajudaria a desven-

dar o paradeiro de muitos outros desaparecidos.

Suzana, então, contou que a situação de seu marido era semelhante à do Alex e pediu para verificar no livro. Ela nunca havia cogitado procurar Eurico em cemitérios. Se não havia qualquer documento do IML ou de outro órgão a declará-lo morto, como Eurico poderia ter sido enterrado num cemitério municipal, com registro no livro e tudo?

— Também foi em 1972 — contou. — Um pouco depois do Alex, em setembro.

— E qual era o nome dele?

— Luiz Eurico Tejera Lisboa.

— É, de fato não tem ninguém com esse nome aqui — Toninho conferiu. — Ele usava algum outro nome?

Suzana já esperava por aquela pergunta.

— Nelson Bueno.

Na letra N, quase por encanto, surgiu o nome de Nelson Bueno, enterrado em 2 de setembro de 1972 como não-reclamado. Suzana não podia acreditar. Chorou, o corpo tremendo, os dedos entrelaçados aos de Iara.

“Que canalhas”, Suzana pensava. Havia um *modus operandi* ali. Era uma estratégia, uma ocultação proposital. Enterravam com o nome falso para dificultar a localização, ela percebeu. Se pais, mães e irmãos raramente sabiam os codinomes usados pelos militantes na clandestinidade, como poderiam encontrá-los?

A descoberta de Luiz Eurico era especialmente alvissareira porque se tratava de um desaparecido, de alguém sobre quem não havia nenhum registro de óbito, nenhuma versão falsa de tiroteio com a polícia nem nada. Nada que eles conhecessem. Foi o início um trabalho sistemático de busca por desaparecidos naquele cemitério e em outros. Numa primeira fase, por meio dos nomes reais. Em seguida, tentando resgatar os codinomes e repetindo as buscas nos livros e nas sepulturas.

Àquela altura, meados de 1979, algumas vítimas da repressão enterradas sem o conhecimento da família já tinham sido localizadas no Cemitério Dom Bosco, com base nos atestados de óbito e nos livros de entrada. Foi o caso de Alexandre Vannucchi Leme e de Joaquim Seixas. Agora, a atuação de Suzana, Ivan e outros familiares seria decisiva para que se localizassem, em Perus, as

sepulturas de desaparecidos como Antonio Carlos Bicalho Lana, Sônia Moraes Angel Jones, Antônio Benetazzo e Pedro Pomar, entre outros.

Iara voltou para o Rio. Ivan e Suzana, que moravam em Porto Alegre naquela época, permaneceram em São Paulo por mais alguns dias, mergulhados na busca. Faziam anotações, cruzavam dados, procuravam outros familiares para conciliar as datas e pedir mais informações. Quando a Câmara dos Deputados anunciou que o projeto da Anistia protocolado pelo governo seria submetido ao plenário em 22 de agosto, familiares engajados na campanha por uma anistia ampla, geral e irrestrita decidiram aproveitar a ocasião para denunciar a descoberta daqueles corpos. Era como se buscassem escancarar o que era somente sussurrado. “Enquanto vocês vêm com essa anistia pela metade e se dizem dispostos a dar aos familiares esses atestados de morte presumida, nós estamos aqui para mostrar que não tem morte presumida nenhuma, que a morte é evidente e está documentada, que o Estado perseguiu, torturou e matou nossos entes queridos”.

Diante das câmeras da TV e das equipes de reportagem dos jornais, Suzana revelou que Luiz Eurico e Dênis Casemiro tinham sido encontrados num cemitério em São Paulo. Os desaparecidos não estavam vivos passeando por aí, como Figueiredo e outros políticos da situação costumavam sugerir em diversas declarações. Eles estavam mortos e tinham sido enterrados com dados adulterados para dificultar a localização. “Eu encontrei meu desaparecido e ele está morto”, Suzana dizia. E contava detalhes sobre os dois casos. Luiz Eurico, enterrado como Nelson Bueno. Dênis Casemiro, um rapaz branco de 25 anos, enterrado como se fosse um homem negro de 50.

Foi uma manifestação e tanto em Brasília, a maior manifestação de familiares de mortos e desaparecidos políticos que o Brasil já tinha visto. Saíram ônibus fretados de São Paulo, do Rio, de Belo Horizonte e de Goiás. Teotônio Vilela, senador pelo MDB, foi quem articulou a entrada daquela turma e ajudou a montar o circo no salão verde da Câmara. Familiares, sobretudo mães, empunhavam retratos e faixas com os rostos dos filhos desaparecidos. “Gente, mas eles eram tão jovens”,

comentou um deputado de Pernambuco ao olhar aqueles retratos.

O projeto de lei do Governo acabou aprovado, pela minúscula diferença de cinco votos (206 x 201), e a anistia pôde ser promulgada dali a seis dias, em 28 de agosto. Não era a anistia ampla, geral e irrestrita defendida pelos familiares de mortos e desaparecidos e pela maioria dos ex-presos políticos, ora engajados em denunciar as práticas de tortura, dar nome aos torturadores e caracterizá-los como criminosos. A lei da anistia, como acabou sendo interpretada, garantiu a impunidade para esses assassinos e toda a cadeia de comando do sistema repressivo, ao mesmo tempo em que manteve as penas impostas por “crimes de sangue” – somente quando praticados pelos opositores da ditadura. Apesar de todas essas limitações, a anistia representou a volta dos exilados, a libertação dos presos e uma etapa fundamental no processo de redemocratização.

A experiência de ir a Brasília e revelar publicamente a descoberta do paradeiro de Luiz Eurico e Dênis Casemiro, por sua vez, trouxe uma visibilidade inédita para o tema dos desaparecidos políticos. Na semana seguinte, a localização da sepultura de Luiz Eurico, no cemitério de Perus, rendeu matéria de capa da revista *IstoÉ*. “Aqui está enterrado um desaparecido”, dizia a manchete.

E os outros desaparecidos? Restava solucionar o maior dos mistérios: qual o paradeiro daqueles que, segundo os livros de registros, tinham sido exumados e não foram reinumados em lugar nenhum?

Toninho estava obcecado. Para ele, era uma espécie de oráculo de esfinge, um “decifra-me ou te devoro”. A todos os sepultadores que haviam entrado no cemitério antes dele, Toninho repetia a mesma pergunta:

— O que vocês fizeram com os corpos que foram exumados das quadras 1 e 2?

Ninguém respondia.

Toninho perscrutava as páginas daqueles livros de capa preta e fazia contas. Eram muitas exumações. Chegou ao número aproximado de 1.500 pessoas cujas

ossadas tinham sido exumadas ao longo de 1975 e das quais não havia qualquer informação sobre reenumação. Toninho entendeu que havia sido feita uma exumação em massa, um ano antes de sua nomeação como administrador do cemitério. Entendeu também que eram exumações regulamentares, autorizadas pela lei municipal que estabelecia o tempo mínimo a partir do qual a municipalidade poderia exumar as ossadas que não fossem retiradas pelas famílias a fim de abrir espaço para novos sepultamentos. O que ele não conseguia entender é por que os corpos não tinham sido reinumados no mesmo local, como de praxe.

O cemitério era novo, havia terra de sobra para fazer o afundamento da sepultura, ou seja, enterrar as ossadas em sacos menores, embaixo da terra, no mesmo local de onde tinham sido exumadas, permitindo que o espaço fosse ocupado por um novo caixão. Ele já havia feito testes, escavado sob outras sepulturas, e nada. O caminho mais simples, previsto no regulamento do próprio serviço funerário, indicava a reenumação no mesmo local e somente se houvesse necessidade de espaço. Nada disso se verificava no Cemitério Dom Bosco, menos ainda em 1975, apenas quatro anos após a inauguração.

Toninho insistia, cobrava os colegas, voltava sempre à mesma pergunta, batia na mesma tecla, como um disco riscado.

— Onde estão as ossadas?

Ninguém respondia.

Toninho estava convencido de que em algum lugar daquele cemitério havia uma vala clandestina, um buraco onde aquela quantidade monstruosa de ossos fora enterrada com ordens expressas para que nada fosse registrado. “Como eu posso administrar um cemitério com uma bomba dessas?”, ele pensava. “Qualquer hora descubrem e a bomba vai estourar no meu colo; vão dizer que fui eu que sumi com esses ossos”.

Para os sepultadores que conheciam o destino das ossadas, o medo era o mesmo. “Se essa notícia estoura, vou perder o emprego e também a aposentadoria”, temiam.

Virava e mexia, Toninho retomava a ladainha de sempre. Às vezes na hora do almoço, às vezes à noite, tomando cachaça.

— Ih, lá vem você com esse assunto de novo!

— Você não cansa, não? Puta cara chato!

— Deixa essa história pra lá!

Toninho deixava pra lá. Depois voltava. E punha-se a jogar verde:

— Tá lá embaixo, perto do Pinheirinho? Tá do lado de fora, no estacionamento? Tá no barrocão, junto com aquele chimpanzé que morreu no circo e foi enterrado aqui?

Com o tempo, Toninho resolveu escolher seu alvo. Para enterrar tanta gente, ele pensou, só mesmo com a retroescavadeira. O único operador de máquina ali era o Pedro.

Uma noite, sozinho com o Pedro, já depois da terceira ou quarta dose, Toninho tocou mais uma vez no assunto. O amigo perdeu a paciência.

— Você fica numa teimosia com esses terroristas — Pedro perdeu a paciência. — Eles estão num buraco lá na área do cruzeiro.

Agora, a obsessão de Toninho não era mais confirmar a existência do buraco, mas por encontrá-lo. Morando no próprio cemitério, como um caseiro, Toninho saía de casa à noite para prospectar a área do cruzeiro. Ia para lá munido com uma sonda, um ferro com mais de três metros de comprimento, e punha-se a esperar o solo. Começou no centro da área. Espetou aqui, espetou ali e nada. Outra noite, tentou na região mais abaixo, próxima à rua que dividia a área do cruzeiro da quadra 1. Nada. Pôs-se, então, a investigar junto ao barranco. Uma noite, às vésperas da anistia, o ferro entrou na terra e quase sumiu. Entrou inteiro, sem esforço.

— É aqui!

Toninho, o homem que procurava

Camilo Vannuchi⁶



Não fosse a coragem do administrador que ousou denunciar a existência daquele ossário quando a democracia apenas engatinhava, talvez essa grave violação de direitos humanos permanecesse nas sombras até hoje.

Antônio Pires Eustáquio mora bem em frente ao Cemitério de Perus. No mesmo imóvel, de frente para a rua, ele mantém um bar desde o final dos anos 1980. “Lanchonete e Floricultura Pires”, diz o leiteiro, fixado na fachada há mais de duas décadas. Embaixo do nome do estabelecimento, um número de telefone com apenas sete dígitos, apesar de a substituição por números com oito dígitos ter sido adotado no bairro em 2005.

Toninho passa a maior parte do dia ali, atrás do balcão. Serve refrigerante, balas e salgadinhos. A cerveja é em casco, guardada às dúzias em engradados coloridos. Quando termina o expediente dos sepultadores, o bar costuma ficar mais animado. Trabalhadores se aboletam em mesinhas de madeira dobráveis e colocam o papo em dia antes de cada um tomar seu rumo.

Em meados de 2020, o horário do bar era outro por conta da pandemia do novo coronavírus. Por instrução da Prefeitura, Toninho passou a abrir às 10h e a fechar às 16h. Um pouco mais, um pouco menos, dependendo da freguesia: mirrada clientela em tempos de isolamento social.

Faltavam poucos minutos para as quatro quando ele me ofereceu um copo d'água e disse que já podíamos dar uma volta. Esperei na calçada que ele abaixasse a porta de ferro do bar. Era agosto, auge das mortes por Covid-19 no Brasil, e lá fomos os dois, mascarados, mantendo dois metros de distância um do outro, passear no cemitério. Toninho fazia questão. Para ele, contar a história da vala clandestina não tem graça se ele não puder palmilhar os caminhos, indicar com o dedo a quadra 1 e a quadra 2, percorrer a área do cruzeiro, se aproximar do barranco, conferir de perto o muro vermelho construído em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura.

A trajetória de Toninho se confunde com a história da vala clandestina. Tanto um quanto a outra se estabeleceram naquele solo em 1976. Em meados desse ano, o superintendente do Serviço Funerário, Jaime Augusto Lopes, o chamou na central para propor a transferência. Toninho era um funcionário veterano nas necrópoles

⁶Camilo Vannuchi é jornalista e escritor, autor da pesquisa que deu origem a este livro e à obra *Vala de Perus, uma biografia* (Alameda Editorial, 2020).

de São Paulo. Já havia trabalhado no Cemitério da Consolação, no Araçá e no São Paulo, ambos em Pinheiros, e também no Cemitério Campo Grande, em Santo Amaro, e no cemitério da Vila Mariana.

Os superiores já foram logo dizendo que o Cemitério Dom Bosco era afastado de tudo. Exatamente por isso, Toninho parecia o administrador ideal. Ele não era casado nem tinha filhos, o que o deixava livre para se mudar de bairro sem grandes obstáculos. Também poderia se instalar na própria administração e morar ali mesmo, no cemitério, matando dois coelhos com uma cajadada só e agradando ambas as partes: ele se converteria numa espécie de zelador com dedicação 24 horas ao batente, ao mesmo tempo que economizaria o dinheiro do aluguel, um alívio e tanto no magro holerite. Por fim, Toninho tinha nascido no Sul de Minas Gerais, na zona rural de Santa Rita, entre Pouso Alegre e Poços de Caldas, e era filho de lavrador, de modo que aquela roça de Perus não lhe causaria espanto ou desconforto. Toninho foi.

“Me recomendaram muito os indigentes”, ele diz. “Aqui era um cemitério que recebia muito indigente e os indigentes não tinham ninguém para olhar por eles. Então eu teria que olhar muito essa parte dos indigentes. Acabei ganhando o apelido de ‘pai dos indigentes’”.

Toninho lembra que o mistério das ossadas em pouco tempo virou uma obsessão. Não fazia sentido. Por que aquele monte de nome nos livros de entrada do cemitério trazia a anotação de que tinham sido exumados, entre 1975 e 1976, mas nem uma vírgula sobre o local de reenumeração, ou seja, do destino daqueles ossos? Por que mais de mil ossadas tinham sido retiradas de suas sepulturas e não havia uma mísera informação sobre o local para onde tinham sido transferidas?

O administrador não se sentiria à vontade naquele cemitério enquanto não obtivesse uma resposta. E se sobrasse para ele? E se alguma autoridade viesse cobrar explicações sobre aquelas ossadas desaparecidas e ele não soubesse o que dizer? Ora, se o administrador era ele, por certo ele acabaria tendo de responder legalmente por aquelas exumações. Pergunta pra um, pergunta pra outro, todos faziam cara de paisagem. “Melhor não mexer com isso”, diziam. Toninho insistia. Teimava.

Toninho descobriu nos livros do cemitério que mais de mil corpos tinham sido exumados entre 1975 e 1976. Nenhuma palavra sobre seu destino. Onde foram parar?

Não fosse a teimosia de Toninho, talvez a vala de Perus permanecesse em segredo até hoje. Teimosia combinada com ousadia. A ousadia de revelar, contar, dizer. Primeiro, para os familiares de mortos e desaparecidos políticos que começaram a procurar os corpos de seus parentes, ainda nos anos 1970, antes da anistia. Tempos sombrios. Era preciso estar atento e forte. Em seguida, Toninho contou sobre a vala clandestina para um jornalista, Caco Barcellos, repórter na TV Globo.

Toninho tinha uma queda pelo jornalismo investigativo. Gostava de investigar, apurar, descobrir as coisas. Ele mesmo, sem nenhuma formação ou experiência na área, havia produzido jornais de bairro na mocidade, antes de o serviço público lhe dragar todas as energias. Um pouco por exagero, um pouco por expectativa, afirmou ao jornalista que a informação que ele tinha para lhe passar não era qualquer coisa. “Eu tenho a matéria que vai te consagrar”, afirmou a Caco Barcellos, durante uma conversa discreta, um diálogo nas sombras, longe de qualquer outro sepultador ou funcionário. A vala clandestina foi finalmente revelada semanas depois. E Toninho foi parar nos jornais e na TV.

Dias depois de dar com a língua nos dentes em horário nobre, Toninho precisou sumir. Pegou a família e escafedeu-se. Foi o período das ameaças. Bastava atender ao telefone que já vinha grosseria do outro lado da linha. Dedo-duro, alcagueta, inconsequente, mentiroso, comunista. Provavelmente, era gente da caserna, de pijama ou não, temerosa de que outros esqueletos viessem a sair dos armários. Após catorze anos de relativa calma, a bem-sucedida política de sumiço e esquecimento orquestrada pelos prepostos da ditadura havia desaguado numa revelação bombástica sem precedentes. E agora? E se os nomes dos mandatários viessem a público? E se outras valas clandestinas, outras áreas de desova, outros locais de tortura e execução fossem revelados?



FOTO: CAMILO VANNUCHI

Toninho, ex-administrador do cemitério, em foto de 2020. Um monumento em homenagem às vítimas da violência de Estado foi construído em 1992 pelo artista plástico Ricardo Ohtake no mesmo local onde a ditadura abriu a vala clandestina.

Na Comissão Parlamentar de Inquérito que se formou em seguida, ainda em 1990, Toninho revelou os nomes dos quatro sepultadores que já trabalhavam no Cemitério de Perus em 1976. E cantou a bola: o operador de retroescavadeira em 1976 era o Pedro, e foi ele quem abriu aquela vala. A mando de quem? O jogo de empurra seria inevitável. Passados trinta anos, nem o prefeito, nem o superintendente do Serviço Funerário, ninguém foi responsabilizado até hoje por tamanha violência. Nem no âmbito administrativo nem na esfera criminal. Segundo a interpretação prevalente no Judiciário brasileiro, abençoada pelo Supremo Tribunal Federal, foram todos anistiados.

Toninho foi exonerado do cargo de administrador no primeiro semestre de 1993: um dos primeiros atos do novo prefeito, Paulo Maluf. Aposentado, apenas atravessou a rua e ficou por ali mesmo, no imóvel que era a um só tempo residência e batente. Pouco a pouco, viu a história se desnudar e a recém-nascida democracia ganhar tónus e sustança. Um primeiro filme sobre a vala, em 1994, um primeiro Globo Repórter, em 1995, os primeiros relatos sobre a vala de Perus esmiuçados nos processos que chegavam à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e, anos depois, à

Comissão da Anistia. Nos anos 2010, as comissões da verdade bateram mais uma vez na porta de Toninho. Queriam ouvir seu relato, suas memórias. A história da vala de Perus virou relatório, virou livro, virou peça de teatro.

Toninho estava por perto quando os muros do cemitério foram grafitados com diversas imagens que faziam referência à ditadura e à opressão: coturnos pisando um chão ensanguentado, um rapaz tapando a boca de outro com a mão, um pau de arara feito de jornal... Toninho também estava por perto quando o Cemitério Dom Bosco ganhou uma placa com os nomes dos 31 mortos e desaparecidos políticos que haviam sido enterrados em algum momento ali. Na mesma ocasião, foram plantados 31 ipês atrás do prédio da administração, cada um em homenagem a um dos opositores políticos que tombaram e foram enterrados naquele local. Hoje, o jardim perdeu o viço. Algumas árvores morreram. A história permanece. Toninho também. Enquanto ele estiver por lá, a história da vala de Perus continuará sendo contada. Ainda bem.

B-241

**CPI — PERUS
DESAPARECIDOS POLÍTICOS**

**ONDE
ESTÃO?**

**Relatório da Comissão
Parlamentar de Inquérito**

Câmara Municipal de São Paulo

Uma CPI foi instalada na Câmara Municipal para investigar a origem das ossadas e determinar as responsabilidades por sua ocultação. As primeiras denúncias foram feitas no relatório final

O inquérito

*Se no teu distrito
Tem farta sessão
De afogamento, chicote,
garrote e punção
A lei tem caprichos
O que hoje é banal
Um dia vai dar no jornal.*

Chico Buarque, em “Hino da repressão”

— Sala das ossadas, boa tarde!

Ivan brincava ao telefone como uma forma de desopilar, aliviar a tensão, desanuviar a si mesmo e às outras integrantes da Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus. Suzana e Amelinha davam risada, surpreendidas pelo chiste aleatório em meio a um trabalho naturalmente triste e sombrio.

Não havia osso algum na “sala das ossadas”. Todo o material encontrado na vala havia permanecido lá, no cemitério, sob vigilância. No dia da abertura, não mais do que 50 sacos tinham sido retirados da terra e transferidos para uma sala do prédio da administração. As demais ossadas seriam retiradas da vala durante o mês de outubro, separadas e acondicionadas com a supervisão de peritos e médicos legistas.

Uma mesa e um telefone era tudo o que havia na sala da comissão, instalada no térreo do Pavilhão Padre Manuel da Nóbrega, no Parque do Ibirapuera, onde funcionava a Prefeitura – e onde, anos depois, funcionaria o Museu Afro Brasil. Para os três inquilinos, era mais do que suficiente. Seu olhar estava voltado para o lado de fora: as atividades na Comissão Parlamentar de Inquérito que se desenrolava na Câmara Municipal, a busca pelos arquivos da ditadura, a ampla investigação ainda

por fazer. Trabalhavam quase sempre na rua, no encalço de quem tivesse explicações para dar, movidos por uma instigante sensação de que, finalmente, o paradeiro dos desaparecidos estava prestes a ser revelada.

A prefeita Luiza Erundina havia sido muito assertiva ao instalar a comissão de investigação logo no dia seguinte à abertura da vala. E também ao convidar Ivan, Suzana e Amelinha para integrá-la, todos familiares de mortos e desaparecidos políticos. Originalmente, conforme publicado no Diário Oficial do Município no dia 6 de setembro, o “grupo de acompanhamento dos trabalhos periciais de identificação das ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco” foi formado pelos legistas Fortunato Badan Palhares e Nelson Massini, da Unicamp, que assumiriam a coordenação dos trabalhos de catalogação e análise das ossadas, Dalton F. de Assis e Vera Lúcia Figueiredo Osoegawa, do Serviço Funerário, Walter Piva Rodrigues, da Secretaria Municipal dos Negócios Jurídicos, e Fábio Ulhoa Coelho, da Secretaria do Governo Municipal. Os familiares entraram em seguida.

— Não quero uma comissão de burocratas — declarou a prefeita. — Quero que vocês, familiares, assumam essa comissão para que o resultado não seja

somente um relatório impresso em papel timbrado.

Ivan e Suzana tinham vínculos bastante pessoais com o Cemitério Dom Bosco. Ali foram enterrados o pai de Ivan e o marido de Suzana. Desde os anos 1970, os dois tinham ciência da existência de uma vala clandestina naquele cemitério, destino de tantas ossadas exumadas sem indicação de local de reinação, e por muito tempo haviam esperado uma oportunidade para deflagrá-la. Amelinha, por sua vez, militara no PCdoB e tinha uma história de resistência vinculada à guerrilha do Araguaia. Ali tombaram seu cunhado, André Graibois, e o pai dele, Maurício, em 1973. Sua irmã, Crimeia, estava grávida quando foi capturada pelos militares. Foi torturada com o bebê na barriga e deu à luz na prisão. Já Amelinha fora torturada no DOI-Codi sabendo que o filho Edson, de 5 anos, e Janaína, 4, haviam sido sequestrados por seus algozes e estavam por ali enquanto os choques eram aplicados e a palmatória cantava. Ao final de uma das sessões de tortura, as crianças ingressaram na cela.

— Mamãe, por que a senhora está verde e o papai está azul? — perguntou uma das crianças. Eram os hematomas, as marcas inefáveis da truculência institucional.

Agora, em 1990, Amelinha era diretora do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo. E a filha Janaína, historiadora e testemunha ocular do arbítrio, dali a alguns meses ingressaria também na comissão.

Luiza Erundina deu total autonomia para Ivan, Suzana e Amelinha realizarem os trabalhos como julgassem apropriado. Pediu apenas que, surgindo algo especial ou que fosse sensível, que a avisassem para que não fosse pega de surpresa. A prefeita também orientou os membros da comissão a subir à sua sala, no andar de cima, e a interrompê-la sempre que fosse preciso. O caso das ossadas havia se tornado uma prioridade em seu governo.

No mesmo dia em que foi instalada, os membros da comissão especial de investigação se mandaram para o cemitério. Algo muito importante estava sendo retirado daquela sepultura coletiva, eles sabiam, e era preciso ficar atento. Havia uma guerra silenciosa a tourear, um clima permanentemente conflituoso. Que tipo de

reação poderia vir de setores das Forças Armadas envolvidos com os crimes de tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres? Como garantir que as ossadas fossem preservadas, protegendo-as de vandalismo ou de alterações propositais?

No próprio dia 4 de setembro, poucas horas após a retirada dos primeiros sacos de dentro da vala, um delegado da 46ª Delegacia de Polícia, de Perus, determinou a apreensão imediata das ossadas.

— Nada disso — a prefeita decidiu. — A Prefeitura vai assumir este caso. Trata-se de um fato eminentemente político, muito mais do que policial, e este cemitério é do município. A municipalidade é responsável por esses ossos.

Outras tentativas de intromissão não tardariam a surgir, de modo que uma das primeiras tarefas da comissão especial de investigação foi definir, junto com a Prefeitura, alguns protocolos. Foram os familiares, por exemplo, que demoveram a prefeita da ideia de encaminhar as ossadas para análise pelo Instituto Médico Legal.

— O IML é parte do sistema de desaparecimento e ocultação — alertaram, em reunião com a prefeita na tarde de quinta-feira, 6 de setembro.

Eles tinham razão. Nos anos 1970, o IML fora responsável pela falsificação sistemática de exames necroscópicos, expediente utilizado para esconder a verdadeira causa da morte de militantes políticos e também a responsabilidade do Estado. Talvez o caso mais célebre tenha sido o laudo assinado em 1975 pelos médicos legistas Harry Shibata e Arildo de Toledo Viana afirmando que o jornalista Vladimir Herzog, torturado até a morte no DOI-Codi, cometera suicídio. Segundo o exame, ele teria se enforcado com uma tira de pano amarrada a uma janela a 1,63 metro do chão, mais baixa do que ele, e o corpo fora encontrado com as pernas dobradas, numa cena evidentemente forjada para ocultar a morte por tortura. Também no IML, muitos corpos devidamente identificados foram despidos de suas vestes e de seus documentos para serem enterrados como indigentes. Entre 1971 e 1974, principalmente em Perus.

Representantes de entidades como a Comissão Teotônio Vilela e o Centro Santo Dias de Direitos Huma-

nos reforçaram a reivindicação dos familiares em audiência com a prefeita. Uma das informações que mais circularam na ocasião, deixando muitos de cabelo em pé, foi a de que o IML era dirigido por José Antônio de Mello, o mesmo médico responsável por assinar o laudo necroscópico do operário Manoel Fiel Filho, torturado até a morte no DOI-Codi no dia 16 de janeiro de 1976. Erundina entendeu o risco e, mais uma vez, fez eco às reivindicações dos familiares de mortos e desaparecidos.

— Me senti pressionada por essas entidades e confesso que estou insegura com relação ao IML — Erundina declarou ao jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6. — Estou convencida de que o IML é mesmo um órgão suspeito.

Erundina precisou se reunir mais de uma vez com o secretário de Segurança Pública do Estado, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, a fim de costurar com ele uma alternativa que contemplasse a reivindicação dos familiares: as ossadas iriam para o departamento de medicina legal da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Uma instituição de pesquisa seria mais adequada para esse trabalho do que um órgão ligado à polícia.

A partir daquele momento, nenhuma decisão seria tomada pela prefeita sem ouvir os familiares. Foi assim que Erundina determinou a remoção dos livros do cemitério para seu próprio gabinete, temendo que eles pudessem desaparecer. Foi assim, também, que a prefeita mandou lacrar a sala do cemitério em que as ossadas tinham sido guardadas e ordenou a catalogação de todas as ossadas antes que fossem transferidas para Campinas.

Em poucas semanas, Ivan, Suzana e Amelinha ficaram conhecidos nos corredores da Prefeitura como “trio calafrio”. Jornalistas os procuravam para saber a situação das ossadas e também para que falassem sobre as mortes e desaparecimentos que, até então, jamais haviam tido espaço na imprensa tradicional.

Em 13 de setembro, numa atividade que nada tinha a ver com a Comissão da Prefeitura, mas com a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos, que os três também integravam, Ivan, Suzana e Amelinha

chegaram de surpresa ao IML, acompanhados por uma advogada e por repórteres e cinegrafistas de televisão, e flagraram uma reunião em que o diretor José Antônio de Mello estava reunido com outros diretores, um promotor e um delegado, tramando uma estratégia para fechar o “museu” ou desviar parte do acervo de modo a se livrar de qualquer material comprometedor. Foi um quiproquó. Suzana notou que o livro com registros e fotografias dos mortos de 1971 havia desaparecido. Amelinha se lembrou de que o governador havia entregado um cartão de visita para ela na semana anterior, durante audiência com a prefeita. Foi até um orelhão e ligou. Apresentou-se como familiar de mortos e desaparecidos e insistiu que tinha urgência em falar com o governador. Orestes Quércia a atendeu prontamente.

— Governador — ela disse —, nós estamos aqui no IML e o diretor não está deixando ninguém entrar, mandou lacrar o arquivo. E ele nem deveria ser diretor do IML, porque foi ele quem assinou o laudo falso do Manuel Fiel Filho.

Por telefone, o governador pediu que Amelinha voltasse no dia seguinte. Prometeu que afastaria o diretor do IML naquela tarde e que, a partir do dia seguinte, o IML estaria com as portas abertas para os familiares de mortos e desaparecidos. E assim fez.

Ao longo de um semestre, o trio calafrio daria muito o que falar. Principalmente, ajudaria a orientar e a acompanhar, dia após dia, as atividades da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de São Paulo estava em ebulição na manhã daquela quarta-feira. Ainda era de manhã quando o vereador Júlio César Caligiuri Filho (PDT) protocolou um requerimento para que fosse instituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a origem e as responsabilidades quanto às ossadas encontradas na vala clandestina.

Júlio conseguira reunir rapidamente as assinaturas necessárias, tamanha a comoção despertada pela descoberta da vala. O requerimento também demonstrava o interesse do vereador em ir além do Cemitério Dom

Bosco e investigar a possível existência de outras valas clandestinas em outros cemitérios da cidade. Dizia o texto:

“Considerando que ontem, 04 de setembro, foi aberta uma vala que continha dezenas de ossadas no Cemitério Dom Bosco, em Perus; considerando que suspeitas sobre a existência de uma vala onde seriam enterrados presos políticos desaparecidos existem desde 1977; considerando que dezenas de presos políticos desapareceram na década de setenta; considerando que o famigerado Esquadrão da Morte fuzilou e sumiu com dezenas de pessoas; requeremos, nos termos regimentais, a constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, com 7 membros e 90 dias de prazo de funcionamento, para apurar a origem e as responsabilidades sobre as ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e investigar a situação dos demais cemitérios de São Paulo.”

O requerimento recebeu o carimbo e a assinatura do presidente da Câmara, o vereador Eduardo Suplicy (PT), que anunciou os sete membros da CPI durante sessão ordinária na terça-feira seguinte, 11 de setembro: Júlio César Caligiuri Filho (presidente), Aldo Rebello (PCdoB, relator), Tereza Lajolo (PT), Ítalo Cardoso (PT), Antônio Carlos Caruso (PMDB), Marcos Mendonça (PSDB) e Oswaldo Giannetti (PDS). Foi batizada de “Comissão Parlamentar de Inquérito: Desaparecidos”, embora nos bastidores e também nos jornais fosse mais frequentemente referida como “CPI de Perus” ou “CPI das ossadas”. Vencido o período de 90 dias predefinido, a Comissão seria prorrogada por mais três meses. Na segunda etapa, Aldo Rebello foi substituído por Vital Nolasco, também do PCdoB, e a relatoria ficou a cargo de Tereza Lajolo.

Os trabalhos da CPI começaram sob tensão. Antes mesmo da primeira oitiva, pairava sobre a equipe um clima de ameaça permanente.

O primeiro susto foi causado pelo sumiço repentino de Toninho Eustáquio, o administrador do cemitério, no dia 11 de setembro. Boatos de todo tipo circularam quando Toninho não apareceu no trabalho naquela manhã de terça-feira, uma semana após a descoberta das ossadas. Soube-se, ao longo do dia, que Toninho

havia telefonado para o diretor de cemitérios do Serviço Funerário Municipal por volta das 23 horas na noite anterior para avisar que vinha recebendo ameaças de morte e iria com a família para um lugar sigiloso. Também a prefeita de São Paulo ouvira a mesma queixa do administrador, por telefone. Erundina tomara a providência de acionar o secretário estadual da Segurança Pública, Antônio Carlos Mariz de Oliveira, e obtivera a garantia de proteção especial. Toninho voltaria ao trabalho no dia seguinte, como se nada tivesse acontecido, alegando apenas que a esposa passara mal e lhe pedira para que a levasse para a casa da irmã, na Zona Sul da cidade, e a acompanhasse ao posto de saúde. Duas semanas depois, seria a vez de Júlio César Caligiuri, o presidente da CPI, revelar que também estava sendo ameaçado. Ele e sua família haviam recebido dois telefonemas anônimos com ameaças de morte.

A CPI foi oficialmente instalada no dia 17 de setembro, treze dias após a revelação da vala. Foi o início de uma aventura sem precedentes. Pela primeira vez, seriam colhidos depoimentos de pessoas envolvidas no sistema de morte e desaparecimento de militantes políticos, como torturadores, agentes do Dops e do DOI-Codi, médicos legistas que haviam assinado laudos falsos, um ex-prefeito e um ex-governador.

Respaldado no artigo 33 da Lei Orgânica do Município, a CPI tinha poder de “tomar depoimento de autoridade municipal”, “intimar testemunhas” e “inquiri-las”. Se alguém fosse convocado e não comparecesse para prestar depoimento, poderia o presidente da CPI solicitar a condução coercitiva do depoente.

Antes de convocar autoridades envolvidas em denúncias de tortura, falsidade ideológica e colaboração com a truculência da ditadura, os vereadores consideraram adequado ouvir o diretor do serviço funerário, o administrador do cemitério e os sepultadores que trabalhavam no Cemitério Dom Bosco na primeira metade dos anos 1970.

Uma pergunta parecia mais urgente do que todas as outras: quem mandou construir aquela vala?

Faltavam vinte minutos para as 10h quando Toninho chegou ao Palácio Anchieta, sede do Legislativo Municipal, naquela manhã de quarta-feira, 19 de setembro. Subiu até o décimo andar e se dirigiu ao auditório Oscar Pedroso Horta. O burburinho no corredor fez aumentar sua ansiedade. Os últimos 15 dias tinham virado sua rotina de pernas pro ar. Ameaças, entrevistas, foto estampada no jornal, reunião com a prefeita, Toninho não estava acostumado com nada daquilo. E, definitivamente, preferia não ter que se acostumar.

Quando uma intimação expedida em seu nome foi entregue na sede do Serviço Funerário, cinco dias antes, Toninho percebeu que a coisa ficava cada vez mais séria. “V.Sa. encontra-se intimada para depor perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito”, dizia o ofício com o timbre da Câmara Municipal. Arrolado como testemunha para a primeira sessão ordinária de oitiva de testemunhas da CPI, Toninho se dirigiu ao número 100 do Viaduto Jacaré, no centro da cidade. Ali, soube que outras três testemunhas tinham sido convocadas para depor na mesma data: Rubens da Costa, antigo funcionário do Serviço Funerário, Rui Alencar, atual superintendente do Serviço Funerário, e Pedro José de Carvalho, assistente administrativo do cemitério de Itaquera e antigo sepultador no cemitério do Lajeado quando houve incêndios criminosos no local.

Toninho foi o segundo a depor, depois de Rubens da Costa. Contou que foi admitido no Cemitério Dom Bosco em 1977 como assistente de administração e promovido a administrador no ano seguinte, ocasião em que se debruçou sobre os livros e procurou saber o destino das mais de 1.500 ossadas com indicação de exumação e sem local de reenumeração. O número exato, conforme a comissão de investigação da Prefeitura apuraria a partir da análise dos livros, era de 1.564 corpos exumados. A diferença entre essas 1.564 e as 1.049 localizadas em 1990, conforme dedução dos peritos, seria a presença de aproximadamente 500 crianças com menos de 12 anos de idade, cujas ossadas não resistiram ao tempo. Muito tempo depois, surgiria a hipótese, jamais comprovada, de que uma segunda vala clandestina poderia ter sido construída no mesmo cemitério, em outro local, recebendo essas 500 e pouco ossadas.

Toninho confirmou ainda que obteve a informação sobre a existência da vala e sua localização ainda em 1978 e que, dois ou três anos depois, determinara a abertura parcial da vala para que o engenheiro Gilberto Molina pudesse observar a situação das ossadas, entre as quais deveria estar a de seu irmão desaparecido, Flávio Carvalho Molina. Finalmente, contou aos vereadores que, agora em 1990, ainda havia terra virgem na gleba 3 do cemitério, uma área onde poderiam ser construídas novas quadras, com novas sepulturas, caso houvesse necessidade. Com alguma hesitação, tentou deixar claro que, embora não tivesse acesso a informações oficiais, não fazia sentido a tese de que a exumação em massa daquelas 1.500 ossadas seria necessária para que houvesse espaço para novas sepulturas.

— Em 1977, o cemitério já estava totalmente ocupado? — indagou o presidente da CPI.

— Não — respondeu o administrador. — O cemitério é subdividido em glebas de quadras. Ele tem as glebas 1, 2 e 3.

Toninho explicou que, ao assumir o posto, em 1977, a gleba 3 acabara de ser inaugurada. Foi ele que a dividiu em duas porções, uma destinada ao sepultamento familiar, ou seja, com o conhecimento dos familiares e as devidas homenagens, e outra destinada ao sepultamento de todos os corpos sem identificação ou que não tivessem sido buscados por ninguém: os “indigentes”, os “desconhecidos” e os “não reclamados”.

— Na gleba 3, existe ainda um canto virgem, disponível para abertura de novas valas — afirmou.

Antes de terminar seu depoimento, Toninho informou aos vereadores que o administrador do cemitério na época da construção da vala chamava-se Dilermando Lavrador. E declinou os nomes de quatro sepultadores do Dom Bosco que já trabalhavam ali em 1976: João Aparecido André, Pedro Batista Gasperi, Bráulio Araújo Miranda e Nelson Pereira. Os quatro foram intimados para depor na quarta-feira seguinte. Antes disso, na sexta-feira, os membros da CPI ouviriam o superintendente Rui Alencar, que não pôde ser ouvido na primeira sessão em razão do horário, e o ex-diretor do Departamento de Cemitérios do Município, Fábio Pereira Bueno.

— Esse procedimento é totalmente irregular!

A afirmação proferida por Fábio Pereira Bueno no dia 21 fez os vereadores arregalarem os olhos. Júlio decidiu cobrar os detalhes:

— O senhor disse que a exumação em massa feita em 1976 é ilegal?

— Não, a exumação não, o sepultamento na vala comum.

— É ilegal?

— No meu entendimento, é.

— Daria para depreender, dessa sua afirmação, que houve a intenção de dificultar a identificação desses cadáveres, desses restos mortais?

— Não sei, não sei — Fábio desconversou. — Não tenho conhecimento disso. Se foi intencional ou não, isso deve ser perguntado para quem executou aquilo, e por ordem de quem, e a troco de quê.

Fábio Pereira Bueno tinha dirigido o Departamento de Cemitérios da Prefeitura (Cemit) entre abril de 1970 e abril de 1974. Deixara o cargo dois anos antes, portanto, da ocultação de cadáveres na vala clandestina. Naquela época, o Serviço Funerário era uma autarquia à parte e não cuidava dos cemitérios, somente dos funerais. À frente do Serviço Funerário estava Jaime Augusto Lopes, já falecido na ocasião da CPI. Desde que o assunto havia invadido as páginas dos jornais e o noticiário das rádios e das TVs, naquele dia 4 de setembro, Fábio havia feito algumas contas e chegara à conclusão de que o sepultamento daquelas mais de mil pessoas numa vala comum tinha ocorrido em 1976, logo após a decisão de reorganizar a cadeia dos sepultamentos na cidade.

A afirmação do ex-diretor do Cemit permitia aos membros da CPI concluir que aquelas mil e tantas ossadas tinham sido exumadas majoritariamente durante a gestão do prefeito Miguel Colasuonno, no cargo entre agosto de 1973 e agosto de 1975, e ocultadas ilegalmente na vala clandestina durante o mandato de Olavo Setúbal, prefeito entre agosto de 1975 e julho de 1979.

— Repare nas fotos que exibem os sacos com as ossadas sendo retiradas da vala — alertava o aspirante a

detetive. — Com o auxílio de uma lupa, vemos que há nesses sacos a inscrição SFMSP, sigla do Serviço Funerário Municipal. Isso significa que essas ossadas foram acondicionadas nesses sacos por nós, após a integração do Cemit pelo Serviço Funerário, o que se deu justamente em 1976. Antes disso, não havia esses sacos, muito menos sacos gravados com a sigla SFMSP.

Após uma hora de audiência, Fábio Pereira Bueno não apenas confirmara as irregularidades por trás do emprego de uma vala comum, de terra, para o sepultamento dos remanescentes ósseos de mais de mil pessoas, como relatara um evento do próprio Legislativo intimamente ligado àqueles fatos: uma oportuna alteração na lei municipal possibilitara a exumação naquele ano.

Quando os primeiros corpos foram enterrados em Perus, em março de 1971, a legislação estabelecia um prazo mínimo de cinco anos de permanência em sepultura individual. Somente após cinco anos, e caso nenhum familiar demonstrasse interesse em transferir os restos mortais para uma sepultura particular, seria facultado ao poder público realizar a exumação e a reenumeração, para que o espaço pudesse ser ocupado por um novo caixão. Já em 22 de setembro de 1971, seis meses e vinte dias após a inauguração do Cemitério Dom Bosco, a Câmara aprovou a redução desse prazo para três anos. A lei 7.656/71 foi promulgada pelo prefeito Figueiredo Ferraz em 7 de outubro daquele ano, de modo que, em outubro de 1976, todos os corpos sepultados em Perus entre o dia da inauguração e outubro de 1973 estavam aptos à exumação compulsória.

Tudo parecia conspirar para aquela ocultação em massa: o Executivo, o Legislativo e, segundo Fábio, também o governo estadual, por meio do Instituto Médico Legal. Como?

— Naquela ocasião, quem trabalhava no Instituto Médico Legal era o Harry Shibata — lembrou. — O diretor era o Dr. Arnaldo, e o Harry Shibata, se não me falha a memória, era o subdiretor. Eu tive conhecimento em entendimento com ele, porque nós fizemos a transferência de encaminhamento dos corpos que eram sepultados na Vila Formosa e no Lajeado, em Guaianas, para o Cemitério de Perus. Diga-se de passagem, é

muito mais fácil ir ao Cemitério de Perus, saindo do Instituto Médico Legal, do que ir ao Cemitério de Vila Formosa ou do Lajeado, que é em Guaianazes, porque o Cemitério de Perus está localizado no quilômetro 25 da Via Anhanguera, de fácil acesso pela Avenida Sumaré e depois a Marginal. E o Instituto Médico Legal nos solicitou, e o próprio Serviço Funerário, que pudessem encaminhar os corpos para lá.

Fábio Pereira Bueno voltaria a depor na CPI em 18 de abril do ano seguinte, na última sessão da CPI, após um recesso parlamentar que se estendeu por todo o mês de janeiro. Dessa vez, foi prestar maiores esclarecimentos sobre um dos temas mais espinhosos suscitados ao longo do inquérito: o projeto de instalar em Perus um forno crematório.

— Essa vala foi aberta pelas minhas mãos.

O mistério da construção da vala começou a ser solucionado no dia 26 de setembro com os depoimentos dos quatro sepultadores citados por Toninho Eustáquio. O primeiro a depor naquela manhã, Pedro Batista Gasperi, apresentou-se como operador de máquinas e revelou o que os vereadores já desconfiavam: se era ele o funcionário responsável por conduzir a retroescavadeira, então o buraco na área do cruzheiro tinha sido obra sua.

O vereador Aldo Rebelo, então relator da CPI, interpelou o operador de máquinas:

— Segundo consta, o processo normal, quando se promove uma exumação, é transferir os ossos para ossários construídos em alvenaria. Nesse caso, a vala que o senhor abriu, o senhor como operador de máquina, foi destinada a esse tipo ou foi...?

— Veja bem, essa vala foi aberta porque essas 1.500 a 1.600 ossadas já estavam havia mais de um ano na sala onde é o velório atualmente — Pedro respondeu. — Todo mundo parava para olhar.

— Por que não foi feita de alvenaria?

— Isso eu não sei dizer.

Em seguida, cada um à sua maneira, os outros sepultadores confirmaram o relato. Nelson, por exemplo, deu mais detalhes sobre o intervalo entre a exuma-

ção em massa e a reenumação na vala clandestina.

— Esses corpos ficaram por quanto tempo no velório? — Tereza Lajolo perguntou.

— Aproximadamente um ano.

— Um ano?

— É.

— E, durante esse tempo, houve uma discussão sobre o que fazer com os ossos, “para onde nós vamos levar esses corpos”?

— Se alguém ficou discutindo isso, foram os administradores, os diretores.

— E o que vocês ouviam comentar sobre a questão do destino?

— A gente ouvia poucos comentários a esse respeito.

Dilermundo Lavrador, antigo administrador do Cemitério Dom Bosco, assumiu para si a responsabilidade pela exumação nas sepulturas e também pela reenumação na vala clandestina.

— Fui eu que autorizei — contou em depoimento prestado à CPI no dia 1º de novembro. — Saiu um decreto da Prefeitura dizendo que aquele cemitério passaria a vender terrenos, ou seja, que haveria concessões. Como as quadras 1 e 2 eram a melhor área do cemitério, eu simplesmente achei por bem vender aquela parte, perto da entrada. Mande fazer as exumações. Já havia decorrido o prazo normal que a lei permitia. Identifiquei os ossos com os nomes, dentro e fora dos saquinhos, e coloquei os sacos no velório. Naquela época o velório não era usado. Os ossos ficaram lá por aproximadamente cinco meses. Como não veio família nenhuma retirar, deve ter vindo umas oito ou dez procurar pelos ossos e nós não tínhamos ossário naquele cemitério, mandei fazer uma vala e coloquei os ossos lá.

Em todas as respostas, o mesmo tom de naturalidade e inocência, como se ninguém tivesse cometido nenhuma irregularidade, como se esconder esqueletos num buraco de terra, sem qualquer registro oficial na Prefeitura nem indicação nos mapas oficiais do cemitério, fosse algo prosaico, corriqueiro e legítimo. Havia, ali, a certeza da impunidade e certo voluntarismo, como se coubesse a um administrador ou a um diretor de autarquia encontrar um “jeitinho” para resolver um problema considerado de menor importância. Nenhuma

ma preocupação com protocolo ou com a hipótese de algum familiar vir a procurar aquelas 1.500 pessoas.

Esse descaso oficial com a memória e com a hipótese de reclamação futura daqueles restos mortais pelas famílias, por mais remota que pudesse parecer para as autoridades, ficou ainda mais evidente para os vereadores quando a CPI passou a investigar o tema do crematório.

Uma planta baixa da incorporação do Cemitério Dom Bosco, elaborada em 1969 – um ano antes do início das obras – previa a construção de um “crematório eventual”, conforme a expressão gravada no papel. No final dos anos 1960, dotar a cidade de um crematório público tornou-se uma das obsessões do Cemit, o Departamento de Cemitérios da Prefeitura.

Fábio Pereira Bueno contou à CPI que participou do processo de licitação e aquisição dos fornos entre 1967 e 1968. Ficara entre duas propostas, um sistema elétrico e outro a gás, e acabara optando pela proposta apresentada pela empresa inglesa Downson & Mason. Seriam adquiridos quatro fornos a gás, aptos a cremar um corpo no intervalo médio de uma hora. Em 24 horas, os quatro fornos dariam conta de incinerar 96 cadáveres, mais que o dobro da demanda nos anos 1960, o que também demonstrava capacidade de planejamento: a cidade estava crescendo, a população aumentaria.

Fábio afirmou ainda que Paulo Maluf, prefeito de São Paulo entre 1970 e 1971, quando da construção do cemitério em Perus, autorizou a construção do crematório. E que a medida se fazia necessária em razão do volume crescente de corpos de indigentes, desconhecidos e não reclamados enterrados em São Paulo. Alegou que se enterravam quase 50 por dia. Os membros da CPI questionaram o número apresentado por ele, uma vez que, entre 1989 e 1990, quando a população do município era maior do que em 1970, a média de sepultamentos naquelas categorias foi de oito por dia.

No início da década de 1970, o mesmo plano de construir um crematório motivou uma viagem de Fábio Pereira Bueno para a Argentina, a fim de pesquisar os fornos utilizados naqueles países e principalmente sua legislação. Outro funcionário do Cemit esteve na Inglaterra para pesquisar a legislação, uma vez que a lei paulistana não autorizava a cremação de indigentes. Se

fosse para levar a cabo o projeto de cremar desconhecidos, seria preciso propor um projeto de lei para a Câmara e trabalhar pela sua aprovação.

Por fim, os vereadores localizaram nos arquivos da Prefeitura uma carta da empresa inglesa Downson & Mason, fornecedora dos fornos, declinando da execução daquele serviço. Segundo a empresa, causava estranhamento o projeto de um crematório sem sala de cerimônia, ou seja, sem um local adequado para a realização de velório. Também estranhava o uso de portas basculantes, tipo vai-vem, no acesso aos fornos. A sala de cremação, segundo os ingleses, deveria ficar sempre em local discreto e longe da vista das pessoas, uma vez que os mais sensíveis ou incautos poderiam se chocar. Havia algo de muito errado e suspeito no projeto apresentado pela Prefeitura de São Paulo.

Antes mesmo de propor alterações no projeto ou procurar outra empresa para solicitar outro orçamento, houve a confirmação pelo departamento jurídico de que a prática da cremação não poderia ser aplicada sem o consentimento ou solicitação da família. Havia tratados internacionais nesse sentido. Caía por terra, portanto, o plano de cremar indigentes, desconhecidos e não reclamados. Inaugurado na Vila Alpina em 1975, o crematório municipal não poderia ser o destino das 1.500 ossadas já exumadas em Perus. Era preciso encontrar outra forma de desaparecer com aqueles ossos.

A vala clandestina foi o plano B.

Ao longo de seis meses, a CPI Perus / Desaparecidos ouviu 82 pessoas em 43 sessões. Entre os depoentes, os médicos legistas Harry Shibata e Isaac Abramovich entre outros funcionários do IML, o ex-governador Abreu Sodré, policiais de diferentes corporações e patentes, como os delegados Maurício Henrique Guimarães Pereira, Álvaro Luiz Franco Pinto, Renato D'Andréa e Armando Panichi Filho, agentes ligados ao Dops, como Samuel Pereira Borba e Gilberto Alves da Cunha, e ao DOI-Codi, como Dulcílio Wanderley Bochila e o agente Davi dos Santos Araújo, acusado de praticar torturas, inclusive contra Ivan Seixas e Amelinha Teles, ambos na

plateia. De tanto ouvir o tal agente do DOI-Codi negar as acusações que lhe foram feitas, o vereador Ítalo Cardoso perguntou se Amelinha e Ivan topariam um acareamento com ele. Foi o início de uma das cenas mais exaltadas da CPI.

— Senhora Maria Amélia Teles, a senhora conhece este homem?

— Claro que conheço. Este é o Davi dos Santos Araújo, que usava o codinome de Capitão Lisboa quando me torturou.

— Mentira! — o delegado respondeu, exaltando-se. — Nunca torturei mulher feia.

— Então o senhor admite que torturava mulher bonita?

— Não vou responder isso. Não vou responder isso.

Minutos depois, Ivan Seixas repetiu a mesma apresentação de Amelinha.

— Conheço, sim. Este é o Capitão Lisboa do DOI-Codi.

— Ele está mentindo. Eu nunca vi essa pessoa.

— Claro que me conhece, David. Quando a gente chegou à Oban, vocês fizeram uma sessão de espancamento em mim e no meu pai. Mas eu dei um soco na tua cara que lançou você longe, a dois metros de distância, você não se lembra disso?

Exposto e atingido em seus bríos, o Capitão Lisboa ficou nervoso.

— É mentira! Eu não participei desse espancamento — como acabara de acontecer com Amelinha, a frase do policial permitia a leitura de que ele havia participado de outros espancamentos. — O pai dele eu conheci. Era um sujeito forte, nortista, que andava com o Lamarca. Mas ele eu nunca vi.

— Conversa, Davi — Ivan insistia. — Se você conheceu meu pai, você me conheceu também. Nós chegamos juntos à Rua Tutóia. Você não está querendo admitir por ter levado um soco na cara de um rapaz de 16 anos.

A esta altura, o depoente já havia perdido as estribeiras e, inquirido pelos vereadores, perdera a capacidade de argumentar.

— Não vou responder. Não vou responder.

Até Erasmo Dias, Secretário de Segurança Pública

do Estado de São Paulo no momento da construção da vala clandestina e responsável por comandar a controversa invasão da PUC-SP de 1977, quando centenas de estudantes foram expulsos de uma assembleia sob golpes de cassetetes e bombas de gás lacrimogênio, e presos em seguida, compareceu à Câmara para a oitiva.

Quem mais resistiu a depor foi o ex-prefeito Paulo Maluf, que governara a cidade pela primeira vez no período de construção e inauguração do cemitério, entre 1970 e 1971. Quando a vala foi aberta, em 4 de setembro, Maluf estava imerso na campanha eleitoral daquele ano, percorrendo meia dúzia de cidades por dia. Uma pesquisa feita pelo Datafolha entre os dias 17 e 19 de setembro colocou Maluf em primeiro lugar na disputa pelo governo do Estado, com 41% dos votos, o dobro do percentual atribuído a Luiz Antônio Fleury, o candidato da situação, com 20%. Às intimações enviadas a seu endereço, Maluf respondia sempre que não se opunha a depor, mas que só o faria após a eleição. Derrotado no segundo turno, Maluf finalmente concordou em marcar a oitiva para o dia 4 de fevereiro. Com uma condição: ele aceitaria falar em sua própria casa, e não na Câmara.

Os membros se dividiram. Um deles, o vereador Oswaldo Gianotti, filiado ao partido de Maluf, o PDS, insistia para que a condição colocada pelo ex-prefeito fosse acatada. O local não muda nada, ele dizia. Tereza e Ítalo, por sua vez, consideravam aquilo inaceitável. Maluf não exercia nenhum cargo público na ocasião, não tinha fórum privilegiado, por que essa regalia? Sugeriram apelar para a condução coercitiva. No fim, Júlio concordou em ouvi-lo em casa, na Rua Costa Rica, 146. E foi. Os dois vereadores do PT membros da comissão acharam um desaforo e não compareceram. Ivan Seixas, Amelinha Teles e Crimeia Schmidt, irmã de Amelinha, foram à casa de Maluf representando os familiares. Os três se recusaram a dar a mão ao ex-prefeito, o que rendeu outro momento fora da curva na história da CPI.

— Não vou dar a mão para o senhor. O senhor foi parte da ditadura.

— Lamentável, lamentável — reagiu o político, com o sotaque que lhe é característico. — Eu fiz até oposição

à ditadura. Vocês são radicais.

Por fim, ainda no curso da CPI, os vereadores da Comissão lograram descobrir e visitar, sempre na companhia de familiares de mortos e desaparecidos, o Sítio 31 de Março de 1964, uma chácara no distrito de Parelheiros, na Zona Sul de São Paulo, dedicado à tortura e à execução de opositores políticos nos anos de chumbo. A revelação do local, frequentado por membros da repressão como os coronéis Erasmo Dias e Carlos Alberto Brilhante Ustra, ganhou destaque na imprensa e ajudou a aumentar o clima de indignação. Ali foram executados, entre outros, os militantes da ALN Antônio Benetazzo, Antônio Carlos Bicalho Lana e Sônia Moraes Angel Jones, todos eles enterrados sem conhecimento das famílias no cemitério de Perus.

Em 15 de maio de 1991, uma quarta-feira, foi feita a apresentação pública dos resultados da CPI. O relatório final foi encaminhado para a Prefeitura e para o governo do Estado. O processo, na íntegra, somava 6.142 páginas, entre transcrições dos depoimentos, cartas, intimações, cópias de reportagens, exames necroscópicos e outros documentos. Foi tudo arquivado na Câmara em 19 volumes. Em 4 de setembro de 1992, aniversário de dois anos da revelação da vala, o relatório final foi finalmente publicado: um caderno de 64 páginas com o título *Onde estão?*.

Integram o relatório final da CPI uma lista com quinze recomendações. À prefeita Luiza Erundina foi solicitada a apuração das responsabilidades pelos atos administrativos irregulares de funcionários municipais e a consolidação das leis que se referem aos sepultamentos no município, sobretudo de indigentes. Ao governador Luiz Antônio Fleury Filho, que se reorganizasse o IML, retirando-o da esfera policial, e que seja dada continuidade às investigações iniciadas no Sítio 31 de Março, entre outras. Ao presidente da República, Fernando Collor de Mello, a Comissão solicitou a abertura dos arquivos do Dops, do SNI e do DOI-Codi. Ao Conselho Regional de Medicina de São Paulo foi pedida a instauração de sindicância para apurar a responsabilidade dos legistas pelas irregularidades ocorridas no IML. Outros ofícios foram enviados à Procuradoria Geral da República, ao Ministério Público Federal de

São Paulo, ao Ministério da Justiça e ao presidente da Assembleia Legislativa, sempre com solicitações para que fossem tomadas as providências cabíveis ou para que fossem aprofundadas as investigações.

Duas décadas mais tarde, a CPI de Perus foi frequentemente lembrada como precursora das Comissões da Verdade instaladas no Brasil ao longo da década de 2010. Em apenas seis meses, reuniu provas, testemunhos e encaminhamentos importantes, não apenas para desvendar as origens e os envolvidos na construção da vala clandestina, mas também para propor medidas mitigadoras e formas de dar seguimento às investigações, responsabilizações e identificações necessárias.

Na última semana de 1992, o Cemitério Dom Bosco ganhou um marco de memória em homenagem aos desaparecidos políticos ali ocultados. No exato local onde a vala clandestina fora construída, surgiu uma nova vala, feita com alvenaria. Sobreposto a ela, um muro vermelho, como uma tarja de “proibido”, “nunca mais”.

O memorial foi desenhado pelo arquiteto e artista gráfico Ricardo Ohtake. Filho da pintora e gravurista Tomie Ohtake, Ricardo tinha ligações afetivas com o tema da memória. Antonio Benetazzo, um dos desaparecidos políticos enterrados como indigente no cemitério de Perus, tinha sido seu melhor amigo nos tempos de estudante universitário, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Ricardo também foi membro da Associação Cultural José Martí, organizando atividades culturais com artistas cubanos no Brasil. Teve ano em que ele chegou a ir cinco vezes para Havana.

Mas foi quase por acaso que Ricardo Ohtake assumiu a autoria do monumento. Ainda em 1991, no segundo semestre, a Prefeitura havia aberto um edital e selecionado um projeto para ser executado no local. Quando estava quase tudo pronto para a construção, em meados de 1992, os organizadores perceberam que havia um monumento idêntico àquele em outro país. O concurso teve de ser cancelado.

Agora, faltando três meses para o fim do mandato

da prefeita, já não havia tempo para um novo concurso.

— Só se a gente pedir pro Ricardo — alguém lembrou.

Um ano antes, a militante e ex-presa política Dulce Maia havia sugerido o nome de Ricardo Ohtake para a elaboração de um cartaz de divulgação de uma missa que o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, faria na Sé em homenagem aos desaparecidos da vala e às primeiras identificações. Foi formada uma comitiva de familiares até o estúdio do designer. Suzana, Ivan, Amelinha, Crimeia e Dulce o convenceram a fazer o cartaz. Agora, voltariam a ele com um novo pedido.

— Dá pra fazer — Ricardo topou. — Vou pensar em algo na mesma linha do cartaz.

Os familiares explicaram que faltava dinheiro, de modo que seria preciso fazer algo muito simples e que usasse materiais acessíveis. Cimento e tinta, Ricardo pensou. Dois meses depois, os pedreiros da própria Prefeitura ergueram o marco sob a orientação do arquiteto. Ivan Seixas aprovou o texto com a prefeita e ditou para Ricardo pelo telefone:

“Aqui, os ditadores tentaram esconder os desaparecidos políticos, as vítimas da fome, da violência do Estado policial, dos esquadrões da morte e, sobretudo, os direitos dos cidadãos pobres da cidade de São Paulo. Fica registrado que os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos.”

A inscrição, em letras brancas sobre o muro vermelho, foi assinada por Luiza Erundina de Sousa e Comissão de Familiares de Presos Políticos Desaparecidos.

O monumento ficou pronto entre o Natal e o Ano Novo.

CPI Perus/Desaparecidos Políticos

Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo em 1991

Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo que investigou a origem e a responsabilidade pelas ossadas encontradas em uma vala no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e a utilização dos demais cemitérios de São Paulo para ocultamento de corpos das vítimas da repressão no país. Relatório apresentado pela vereadora Tereza Lajolo em 15 de maio de 1991.

Sumário:

1. Introdução

2. O serviço funerário

2.1 Cemitério para indigentes

2.2 A Vala Clandestina

2.3 A nova orientação

2.4 Crematório para indigentes

2.5 Cemitério de Vila Formosa

2.6 As gestões no Serviço Funerário Municipal

3. O IML

4. O aparato repressivo

4.1 O controle

4.2 Da Oban ao DOI-Codi

4.3 Dops e DOI-Codi

4.4 Colaboração em São Paulo

5. A ação repressiva

5.1 As prisões

5.2 A tortura

5.3 Os métodos

5.4 As mortes

6. Os desaparecidos

6.1 Os desaparecidos

6.2 A indiferença

7. A legislação

7.1 A legislação a partir de 1964

7.2 Crimes políticos e sua apuração

7.3 Os arquivos do Dops

8. Conclusão

8.1 O que foi apurado

8.2 Encaminhamentos

1. Introdução

Este relatório não vai falar apenas de regulamentos, normas e leis administrativas que tenham sido quebrados com a criação de uma vala irregular em cemitério do Município. Ou apenas procurar responsáveis entre os que, na esfera do município, determinaram a sua implantação.

Se ficássemos só nisso já haveria um alerta suficiente para a sociedade hoje. Veremos que as muitas disparidades que encontraram amparo na forma de organização dos cemitérios continuam com o caminho aberto para a reincidência.

Primeiro porque vamos falar da indigência. E a indigência nos cemitérios é como a sobra da cidade. A grande maioria da população sequer participa da cidade legal. Suas habitações não são habitações reconhecidas. Seus nomes escapam aos cadastros e ao atendimento dos serviços públicos e privados mais bem capacitados. A condição de subemprego retira esses cidadãos



Ao saber da abertura da vala, a então prefeita Luiza Erundina voou para Perus. Suas primeiras iniciativas foram estabelecer convênio com a Unicamp para tentar identificar as ossadas e criar uma comissão para acompanhar os trabalhos da CPI

até mesmo do acesso aos auxílios-miséria – vales que substituem pedaços do salário com esmolas para o transporte, para o leite e no final das contas para o sepultamento.

Uma sepultura de indigente nos cemitérios públicos participa da categoria dos auxílios sociais. É mais ou menos o que chamaríamos de vale-sepultamento.

O indigente é aquele cujo corpo chega ao cemitério, mesmo que levado pela família, com nome, endereço, história e com direito a ser sepultado, mas com a diferença de ser levado por uma família sem recursos. A condição de indigente lhe será outorgada pela falta de condições de pagar pela sepultura.

Juntam-se a estes corpos que chegam do IML ou da Faculdade de Medicina e que não foram reclamados por ninguém, geralmente pela falta de identificação.

Mas como todos os auxílios-miséria, que existem na lei sem nunca chegar aos miseráveis, até esse direito de sepultamento digno acaba violado quando se trata do indigente.

A lei violada, a cidadania é violada, os direitos humanos são violados, mas a sociedade não se dá conta porque as vítimas são pessoas que aparentemente já não contavam para a sociedade, embora em vida estivessem participando e produzindo, porque entendemos que esta é a natureza do ser humano.

Mas, veremos também que através da indigência foi possível que o arbítrio se camuflasse ainda mais. Não sem uma cruel ironia. Os presos políticos não desapareceram simplesmente. Alguns deles, se não muitos, tiveram seus corpos remetidos de volta a um setor público pertencente à cidadania, o cemitério do município. Corpos nos foram pretensamente entregues, porque bastou fabricar para cada um deles uma falsa indigência por setores confiantes na nossa forma de organização social, onde a indigência é o mesmo que exclusão.

A existência de uma vala clandestina para os já quase clandestinos restos mortais de indigentes não foi apenas um fato irregular. Foi um acinte. Foi a demonstração da confiança na impunidade. Foi a certeza de



FOTO: ACERVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A Comissão ouviu 82 pessoas entre 1991 e 1992. Na foto, o ex-presos político Ivan Seixas (à esq.) participa de audiência pública com os membros Vital Nolasco, Ítalo Cardoso, Júlio César Caligiuri (presidente) e Tereza Lajolo (relatora)

que, por isto, a sociedade não cobraria, ainda que já cobrasse pelos desaparecidos políticos.

Não sabemos o que foi mais bárbaro: transformar oponentes do regime mortos em indigentes ou tripudiar ainda mais da indigência para dar fim aos corpos dos oponentes do regime. Veremos que isto não se deu apenas através da vala clandestina.

A atribuição desta CPI foi de apurar irregularidades e de apurar responsabilidades.

Sabíamos que em Perus foram enterrados pelo menos 13 corpos de presos políticos, 7 deles com nomes falsos e 6 poderiam estar na vala clandestina. Sabíamos ainda que além destes, 144 permanecem desaparecidos e a peregrinação dos seus familiares, amigos, companheiros e da sociedade para localizá-los não cessou e nem cessará enquanto as respostas não forem encontradas.

Seis meses de trabalho foi um tempo irrisório. O terreno das responsabilidades, como vimos desde o início, se amplia muito. O setor de cemitérios do município pelo que concluímos, se colocou a serviço de uma orientação nascida do arbítrio e que perpassou as várias

instâncias do poder público. Dessa correia de transmissão participou o IML – Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo, para onde vários corpos saídos do Dops e DOI-Codi foram remetidos, seguindo de lá para o cemitério de Perus.

Não poderíamos fechar os olhos e procurar responsáveis apenas entre sepultadores ou servidores relapsos. Nem procurar algumas pessoas para atribuir-lhes responsabilidades isoladas, como se isolados fossem os fatos que apuramos nos cemitérios.

Considerando que a existência da vala pudesse estar relacionada com ações do regime e com desaparecimentos produzidos na ditadura: A cada fato relacionado com o sepultamento de presos políticos precisaria ser apurado.

Cada pessoa que pudesse contribuir nessa investigação precisaria ser chamada.

Cada aspecto do regime criou procedimentos relacionados com a determinação em desaparecer com corpos e identidades de pessoas, precisaria ser novamente analisado e decifrado. É claro que não logramos tudo isso, nestes seis meses. Mas quem sabe este esforço

contribua para que a sociedade assuma essa busca com a garra necessária, reanalise seu passado recente, se aproprie de sua história e encontre resposta para os seus desaparecidos.

O que desejamos, ao final deste relatório, é que a cidadania produza instrumentos que desmontem a couraça da impunidade, se defenda aprendendo a reconhecer e eliminar aparatos estranhos aos seus direitos e a sua vontade e cresça, assumindo como parte de si mesma os segmentos hoje excluídos pelo estigma da indigência.

É o que cada um de nós precisa urgentemente aprender e resolver.

A constituição desta Comissão Parlamentar de Inquérito foi aprovada em 05 de outubro de 1990 pela Câmara Municipal de São Paulo com o objetivo de apurar a origem e as responsabilidades sobre as ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e investigar a situação dos demais cemitérios de São Paulo.

Foram indicados para compor a CPI o vereador Júlio Cesar Caligiuri, como presidente, o vereador Aldo Rebello como relator nos primeiros três meses, a vereadora Tereza Lajolo, relatora, o vereador Italo Cardoso, o vereador Vital Nolasco (que substituiu o Vereador Aldo Rebello) o vereador Marcos Mendonça, o vereador Oswaldo Gianotti e o vereador Antônio Carlos Caruso.

No dia 4 de setembro de 1990 foi localizada uma vala com 1.049 ossadas no Cemitério Dom Bosco. Após verificação nos livros do cemitério, apurou-se não haver registro de existência dessa vala naquele local.

Determinada a abertura da vala, constatou-se que as ossadas se encontravam dentro de sacos plásticos, todos sem qualquer identificação.

A Excelentíssima Prefeita do Município de São Paulo, Senhora Luiza Erundina de Sousa, determinou a apuração dos fatos e fez um convênio com o Governo do Estado e a Universidade de Campinas para identificação das ossadas.

Através do exame dos livros e depoimentos de funcionários do cemitério, verificou-se que as ossadas seriam de pessoas enterradas como indigentes.

Os corpos teriam sido exumados em 1975 e nessas condições foram deixados no velório do cemitério por mais seis meses, sendo enterrados nesta vala em 1976.

Foram ouvidos nesta fase funcionários do cemitério Dom Bosco, ex-funcionários, o administrador do cemitério, ex-administradores, o superintendente e o policial militar motorista do carro que transportava os cadáveres do Instituto Médico Legal, que era também declarante num grande número de atestados de óbito.

Ouvimos a seguir os ex-administradores do IML, funcionários e médicos legistas na época.

As declarações dos depoentes ligados ao IML, informando a origem dos corpos, levou essa CPI a chamar para depor funcionários e delegados do hoje extinto Dops (Departamento de Origem Política e Social), órgão ligado a Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo.

Esses depoimentos, por sua vez, fizeram várias referências aos membros do ainda atuante DOI-Codi (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão ligado ao Exército, que congregava naquela época membros das polícias civis, federais e estaduais, das polícias militares e do Exército. Esse órgão originou-se da clandestina Operação Bandeirante (Oban).

Foram ouvidos escrivães de polícia, delegados, um coronel do Exército, um ex-prefeito, dois ex-governadores.

Ao todo foram ouvidas 82 pessoas, foram juntados centenas de documentos, entre decretos, leis municipais, convênios e duas fitas de videocassete, uma do programa Globo Repórter da TV Globo, que não foi ao ar e outra da região do Araguaia.

Os militares Carlos Alberto Brilhante Ustra, Benoni de Arruda Albernoz e Dalmo Luiz Cirillo foram convocados, mas não compareceram. A convocação coercitiva por ordem judicial não foi possível em função do vencimento de prazo para os trabalhos da CPI.

Foram tomados depoimentos, também, de expresos políticos, familiares de desaparecidos e membros de Comitês de Direitos Humanos.

Foram realizadas 42 sessões ordinárias, uma extraordinária, uma diligência ao Sítio 31 de Março de 1964, em Parelheiros, três visitas à Secretaria Estadual de Segurança Pública de São Paulo (SSP/SP), cinco à Prefeitura de São Paulo, uma ao DHPP (Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa), duas ao Departamen-



Após a revelação da vala, o desaparecimento político passa a ser abordado pela primeira vez de forma clara e aberta pela grande imprensa. A CPI ganha cobertura quase diária nos principais jornais, em especial no *Diário Popular*

to de Comunicação Social da SSP, duas à Polícia Federal, duas ao Instituto Médico Legal, duas ao Cemitério de Perus e duas à Unicamp.

Para elaborar este relatório foram consultados, também, os seguintes livros:

Brasil: Nunca Mais. Arquidiocese de São Paulo, Editora Vozes, 25ª edição, 1985. Análise de mais de 700 processos que tramitaram pela Justiça Militar entre abril de 64 e março de 79, especialmente os que atingiram a esfera do Superior Tribunal Militar.

Rompendo o Silêncio: Oban e DOI-Codi, 29 de setembro de 1970 a 23 de janeiro de 1974. Carlos Alberto Brilhante Ustra, 3ª edição, Editeria Editorial.

Tortura: A história da repressão política no Brasil. Antonio Carlos Fon, Global Editora, 2ª edição, 1979.

Dossiê dos mortos e desaparecidos. Documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, Seção do Rio Grande do Sul. Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1984.

Queremos agradecer:

À Prefeita Luiza Erundina, que desde a abertura da vala do Cemitério Dom Bosco atuou com determinação no sentido de garantir as condições favoráveis à investigação sobre as ossadas encontradas, bem como a

investigação desenvolvida por esta CPI, pela Comissão dos Familiares dos Presos Políticos e pelas entidades de direitos humanos:

Solicitando o reforço policial no Cemitério Dom Bosco durante a escavação da vala, resguardando-a de qualquer adulteração, até a completa remoção das ossadas;

Determinando a guarda dos livros do Cemitério Dom Bosco em seu próprio gabinete;

Determinando o lacre da sala em que foram depositadas as ossadas;

Constituindo equipe que inclui representantes da Secretaria dos Negócios Jurídicos e do Serviço Funerário Municipal, para acompanhamento das investigações;

Determinando a catalogação das ossadas e a microfilmagem dos livros do Cemitério, antes do seu envio para exames na Unicamp;

Discutindo com as entidades de direito humanos e a Comissão dos Familiares o encaminhamento das investigações;

Determinando novas exumações e análise dos livros dos cemitérios de Campo Grande, Vila Formosa, e também em Perus;

Assinando convênio com o Governo do Estado e a Unicamp para o estudo das ossadas;

Apoiando a CPI e a entidades na reivindicação de devolução dos arquivos do Dops ao governo estadual;

Participando diretamente dos momentos mais importantes do trabalho desenvolvido por esta CPI, pelas entidades e pelos peritos da Unicamp;

Ao Superintendente do Serviço Funerário Municipal, Rui Barbosa de Alencar, que determinou a abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco com acompanhamento da imprensa e garantiu o amplo acesso da CPI à documentação existente. A abertura de CEI no serviço Funerário cujas investigações em diversos cemitérios contribuíram com elementos importantes ao trabalho desta CPI na CMSP.

Ao ex-governador Orestes Quércia, que garantiu o acesso da Comissão de Familiares de desaparecidos aos arquivos do IML e viabilizou o convênio para estudo das ossadas pela Unicamp.

Ao ex-secretário de segurança pública, Antonio Claudio Mariz de Oliveira, que colaborou com a CPI para obtenção de autorização para inspeção do Sítio 31 de Março de 1964, e colocou à disposição da CPI recursos materiais e humanos necessários a inspeção do Sítio e dos materiais encontrados. Que interveio no IML garantindo o acesso aos seus arquivos.

Ao diretor do Departamento de Comunicação Social da Polícia Civil, Dr. Ayrton Martini, e ao Delegado Silvio Tinti, pela atuação junto a CPI, COE e Serviço Funerário, nas investigações do Sítio 31 de Março.

Ao COE - Comando de Operações Especiais da PM, pelo apoio de segurança a todos aqueles que trabalharam nas investigações do Sítio 31 de Março.

À Diretoria do IML, Sra. Maria Helena Pacheco, pelo auxílio no trabalho de pesquisa dos Familiares de Desaparecidos nos arquivos do Instituto.

Ao Governador Luiz Antonio Fleury Filho, que assumiu o compromisso com a continuidade das investigações.

Aos profissionais de imprensa, agradecemos pelo acompanhamento constante que garantiu a divulgação cotidiana dos trabalhos da CPI, em especial ao Diário Popular, pela seriedade do acompanhamento, e à jornalista Elza Hatori.

Ao pessoal do Serviço Funerário Municipal, Vera Lucia Figueiredo Osegawa, Dalton Ferracioli de Assis, e

o administrador do Cemitério Dom Bosco, Antonio Pires Eustáquio, e aos sepultadores que mantiveram plantões para a abertura da vala e retirada das ossadas e dedicaram-se aos trabalhos de escavações no Sítio 31 de Março de 1964.

À diretora da Divisão de Arquivo Municipal de Processos e o assistente da diretora Marco Antonio Alves Ferreira, que vasculharam processos antigos que sequer contavam dos cadastros atualizados, ajudando a solucionar ocorrências antigas nas gestões do Serviço Municipal.

Equipe de assessores que atuou nos trabalhos da CPI, na sua sistematização e no processo de relatoria: Antonio Carlos Roque, Ricardo Soares Pinheiro e Miriam Luiz Alves (Gabinete do Vereador Julio Cesar Calligiuri/presidência CPI), Beth Burigo e Maria Inês Bueno (Gabinete Vereador Italo Cardoso), Rita Freire (Gabinete Vereadora Tereza Lajolo/relatoria), Marici Abreu Bona Fé (Gabinete Liderança do PT). E ainda, aos assessores que atuaram como colaboradores Carlos Alberto Pereira de Oliveira (Gabinete Vereador Julio Cesar Caligiuri), Maria Dolores Rosati e Eduardo Vasconcelos (Gabinete Vereador Italo Cardoso), Monica Cristina Zerbinato (Gabinete Liderança do PT), Vanderley da Cruz Garcia, Armando Osawa e Regina Barrios (Gabinete Vereadora Tereza Lajolo).

Ao procurador designado pela Prefeitura para acompanhamento dos trabalhos da CPI, Dr. Cesar Cordaro.

À Comissão dos Familiares de Desaparecidos Políticos, representada por Ivan Seixas, Amélia Teles e Suzana Lisboa.

E a todas as entidades e pessoas que contribuíram neste processo e que são inúmeras.

2. O Serviço Funerário Municipal

2.1 Cemitério para indigentes

O cemitério Dom Bosco foi o primeiro objeto das investigações da CPI, por abrigar a vala comum descoberta em setembro de 1990. Seu processo de construção foi iniciado em 1968. Em 1970 ainda estava em terraplanagem sendo concluído e inaugurado em 1971, na gestão do prefeito Paulo Maluf.

É de 1969 uma planta prevendo a construção de crematório nesse cemitério o que contraria a destinação que teve a necrópole: a de colher os corpos de indigentes, entendendo-se por estes corpos não reclamados vindos do IML – Instituto Médico Legal e da Faculdade de Medicina. Não encontramos, em todos os depoimentos e levantamentos documentais durante os trabalhos desta CPI, justificativas importantes para que o cemitério tivesse essa destinação. Ao contrário, segundo depoimento do Sr. Paulo Maluf, a existência do cemitério era reivindicação dos moradores da região.

De fato, no processo 22.303/62, formado por carta de 24/07/1962, enviada ao prefeito anterior, a Sociedade Amigos de Perus reivindicava área para instalação de cemitério. O processo 4.719/63, formado por ofício da Câmara Municipal, reafirmava a necessidade de cemitério para atender a população local, já que o cemitério de Caieiras que, por ser o mais próximo, recebia os corpos das pessoas falecidas em Perus, estava lotado.

A mesma necessidade de atender a população da região se encontra apontada nos proc. 27.246/62 e 20.065/62, que recomenda escolha de área capaz de atender também aos moradores do Distrito de Pirituba e demais limítrofes. Sendo assim, torna-se estranha a súbita alteração sem determinação formal, da destinação do cemitério, que passou a atender apenas os corpos do IML e da Faculdade de Medicina. Verificamos que, essa época, os corpos de indigentes eram encaminhados a Vila Formosa, onde não havia, como não há até hoje, problemas de lotação. E o que se verifica na foto aérea de 1973, com amplas áreas ainda sem ocupação – o que persiste, segundo o Serviço Funerário Municipal – SFM.

Destinaram-se a Perus, a partir de 1971, vítimas de mortes violentas, seja pela miséria, pela fome, pela criminalidade social, seja pela sanha de esquadrões da morte, da violência policial e da garantia de impunidade para os braços repressores de um regime fundamentado na força

A razão para a mudança encontra uma única explicação nos dois depoimentos do Sr. Fabio Pereira Bueno, ex-diretor do CEMIT – Departamento de Cemitérios). Houve entendimentos diretos com o IML, na pessoa do médico legista Harry Shibata, então integrante da diretoria, cumprindo solicitação do instituto de uso do cemitério, para esse fim. O motivo alegado seria maior facilidade de acesso.

Como se vê em outro capítulo deste relatório, o Sr. Shibata era pessoa de confiança dos organismos de repressão para o atendimento aos casos de presos políticos mortos no Dops e DOI-Codi e encaminhados para autópsia.

Sobre esses corpos havia a intencionalidade de manter sigilo, como também se vê em outro capítulo, por exemplo, em informações prestadas pelo auxiliar de autópsia Jair Romeu. E verificamos que vários desses corpos, mesmo identificados, ou que poderiam ter sido se os organismos de repressão assim o quisessem, tiveram sepultamento em Perus como apontam vários laudos.

Mas em que o encaminhamento desses corpos a um cemitério sob responsabilidade do município, com as características da necrópole Dom Bosco teria contribuído ao ocultamento? Ao contrário do que ocorre em sociedades mais desenvolvidas, em que a condição de indigente de uma pessoa faz redobrar a responsabilidade do Estado para garantir seus direitos de cidadão, no Brasil essa condição remete a um reconhecimento automático de sua marginalidade. E este quadro foi ainda mais grave naqueles anos em que a sociedade e a cidadania brasileira estiveram submetidas a um regime de exclusões.

Em lugar de procedimentos redobrados que permitissem o reconhecimento posterior de corpos não reclamados ou não identificados, sobre os cadáveres saídos do IML, pessoas vitimadas por todas as nuances de um regime violento e repressivo, e não apenas presos políticos, não há até hoje condições adequadas para a possível identificação. Destinaram-se a Perus, a partir de 1971, vítimas de mortes violentas, seja pela miséria, pela fome, pela criminalidade social, seja pela sanha de esquadrões da morte, da violência policial e da garantia de impunidade para os braços repressores de um regime fundamentado na força.



FOTO: ACERVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Tereza Lajolo, relatora da CPI, despacha com a prefeita Luiza Erundina

Assim, a condição artificial de indigência imposta às vítimas fatais dos organismos de repressão remetia, em lugar de um alerta a sociedade, a exclusão da cidadania e ao ocultamento de corpos com o auxílio de poderes instituídos, no caso a Prefeitura Municipal.

Verificamos ainda que a pequena possibilidade de localização dos corpos sepultados em Perus e outros cemitérios como indigentes, que seria obediência às limitadas determinações legais de registro, com o tempo foi sendo pulverizada pela mera violação.

O que não seria possível, mesmo para os aparelhados mecanismos da repressão era eliminar da memória de sepultadores e funcionários, o clima que se instalou com o recebimento dos corpos saídos do Dops e do DOI-Codi. Perguntas do tipo “tem algum especial aí” – referindo-se aos chamados terroristas, eram feitas pelos sepultadores ao policial Miguel Fernandes Zaninello, quando chegava com o carro do IML.

Todos os sepultadores se recordam da morte de Grenaldo Jesus da Silva, morto no aeroporto de Congonhas, quando tentava sequestrar um avião. Quando souberam que havia sido morto pelo DOI-Codi, todos ficaram em prontidão à espera do corpo. E disso se recordam até hoje (departamento de sepultadores).

2.2 A Vala Clandestina

No ano de 1976, uma grande vala foi aberta no Cemitério Dom Bosco e nela foram depositadas cerca de 1.500 ossadas, sobre as quais não se fez qualquer registro a época dessa reenumeração, embora os sepulta-

dores se recordem da sua abertura dos autos e Inquérito policial.

O máximo a que se chega, ao investigar documentação do Serviço Funerário Municipal, e a ocorrência de exumações em massa, em 1975, nas quadras 1 e 2 daquele cemitério, ocupados por corpos de indigentes. A legislação em caso de exumações recomenda que os corpos sejam reenumados alguns palmos abaixo, na mesma sepultura, além do necessário registro. Isto não ocorreu (Ato 326/32, artigos 42, 43 e 46).

A alegação apontada para exumação era de que o cemitério passaria a incorporar o regime de concessões de terrenos para sepultamentos, precisando para tanto liberar as quadras.

Consta dos autos, ofício do SFM que permite contestar essa justificativa já que o regime de concessão teve início em 1972, as demais quadras do cemitério estavam ociosas submetidas a regime de concessão. A abertura da vala comum no ano seguinte, segundo depoimentos colhidos por esta CPI, foi feita para depósito dos registros mortais exumados das duas quadras, o que provocou o ocultamento daquelas ossadas até 1990, quando foi aberta por determinação da prefeita Luiza Erundina.

A própria vala se manteve em caráter de clandestinidade por vários motivos:

1. Não existe registro de sua criação.
2. Foi aberta em área destinada a construção de uma capela.
3. Não foi demarcada posteriormente como local de sepultamento.
4. Não foi incluída na planta do cemitério.
5. Foi construída de forma irregular, sem alvenaria e outros requisitos.
6. Não existe registro de transferência dos corpos exumados para a vala.

Ao mesmo tempo, tal situação não poderia ser atribuída ao desconhecimento das autoridades competentes. Em lugar dos registros que, mesmo podendo alterar o caráter de clandestinidade não corrigiriam, por si, as irregularidades da construção da vala, é nos depoimentos de funcionários do cemitério que se encontram as provas de que:

1. A vala foi aberta por ordem transmitida pelo

então administrador do cemitério, hoje falecido e pelos fiscais do SFM sem procedimento formal.

2. A vala era do conhecimento das várias gestões do SFM, a partir de 1976.

3. Nenhuma providência foi tomada pelas gestões que se sucederam, até 1990, para dar existência legal a vala clandestina, identificar e regularizar a destinação dos corpos nela renumados, corrigir a omissão nos registros do Cemitério e do SFM ou identificar responsáveis.

A vala configura-se assim irregular, clandestina e ilegal. A busca de explicações para a existência da vala levou a CPI a pesquisar e ouvir pessoas relacionadas com o SFM, antigo CEMIT – Departamento de Cemitérios, durante todo período que a antecedeu, desde a construção de Perus.

2.3 Nova orientação

Com o depoimento do Sr. Fabio Pereira Bueno, diretor do CEMIT entre 1970 a 1974, surgiram os primeiros indícios de que o departamento buscou nessa época se adequar a uma nova orientação com alterações relacionadas com os episódios de 1975 e 76.

Paralelamente aos trabalhos da CPI, os esforços que vinham sendo feitos pela Prefeitura e pela Comissão de Familiares de Desaparecidos resultaram na descoberta de que também a quadra de indigentes do cemitério de Vila Formosa, no mesmo período, havia sofrido graves alterações, provocando o ocultamento de pelo menos um corpo de preso político, José Maria Ferreira Araújo. Ficaram mais fortes as evidências mencionadas acima.

Reunia-se a isto a constatação de ocorrência de três incêndios no setor administrativo no Cemitério de Lajeado (que recebia indigentes antes do envio a Vila Formosa). Um dos incêndios provocou a morte de um vigia. Os incêndios fizeram desaparecer livros de registros, mas os crimes nunca foram apurados.

O Sr. Fabio Pereira Bueno foi novamente chamado a depor. Na sua gestão ocorreram os seguintes fatos importantes:

- a inauguração do Cemitério e os entendimentos com o IML para sepultamento de indigentes;

- a mudança de legislação reduzindo prazo para exumação;

- a elaboração de plano de reorganização para o Cemitério de Vila Formosa, com execução prevista em 1975.

2.4 Crematório para indigentes

Desde a construção do cemitério Dom Bosco os demais acontecimento se deram da seguinte forma:

Já verificamos que em 1969, a planta de Perus apontava a previsão de crematório. O processo 180.991, também de 1969, indica que um forno crematório já estava encomendado a empresa inglesa Dowson & Mason, mas que seria agora instalado no Cemitério de Vila Nova Cachoeirinha. Além de registrar o pedido de tramitação urgente, este processo inclui uma carta da empresa D&M estranhando que o projeto de prédio para o forno, elaborado pela Prefeitura, era inadequado ao acompanhamento de familiares, além de graves irregularidades. A carta diz textualmente, em alguns trechos, o seguinte:

“Parece não haver o hall de cerimônias nesse projeto. E também muitas coisas que, francamente, não entendemos, mesmo considerando estarmos associados e trabalhando há quinze anos em projetos de crematórios em todo o mundo”.

E mais adiante: “Gostaríamos de saber qual o motivo de ter duas enormes portas “vai e vem” nas posições assinaladas A e B, porque na maioria dos crematórios a sala propriamente dita, onde as cremações são realizadas é mantida algo discreta, mesmo que as pessoas e o público em geral peçam para serem conduzidas a tal sala. Seria muitíssimo desagradável que tais portas permanecessem abertas o dia todo e todo o dia a qualquer pessoa do público que por ali estivessem vagando. Alguém poderia presenciar cenas altamente emocionais que perturbariam os operadores”.

Este projeto, conforme indica o mesmo processo, teria sido alterado para atender a orientação da empresa. A estas alterações, porém, segue-se o abandono do projeto e o arquivamento do processo, com a indicação de que as obras, na verdade teriam ocorrido no Cemitério de Vila Alpina, e não mais no de Vila Nova Cachoeirinha.

Começam em 1972 os esforços da prefeitura para

adequar a legislação e permitir a construção de um crematório exclusivamente para indigentes, em Vila Alpina. Alegava-se um problema de economia do CEMIT o excesso de corpos.

Um outro projeto de prédio, segundo o Sr. Fabio Pereira Bueno, foi elaborado, e ele, pessoalmente, tentou buscar subsídios para que a lei municipal fosse alterada.

Com este intuito foi acertada, vias prefeitura e embaixadas, a viagem do Sr. Fabio em 1972, a Argentina, de onde trouxe a legislação que poderia inspirar mudanças nos procedimentos do município. Ele passou também pelo Rio Grande do Sul e pelo Uruguai, verificando naquele país os procedimentos para cremação no período em que a sociedade uruguaia se via as voltas com a violenta repressão aos Tupamaros, como ele mesmo cita em seu depoimento.

A empreitada não logrou sucesso, já que houve um parecer jurídico interno a Prefeitura, apontando impedimentos legais ao procedimento.

Nessa mesma época, é alterada a legislação municipal, diminuindo-se de cinco para três anos o prazo de espera para ocorrência de exumação.

Exatamente três anos depois, ocorreriam as exumações em massa nas quadras 1 e 2 do Cemitério Dom Bosco, e a informação que circulava entre os servidores na ocasião era de que aquelas ossadas seriam cremadas em Vila Alpina, ficando a espera dessa providência amontoadas no necrotério entre seis meses e um ano.

Causa estranheza, em todos estes procedimentos, a alegação da necessidade de cremação em função do grande número de corpos de indigentes sepultados.

Segundo o mesmo depoente, a média de sepultamento era de sessenta (60) corpos por dia, sendo que mesmo hoje, a média de mortes de indigentes, produzidas entre a população muito maior, é de apenas oito por dia. Se incluirmos aí o número de sepultamentos gratuitos (que a prefeitura debitava na mesma conta da “indigência”), teremos uma média de vinte corpos sepultados por dia.

2.5 Cemitério de Vila Formosa

Ainda na gestão do Sr. Fabio Pereira Bueno, há registro de providências para um plano de reurbaniza-

Nessa mesma época, é alterada a legislação municipal, diminuindo de 5 para 3 anos o prazo de espera para ocorrência de exumação. Exatamente três anos depois, ocorreriam as exumações em massa nas quadras 1 e 2, e a informação que circulava entre os servidores era de que tais ossadas seriam cremadas

ção do Cemitério de Vila Formosa, embora não exista processo correspondente. Todos os processos relativos a esse período, anexados a CPI, foram trazidos a luz a partir de levantamentos dos acervos da Divisão de Arquivo Municipal, com sérias dificuldades. Verificamos que os arquivos catalogados por nomes foram incinerados, sobrevivendo sem sequência e com grandes lacunas, os processos catalogados apenas pela numeração.

Entendemos que, por necessitar de mapeamento atualizado de cada cemitério para suas atividades cotidianas e por exigência legal, o SFM deveria dispor de planta com a atual configuração de quadras do Cemitério de Vila Formosa. A planta em uso, porém, é de 1973, o que faz supor que as alterações realizadas em 1975 não foram oficialmente comunicadas ou registradas.

As alterações são as que se seguem, conforme levantamento do Serviço Funerário.

A área do cemitério de Vila Formosa, em que está situada a quadra 11, destinada ao sepultamento de indigentes, “foi irresponsavelmente adulterada, chegando-se ao ponto da retirada do asfalto das ruas que demarcavam as quadras, principalmente a quadra 11, detonando a dilapidação de um próprio municipal”.

Houve “total perda de referências, causada pela demarcação”.

A comparação entre plantas e fotos antigas com a atual configuração do cemitério mostra que as ruas na área ganharam um novo traçado, transversal ao traçado original, ocupando o lugar de antigas sepulturas. Os espaços da quadra não comprometidos pelo novo arruamento foram cobertos com a implantação de dois

pequenos bosques. Na foto aérea de 1973, verifica-se que a única vegetação então existente era arbustiva, desenhando perfeitamente o alinhamento das sepulturas. Outro levantamento, feito por biólogos de DEPAVE (Departamento de Parques e Áreas Verdes), indica que a idade das árvores não é inferior a quinze anos (tem 15 a 25), o que remete ao ano de 1975, como data limite para que os bosques tenham sido iniciados.

Observamos que as quadras próximas a quadra desaparecida foram renumeradas, tornando-se hoje quadra 11 a antiga quadra 10. Com a forma transversal do novo traçado e sem indicações de alterações na planta original, se produz ao observador a ilusão de que a atual quadra 11 seja a mesma que existiu antes da reurbanização, embora também nesta se perceba que houve um rebaixamento da terra, com a utilização de máquinas pesadas, deixando aflorantes os vestígios de antigos sepultamentos.

Resta lembrar que as alterações em Vila Formosa foram identificadas com a descoberta, a partir do recente acesso aos arquivos do IML, de que o militante José Maria Ferreira Araújo, morto pelo DOI-Codi em 1970, é o mesmo cidadão enterrado com o nome falso de Edson Cabral Sardinha, na sepultura 119, da quadra 11, em Vila Formosa e registrado no SFM. O registro, porém, não correspondia a atual configuração da quadra e, ainda hoje, no encerramento dos trabalhos desta CPI, não foi possível a sua localização. Ainda que a legislação municipal determine que os cemitérios de São Paulo não podem ser alterados ao bel prazer das administrações e que existem procedimentos definidos quando exumações são necessárias, as alterações em Vila Formosa violam frontalmente esses princípios, não apenas pela falta de histórico sobre a quadra 11, mas pelo total desprezo aos corpos sepultados. Não se sabe se ocorreram exumações para a abertura das novas ruas. O mais provável, pelo que se vê na antiga quadra 10, é que as ruas tenham sido abertas com a simples violação das sepulturas pela passagem do maquinário pesado.

Quanto aos corpos enterrados na área ocupada pelo bosque, estes foram simplesmente ignorados, e permanecem sepultados sob árvores como se não existissem para o município.

2.6 As gestões e as ocorrências

Quanto à responsabilidade por estas violações, que no município devem ser atribuídas a cada prefeito e suas equipes de confiança direta no setor, desde a construção de Perus até os episódios de 75 e 76, é importante observar o seguinte:

Entre 1969 e 1971, na gestão do Sr. Paulo Maluf, registramos a urgência em providenciar instalação de crematório paralela a construção de cemitério para indigentes, bem como a proximidade e o apoio do governo municipal as ações contra os chamados terroristas e subversivos, colocando a serviço deste apoio os cemitérios da cidade.

Prova disto foi o pagamento, com verbas do gabinete do prefeito, do enterro com honras da investigadora Estela Borges Morato, morta durante cerco a Marighella, o pagamento com verbas do gabinete, de sepultamento do soldado Mario Kozel Filho, morto, segundo processo 67.901/69 durante atentado terrorista ao II Exército, a autorização de cessão de terreno para sepultamento do motorista de taxi José M. do Nascimento, morto, segundo proc/munic. 43.043/70, durante tiroteio entre policiais e terroristas, a alteração pelo prefeito, de legislação proibitiva de edificação de mausoléus, para construção de mausoléu da Polícia Civil no cemitério de Campo Grande, como “estímulo” ao cumprimento do dever heróico, a utilização dos aparatos repressivos do Dops para interrogatório e tortura de servidores municipais acusados de subversão.

Cabe lembrar também que o sr. Paulo Maluf, como governador, foi responsável pela permissão de uso do terreno da Rua Tutoia para o DOI-Codi, reconhecendo as atividades daquela instituição apenas alguns dias antes da decretação da Lei de Anistia.

Em seu depoimento o Sr. Paulo Maluf nega que tenha tentado viabilizar a existência de crematório, por razões religiosas, assim como nega ter conhecimento de sepultamentos de policiais às expensas do seu gabinete. Os processos do Arquivo Municipal comprovam esses acontecimentos na sua gestão (proc. 180.991/69 e proc./munic. 67.901/69).

A gestão seguinte do prefeito Figueiredo Ferraz, dá prosseguimento a alterações no CEMIT iniciadas na gestão anterior, tocando-se o projeto para crematório,

viabilizando-se a viagem à Argentina e alterando-se a legislação quanto ao prazo para exumações e elaborando-se plano de reurbanização em Vila Formosa.

Com exceção do processo relativo aos planos de Vila Formosa, que não foi encontrado, embora mencionado pelo Sr. Fabio Pereira Bueno, todas as providências para a instituição de novos procedimentos quanto aos indigentes procuraram-se pautar-se dentro de limites legais, ainda que, alterando ou tentando alterar a legislação em alguns momentos – a exemplo da proibição de crematório para indigentes e adequação de lei de exumações.

Mesmo o plano de Vila Formosa chega a ser mencionado em processo sobre vistoria, conforme proc/munic 17.340/73, embora com indícios de que o CEMIT não queria a introdução da fiscalização com relação ao cemitério.

Esses limites da legalidade, porém, deixam de ser observadores a partir de 1974, já na gestão de Miguel Colassuono. Segundo informação prestada pelo Sr. Fabio Pereira Bueno, teria havido determinação do novo prefeito para que os administradores de cemitérios fossem substituídos por pessoas de sua confiança, o que gerou a desautorização do então diretor do Departamento e o seu pedido de demissão.

Nesse período ocorrem, em menos de um ano, as exumações em massa em Perus, a desfiguração da quadra de indigentes em Vila Formosa e a abertura da vala clandestina. É também o período da construção e inauguração do crematório de Vila Alpina.

No Brasil, 1975 é o ano em que o governo se vê obrigado a promover o início da distinção política. As

No caso de presos políticos, o tratamento era diferenciado. Uma letra “T” em vermelho passava a constar da documentação a fim de identificar os terroristas. Jair Romeu, auxiliar de necropsia, admitiu ter sido o autor desses registros, por ordens do Delegado Alcides Cintra Bueno, do Dops

pressões sociais forçam o acuartelamento do regime e tornam-se escandalosos os episódios que envolveram a morte do jornalista Vladimir Herzog e posteriormente a do operário Manoel Fiel Filho. A vigilância social possivelmente tenha sido a razão para que uma violação ainda maior dos despojos dos corpos exumados fosse impedida. A transferência de mais de 1.000 ossadas do cemitério de Perus ao cemitério de Vila Alpina certamente teria provocado alarme, não apenas entre os funcionários do serviço funerário municipal, que não podem fechar os olhos ao cotidiano dos cemitérios, mas em toda a sociedade que exigia respostas para os inúmeros desaparecimentos produzidos pelo regime.

A vala clandestina por todas estas considerações teria sido solução mais discreta para que todos aqueles corpos amontoados no velório de Perus entre os quais o de vários presos políticos, desaparecessem.

3 O IML

O IML – Instituto Médico Legal teve papel importante na configuração de legalidade sobre mortes criminosas produzidas pelos órgãos de repressão. O instituto forjava sobre elas uma face legal, em cima de históricos policiais enganosos, emitidos laudos com nomes e/ou causas morte falsificados e liberando, com estes, os corpos que seguiriam como indigentes para o cemitério público.

Hoje é possível afirmar que o IML e um grupo de profissionais se envolveram com o acobertamento dos fatos ocorridos nos órgãos de repressão política.

A documentação do IML é bastante simplificada, mas esclarecedora. É composta por uma solicitação de exame necroscópico, onde a polícia apresentava um breve histórico da morte, um laudo cadavérico e fotos correspondentes. Em caso de identidade duvidosa, é exigido exame datiloscópico. Esta sequência de documentos é usada para qualquer corpo que dê entrada no Instituto.

Mas no caso de presos políticos o tratamento era diferenciado. Uma letra “T” em vermelho passava a constar da documentação, Jair Romeu, auxiliar de necropsia alçado a condição de chefe de necrotério, admitiu em depoimento a CPI ter sido o autor desses registros, por ordens do Delegado Alcides Cintra

Bueno Filho do Dops. A letra “T” se destinava a identificar os terroristas – disse ele, salientando, porém, que não se fazia diferenciação de tratamento.

Através de cópia de um termo de depoimento assinado pelo Sr. Jair Romeu em processo instaurado pela CGI – Comissão Geral de Investigações, foi possível comprovar o contrário.

No dia 19 de fevereiro de 1973, o Sr. Jair Romeu, oferecendo denúncia à CGI – SP contra o administrador do necrotério Josué Teixeira dos Santos, dizia que ele (Jair Romeu) recebia “orientação no sentido de preservar ou acompanhar pessoalmente os casos ligados a cadáveres de subversivos, que esses cadáveres encaminhados pela polícia ou pela Oban eram mantidos na geladeira e sofriam autópsia mesmo durante a noite, que era exigida a norma de sigilo, que desse modo o depoente chegava a passar um arame no trinco da geladeira para que não fosse facilitado o acesso aos cadáveres. Que, no entanto, Josué (pessoa que ele acusava) fazia questão de quebrar esse sigilo e mostrava o cadáver ou cadáveres às pessoas que ali se encontravam, inclusive as suas mundanas, que este fazia comentários contra a Oban, dizendo que era mais um jovem morto”.

Dizia ainda que o sr. “Josué não gostava de ver o depoente. Jair Romeu, ter contatos diretos com os elementos da polícia ligados ao Dr. Alcides Cintra Bueno e com os elementos da Oban.

Finalmente, depois de informar que o Sr. Josué o ameaçava de ter o mesmo destino quando esses “caretas caíram”, Jair Romeu se comprometia com a CGI-SP em manter sigilo sobre as denúncias por ele mesmo oferecidas.

O Sr. Jair Romeu é coincidentemente a pessoa que participava de grande número de autópsia de presos políticos realizados pelos médicos Isaac Abramovitch e Harry Shibata.

O depoimento a CPI do Sr. Josué Texeira dos Santos esclareceu aspectos importantes na relação entre o IML e órgãos de repressão, indicando a existência de alguma orientação para a escala desses legistas.

A lista em anexo ao relatório, encabeçadas pelo recordista de laudos de mortes de presos políticos, Isaac Abramovitch. Logo a seguir vem Harry Shibata, que afirma nunca ter sido responsável ou ter tido qualquer

O médico que fez a autópsia foi Isaac Abramovitch, amigo da família de Gelson Recher. Mesmo tendo visto o nome verdadeiro, Isaac emitiu laudo e atestado de óbito com o nome falso de Emiliano Sessa. Em seu depoimento, alega não ter reconhecido o rosto do autopsiado. A foto mostrava que o rosto não estava deformado

cargo dentro do IML, apesar do depoimento em contrário de Josué T. dos Santos de que “o Doutor Shibata era o médico chefe do serviço de patologia”.

Assim como o auxiliar de necropsia, Jair Romeu, o médico Isaac Abramovitch, ao depor na CPI, evidenciava que havia um compromisso assumido de colaborar com os órgãos de repressão política sem nenhuma restrição e fez forte defesa do regime vigente, ao afirmar que a violência havia sido provocada pelos opositores e que, portanto, a resposta era à altura.

Os depoimentos mostram que o envio, necropsia e liberação de corpos obedecia a um ritual próprio, envolvendo geralmente as mesmas pessoas. O que ocorria nas necropsias noturnas não tinha o testemunho de ninguém.

O caso de Gelson Reicher, mantido com nome falso pelos órgãos de repressão, embora o nome falso estivesse escrito a mão na requisição de exame.

No IML a história continua com um detalhe macabro. O médico que fez a autópsia foi Isaac Abramovitch, amigo da família de Gelson e que conhecia desde o seu nascimento. Mesmo tendo visto o nome verdadeiro manuscrito, Isaac emitiu laudo e atestado de óbito com o nome falso de Emiliano Sessa. Em seu depoimento, ele alega não ter reconhecido o rosto do autopsiado. A foto do cadáver mostrava que o rosto não estava deformado, sendo facilmente reconhecido por quem o conhecesse. Isaac Abramovitch também não soube explicar porque havia cometido o mesmo “engano” outras vezes.

Havia também orientação para que as fotos que

documentam o exame feito não fossem muito esclarecedoras. Segundo Josué Texeira dos Santos esta era uma exigência feita pelo maior comandante da Oban/DOI-Codi, devendo-se fotografar apenas a cabeça. Em meados de 1971 ele fotografou um “terrorista”, mostrando também o tórax e foi repreendido severamente pelo major da Oban. Na época era comandante do DOI-Codi do II Exército o então Major Carlos Alberto Brilhante Ustra, embora o depoente não recorde o nome do major que o repreendeu. Também não foi possível confirmar se o preso teria sido o jornalista Luiz Eduardo da Rocha Merlino, morto sob torturas naquele departamento militar no mês de julho de 1971.

Em nenhum dos laudos verificados pela CPI, a versão policial que constava da solicitação de exame foi contestada após a perícia médica.

Quando os sinais de tortura eram muito evidentes, o legista, às vezes, descrevia as marcas deixadas, mas concluía sempre no final que a morte se dera como descrito pela polícia. O médico Sérgio Belmiro Aques-ta, ao assinar o laudo de José Maria Ferreira Araújo (com nome falso de Edson Cabral Sardinha) afirma que o corpo do militante tinha vários hematomas e conclui que a morte se deu por causa indefinida, referendando a versão policial de que José Maria havia morrido de mal súbito, ao dar entrada na delegacia distrital. O endereço da delegacia era Rua Tutóia, o mesmo do DOI-Codi.

A preocupação em não contrariar a versão policial, pode ser creditada a ligação orgânica com a polícia que se viu forçado o IML a partir de 1965, mesmo ano da entrada em operação do SNI. Todo aparato de perícia técnica (IML e Polícia Científica) ficou atrelado e subordinado ao sistema de repressão policial. Com o endurecimento da repressão política, a pressão passou a ser diretamente do Dops e DOI-Codi.

Todos os laudos examinados apresentam no quesito 4 (se a morte foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura ou por meio cruel) uma negativa ou a afirmação de prejudicado. Um corpo encontrado em um terreno baldio, com esmagamento de crânio e visíveis sinais de torturas, inclusive marcas de algemas nos pulsos, descrito pelo legista em detalhes, recebe uma negativa no quesito 4. É importante lembrar que nem na época, nem em outra ocasião qualquer a

polícia foi acusada de responsável por essa morte. Tal procedimento mostra a preocupação em descaracterizar a existência de métodos violentos e cruéis dentro de fora a polícia. Este caso, que pode ter sido fruto da sanha dos esquadrões da morte, recebeu o número 4059/69.

O professor Almeida Junior, no livro Lições de Medicina Legal, afirma que desde que a tortura “deixe marcas no corpo da vítima, é óbvio que a autópsia médico-legal poderá assinalar”. E acrescentar que “o elemento essencial na caracterização do homicídio e o anexo de casualidade entre o êxito letal e a lesão que, por comissão ou omissão, o agente ocasionou. Não entrará o perito, é certo, em divagações sobre o problema jurídico da casualidade... Mas a sua descrição objetiva, singela e clara será, para o jurista de valor inestimável” (p. 209).

Essa descrição, para os médicos legistas, se reduzia a muito pouco.

O local de encontro do corpo de Dênis Casemiro foi no próprio IML, como mostra a requisição de exame, mas segundo a versão policial ele estava preso e morreu ao tentar fugir. Segundo depoimento de presos políticos da época, Denis teria sido morto sob tortura, pelo delegado Sergio Fleury. O laudo assinado pelo legista Renato Capelano apenas descreve a trajetória de projéteis, sem nada falar sobre como estava seu corpo.

Os laudos de Denis Casemiro, assim como de seu irmão, Dimas Casemiro, a espera de identificação entre ossadas da vala de Perus, afirmam que os dois tinham os “dentes bem conservados”. Hoje, respondendo a um questionário feito pela Unicamp, párea ajudar na localização, a família informou que ambos usavam dentaduras superiores.

Flavio Molina teria sido morto no dia 07 de novembro de 1971 e enterrado no dia 09. Presos políticos e a comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos testemunharam que Flavio foi preso e morto sob tortura. Uma foto do corpo de Flavio encontrada no IML mostra hematoma no ombro, que não é descrito. Num laudo de apenas 35 linhas o legista Renato Capelano descreve apenas a trajetória dos projéteis, sem nada dizer como estava seu corpo.

Foi graças a um dos poucos negativos restantes no acervo que o militante José Maria Ferreira de Araújo, foi

reconhecido e identidade falsa identificada. Sem o negativo e foto ampliada não seria possível fazer esse reconhecimento e identificação.

A dificuldade dos familiares de desaparecidos em obter acesso aos arquivos do IML, durante mais de vinte anos representa bem o engajamento da instituição com os órgãos de segurança do Estado.

A falta de compromisso com a verdade dos profissionais engajados no acobertamento das mortes ocorridas nas dependências dos órgãos repressivos fica clara no depoimento do legista Harry Shibata, quando afirma que não tinha a obrigação de fazer o corte de crânio do examinado como havia declarado no laudo. Assume a falsidade ideológica sobre o que assinou, sem nenhum constrangimento. A função do legista, conforme outro trecho do seu depoimento “a princípio”, é apenas de ver, apenas descrevemos aquilo que estamos vendo. Fazia parte do tratamento diferenciado o prazo de permanência dos corpos nas geladeiras. A simples assinatura de um delegado do Dops ou da 36a delegacia nas requisições de exame era suficiente para que os corpos fossem liberados mais rapidamente, sem procedimento normal de manter o corpo por três dias à espera dos familiares.

O ex-diretor do IML, Antonio José de Melo, informou que a norma era de manter o corpo por 72 horas, Jair Romeu mostrou conhecer essa norma ao afirmar que “a lei determina, que os corpos, com exceção de calamidades, terão que permanecer 72 horas em câmara frigorífica, antes de serem enterrados”. Durante a década de 70, Jair Romeu enviava os corpos dos presos políticos para os cemitérios com uma média de 24 horas após a morte. Alguns casos que comprovam isso são os de Luiz José da Cunha, Manoel Lisboa de Moura, Emanuel Bezerra dos Santos, Denis Casemiro e Gelson Reicher. O corpo de José Maria Ferreira de Araújo passou menos de 22 horas no necrotério. O corpo de Joaquim Alencar de Seixas, morto oficialmente às 13 horas do dia 16 de abril de 1971, passou pelo IML e foi levado para o cemitério de Perus às 9 horas do dia seguinte. Teria sido enterrado após 20 horas de sua morte.

O militante Francisco José de Oliveira, enterrado sob nome de Dario Marcondes, teria sido morto no dia 05/11/71, às 16 horas e segundo o IML seu corpo deu entrada no dia anterior (dia 04/11/71), saindo para o

cemitério de Perus dia 06/11/71 às 10 horas. Deixando de lado o fato de que o registro do IML indica entrada de corpo antes da ocorrência da morte, o certo é que houve menos de 18 horas entre a morte e o enterro do corpo.

Os corpos saíam do IML em camburões conduzidos por um policial militar, geralmente o PM Miguel Fernandez Zaniello, que também era declarante dos óbitos.

O cuidado em manter sigilo sobre a saída dos corpos pode ser comprovado a partir de documentos anexados aos autos sobre corpos que teriam outro destino, fora de São Paulo. No dia 15 de junho de 1972, o delegado titular da delegacia Especializada de Ordem política, Alcides Cintra Bueno Filho, em ofício ao então diretor do IML, Arnaldo Siqueira registra: “Esta Delegacia Especializada de Ordem Política com a aquiescência dos órgãos de segurança, autoriza a retirada do Necrotério desse Instituto e o transporte do corpo de Marcos Nonato Fonseca... para o cemitério São João Batista, RJ, onde será sepultado no jazigo da família. Outrossim, esclareço a Vossa Senhoria que o caixão deverá ser lacrado de acordo com as normas já estabelecidas”.

Em radiotelegrama, o Delegado Alcides Cintra avisa o diretor do Dops do Rio de Janeiro que “os órgãos de segurança desta Capital autorizam a remoção do corpo de Marcos – solicito a V. Sa. Não permitir qualquer manifestação pública de caráter político no transcorrer dos funerais. Outro radiotelegrama do Dr. Alcides foi passado ao Dops carioca referente a Ana Maria Navinovic, que havia sido morta juntamente com Marcos e Iuri Xavier Pereira no bairro da Moóca-SP.

4. O aparato repressivo

4.1 O controle

Em vários momentos nesta CPI, depoentes e documentos aludiram a existência de poderosas comissões de investigações. A CGI, a CEI, a CMI – sempre uma comissão determinada pelo chefe do executivo, mas com poderes de judiciário, atuando nas diferentes instâncias: a CGI – Comissão Geral de Investigações, nacional, a CEI – Comissão Estadual de Investigações e a CMI – Comissão Municipal de Investigações.

A CGI foi criada em abril de 1964, para encaminhar

Montou-se uma rede de informações para detectar qualquer atividade considerada contrária ou inconveniente aos interesses do regime

investigações sumárias estabelecidas no primeiro Ato Institucional. Dela resultaram, em apenas dois meses, 378 cassações, 122 reformas compulsórias de oficiais das Forças Armadas, 10 mil demissões de servidores públicos, entre 5 mil investigações abertas que atingiram 40 mil pessoas (Arquidiocese de São Paulo, 1990, p. 61).

Esta comissão era formada por três membros designados pelo presidente da República e as sanções podiam ser estabelecidas por decreto presidencial. Ou do governador, no caso de servidores estaduais e municipais (decreto 53.897/64).

Esta CPI registra menções sobre a CGI e à CEL, já fundamentadas no Ato Institucional nº 5 atuando na década de 70 – menções feitas pelo Sr. Josué Teixeira dos Santos, Diretor do IML, que teria sido processado nestas instancias, por trair segredos da revolução dentro daquele Instituto.

Percebe-se que as irregularidades voltadas ao ocultamento de corpos eram acompanhadas de perto por estas comissões.

A CPI registra também depoimento sobre uma CMI, na gestão do prefeito Paulo Maluf, atuando contra a chamada subversão em conjunto com o Dops e DOI-Codi, de forma ilegal e criminosa.

Mas essas comissões não era o único aparato de controle da máquina pública ou de ação anti-subversiva. A repressão começa com a própria instauração do regime.

Datam de 1964 os primeiros assassinatos praticados contra os opositores do regime (11 pessoas), e os dois primeiros desaparecimentos: José Alfredo e Pedro Inácio de Araújo, membros das Ligas Camponesas de Sapé na Paraíba (Comitê Brasileiro pela Anistia/RJ, 1984, p. 116).

Logo após a instituição da CGI, e criado o SNI – Serviço Nacional de Informações (13 de junho de 1964), órgão da presidência com a incumbência de

controlar todas as atividades de “informação e contra-informação”, especialmente de interesse de segurança nacional. O chefe da SNI era designado pelo presidente e tinha prerrogativa de ministro de Estado.

Com sua criação montou-se uma rede de informações para detectar qualquer atividade considerada contrária ou inconveniente aos interesses do regime. Ela se estendia aos ministérios civis, através das Divisões de Segurança e Informações (DSI) de cada ministério (decreto-lei 200/67), com diretores nomeados pelo Presidente, sendo sempre oficiais das Forças Armadas ou civis diplomados na Escola Superior de Guerra (decreto-lei 348/68).

Essa rede permitia o controle estrito e cotidiano pelos militares de cada ação dos servidores públicos e colocou uma gigantesca máquina de Estado a serviço da ação repressiva.

A CPI registra ainda menções ao Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), um organismo que reunia militares e empresários. Seu objetivo seria o de encaminhar a modernização do equipamento bélico das Forças Armadas, adaptando-o as novas exigências colocadas pela Doutrina de Segurança Nacional. Mas as denúncias são de que os empresários do GPMI teriam contribuído com dinheiro ou equipamento para os órgãos de segurança, especialmente para a Operação Bandeirantes (Oban), instaurada em 1969 (depoimento de Antonio Carlos Fon).

4.2 Da Oban ao DOI-Codi

E entre 1968 e 1969 que a atividade repressiva se intensifica como resposta às mobilizações de protesto contra o regime e as organizações de esquerda, principalmente aos grupos de luta armada.

Segundo o professor Hely Lopes Meirelles, Secretário de Segurança Pública em São Paulo na época em entrevista ao jornalista Antonio Carlos Fon, no livro “Tortura”, as ordens para montagem de um organismo que reunisse elementos das Forças Armadas, da polícia estadual – civil e militar – e da Polícia Federal, para o trabalho específico de combate à subversão, foram dadas ao final de 1968 (MEIRELLES, apud. FON, 1979, p. 18).

A ordem teria sido transmitida segundo mesma

fonte, pelo Ministro da Justiça, professor Luiz Antonio da Gama e Silva, numa reunião dos Secretários de Segurança em Brasília, e pelo general das Polícias Militares. A reunião, chamada “Seminário de Segurança Interna”, discutiu toda uma estratégia de combate aos opositores do regime.

A Oban foi lançada oficialmente em junho de 1969, marcando o início de uma escalada repressiva que seria responsável por centenas de mortes, pelos meios mais bárbaros.

Teria participado do ato de lançamento da Oban, em São Paulo o governador da época, Roberto Costa de Abreu Sodré, o Secretário de Segurança Pública, Hely Lopes Meirelles, o general José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, e os comandantes do VI Distrito Naval e da 4a Zona Aérea (FON, 1979, p. 15). Em depoimento a CPI o ex-governador Abre Sodré negou qualquer envolvimento com a Oban.

Foram juntados aos autos a pesquisa realizada pelo “Projeto Brasil: Nunca Mais” com a informação que a Oban se nutria de verbas fornecidas por multinacionais como o grupo Ultra, Ford, General Motors e outros. Por outro lado, pelo que apuramos a estrutura fundamental em que a Oban se apoiava era também viabilizada por recursos estaduais, tanto em termos de efetivos como das próprias instalações de sede da operação, como veremos a seguir.

A criação da Oban prepara as condições para montagem de uma estrutura que seria oficializada em junho de 1970 através do DOI-Codi.

Nesse período, segundo Antonio Carlos Fon, um grande contingente de policiais do estado com prática de tortura, especialmente da Divisão de Crimes Contra o Patrimônio, então chamada de Delegacia de Roubos teria sido transferida para o Departamento de Ordem Política e Estadual da Polícia Civil, e do Dops para a Oban.

Essa transferência, feita sem qualquer oficialização, é confirmada pelo depoimento do delegado Mauricio Henrique Guimarães Pereira, responsável pela desestruturação do Dops, efetuada em 1983, e pelo delegado Davi Santos Araújo.

É significativo que quase todos os policiais convocados a depor na CPI tenham sido transferidos para o

Dops entre 1968 e 1970, conforme seus depoimentos. É o caso do delegado Edsel Magnotti (1969), Gilberto Alves da Cunha (1968), Samuel Pereira Araújo (1970), do escrivão Armando Panichi Filho (comissionado na SSP em 1970), Josecyr Cuoco (1970) Dulcídio Vanderlei Boschilia. Também o delegado Sergio Fleury teria sido transferido nesse período para o Dops. A Oban foi instalada na sede da Polícia do Exército e posteriormente na 36ª Delegacia de Polícia, na Rua Tutóia, em São Paulo. Muitos anos mais tarde, já em pleno período de redemocratização do país, a ocupação de parte do espaço utilizado pelo DOI-Codi seria oficializada através de um decreto do então governador Paulo Salim Maluf, que autorizava o acesso a título precário de terreno situado na mesma área (decreto 13.757/79).

A estrutura do DOI-Codi (Departamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna) foi oficializada como parte da estrutura do Exército (Diretriz Presidencial de Segurança Interna, de janeiro/70).

Em cada jurisdição territorial, os Codi detinham o comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, tanto das Forças Armadas como dos policiais estaduais e federais. Os DOI-Codi contavam com dotações orçamentárias regulares, o que permitia uma ação repressiva muito mais aparelhada.

Estes órgãos estavam diretamente submetidos ao comando de cada arma. O major Brilhante Ustra que foi intimado a depor e não compareceu diz em seu livro “Rompendo o Silêncio” (1987, págs. 125, 126, 135 e 142) o seguinte:

que os Codi tinham atribuição de garantir a coordenação e a execução do planejamento das medidas de “Defesa Interna”, nos diversos escalões do Comando, e de viabilizar a ação conjugada da Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. O comando das ações ficava a cargo dos DOI. que o DOI-Codi de São Paulo, de maior efetivo, operava com 250 homens, sendo 40 do Exército. Ou seja, era uma estrutura do Exército, sob a direção dos militares, mas evidentemente montada à custa das polícias estaduais.

que foram cedidas ao DOI metade das dependências do prédio da 36ª delegacia, além da construção de um prédio de dois andares na mesma área, com recur-

sos recebidos do Governo do Estado. O combustível era quase totalmente fornecido pela Secretaria de Segurança Pública.

que para as chamadas “buscas”, o DOI-Codi contava com todo um aparato que incluía até o uso de disfarces como uniformes da TELESP.

4.3 Dops e DOI-Codi

O Dops de São Paulo e o DOI-Codi foram objetos de especial atenção desta CPI, por terem sido dois instrumentos de absurda autonomia na transgressão de direitos e na produção de desaparecimentos e, ainda, porque se apurou que partiram de lá as orientações que alteraram procedimentos no IML.

Dops e DOI-Codi agiam articuladamente, embora em muitos momentos as duas estruturas concorressem em termos de ação repressiva. O delegado Josecyr Cuoco traz elementos que definem bem a integração existente. Enquanto o DOI-Codi se incumbia das prisões e dos interrogatórios (obtidos sempre sob tortura), o Dops, atuando também em prisões e obtenção de informações (também sob tortura), servia ainda para legalizar as irregularidades e formalizar o inquérito policial.

Era no Dops que os depoimentos obtidos no DOI-Codi eram oficializados e que, eventualmente, a prisão era assumida com a comunicação das autoridades judiciais e a suspensão de incomunicabilidade do preso.

O Dops tinha divisões de ordem política, de ordem social, de informações, de explosivos, e uma divisão fazendária. A divisão de informações era comandada pelo delegado Romeu Tuma e era responsável pelas informações sobre ocorrências como assaltos a banco ou justicamentos. A divisão de ordem política era responsável pelas áreas parlamentar e estudantil e era

chefiada pelo delegado Alcides Cintra Bueno. Era desta área que partiam os corpos e as orientações para o IML. A divisão de ordem social era chefiada pelo delegado Fleury e contava com várias delegacias (Josecyr Cuoco), além do pessoal do cartório, interrogatório, busca, diligência e análise.

A relação conflituosa entre o delegado Fleury e o DOI-Codi também é registrada nesta CPI porque estaria relacionada à existência de sítios clandestinos para prisões, interrogatórios, torturas e desaparecimentos, conforme denúncias de vários ex-presos. Esses sítios teriam como objetivo manter os presos interrogados pelo Dops fora do alcance do DOI-Codi e vice-versa.

Embora as ações do Dops e DOI-Codi fossem complementares, sendo o DOI-Codi responsável em geral pelos procedimentos mais violentos de busca e interrogatório, há vários relatos que indicam ter havido disputas entre os dois organismos, tanto pelo mérito das prisões como pela obtenção das informações relevantes.

Em seu depoimento, Josecyr Cuoco relata a discordância, entre policiais, sobre o fato das ações que deveriam ser efetuadas pela polícia serem comandadas por militares, o que teria ocasionado inclusive a saída do Dops dos policiais Rubens Tucunduva, Ivahir de Freitas Garcia, Benedito Nunes Dias: “O tratamento não era mais cordial de lado a lado”, lembra o delegado. Josecyr Cuoco mencionou, também, o episódio que levou ao afastamento do delegado Sergio Paranhos Fleury do Dops, em 1970. Em fevereiro de 1970, foi preso pelo Dops Chizuo Osawa, militante da VPR que se supunha pudesse indicar a localização de um centro de treinamento de guerrilha no Vale do Ribeira. O DOI-Codi exigiu que o preso lhe fosse entregue, invadindo o Dops. Fleury, no entanto, teria agredido Osawa brutalmente, quebrando suas costelas com os pés para que não tivesse condição de ser interrogado no DOI-Codi (Jornal Em Tempo, p. 5, 1978).

O delegado Fleury foi, então, trazido para o 41º Distrito Policial, na Vila Rica, Zona Leste de São Paulo. Mesmo aparentemente descartado, houve um acordo com o II Exército pelo qual Fleury continuaria a atuar no combate à subversão (depoimento de Josecyr Cuoco). Essa versão é confirmada pelo depoimento do ex-presos político Reinaldo Morano, que relata ter sido

O Dops de São Paulo e o DOI-Codi foram objetos de especial atenção desta CPI, por terem sido dois instrumentos de absurda autonomia na transgressão de direitos e na produção de desaparecimentos.

preso no centro da cidade, na Ladeira da Memória, em 16/08/70, e levado até a 41ª delegacia, e então torturado por Fleury, antes de ser transferido para o DOI-Codi. Ou seja, o 41º distrito teria se tornado mais um aparelho de repressão política.

A disputa, assim, não se desfez com o afastamento de Fleury do Dops. Em 21 de agosto de 1970, foi preso Eduardo Leite, no Rio de Janeiro (CBA, 1984, p. 33), pela própria equipe do delegado Fleury (Josecyr Cuoco). Depois de torturado no Cenimar (Centro de Informações da Marinha), foi transferido para o 41º Distrito Policial de São Paulo – delegacia de Fleury. Depois voltou ao Rio de Janeiro e foi transferido para o Dops. A permanência de Eduardo Leite na 41ª delegacia é confirmada pelos depoimentos de Reinaldo Morano e Rodolfo Konder. Segundo telex transmitido pelo Centro de Informações do Exército, no Rio de Janeiro, ao IV Exército, em Recife, a prisão de Eduardo Leite foi mantida em sigilo até o dia 23 de outubro. O próprio documento menciona que a versão dada à imprensa foi de que não houve fuga de Eduardo Leite nesse dia. Segundo o documento do Comitê Brasileiro pela Anistia, Eduardo Leite foi retirado de sua cela no dia 27 de outubro de 1970, o que é confirmado por Reinaldo Morano. Por ocasião do sequestro do embaixador suíço realizado a 7 de dezembro, Eduardo foi incluído numa lista de nomes a serem libertados. No dia 8 de dezembro foi divulgada a sua morte. Segundo um policial conhecido por Carlinhos Metralha (Dossiê do CBA), nesse intervalo, Eduardo Leite teria permanecido em um sítio de propriedade de Fleury e, como prêmio pela sua prisão, o delegado teria sido novamente transferido ao Dops.

Os sítios também foram utilizados para atividades militares, como verificou-se no Sítio 31 de Março de 1964, em Parelheiros, de propriedade de Joaquim Fagundes (que não chegou a ser ouvido porque morreu no transcorrer da CPI), que era cedido para treinamentos antiguerrilha, conforme provas recolhidas nas últimas escavações feitas pela equipe do Delegado Tinti, do Departamento de Comunicação Social, junto com a CPI e com funcionários do Serviço Funerário Municipal. Nessas escavações foram encontrados objetos pertencentes ao Estado Maior das Forças Armadas.

É importante observar que a ação repressiva é modi-

De acordo com levantamento do Comitê Brasileiro da Anistia, não há registro em 1974 de mortes reconhecidas pelo regime, mas há vários registros de desaparecimentos

ficada em 1974, no sentido de uma ação mais clandestina por parte da repressão.

Nesse período teria surgido em São Paulo o chamado Braço Clandestino da Repressão (depoimento de Antonio Carlos Fon). O aparato montado no DOI-Codi e outros órgãos clandestinos passaram a ser utilizados também por grupos paramilitares. O depoente Afonso Celso Nogueira Monteiro relata que, quando preso em um sítio, lhe disseram estar nas mãos do Braço Clandestino da Repressão.

De acordo com o levantamento do CBA, não há registro em 1974 de mortes reconhecidas pelo regime, mas há vários registros de desaparecimentos. Só em São Paulo há os casos, pelo menos, de Ana Rosa Kucinski Silva e Wilson Silva (depoimento de Bernardo Kucinski), David Capistrano da Silva (depoimento de Maria Augusta de Oliveira), José Roman (depoimento de Mercedes Roman Ariguri), Ieda Santos Delgado, Issami Nakamura Okama, João Massena Melo, Luiz Inácio Maranhão Filho e Walter de Souza Ribeiro.

A ação clandestina desses grupos se prolongaria até os anos 80, com conhecidos casos de ataques aos jornais da imprensa alternativa, o atentado à OAB que causou a morte da secretária Lyda Monteiro, o sequestro do jurista Dalmo de Abreu Dallari por ocasião da visita do Papa e o caso do Riocentro, envolvendo militares.

4.4 A colaboração em São Paulo

A ação repressiva desencadeada em todo o período analisado era comandada pelos militares, mas contou com a conivência e a colaboração de autoridades civis.

Em nível estadual, contou com a participação do governador Abreu Sodré, que participou do ato de lançamento da Oban em 1969, do Secretário de Segurança Hely Lopes Meirelles, que cedeu à Oban os policiais civis

e militares de São Paulo, e de seu substituto, o Secretário de Segurança Pública, Olavo Viana Moog, o governador Laudo Natel, que deu continuidade à colaboração com o DOI-Codi, nos termos já descritos, que participou da homenagem póstuma pomposa feita ao cabo Syllas Bispo Feche, em 21 de janeiro de 1972 (USTRA, 1987, p. 168). Essa convivência e colaboração ativa também se verificará no IML, nas Comissões de Investigações e na distribuição de honrarias pelo regime.

A medalha da Ordem do Grande Pacificador foi outorgada tanto aos médicos legistas Harry Shibata e Isaac Abramovitch, ao proprietário do Sítio 31 de Março de 1964, Joaquim Fagundes, e ao Sr. Paulo Maluf.

Em nível municipal, a colaboração se espelha no uso do Serviço Funerário e também nas honrarias aos mortos da polícia. Ficou registrado nesta CPI o caso da morte da agente Stela Borges Morato, de 21 anos, em 4 de novembro de 1969, durante o cerco a Carlos Marighella. Stela foi sepultada com honras e despesas pagas pelo gabinete do então prefeito Paulo Maluf. Seu caso foi apresentado como morte em tiroteio e foi divulgado pela imprensa como “heroicamente tombada em cumprimento do dever no combate à subversão”. Nesta CPI, o então delegado Edsel Magnotti trouxe informações sobre o pretense tiroteio, no qual não houve tiros por parte de Carlos Marighella. Depreende-se que Stela Morato foi morta pela própria polícia.

Paulo Maluf também criou a CMI – Comissão Municipal de Investigações, em 20 de maio de 1969 (decreto 8181/69), com a finalidade de apurar acusações de “corrupção ou subversão” e que atuou em mútuo entendimento com os órgãos de repressão.

O engenheiro Duílio Domingos Martino, que foi presidente da Associação dos Servidores Municipais, disse à CPI que foi preso pelo Dops no dia 19 de março de 1970, e que foi interrogado pela CMI, em março de 1970, dentro do Dops, após sessões de tortura, e que outro membro da Associação, Francisco Delmiro Rodrigues Molina, foi ouvido mesmo enfartado, durante duas horas, com um médico ao lado. Foi pedido a Duílio, Rubens Duprat e Antonio Custódio que assinassem cinco documentos onde renunciariam aos cargos da Associação, onde declarariam que usavam serviços da entidade ilicitamente, onde enalteceriam o prefeito

Paulo Maluf, onde se declarariam dirigentes do PCB, o que não eram, onde denunciariam 162 nomes como seus seguidores na associação.

Esse processo foi encaminhado quando Armando Sampaio Fonseca, chefe de gabinete do Prefeito Paulo Maluf acusa os diretores da Associação de serem “elementos notoriamente subversivos” e sugere que o caso seja levado à CMI para que possa ser apreciado “não só no campo da subversão, como também da corrupção”. Em despacho feito no dia 22 de janeiro de 1970, o prefeito Paulo Maluf determinou o encaminhamento da denúncia à CMI. No processo 26067/70, consta que o depoimento foi tomado nas dependências do Dops.

O Sr. Bernardo Ribeiro de Moraes, relator da CMI, confirmou à CPI competência atribuída à CMI de apurar subversão, e a atuação desta em cerca de dez processos administrativos. A denúncia podia ser formulada por qualquer cidadão e era encaminhada através do Secretário de Negócios Internos e Jurídicos. O depoente era ouvido sem assistência de advogados e o processo era encaminhado de volta ao Secretário, para abertura ou não de processo. De acordo com o próprio decreto 8181/69, se o depoente não comparecesse, o presidente da CMI podia requerer que fosse conduzido pela polícia, sem qualquer exigência de ordem judicial. Segundo o depoente Bernardo de Moraes, Duílio Domingos Martino foi preso pelo Dops e sua prisão comunicada à CMI através do Del. Alcides Cintra Bueno. A CMI então foi ao Dops para “concluir um processo administrativo”, segundo palavras do depoente.

Enfim, a CMI, um instrumento criado com base no Ato Institucional nº 5, não só constituía uma legítima auto-atribuição (por parte do executivo) de competências próprias do Judiciário, como de fato tinha uma função auxiliar à do Dops e do DOI-Codi, no sentido de construir acusações e intimidar os acusados com o objetivo da obtenção de depoimentos forjados. Formada por membros escolhidos diretamente pelo prefeito, as conclusões eram baseadas nas próprias acusações. Como o próprio depoente reconhece, a comissão não tinha qualquer condição de apurar subversão.

O ex-delegado geral do governo do Estado de São Paulo, Álvaro Luz Franco Pinto, informou ter sido membro do CGI e sobre esse período ele relevou à CPI que

A atuação do DOI-Codi não se subordinava a qualquer mandamento legal ou limites jurisdicionais. Onde houvesse algum militante ou ativista de oposição ao regime, ou algum suspeito, para lá se dirigiam os agentes, para aprisioná-lo e submetê-lo a interrogatório e tortura

“sempre me prestigiaram nessa Comissão do AI-5, como uma pessoa de bom senso, de equilíbrio, para examinar os processos e evitar que se cometessem injustiças... Todo mundo sabia que o direito de defesa era ali muito restrito... Os documentos que eram informativos nós enviávamos para o Ministério da Justiça na época. Deve ter sido tudo incinerado porque foi uma fase em que realmente se procurou virar a página”.

5. A ação repressiva

5.1 As prisões

Os elementos presentes nos autos demonstram que, dentro de todo o aparato repressivo estruturado pelo Regime Militar a partir de 1964 e, notadamente, a partir de 1969, as prisões representam uma etapa especial, cujos métodos estavam fora de qualquer princípio moral, ético ou jurídico. O delegado Davi dos Santos Araújo, ex-integrante da Oban e do DOI-Codi – onde era conhecido pelo codinome de “Capitão Lisboa” – deixou claro em seu depoimento que o aparato repressivo, emergiu de uma situação extra-legal, para uma situação oficial, a partir da transformação da Oban em DOI-Codi, trazendo nessa tentativa de institucionalização todos os esquemas e artifícios necessários a atuação de um órgão clandestino.

A começar pela utilização de nomes de guerra, pelos seus agentes, passando pelas detenções sem ordem legal e incluindo uma atuação que desconhecia limites, o aparato repressivo tinha que contar com agentes clandestinos em razão de seus métodos ilegais.

A atuação do DOI-Codi não se subordinava a qualquer mandamento legal ou limites jurisdicionais,

desenvolvendo-se em diversos locais, extrapolando, inclusive, os limites do estado de São Paulo. Onde houvesse algum militante ou ativista político de oposição ao regime, ou simplesmente algum suspeito, para lá se dirigiam os agentes, para aprisioná-lo e submetê-lo a interrogatório e tortura física. As prisões eram decorrentes de ordens do Comando do DOI-Codi e dispensavam maiores formalidades legais (Davi dos Santos Araújo).

Configurando sequestros, na medida em que inexistia ordem judicial ou legal, essas prisões, em sua quase totalidade, não eram comunicadas à autoridade judicial.

Pela Lei de Segurança Nacional, os presos poderiam ficar incomunicáveis por dez dias (Art. 59 do decreto-lei 898/69), mas permaneciam sem poder encontrar-se com seus familiares ou defensores por meses e, em vários casos, as prisões eram constantemente negadas.

Felícia Mardini, mãe de Isis Dias de Oliveira, desaparecida, depôs a CPI, contando que, em fevereiro de 1972, seu marido recebeu o telefonema de uma moça dizendo que Isis fora presa no Rio de Janeiro pelo I Exército. A advogada Eni Raymundo Moreira, contratada pela família, impetrou um habeas corpus em favor de Isis, mas sua prisão foi negada. Ao todo foram cinco habeas corpus. A partir do terceiro a resposta era: Isis de Oliveira encontrava-se foragida.

Dois meses depois uma pessoa lotada no serviço de telex do Exército contou que Isis encontrava-se incomunicável na Ilha das Flores. Mesmo assim, sua prisão continuou sendo negada. Todos os depoimentos das pessoas que sobreviveram a essas prisões deixam claro que os processos de tortura se iniciavam imediatamente após as detenções. Ver capítulo sobre tortura.

Essa violência não se restringia somente aos ativistas ou militantes. O delegado Davi Araújo, o “Capitão Lisboa”, confirma em seu depoimento que a ação repressiva, as prisões, se desencadeavam sobre qualquer suspeito, ao exemplificar os métodos de busca, que envolviam qualquer pessoa que estivesse no local tido como suspeito. Esse exemplo utilizado pelo delegado foi tristemente confirmado em diversos depoimentos.

A. Ivan Seixas – declarou que sua mãe e suas irmãs foram presas no DOI-Codi, na noite do mesmo dia em

que ele e seu pai foram detidos;

B. Antonio Carlos Fon – preso pelos agentes que buscavam seu irmão, Aton Fon Filho, relatou que na mesma operação, foi presa toda sua família, com exceção de sua irmã de 2 anos de idade, deixada sozinha em casa;

C. Maria Amélia de Almeida Teles – informou que, por ocasião de sua prisão, seus dois filhos menores de 5 e 4 anos foram detidos também pelos agentes do DOI-Codi.

O mesmo delegado Davi Araújo afirma que, frequentemente, não havia qualquer roteiro para os interrogatórios.

As populações rurais do Vale do Ribeira e da região do Araguaia, segundo declarações de EDMAURO GOPFERT, ARISTON LUCENA, DOWER CAVALCANTI e ELZA MONERAT, também foram vítimas de prisões ilegais, torturas físicas e bombardeios aéreos, inclusive com bombas napalm.

O método de aprisionamento de perseguidos políticos incluía, ainda, a manutenção em cárcere privado, conforme se observa nas declarações de AFONSO CELSO NOGUEIRA MONTEIRO e MAURICIO SEGALL, mantidos presos em propriedade rural, próxima de São Paulo.

O Dossiê Brasil Nunca Mais registra diversos episódios de roubo e extorsão em que estiveram envolvidos os agentes dos órgãos de segurança (Ed. Vozes, 24. Edição, p. 81 e 82).

Em seu depoimento, Ivan Seixas declara que sua casa foi invadida e além do material considerado subversivo foram subtraídos dinheiro, relógios, camas, fogão, geladeira e foi sacado todo o dinheiro que havia em uma conta bancária fruto da venda de um imóvel da família, no Rio Grande do Sul.

Nos registros da pesquisa BNMM, constam 7.367 nomes de pessoas atingidas pela ação repressiva. Desse total, somente 295 casos foram comunicados no prazo legal, 816, fora do prazo e 6.256 não foram comunicados.

5.2 A tortura

A prática de tortura, denunciada em vários depoimentos a CPI por ex-presos políticos que sobreviveram à repressão e em outros documentos constantes nos

autos é a face mais brutal das ações desencadeadas pelo regime.

É considerada pela Constituição Federal crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia (Art. 5º, inciso XLIII).

É condenada pela Constituição Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 10 de dezembro de 1948, na Assembleia Geral da ONU. É condenada pelas “Regras Mínimas Comuns para o Tratamento de Presos”, aprovadas em 30/08/55 pelo Primeiro Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento de Réus. É condenada pela Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Castigos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 10/12/84.

Sempre foi acobertada, com vários cuidados (do isolamento aos laudos necroscópicos) enquanto prática dos órgãos de repressão. E é sistematicamente negada pelos policiais e militares acusados de praticá-la.

Mesmo aqueles que, em depoimento a CPI, declararam ter conhecimento de que a tortura era praticada contra os presos políticos, negaram qualquer envolvimento direto com essa prática.

O escrivão Samuel Pereira Borba alega desconhecimento da prática de tortura, e justifica “eu não ia a carceragem”.

O depoimento de Edsel Magnotti, quando perguntado sobre o estado físico de Idibal Piveta durante seu depoimento, diz o seguinte: “Ele esteve preso (...) até um fato muito aborrecido. Eu fiz o inquérito muito constrangido”.

O depoente Josecyr Cuoco, a respeito da tortura diz que “não haverá regime forte que não use a tortura”. Mas nega que tenha presenciado práticas de tortura.

O depoente Erasmo Dias afirma: “Não tenho nada a ver com o que outros fizeram”, e insiste em que condena o uso da violência física.

O depoente Davi dos Santos Araújo afirma: “A minha equipe não participava de tortura”, reconhecendo a sua existência.

O depoente Dulcídio W. Boschilia coloca: “Nós sabíamos que existiam excessos, todo mundo sabia (...). eu nunca torturei ninguém, feliz ou infelizmente (...). Existiam excessos. A mando de quem? Não foi a meu mando”.

O depoente Renato D'Andrea: "Fiz questão absoluta de não participar, de não tomar conhecimento do que ocorria lá dentro, nunca pus os pés numa sala de interrogatório".

No entanto centenas de ex-presos políticos são testemunhas da prática de tortura de que foram vítimas – eles próprios ou companheiros de prisão e que foi a causa de centenas de mortes ocorridas nas prisões do regime.

Vejamos, os depoimentos seguintes:

A. Ivan Akselrud Seixas - preso aos 16 anos, juntamente com seu pai, Joaquim Alencar de Seixas. Ambos foram barbaramente torturados já ao adentrarem o pátio do DOI-Codi, por mais de 30 policiais. Joaquim de Alencar Seixas veio a falecer em razão dessas torturas no dia seguinte a sua prisão, conforme informações de sua esposa, que se encontrava numa sala, abaixo de onde se efetuaram as torturas;

B. Afonso Celso Nogueira Monteiro – preso e conduzido para uma propriedade rural, nas imediações da cidade de São Paulo, onde foi violentamente torturado em um subterrâneo;

C. Rodolfo Konder – preso e torturado no DOI-Codi, na época do assassinato, também sob tortura de Vladimir Herzog;

D. Mauricio Segall – preso e torturado em uma propriedade rural nas imediações de São Paulo;

E. Maria Amelia de Almeida Teles – presa e torturada no DOI-Codi, juntamente com Carlos Nicolau Danieli, cuja morte, sob tortura, presenciou;

F. Crimeia Schimidt Almeida – presa e torturada juntamente com Amélia Teles;

G. Elza Monerat – presa e torturada em São Paulo e posteriormente, conduzida ao Rio de Janeiro, onde foi submetida a novas torturas;

H. Edmauro Gopfert – preso no Vale do Ribeira, torturado já durante seu transporte para o DOI-Codi, onde foi submetido a novas torturas;

I. José Araújo Nóbrega – preso e torturado no Vale do Ribeira;

J. Ariston Oliveira Lucena – preso em São Paulo, torturado no Dops e na Oban, conduzido ao Vale do Ribeira, onde foi submetido a novas torturas;

K. Dower Moraes Cavalcanti – preso e torturado

pelo Exército, na Base Militar de Xambioá, durante a Guerrilha do Araguaia;

L. Reinaldo Morano Filho – preso em São Paulo, conduzido ao 41º Distrito Policial, onde foi torturado, ocasião em que reconheceu, entre os detidos, seu companheiro Eduardo Leite, o Bacuri.

Os corpos de Eduardo Leite e Aurora Maria Nascimento Furtado foram entregues às suas famílias carregados de marcas de tortura (CBA, p. 54, p. 34).

5.3 Os métodos

A tortura era parte substancial dos métodos interrogatórios, sendo praticada para obtenção de informações, humilhação, intimidação, aterrorização, punição ou assassinato dos prisioneiros. Foi, no entanto, "ignorada" pela Justiça Militar, que aceitava como prova depoimentos assinados durante as sessões de tortura, como se vê no caso da Ariston Lucena. Segundo o jornalista, Antonio Carlos Fon (1979, p. 48), promotores e membros de Conselhos de Sentença de Auditorias Militares assistiram ou participaram das sessões de tortura. E, pelo menos uma vez, dependências da Justiça Militar foram utilizadas pelos agentes do DOI-Codi para torturar prisioneiros. Nos processos da Justiça Militar são inúmeros depoimentos de tortura nos cárceres ou em prisões clandestinas.

Afonso Celso Nogueira Monteiro esteve em um sítio desconhecido onde sofreu espancamentos até desmaiar, foi levado ao pau-de-arara, e sofreu choques elétricos e o que descreve como uma espécie de afogamento: era mergulhado em um córrego onde havia muita pedra no fundo e, de vez em quando abriam algum reservatório, aumentando a vazão da água, e fazendo-o rolar com os ferimentos sobre as pedras. Ele conta que com o tempo passaram a dar-lhe alguma

Centenas de ex-presos políticos são testemunhas da prática de tortura de que foram vítimas – eles próprios ou companheiros de prisão – e que foi a causa de centenas de mortes ocorridas nas prisões do regime

alimentação, inicialmente recusada por ser uma mistura de água e sal.

Era prática ainda a tortura de vários presos ao mesmo tempo, de modo que a tortura de um fosse vista ou ouvida pelo outro. O trecho a seguir é do depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles: “Recebi um soco no rosto e cai no chão e logo em seguida me agarraram e me levaram para uma sala de tortura, sendo torturados eu, Cesar e o Danieli, porque a gente ouvia os gritos dos dois, assim como também eles ouviam os meus”.

Ou o depoimento de Ivan Seixas: “No mesmo momento da prisão, nos começamos a ser espancados (...) por cerca de trinta pessoas (...) que estavam no pátio, aguardando a nossa chegada. O espancamento foi de uma violência tão grande que a algema que ligava meu pulso ao de meu pai se quebrou e cada um foi parar do outro lado (...). Imediatamente fomos levados para a sala de tortura (...) eu numa sala e meu pai numa outra. Eu fui torturado num pau-de-arara e meu pai foi torturado numa cadeira-de-dragão. Durante o dia todo, 16 de abril, fomos torturados” (Ivan Seixas).

No primeiro caso, veio a morrer Carlos Nicolau Danieli, sendo que sua morte foi divulgada pelos órgãos de segurança como tendo ocorrido durante “tentativa de fuga”. Sua morte foi testemunhada por Crimeia Schmidt de Almeida, conforme seu depoimento: “Me levaram a vê-lo (Danieli) numa sala de tortura que ficava no andar térreo. Ele estava agonizante (...). Ele tinha o corpo coberto de equimoses (...) e saía uma espuma sanguinolenta pela boca e pelo nariz”.

No caso de Joaquim Seixas, pai de Ivan Seixas, a morte divulgada foi por tiroteio:

“A morte de meu pai foi ouvida e acompanhada pela minha mãe – ela foi presa no dia 16, junto com minhas irmãs, pois quando eu falei onde morava, eles as prenderam, minha mãe e minhas duas irmãs, Ieda e Iara – e elas ouviram, principalmente minha mãe porque estava presa na sala embaixo da sala de torturas (...) ouviu toda a movimentação e a gritaria dos policiais perguntando: “Por que você fez isso? Ele deveria ficar mais tempo vivo” (...) ouviu o corpo sendo conduzido para baixo e o viu pela janela.

Ivan Seixas também testemunhou a tortura de Edgar Aquino Duarte, desaparecido, e Luiz Eduardo

Rocha Merlino: “Ouvimos todas as torturas, vimos ele sendo arrastado e vimos os torturadores fazendo chacoleta da reclamação que ele fazia, das dores que estava sofrendo (...) Na madrugada ele foi morto e foi arrastado para a cela forte” (Ivan Seixas).

A morte de Merlino teve duas versões oficiais, uma de suicídio e outra de acidente de carro (CBA, 1984, p. 47). Crianças não eram poupadas do testemunho de tortura. Maria Amélia de Almeida Teles conta que seus filhos foram levados a vê-la e ao seu marido após seguidas sessões de tortura que deixaram com o corpo todo roxo. Seu marido estava próximo a um coma diabético. “Levaram meus filhos e eles me viram – conta Maria Almeida – O tempo todo de tortura eu era despida, mas eles me colocaram a roupa, inclusive uma roupa toda suja e urinada. Lembro-me de meu filho menor, o Edson, que pensava que ali era um hospital e perguntava por que eu estava azul e o pai verde”. Criméia sua irmã, foi torturada quando estava no sétimo mês de gravidez: “Por recomendação de alguém que se dizia médico, eu não deveria ser pendurada no pau-de-arara, nem levar choque na vagina, nos olhos, no ânus, porque poderia causar problemas visto que eu estava grávida”.

Os abusos sexuais eram parte integrante da ação dos torturadores:

O caso de Sonia Angel Jones é um exemplo dos extremos das violências sexuais praticadas. Seu pai depôs a CPI, contando que Sonia foi torturada durante 48 horas, sendo estuprada com um cassete da Polícia do Exército, o que lhe provocou hemorragia interna. Novas torturas lhe foram aplicadas e seus seios foram arrancados. “As informações sobre torturas, o estupro, o arrancamento dos seios e os tiros de misericórdia nos foram prestados pessoalmente pelo Coronel Lopes da Costa (...) e pelo advogado Dr. José Luiz Sobral” – conta João Luiz de Moraes.

Como intimidação e escárnio diante do sofrimento da família, o cassete usado para o estupro foi depois apresentado ao pai de Sonia por um militar.

Nem sempre a tortura deixava marcas físicas, embora esses casos sejam inúmeros entre os que sobreviveram como testemunhou Duílio D. Martino, que teve os dentes serrados durante os interrogatórios.

A tortura deixava também profundas marcas psi-

Os abusos sexuais eram parte integrante da ação dos torturadores. Nem sempre a tortura deixava marcas físicas. A tortura deixava também profundas marcas psicológicas

cológicas, como testemunhou Afonso Celso.

Há o caso da tortura feita sem violência física: Crimeia depôs a CPI, lembrando que “Em Brasília (...) o que era mais utilizado era a tortura psicológica e nessa tortura eles tinham o que se chamava uma sessão de cinema, onde eram projetados slides dos mortos nas guerrilhas (...) sacos semelhantes a esses que a gente viu em Perus e (*de onde*) eram retirados apenas cabeças, os corpos eram decapitados” (Crimeia).

Mais macabro era o hábito dos órgãos de repressão de comunicarem o falecimento de determinada pessoa, embora ela ainda estivesse viva. Mais uma vez o depoimento e João Luiz de Moraes, ex-tenente coronel do Exército, pai de Sonia Maria de Moraes Angel Jones, é exemplo dessa forma de atuação. Em 1º de janeiro de 1973 foi publicado pelo jornal “O Globo” a notícia da morte de Sonia. Seu pai veio a São Paulo, no DOI-Codi, pedir a liberação de seu corpo para que tivesse um sepultamento cristão. Com sua movimentação para a liberação do corpo, João Moraes foi preso por quatro dias segundo o seu depoimento, só veio a entender sua prisão tempos depois.

Sonia naqueles dias estava viva e sendo torturada. A prisão de seu pai foi para evitar interferência do processo de tortura e morte e para amedrontá-lo, bem como a sua família.

Também a morte de Joaquim Seixas foi anunciada pela imprensa, um dia antes de sua verdadeira morte. O depoimento do delegado Davi dos Santos Araújo e mais um desmentido da versão oficial, na medida em que confirmou ter visto Joaquim Seixas na prisão, após a data de sua suposta morte.

A ameaça ou a sugestão da morte também eram formas de tortura utilizadas para facilitar a obtenção de informações. Edmauro Gopfert, Ariston Lucena e José Araújo Nóbrega, testemunharam que os prisioneiros

eram ameaçados de morte, a exemplo das rajadas de metralhadoras e tiros de revólver que passaram a pequena distancia do corpo e ouvidos dos depoentes. O Cel. Erasmo Dias, autor dos disparos, ouvido pela CPI, confirma essa prática e cinicamente se justifica: isso não era tortura e sim sua forma de intimidação.

Ariston Lucena inclusive foi obrigado a deitar-se numa cova aberta, onde havia sido sepultado o corpo do tenente Alberto Mendes Junior, enquanto o coronel metralhava a cova, contornando o seu corpo. Mais uma vez o coronel diz que não se tratava de tortura, mas uma forma de fazer sua vítima sentir o cheiro da morte.

O depoente Ariston Lucena conta a história de seu interrogatório:

“Depois da permanência minha na Operação Bandeirante eu voltei para o Dops para fazer o chamado cartório. Quer dizer, é um depoimento cartorial a fim de ser inquerido posteriormente pela Auditoria Militar.”

Levado de helicóptero para o Vale do Ribeira, ele conta que: “o tempo todo o coronel Erasmo Dias me ameaçou, dizendo que me jogaria do helicóptero se eu não desse mais informações que levassem a prisão de mais companheiros”. Conta, ainda, que o coronel Erasmo Dias o levou à prefeitura de Sete Barras, depois de várias ameaças, afirmando que iria matá-lo se não fizesse novo depoimento:

“Ele se sentou lá com datilógrafo, me interrogando, e eu prestei esse depoimento para ele... esse depoimento foi que constou nos autos do processo da Auditoria Militar e foi em cima disso que eu fui condenado.”

Em muitos casos os torturadores se resguardam de punição ou uma temida represália, usando codinome e capuzes ou disfarces, como afirma o depoente Davi Araújo. Não foi objeto de trabalho desta CPI a apuração de lista de nomes de torturadores atuantes nos órgãos de repressão, mas alguns nomes foram diretamente apontados em depoimentos de ex-presos como praticantes ou responsáveis pela prática de tortura: Davi dos Santos Araújo (Ivan Seixas), Josecyr Cuoco (Reinaldo Morano), Erasmo Dias (Edmauro Gopfert, Ariston Lucena, José Araújo de Nóbrega), Sergio Paranhos Fleury (Reinaldo Morano, João Luiz de Moraes), Carlos Alberto Brilhante Ustra (Maria Amélia Teles, Cel. Humberto de Souza Melo (Criméia Schmidt), Delega-

do Carlos Matos (Edmauro Gopfert), Delegado Nilton Fernandes (Duílio D. Martino).

Em muitos casos são conhecidos apenas o codinome ou o nome incompleto: Capitão, Bernardo, Manga-beira, Campos, Capitão Ubirajara, Mario, Japinha, Dr. Caio, Jacó (Maria Amélia Teles), Ciro, Candonga, Celso (Duílio Martino).

5.4 As mortes

Da documentação colhida (laudos necroscópicos), pode-se concluir que as mortes, sob tortura, eram oficializadas sob as seguintes modalidades:

a. “morte em tiroteio com órgãos de segurança” – cujo exemplo é a de Joaquim Alencar Seixas, morto sob torturas, segundo o que foi presenciado por sua mulher;

b. “morte em tentativa de fuga” – que é o caso de Carlos Nicolau Danieli, morto sob tortura, segundo o depoimento de Maria Amélia de Almeida Teles e Crimeia Schmidt de Almeida;

c. “atropelamento” – causa oficial da morte de Alexandre Vannucchi Leme, relatada no “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos” da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, p. 65, que morreu sob tortura no DOI-Codi, em São Paulo;

d. “suicídio” – causa oficial da morte de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho, registradas, também, no “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos” (p. 75 e 76), mortos sob tortura no DOI-Codi.

O jornalista Antonio Carlos Fon (1979, p. 45) relata também a criação de grupos especialmente treinados para matar no interior dos DOI-Codi. Em São Paulo, o grupo era chamado de GTA, e comandado por um tenente da Polícia Militar. O trabalho da GTA consistia, basicamente, em matar simulando suicídios, atropelamentos, acidentes de automóvel ou ainda desaparecendo com o corpo da vítima. A existência desse grupo é confirmada pelo depoente Josecyr Cuoco ao dizer, no entanto, que o GTA era formado por heróis.

Analisando documentos constantes dos processos das Auditorias Militares, pesquisados pelo BNM (Brasil Nunca Mais), extraídos do arquivo do Instituto Edgard Leuenroth, da Unicamp, a CPI pôde comprovar que os órgãos de segurança, além de alterar a causa da

morte, tinham pleno conhecimento da identidade dos corpos que seriam mantidos com nomes falsos.

Hiroaki Torigoe, dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo), foi baleado e preso pelo DOI-Codi de São Paulo em 05/01/72. Resistiu por três horas às torturas, morrendo nesse mesmo dia. Na requisição de exame do IML, Hiroaki está com o nome de Massahiro Nakamura. Seu corpo teria sido levado ao IML por viaturas do DOI-Codi e no histórico consta: “intenso tiroteio com os órgãos de segurança”. A certidão de óbito, datada do dia 07 de janeiro sustenta as informações.

No entanto, no mesmo dia 07, o documento Auto de Exibição e Apreensão do Dops, assinado pelo delegado Edsel Magnotti deixa claro o conhecimento da verdadeira identidade de Torigoe. Diz o documento: “compareceu Amador Navarro Parra, investigador de polícia (...) e exibiu a autoridade o material apreendido à Rua Antonio Carlos da Fonseca, 264, aparelho de Hiroaki Torigoe (...)”.

Estes também são os casos de Gelson Reicher e Alex de Paula Xavier Pereira, militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), fuzilados pelo DOI-Codi-SP no dia 20/01/72, quando resistiram à voz de prisão.

Nos documentos do II Exército/DOI-Codi assinados pelo delegado Renato D'Andrea, datados do dia 20/01/72, portanto, o mesmo dia de suas mortes, consta a seguinte informação: “compareceu perante a mim, o Capitão Pedro Ivo Moezia de Lima, do E. B. à disposição do DOI-Codi, apresentando o material apreendido em poder de Gelson Reicher (nome falso “Marcos”) e Alex de Paula Xavier Pereira (nomes falsos “Amado”, “Anãozinho”, “Miguel”), no dia 20 de janeiro de 1972. O escrivão foi Dulcídio Wanderley Boschilia, deste DOI, para exercer as funções de escrivão. No auto de Exibição e Apreensão do II Exército, datado de 20/01, o mesmo delegado afirma que a “cédula de identidade em nome de João Maria de Freitas” traz o “nome falso de Alex de Paula Xavier Pereira”. Em outro Auto de Exibição e Apreensão, datado de 20/01 a mesma referência tratando-se de Gelson Reicher. Em 04/08/72, o delegado do Dops Edsel Magnotti registra amostragem do “material subversivo” apreendido em poder de Gelson Reicher e Alex de Paula Xavier Pereira, bem como as cédulas de

identidade falsas utilizadas por eles. Mas os dois foram mantidos com os nomes falsos de Emiliano Sessa e João Maria de Freitas, nomes que constam dos laudos assinados pelo legista Isaac Abramovitch e que apresentam os dois como elementos terroristas.

6. Os Desaparecimentos

6.1 Os desaparecidos

Por definição, o desaparecimento político é todo caso de prisão não assumida pelos órgãos de segurança do Estado. Há vários casos de presos torturados até a morte que desapareceram, apesar do testemunho de várias pessoas, que afirmam ter presenciado o assassinato. Um exemplo disso é Virgílio Gomes da Silva, torturado até a morte nas dependências do DOI-Codi do II Exército durante todo o dia 29 de setembro de 1969, tendo seu crânio esmagado pelos pontapés dos policiais e militares (depoimento de Antonio Carlos Fon). O corpo do operário desapareceu a partir daquela data, sem deixar vestígios. Não houve apresentação do corpo para perícia no IML, nota oficial ou qualquer outra forma de legalização da morte de Virgílio. A responsabilidade pelo assassinato não foi assumida pelos órgãos de repressão.

Geralmente há apenas indícios da prisão do militante, sem, contudo, ser possível determinar o destino dado ao preso. Neste caso, estão vários membros do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, que na época da repressão política era clandestino. As indicações dadas por presos da época levam a crer que todos foram levados para os “aparelhos clandestinos da repressão”, também chamados de “Braço Clandestino da Repressão”, para serem torturados e mortos. Esses

Desaparecimento político é todo caso de prisão não assumida pelo Orgãos de segurança do Estado. Há vários casos de presos torturados até a morte que desapareceram, apesar do testemunho de várias pessoas, que afirmam ter presenciado o assassinato

aparelhos clandestinos eram sítios na zona rural de São Paulo, um dos quais teria sido o de Parelheiros, de propriedade de Joaquim Fagundes, investigado pela CPI.

De certo há que esses militantes nunca mais foram vistos com vida por seus familiares ou companheiros.

Um caso que chamou atenção da CPI foi o de Edgar de Aquino Duarte, fuzileiro naval perseguido desde 1964 por sua atuação no movimento de militares por reformas, antes da mudança do regime. Durante cerca de três anos, Edgar conviveu com os presos do Dops-SP e/ou DOI-Codi sem ter acusação formal. Em fins de 1973, Edgar foi retirado do Dops-SP, não sendo possível determinar se para ser morto ou simplesmente libertado. O certo é que, até hoje, não fez contatos com sua família ou amigos.

Vários outros casos foram mencionados em denúncias à CPI e constam do Dossiê dos Mortos e Desaparecidos do CBA (Comitê Brasileiro de Anistia), produzido pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Entre eles, foram mencionados os casos de Ana Rosa Kucinski e seu marido Wilson Silva, militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN), que desapareceram em abril de 1974.

Vários habeas corpus impetrados pela família tiveram a resposta de que eles não estavam presos. Por meio do Departamento de Estado Americano, a família soube que eles estariam em alguma prisão brasileira, sem identificar qual.

Aylton Adalberto Mortati, dirigente do Movimento de Libertação Popular (Molipo) e oficial da reserva do Exército Brasileiro, desapareceu em novembro de 1971. Apesar de negadas, sua prisão, tortura e morte foram denunciadas por ex-presos, em 1975, em documento enviado ao presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Davi Capistrano da Costa, dirigente do Partido Comunista Brasileiro, foi sequestrado juntamente com José Roman, também do PCB. Sua bagagem foi vista por presos no Dops, o que confirma sua prisão pelos órgãos de repressão.

Stuart Edgar Angel Jones, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), desapareceu em maio de 1971. O ex-preso Alex Polari testemunhou sua prisão pelos agentes do Centro de Informações da

Aeronáutica (Cisa), sua tortura e morte, tendo visto a cena em que Stuart era arrastado pelo pátio do quartel amarrado a um Jipe, com a boca no cano de descarga.

O ocultamento das mortes sob tortura se deu em muitas situações pelo sepultamento com nomes falsos, mantendo-se, assim, a condição do “desaparecimento”.

Luiz Eurico Tejera Lisbôa, militante da ALN, permaneceu desaparecido de setembro de 1972 até 1979, quando surgiram indícios do destino do seu corpo. A Comissão de Familiares de Desaparecidos conseguiu descobrir que Luiz Eurico havia sido enterrado no cemitério de Perus, como indigente, e com o nome de Nelson Bueno.

Sobre o caso, descobriu-se depois que fora montada uma farsa de suicídio, legalizada por um inquérito no 5º Distrito Policial de São Paulo sob o nº 582/72, em nome de Nelson Bueno. Essa farsa seria desmascarada, comprovando o seu assassinato. As provas, porém, não foram consideradas suficientes para que um novo inquérito, em nome de Luiz Eurico gerasse processo contra a União. O inquérito foi arquivado, ratificando-se a conclusão de suicídio. Na fita do vídeo do programa Globo Repórter que foi juntada aos autos, um morador da pensão onde Luiz Eurico morreu afirma que houve assassinato por parte dos policiais, que criaram a versão de suicídio.

Dênis Casemiro, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), permaneceu desaparecido de abril de 1971 até junho de 1979, quando seu corpo foi descoberto, enterrado em Perus como indigente, e a idade apontada de 40 anos. Dênis tinha 28 anos quando morreu, informação que consta de seu atestado de óbito e que teria permitido a sua localização pela família.

José Maria Ferreira Araújo, também militante da VPR, foi enterrado em 1970, com o nome falso de Edson Cabral Sardinha, na quadra de indigentes do cemitério de Vila Formosa. O seu sepultamento foi descoberto apenas agora, no transcorrer dos trabalhos da CPI, com acesso aos arquivos do IML. Mas a quadra, como consta no capítulo do Serviço Funerário Municipal, foi desfigurada, desaparecendo quase que totalmente.

Flávio Carvalho Molina, militante do Molipo,

permaneceu desaparecido de novembro de 1971 até 1979. Preso pelo DOI-Codi no dia 06/11/71, foi morto em decorrência de torturas no dia seguinte, mas sua prisão não foi assumida de imediato. Na requisição de exame do IML está apenas o nome de Álvaro Lopes Peralta, apontando morte em “tiroteio com órgãos de segurança”.

Assim como no caso de Torigoe, documentos do II Exército assinados pelo delegado de polícia Renato D'Andreia deixam claro o conhecimento da verdadeira identidade de Flávio Molina. Diz um dos documentos que o Capitão Pedro Ivo Moezia de Lima apresentou o material apreendido em poder de Flávio Carvalho Molina. Em seguida, são apontados os nomes falsos: “Álvaro Lopes Peralta”, “Joaquim Gustavo Ville da Lerva”, “Armando”, “André”. Os documentos são assinados pelo referido delegado e pelo escrivão Dulcídio Wanderley Boschilia. Deve-se ressaltar que o verdadeiro nome aparece em letras maiúsculas e os nomes falsos entre parêntesis. No dia 17/07/72, o delegado do Dops Edsel Magnotti registrou a amostragem do material encontrado em poder de Flávio e seu nome também está em maiúsculas. O mesmo delegado apresentou o laudo necroscópico de Molina e resalta que ele usava o nome falso de “Álvaro Lopes Peralta”. O corpo de Flávio é um dos que se encontrava na vala de Perus, ainda à espera de identificação.

Permanecem desaparecidos 144 ex-presos políticos conhecidos. Integram esta lista 59 corpos de guerrilheiros do Araguaia.

A depoente Sônia Haas informou à CPI ter conseguido localizar em Xambioá, no Araguaia, a área do sepultamento de alguns desses mortos, entre eles seu irmão João Carlos Haas Sobrinho. Recentes investigações ainda não permitiram o resgate do seu corpo ou de seus companheiros. No entanto, foram exumados dois corpos, sendo que um deles, ainda não identificado, estava envolto por um paraquedas da Reserva da Aeronáutica. Conforme apurado pelos peritos da Unicamp, sua morte foi produzida por disparos de um Fuzil FAL, de uso exclusivo das Forças Armadas, além das evidências de tortura.

Além do depoimento de Criméia Schmidt de Almeida, que denunciou a prática dos militares de

exibir cabeças decapitadas de guerrilheiros, outra evidência de que os corpos eram trucidados está no depoimento escrito da ex-guerrilheira Regilena Carvalho Leão de Aquino. Ela acusa o General Bandeira, um dos responsáveis pelo combate a guerrilha, de ter afirmado que em 20 de setembro de 1972, Miguel Pereira dos Santos, morto em combate, teve sua mão direita decepada. Motivo: levar a mão, e não o corpo todo para que fossem identificadas as impressões digitais.

De acordo com depoimentos gravados em vídeo por Sonia Haas no Araguaia e anexados aos autos, os guerrilheiros foram capturados vivos, alguns feridos e transportados de helicóptero pelas Forças Armadas. O que sofreram ou como morreram até hoje não foi revelado.

6.2 A indiferença

Em 28 de outubro de 1985, em contestação a uma ação ordinária movida contra a União por parentes de guerrilheiros desaparecidos, o memorial do Procurador da República, Haroldo Ferraz da Nóbrega, diz textualmente:

“Mérito: Patente a falta de consistência desta ação. Claro que todos os mortos merecem respeito, ainda que se trate de mortos que morreram quando procuravam matar. De outra parte, respeito aos mortos não se faz apenas na presença de uma sepultura” – diz o procurador.

“Morreram quando procuravam matar” foi a explicação mais frequentemente colocada por membros dos órgãos de segurança nos seus depoimentos à CPI, ao lado da indiferença e do cinismo diante das buscas, que prosseguem até hoje.

O Coronel da Reserva do Exército, ex-secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, ex-deputado federal e atual deputado estadual Antonio Erasmo Dias refere-se aos desaparecidos e familiares desta forma:

“Porque se quiserem que arrolemos quem morreu em 1970 assassinado pelos Leo, pelos Araújo, gente sem nome, que nunca teve família na vida, a família deles era a guerrilha, era o aparelho, eu até estranho, até louvo famílias que há 20 anos estão atrás de um cida-

dão que nunca deu bola para a família...”

“Porque se alguém tem responsabilidade sobre isso, foram eles que começaram. Agora, se a ideologia os motivou a ponto da irracionalidade, a tudo aquilo que se viu naquela década triste, eu não sei se hoje será o dia de relembrar isso tudo.”

“E, para encerrar, desejo felicidades que encontrem... De Deus, não do Diabo, porque, pela esquerda não é de Deus, não. É de Belzebu”.

O trecho a seguir é do delegado Josecyr Cuoco:

“Eu acho que, se foram mortos, se foram torturados, se quebraram ossos, evidentemente hoje, amanhã, daqui a mil anos, serão comprovados através da ciência. Eu acho que é isso... procurando esconder essas pessoas... eu não tinha acesso a isso... não fazia parte da corte real... Vou dizer mais: se eu tivesse acesso a esse tipo de informação talvez eu nem me desse... mas não estava na situação aflitiva que me encontro hoje. Eu teria sido paparicado por alguém”.

O ex-delegado Edsel Magnotti, do Dops, hoje aposentado e professor na Academia de Polícia, que assina vários documentos referentes às organizações ALN e Molipo, diz não “saber se existem desaparecidos” e afirma que “muitas vezes o elemento era morto em tiroteio ou preso e tinha nome falso. Quando ele era preso, ele acabava revelando o próprio nome. Mas quando era morto, como poderíamos saber”.

Sobre a dificuldade de se identificar os mortos políticos, o ex-delegado afirma: “O que motivava isso, eu não sei. Mas eu sempre procurei me cingir aos documentos, verificar se havia impressões digitais, para identificar o indivíduo, porque o que interessa é saber quem era o indivíduo...”.

O ex-sargento PM Dulcídio Wanderley Boschilia, em seu depoimento, afirma que “se excessos aconteceram, foram de ambos os lados, em proporção maior é lógico, no âmbito da repressão. Porque o horror era muito maior com referência aos próprios terroristas”. Em seguida, ele diz: “se eu pudesse contribuir para um trabalho honesto para descobrir pai, filho ou mulher de elementos que foram, como se pode dizer, executados de um modo geral... Eu me sentiria como pai, filho ou como marido, no desprazer, no desassossego de não ter um ente querido, mesmo pelas suas falcatruas, eu gostava

ria de saber onde pudesse estar”.

O delegado Renato D'Andrea, hoje diretor do Departamento de Narcóticos (Denarc), então lotado no DOI-Codi e responsável pelo Destacamento de Buscas e Apreensão, já citado anteriormente como autor de várias assinaturas de documentos referentes a mortos políticos enterrados com nomes falsos, afirmou nesta CPI nada saber a respeito de desaparecidos.

7. A legislação

7.1 Legislação a partir de 1964

Para que se possa entender como tantas barbaridades foram possíveis num país de anseios democráticos como o nosso, a relatoria desta Comissão fez um estudo da legislação e das mudanças legislativas ocorridas de 1964 até a criação da vala de Perus, em 1976.

Este processo iniciou-se em março de 1964, quando instalou-se um novo regime no país. Segundo manifesto de 30/03/1964, expedido pelo Chefe do Estado Maior do Exército, Castelo Branco, o regime tinha dois objetivos: o primeiro, “frustrar o plano comunista de conquista do poder e defender as instituições militares” e, o segundo, “restabelecer a ordem de modo que se pudessem executar reformas legais”.

Por meio do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964, os Comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica se autodenominaram “comandantes de uma revolução vitoriosa”, afirmando no preâmbulo que a revolução não procurava legitimar-se através do Congresso, “mas que este recebia daquele ato sua legitimação, como resultado do exercício do Poder Constituinte”.

Em 11 de abril, o Congresso elegeu o General Castelo Branco presidente do Brasil. Por meio de sucessivos Atos Institucionais, o presidente Castelo Branco instituiu a eleição indireta para presidente, vice-presidente e todos os governadores. O presidente seria eleito pelo Congresso Nacional e os governadores, pelas Assembleias Legislativas.

O chefe de governo conferiu a si mesmo o poder de cassar os mandatos de todas as autoridades eleitas, inclusive parlamentares, podendo suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão nos seis

meses seguintes. Permitiu ao Poder Executivo legislar independentemente de aprovação do Poder Legislativo, através de decretos-leis. Aboliu, ainda, todos os partidos políticos, dando condições legais para a criação de apenas dois novos partidos. A partir daí, o governo ficou representado pela Aliança Renovadora Nacional (Arena) e a oposição, pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Em 24 de janeiro de 1967, uma nova Constituição foi aprovada, trazendo como mudanças básicas, em comparação com a de 1946, eleição indireta do presidente, o aumento do controle pelo Governo Federal dos gastos públicos, e amplos poderes ao Governo Federal para apurar infrações penais contra a segurança nacional.

Finalmente, às vésperas de deixar o poder, o presidente Castelo Branco assinou decretos-leis normatizando a censura à imprensa e implantando a Doutrina de Segurança Nacional, provinda das ideias definidas pela Escola Superior de Guerra.

Em 15 de março de 1967, o marechal Costa e Silva, candidato único, tornou-se o novo presidente do Brasil.

Em dezembro de 1968, foi editado o Ato Institucional nº 5 e, em seguida, o Ato Suplementar nº 38, sendo que este último punha o Congresso indefinidamente em recesso.

O texto que acompanhou o Ato Institucional nº 5 iniciava-se com uma citação do preâmbulo do Ato Institucional nº 1: “Considerando que a Revolução brasileira de 31 de março de 1964 teve, conforme decorre dos atos com os quais se institucionalizou, fundamentos e propósitos que visam a dar ao país um regime que, atendendo às exigências de um sistema jurídico e político, assegurasse a autêntica ordem democrática, baseada na liberdade, no respeito da dignidade da pessoa humana, no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo, na luta contra a corrupção...” e justificava, posteriormente, o Ato em razão de que: “atos nitidamente subversivos oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para a sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo, estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la”.

O texto propriamente dito do Ato Institucional nº 5 deu plenos poderes ao Governo Federal e, pela primeira vez, um Ato não tinha prazo para expirar. A intervenção nos Estados e Municípios poderia ser decretada ao arrepio da Constituição de 1967. Ainda sem as limitações da Constituição, os direitos políticos de qualquer cidadão poderiam ser cassados por dez anos, bem como os mandatos eletivos municipais, estaduais e federais.

Foram suspensas as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade de seus titulares, podendo, ainda, o presidente demitir, remover, aposentar ou pôr em disponibilidade funcionários públicos e empregados em empresas públicas e transferir para a reserva ou reformar militares, embora a esses fossem garantidos os vencimentos e contagem de tempo de serviço. O Estado de Sítio poderia ser decretado pelo prazo que desejasse o presidente.

Finalmente, ficava suspensa a garantia do habeas corpus em casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular.

Foram fechadas assembleias estaduais, entre essas, a de São Paulo.

Três ministros do Supremo Tribunal Federal foram aposentados compulsoriamente, além de ser reduzido o número de seus membros.

Logo em seguida, o Ato Constitucional nº 8 suspendeu a realização de eleições a nível municipal.

Através de dois novos Atos (AI-13 e AI-14) foi criado o banimento do país e restabeleceu-se a pena de morte, que não existia no Brasil, em tempos de paz, desde 1891.

Após o processo de escolha que se deu dentro das três Armas, o general Emílio Garrastazu Médici tornou-se o novo presidente do país. Para tanto, foi reaberto o Congresso com o fim específico de elegê-lo em 25 de outubro de 1969.

Nova Constituição foi entregue ao povo brasileiro por meio da Emenda nº 1 de 17 de outubro de 1969.

As alterações promovidas na Constituição de 1967 aumentavam o Poder do Executivo, fortalecia a Lei de Segurança Nacional, reduziam o número de cadeiras na Câmara dos Deputados e criava a “fidelidade partidária”.

A legislação dava plenos poderes ao Executivo e o

governo passou a examinar, à luz da segurança nacional, toda e qualquer atividade. A imprensa, escrita e falada, assim como toda criação artística e intelectual, permaneceu sob censura.

O Ato Institucional nº 3, de fevereiro de 1966, e todos os outros Atos que se seguiram, bem como a Constituição de 1969, continham a seguinte disposição:

“Ficam excluídos de apreciação judicial os atos praticados com fundamentos no presente Ato Institucional e nos Atos Complementares dele”.

7.2 Crimes políticos e sua apuração

Um novo sistema jurídico foi idealizado a partir de 1964 para possibilitar a repressão política.

Numa primeira fase, ainda podia-se recorrer à Justiça Comum, em geral diretamente ao Supremo Tribunal Federal, através da garantia constitucional do habeas corpus.

Em outubro de 1965, a edição do Ato Institucional nº 2 transferiu à Justiça Militar a competência de julgar os crimes contra a segurança nacional, estabelecidos na Lei nº 1.802 de 5 de janeiro de 1953. A partir daí, civis passaram a ser julgados pela Justiça Militar.

Em 1967, o decreto-lei nº 314 de 13 de março definiu os crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social. Esta foi a primeira norma legal a usar conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, como “antagonismo interno”, “guerra psicológica adversa” e “guerra revolucionária”. O texto definiu 38 tipos de crime contra a segurança nacional. Eram considerados crimes e atentados à segurança da nação: a greve, a associação sindical e a divulgação de notícias contendo opiniões diversas da oficial.

Dois anos depois, o decreto-lei nº 510 de 20 de março de 1969 foi promulgado, aumentando penas e modificando o procedimento das ações penais.

A Lei de Segurança Nacional foi novamente modificada pelo decreto-lei nº 898 de setembro de 1969, após a edição do Ato Institucional nº 5.

No aspecto penal, a grande modificação introduzida pelo AI- 5 foi a suspensão da garantia do habeas corpus nos crimes políticos e a pena de morte em tempos de paz.

A Lei de Imprensa e a Lei de Greve foram promul-

Os suspeitos de crimes contra a segurança nacional eram indiciados por meio de inquérito policial militar. Cabia aos policiais do DOI-Codi “interrogar” os presos políticos

gadas com o caráter de leis complementares à Lei de Segurança Nacional. Em outubro de 1969, três decretos-lei instituíram o novo Código Penal Militar, o Código de Processo Penal Militar e a lei de Organização Judiciária Militar. Esses códigos, daí em diante, regulariam o julgamento dos civis denunciados com base na Lei de Segurança Nacional.

Os suspeitos de crimes contra a segurança nacional eram indiciados por meio de inquérito policial militar. O objetivo de um inquérito policial é apurar um crime e seu autor. Nessa fase processual, não existe o que se chama em direito de “contraditório”, ou seja, o suspeito não pode contestar as acusações, mesmo que esteja acompanhado de um advogado. Normalmente, o indiciado é interrogado perante as autoridades encarregadas do inquérito, como também as testemunhas são ouvidas.

Não era esse o procedimento nos órgãos incumbidos da repressão aos crimes previstos na Lei de Segurança Nacional. Cabia aos policiais do DOI-Codi “interrogar” os presos políticos. Após obterem as informações que desejavam, esses depoimentos eram enviados aos funcionários do Dops, onde eram formalizados e legalizados por meio do inquérito policial. Os depoimentos de Davi dos Santos Araújo e Edsel Magnotti confirmam esse procedimento.

Os presos poderiam, pela Lei de Segurança Nacional, ficar incomunicáveis por dez dias (Art. 59 do decreto-lei 898/69), mas permaneciam sem poder avisar-se com seus familiares ou defensores por meses, às vezes.

Pela mesma lei, Artigo 59, o indiciado poderia ser preso pelo encarregado do inquérito por até trinta dias, mas a prisão deveria ser comunicada à autoridade judiciária competente mediante solicitação fundamentada do encarregado do inquérito à autoridade que o nome-

ou. Este prazo poderia ser prorrogado uma vez. Fora deste prazo deveria ser solicitada a prisão preventiva do indiciado, conforme Artigo 149 do Código de Processo Penal Militar.

Os prazos para término do inquérito, quando se trata de réu preso, determinado pelo Código Penal Militar, é de 20 dias (Art. 20). Este prazo não era cumprido praticamente em nenhum caso. Este procedimento dá ensejo ao pedido de relaxamento de prisão encaminhado ao juiz auditor. Os pedidos não eram sequer apreciados pelos magistrados da Justiça Militar.

Os depoimentos prestados nesta CPI demonstram que essas disposições legais, apesar de mais rígidas que as prescritas aos crimes comuns, também não eram respeitadas pelos encarregados destas apurações.

Com todos esses vícios jurídicos, o inquérito policial militar era, posteriormente, enviado à Justiça Militar, que se encarregava por meio do Ministério Público de apresentar a denúncia que daria início à ação penal.

Na Justiça Militar, o réu era julgado, em primeira instância, por um Conselho de Justiça formado por quatro oficiais e um juiz auditor. Os oficiais dos Conselhos Permanentes de Justiça eram escolhidos por sorteio para exercer suas funções de julgadores pelo prazo de três meses. Na pesquisa Brasil: Nunca Mais (BNM), que examinou mais de 700 processos da Justiça Militar, constatou-se que alguns oficiais eram sorteados com uma frequência tão grande que sugere ter havido manipulação nos sorteios (BNM, p. 177). Por outro lado, para manter sob controle do Governo Federal as decisões dos membros do Conselho e dos promotores que atuavam junto à Justiça Militar, o Artigo 73 da Lei de Segurança Nacional (decreto-lei 898) determinava a subida dos autos ao Supremo Tribunal Militar, caso o auditor rejeitasse a denúncia ou a sentença fosse pela absolvição.

Esses fatos demonstram que a Justiça Militar, embora órgão do Poder Judiciário, não tinha a independência própria dos três Poderes.

A pesquisa BNM constatou ainda que quase todos os réus denunciaram as torturas sofridas por eles diante dos Conselhos de Justiça e de um membro do Ministério Público, quando do interrogatório do réu nas audiências. Essas denúncias nunca foram apuradas, nem

iniciados ou processados seus autores.

7.3 Os arquivos do Dops

O Departamento de Ordem Política e Social foi regulamentado pelo decreto nº 11.782 de 20 de dezembro de 1940.

Na época era denominado “Superintendência de Segurança Política e Social” e era subordinado à Repartição Central de Política. Pelo Artigo 3 desse decreto, competia à Superintendência:

- a) a direção dos serviços policiais ligados a prevenção e a repressão dos delitos de ordem policial e social.
- b) preparação dos inquéritos relacionados com a ordem econômica;
- (...)
- e) instaurar inquéritos relativos a fatos de sua competência pelos órgãos respectivos.

Na constituição de 1967, a competência para “apuração de infrações penais contra a segurança nacional, a ordem política e social, ou em detrimento de bens, serviços, interesses da União, assim como de outras infrações cuja prática tinha repercussão interestadual e exija repressão uniforme” (Art. 8, inciso VII, letra c) passa a ser exclusiva da Polícia Federal.

O parágrafo 1º do Artigo 8 estabelece que “a União poderá celebrar convênios com os Estados para a execução, por funcionários estaduais, de suas leis, serviços ou decisões”. Os estudos realizados pela relatoria indicaram que um único convênio foi realizado entre a União e o Governo do Estado de São Paulo com esse objetivo. Este convênio foi firmado em 19 de março de 1981. Sua cláusula 3 estabelece que o Estado se compromete a “fornecer à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado de São Paulo, fotografias dos indiciados, se necessário, e cópias individuais datiloscópicas e de relatórios finais relativos a esses procedimentos”.

A CPI enviou ofício ao Ministério da Justiça para que este informasse se algum outro convênio havia sido firmado nestes termos. Não houve resposta.

O Dops foi extinto pelo decreto publicado no Diário Oficial do Estado em 5 de março de 1983, assinado pelo governador em exercício, José Maria Marin.

Segundo depoimento do ex-delegado Maurício

Guimarães Pereira, o órgão foi extinto porque em 15 de março seria empossado o novo governador, Franco Montoro, que possivelmente tomaria essa atitude.

Para permitir a transferência de todo o conteúdo dos arquivos do Dops, no dia 8 de março de 1983, pela Resolução 22/83, o Secretário da Segurança Pública determinou que os procedimentos policiais referentes à Lei de Segurança Nacional fossem remetidos ao Departamento de Polícia Federal. O Superintendente da Polícia Federal em São Paulo era o delegado Romeu Tuma.

Em 12 de março de 1983 foi publicado no DOE um “Termo de utilização gratuita de bens móveis”, segundo o qual o governo do Estado de São Paulo autorizava o uso, a título gratuito, de todos os móveis, ou seja, dos arquivos de aço onde estavam arquivados os documentos do Dops.

Segundo o depoente Maurício Guimarães Pereira, “não ficou nenhum documento pertencente ao arquivo do Dops”.

Foram, portanto, entregues ao Governo Federal:

a) os documentos produzidos pelo Dops enquanto a apuração das infrações contra a ordem política e social era competência dos Estados; b) os documentos produzidos pelo Dops enquanto esse órgão atuou em razão de sua competência residual, ou seja, até 19 de março de 1981.

O comparecimento do delegado Romeu Tuma, atual superintendente da Polícia Federal, a esta CPI, voluntariamente, pondo à disposição os arquivos do extinto Dops, deu-se em fevereiro de 1991, significativamente após a promulgação da lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre arquivos públicos e privados.

Esta lei, em seu Artigo 23, estabelece que: um decreto do Governo Federal fixará as categorias de sigilo dos documentos produzidos pelos órgãos públicos; o acesso a documentos sigilosos referentes à segurança da sociedade e do Estado será restrito por um prazo de 30 anos, a contar da data de sua publicação; esse prazo poderá ser prorrogado mais uma vez.

Sessenta anos poderão ser necessários até que se garanta acesso público a documentos que poderiam permitir a localização dos restos mortais de desaparecidos políticos. E ainda por sessenta anos, pessoas acusa-

das de assassinato e prática de tortura poderão estar a salvo do conhecimento de seus atos pela sociedade.

8. Conclusão

8.1 O que foi apurado

De todas as provas, documentos e depoimentos colhidos e analisados, concluiu-se:

1. Que a vala encontrada no Cemitério Dom Bosco é clandestina, irregular e ilegal, e nela foram enterrados corpos de indigentes e corpos de presos políticos mortos pelos órgãos incumbidos da repressão aos oponentes do regime instaurado em 1964.

2. Que as exumações que deram origem à vala ocorreram em frontal desrespeito às normas e leis do Município e não houve registro do destino dado aos corpos.

3. Que todos os corpos encontrados na vala não tinham identificação.

4. Que há uma desorganização histórica no Serviço Funerário Municipal no tratamento dispensado às pessoas pobres falecidas nesta cidade, genericamente chamadas de indigentes.

5. Que essa manipulação serviu ao ocultamento de corpos de vítimas da violência policial e, na década de 1970, de presos políticos.

6. Que houve uma adequação do SFM para auxiliar no ocultamento de corpos. Os cemitérios que recebiam indigentes sofreram modificações entre 1975 e 1976, exatamente nas quadras onde haviam sido enterrados corpos de presos políticos.

7. Que no Cemitério de Vila Formosa uma quadra foi desfigurada para esse fim. As ruas tiveram seu traçado alterado e, sobre as sepulturas, foi plantado um bosque. As alterações correspondentes não foram feitas na planta do cemitério, até hoje.

8. Que houve intenção de cremar os corpos de indigentes, entre os quais estavam os de presos políticos; que anteriormente à vala, houve a tentativa de construir um crematório exclusivo para indigentes.

9. Que a existência da vala e demais irregularidades denunciadas devem ser objeto de rigorosa apuração pela Prefeitura Municipal, com os consequentes processos na Justiça, uma vez que houve crime, tanto administrativo quanto civil.

10. Que a prática de tortura era uma constante durante o regime militar, conforme os depoimentos; que algumas mortes foram dela consequência direta e outras ocorreram premeditadamente: os próprios delegados ouvidos afirmaram conhecer a existência da tortura, embora neguem insistentemente que a tenham praticado.

11. Que vários membros do que se pode chamar de “aparato de repressão”, entre eles funcionários públicos estaduais, integrantes das polícias civis e militares e membros das Forças Armadas, participaram ou acobertaram a prática de tortura e as mortes de presos políticos, segundo denúncias feitas por ex-presos.

12. Que a utilização de capuzes, nomes falsos e codinomes, e o desconhecimento da identidade dos agentes pelas próprias equipes policiais, configuravam procedimentos de clandestinidade dentro dos organismos oficiais do Exército na época.

13. Que sítios clandestinos também foram usados pela repressão e se relacionam com o desaparecimento de pessoas, conforme depoimentos de ex-presos. O Sítio 31 de Março de 1964 foi utilizado extraoficialmente pelo Exército, tendo agora surgido as primeiras provas em escavações apenas iniciadas.

14. Que se formou um esquema para acobertamento das mortes nos órgãos de repressão que incluía funcionários do IML e do Serviço Funerário Municipal.

15. Que ordens expressas para o tratamento diferenciado de corpos de presos políticos partiram dos órgãos de repressão para o IML.

16. Que o Governo Federal, por meio da CGI, e o governo estadual, por meio da sub-CGI ou CEI, tinham conhecimento do uso do IML para ocultamento dos corpos dos oponentes do regime.

17. Que dentro do IML um grupo de legistas afinados com o regime era destacado para as necrópsias de presos políticos, na maioria das vezes os médicos Harry Shibata e Isaac Abramovitch, sempre acompanhados pelo auxiliar Jair Romeu, designado pelos órgãos de repressão.

18. Que, no caso de presos políticos, as necrópsias se realizavam também à noite, fora do horário regulamentar.

19. Que laudos foram produzidos no IML para

acobertar mortes e dificultar a identificação de pessoas, sendo que os laudos, ainda, confirmavam sempre a versão policial das mortes, constantes das requisições vindas do Dops ou da 36ª Delegacia.

20. Que, embora com abundantes testemunhas de que muitos corpos periciados no IML tinham marcas ou mutilações provocadas por torturas, os laudos dificilmente descreviam as lesões.

21. Que os organismos de repressão enviavam ao IML corpos de militantes com nomes falsos, embora tivessem conhecimento de suas verdadeiras identidades; que, em alguns casos, o IML também sabia os nomes verdadeiros.

22. Que vários corpos saídos do IML foram sepultados com nomes falsos.

23. Que não era respeitado o prazo mínimo de 72 horas de espera para se fazer o sepultamento de corpos de pessoas desconhecidas ou não reclamadas, como manda o regulamento interno do IML. Houve casos em que os corpos foram enterrados com menos de 20 horas após a morte.

24. Que houve destruição intencional de documentos arquivados no IML, dificultando a pesquisa das irregularidades cometidas no passado.

25. Que os registros dificultam também a localização de corpos nos cemitérios do Município.

26. Que as irregularidades praticadas dentro do IML devem ser ainda objetos de apuração e punição, sendo tomadas as providências cabíveis.

27. Que o IML deve ser objeto de uma profunda reestruturação, saindo da esfera policial.

28. Que a ocorrência de prisões irregulares, sequestros, cativos clandestinos, interrogatórios com uso de tortura e acusações sem direito de defesa, insistentemente denunciadas nesta CPI, exigem apuração pela Justiça.

29. Que a possibilidade de localização dos 144 desaparecidos poderá ser garantida desde que a apuração de cada caso seja assumida pelo poder público no país e apoiada pela sociedade.

Concluiu-se também que os atos criminosos denunciados neste relatório foram possíveis em razão da elaboração de um sistema legal, em que gradualmente se modificou a Constituição vigente, com a edição de

O que choca, além das atrocidades cometidas contra os presos, é o esquema que foi montado para ocultar os cadáveres, com o auxílio de médicos e funcionários do IML e do Serviço Funerário Municipal

atos institucionais, atos complementares, decretos-leis e até decretos secretos.

Os atos institucionais constantemente editados sobrepujaram-se à própria Constituição do país, retirando dos cidadãos garantias básicas do regime democrático, tais como a garantia do habeas corpus, vitaliciedade e inamovibilidade de juízes e membros do Poder Judiciário, determinando o julgamento de civis por tribunais militares, cassação de mandatos de membros do Poder Legislativo. Isto permitiu ao Governo Federal administrar, julgar e fazer suas próprias leis.

O que choca, além das atrocidades cometidas contra presos, é o esquema que foi montado para ocultar os cadáveres, com o auxílio de médicos e funcionários do IML e do Serviço Funerário do Município.

É evidente que essas violações de direitos humanos foram possíveis graças à conivência de governadores e prefeitos eleitos indiretamente pela interferência dos militares.

8.2 Encaminhamentos

Assim:

Considerando que funcionários estaduais e municipais foram coniventes com a prática de tortura e homicídio e que dos autos constam indícios de toda espécie de crime, tais como: condescendência criminosa (Artigo 320 do Código Penal), omissão de socorro (Art. 135), falsidade ideológica (Art. 299), falsa perícia (Art. 342) e prevaricação (Art. 319);

Considerando que delegados, ex-delegados e oficiais militares foram acusados de torturar ou permitir que sob seu comando, esses crimes fossem cometidos, e que há indícios de que médicos legistas omitiram a verdade em documentos públicos;

Considerando que a impunidade favorece fatos

como o retorno dos esquadrões da morte, os linchamentos, a matança de crianças, os assassinatos de sindicalistas rurais, os chamados crimes do colarinho branco e a corrupção dos órgãos governamentais;

Considerando que, ainda hoje, corpos de pessoas vítimas de mortes violentas ficam muitas vezes de 7 a 9 horas expostos na rua até que sejam enviados ao IML e que esse órgão não tem estrutura suficiente para realizar dignamente seus serviços nem atender convenientemente os familiares de vítimas de morte violenta;

Considerando que as normas vigentes sobre o Serviço Funerário Municipal datam de 1932, havendo um sem-número de leis, decretos e atos posteriores que tornam difícil entender o seu funcionamento;

Ficou decidido por esta CPI o envio dos seguintes ofícios:

1. À prefeita Luiza Erundina de Souza, encaminhando cópia do processo desta CPI e solicitando:

a) que se apurem as responsabilidades pelos atos administrativos irregulares praticados por funcionários municipais ou titulares de cargos em comissões;

b) a consolidação das leis que se referem ao sepultamento, em especial ao sepultamento de indigentes e ao funcionamento do Serviço Funerário Municipal;

2. Ao governador do Estado de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, encaminhando cópia do processo desta CPI e solicitando:

a) que se apurem as responsabilidades pelas irregularidades praticadas por funcionários dos órgãos públicos estaduais;

b) que se reorganize o Instituto Médico Legal, retirando-o da esfera policial;

c) que seja revogado o decreto nº 13.757/79, que deu permissão de uso de terreno estadual ao DOI-Codi;

d) que se exija do Governo Federal a devolução dos documentos que faziam parte dos arquivos do Dops;

e) que sejam afastados do serviço público os profissionais envolvidos com as irregularidades apuradas;

f) que determine a continuidade das investigações iniciadas no Sítio 31 de Março de 1964.

3. À Procuradoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, para que tome conhecimento dos fatos e tome as providências eventualmente cabíveis.

4. Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Esta-

do de São Paulo, deputado Carlos Apolinário, solicitando o prosseguimento das investigações em nível estadual.

5. Ao Ministério Público Federal em São Paulo, para que tome conhecimento dos fatos e tome as providências eventualmente cabíveis.

6. Ao Presidente da República, Fernando Collor de Mello, encaminhando cópia desta CPI e solicitando:

a) que sejam apuradas as responsabilidades pelos atos irregulares de agentes subordinados ao Governo Federal;

b) que regulamente a lei 8.159/91, possibilitando a abertura dos arquivos do SNI, Dops e DOI-Codis, para apuração pela sociedade dos fatos aqui denunciados.

7. Ao Ministério da Justiça, solicitando que os fatos aqui relatados sejam apurados pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

8. Ao Conselho Regional de Medicina, solicitando a instauração de sindicância para apurar responsabilidades dos legistas pelas irregularidades ocorridas no IML.

Serão encaminhadas cópias do processo também para o presidente desta Casa, para o presidente da Câmara Federal e para o presidente do Senado Federal.

Assinam este Relatório:

Ver. Júlio Cesar Caligiuri Filho – PDT – Presidente.

Ver. Tereza Cristina de S. Lajolo – PT – Relatora.

Vereador Ítalo Cardoso – PT

Vereador Vital Nolasco – PCdoB

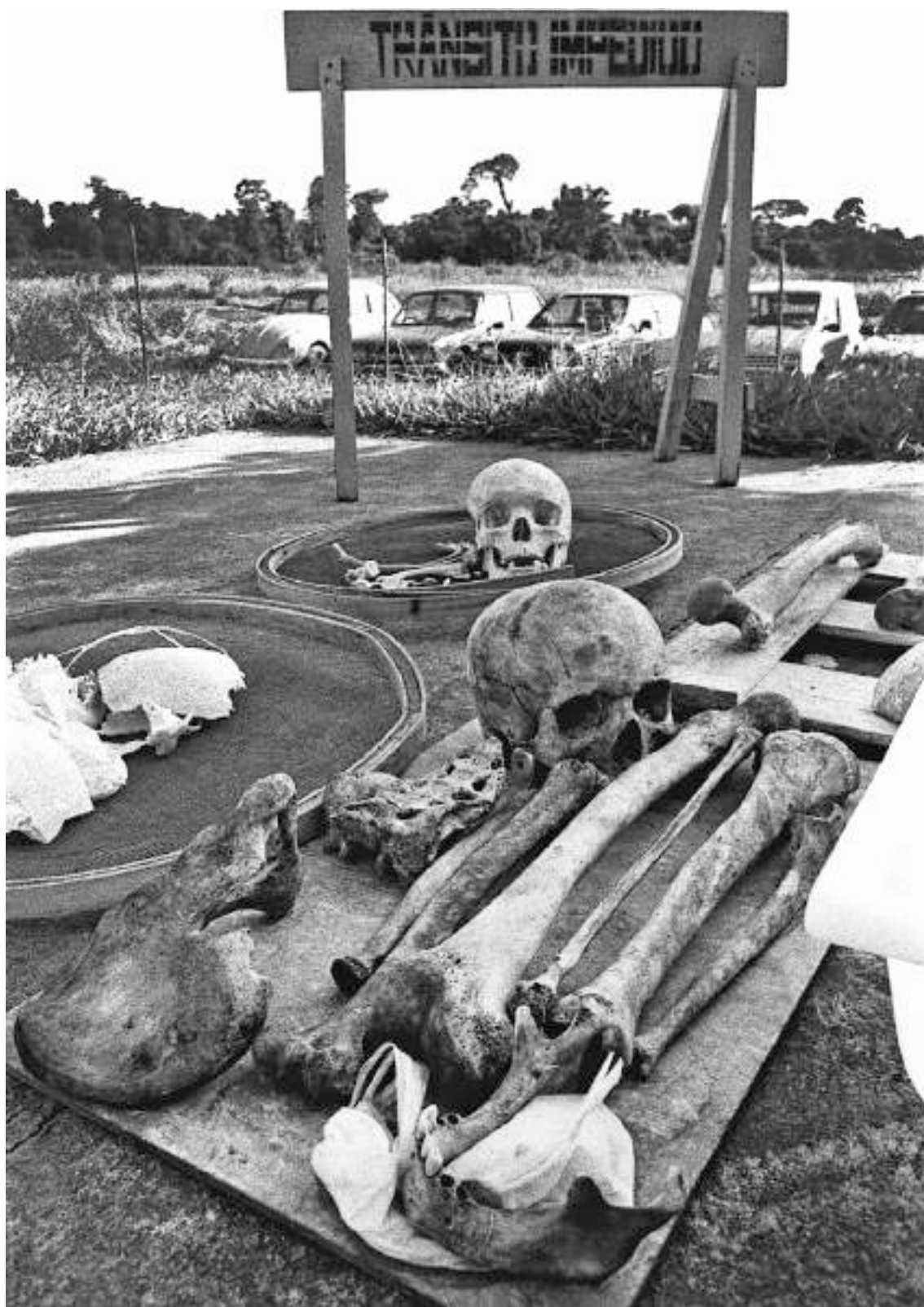


FOTO: CARLOS BASSAN

Flagrante feito por um fotógrafo de Campinas revela “banho de sol” das ossadas de Perus num jardim em frente ao Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em 1991

Primeiras análises

*Amanhã ou depois, meu irmão
A gente retorna à beira do cais
E conta os amigos
Pra ver qual que brilha
E qual se apagou.*

Gonzaguinha, em “Amanhã ou depois”

O fotógrafo do Diário do Povo agarrou a bolsa com a câmera, as lentes e os rolos de filme e saiu correndo. Era preciso liquidar a pauta e, sem demora, trazer os negativos de volta ao jornal. Em quinze anos de profissão, Carlos Bassan havia aprendido a não atrasar as entregas. Fotojornalismo tem dessas coisas. Imagem boa é imagem publicada, não adianta lapidar demais e perder a hora do fechamento.

Naquela tarde de abril de 1991, sua missão nada tinha de extraordinária. Apenas ir até o Departamento de Medicina Legal da Unicamp (DML) e fazer uma foto do chefe. Tirar um retrato, como se dizia, de um médico legista de nome sonoro, meio antiquado, como que recolhido de um romance policial: Fortunato Badan Palhares. Não era de fato um nome sofisticado? Parecia sob medida para batizar algum investigador ou delegado de polícia num conto de Rubem Fonseca. Inspetor Palhares, quem sabe. Ou Detetive Fortunato.

Badan Palhares ficara famoso cinco anos antes, quando coubera a ele analisar uma ossada exumada do cemitério de Embu, na Grande São Paulo. Não era uma ossada qualquer. Tratava-se do médico nazista Josef Mengele, lendário criminoso de guerra apelidado de “Anjo da Morte” que tinha sido um dos médicos respon-

sáveis pelas câmeras de gás no campo de concentração de Auschwitz, nos anos 1940. Mengele era acusado de conduzir experimentos em humanos na Alemanha nazista, quase sempre com grande violência e perversidade. A instalação do Tribunal de Nuremberg para julgar os crimes de guerra cometidos por Hitler e seus asseclas, já no final de 1945, levou Mengele a se esconder numa fazenda na Baviera, no interior da Alemanha, e a fugir para a América Latina na virada da década de 1950. Chegou à Argentina no governo Perón, viveu no Paraguai sob a ditadura Stroessner, pelo menos entre 1958 e 1960, e se fixou no Brasil nos anos 1960. Aqui, os militares teriam ajudado a acobertá-lo.

Em entrevista ao jornalista Marcelo Godoy publicada apenas em 2013, no jornal *O Estado de S. Paulo*, o delegado José Paulo Bonchristiano, um dos chefes do Dops após o golpe de 1964, afirmaria que a polícia política sabia da presença de Mengele no Brasil e só não o prendeu porque “nunca pediram”, referindo-se à polícia alemã. Morto em Bertioga, no litoral paulista, em 1979, o criminoso de guerra foi sepultado em Embu como Wolfgang Gerhard, nome que constava em seus documentos brasileiros. Apenas em 1985, quando uma senhora de Sorocaba (SP) contou que teria abrigado

Mengele durante alguns anos, na década anterior, e revelou o nome usado por ele, a Polícia Federal resolveu investigar.

Além de identificar as ossadas, o médico Palhares coordenara um trabalho ainda inédito no país: a reconstrução facial de Mengele. Em fevereiro de 1986, os jornais estamparam fotografias do provável rosto do Anjo da Morte, elaborado por um artista plástico a partir das características físicas apontadas pela perícia conduzida no DML a pedido do então delegado superintendente da Polícia Federal, Romeu Tuma. Mais recentemente, Badan Palhares havia atuado na investigação do assassinato de Chico Mendes, ambientalista e líder seringueiro do Acre, e no crime da Rua Cuba, como ficou conhecido o assassinato jamais solucionado do casal Jorge Toufic Bouchabki e Maria Cecília Delmanto Bouchabki numa mansão no Jardim América.

Agora, o nome Badan Palhares estava novamente nos jornais. Desde setembro de 1990, quando um convênio entre Prefeitura de São Paulo, Governo do Estado e Unicamp garantira a transferência para Campinas das mais de mil ossadas retiradas da vala de Perus, na capital.

Bassan, o fotógrafo, entrou no carro do jornal, cruzou a Rodovia Dom Pedro I, passou por duas ou três rotatórias na entrada do campus e chegou em cerca de 20 minutos ao prédio da faculdade de medicina que abrigava o DML. Minutos depois, saiu do prédio desapontado. O chefe do departamento não estava lá. Não era daquela vez que ele conseguiria tirar o retrato do médico legista mais famoso do Brasil.

No caminho de volta ao carro do jornal, Bassan notou uma cena fora do comum. Havia algo muito esquisito no gramado em frente ao DML. Aquela paisagem não era somente esquisita, mas assustadora, surreal. Ao ar livre, a poucos metros do meio-fio, descansavam no chão, separados em esteiras e bacias, dezenas de pedaços de ossos. Um crânio, um fêmur, uma tíbia. Uma mandíbula inteira, outra pela metade.

Bassan nunca tinha visto algo parecido. Parecia ter entrado num plano-sequência de *Indiana Jones e a Última Cruzada*. Os ossos estavam ali tomando banho de sol, num canteiro do campus, numa tarde prosaica de quarta-feira. E sem ninguém por perto para tomar

conta. Aos 31 anos, ele sabia exatamente do que se tratava. Era como se aquelas ossadas guardassem em si as marcas de um passado recente, autoritário e cruel, uma época obscura da história do país. Fez algumas fotos e voltou para o jornal.

As ossadas de Perus tinham sido transferidas para a Unicamp em 1º de dezembro de 1990. Após a abertura da vala clandestina, em 4 de setembro, seguiu-se um longo período de tratativas que culminara naquele convênio. A decisão solucionava o principal obstáculo colocado: familiares de mortos e desaparecidos políticos jamais aceitariam que as ossadas fossem periciadas no Instituto Médico Legal de São Paulo, órgão que havia sido cúmplice da política de desaparecimento e ocultação de cadáveres, por meio dos laudos falsos que produziram e assinaram.

A ida para a Unicamp foi recebida com entusiasmo pelas famílias. Primeiro, porque se tratava de uma instituição de ensino, e não de um departamento da polícia científica, o que em si já era motivo para alívio. Em segundo lugar, porque o médico Badan Palhares gozava de grande prestígio na comunidade científica e nos meios de comunicação.

Os trabalhos de retirada das ossadas, coordenados pelo médico legista Nelson Massini, se estenderam por mais de um mês. Apenas no dia 27 de outubro de 1990 foi feito o resgate do último saco. A catalogação dessas ossadas, no entanto, se estenderia até o último dia de novembro, ainda no cemitério.

Essa etapa do trabalho, chefiada pelo professor-assistente do DML José Eduardo Bueno Zappa, envolveu 25 técnicos da Unicamp. A cada saco retirado da vala era preciso fazer a limpeza do material, separar os ossos por tipo, acondicioná-los em sacos menores, fotografar o crânio e a face, e classificar cada ossada segundo características possíveis de serem determinadas ao primeiro olhar, como sexo, idade presumida, presença de dentes e ocorrência de fraturas ou perfurações a bala. Em seguida, a ossada era novamente inserida num saco e transportada até Campinas.

— Por enquanto, queremos apenas classificar o

material da forma como foi encontrado, sem que haja mistura de peças — Eduardo Zappa explicou à reportagem do *Diário Popular*. — Há sacos em que existem até três crânios e outros sem nenhum, mas essa é uma questão para ser esclarecida durante a fase seguinte, de identificação, que deve demorar pelo menos um ano.

Três caminhões foram necessários para transportar as ossadas do cemitério à Unicamp. No dia do traslado, houve choro, protesto e comoção em Perus. Aos gritos de “tortura nunca mais” e “punição aos assassinos”, manifestantes atearam fogo a um boneco trajando uniforme verde-oliva, com quatro estrelas nos ombros, quepe e coturno, em clara referência aos generais do Exército que usurparam o poder no Brasil por 21 anos.

A prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, e o presidente do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, presenciaram os protestos. De lá, as ossadas foram acompanhadas por uma carreata durante todo o trajeto até a Unicamp.

Já em Campinas, teve início o trabalho de análise propriamente dito. Cada ossada era fichada e ganhava uma descrição. Mulheres foram separadas dos homens, houve uma tabulação por idade presumida e segundo outros elementos levantados pela análise. Finalmente, era preciso comparar aquelas características com as dos desaparecidos reclamados pelos familiares. Tamanhos e idades funcionavam como critérios de eliminação. “Este fêmur é de um homem de 1,90 metro, então não pode pertencer a esse desaparecido, que tinha no máximo 1,75 metro”. Ou ainda: “Este aqui é de um homem de 50 anos, velho demais para ser o estudante universitário que vocês procuram”.

Agora, Badan Palhares coordenaria os trabalhos de sobreposição de imagens, a etapa principal do processo de identificação. Em 1990, extrair material genético de ossos com a finalidade de comparar com o DNA de parentes de primeiro grau das pessoas às quais os despojos supostamente pertenciam ainda não era uma possibilidade no Brasil. A genética forense fora inaugurada na Inglaterra dois anos antes. Em 1988, a polícia científica da cidade de Leicester conseguira finalmente solucionar dois crimes semelhantes de estupro seguido de morte ocorridos em 1983 e em 1986. Como? Comparando o DNA encontrado no sêmen recolhido nos

corpos das duas adolescentes assassinadas com o DNA de uma amostra de sangue tirada de um suspeito. Quando as ossadas de Perus chegaram à Unicamp, o emprego do DNA como método de identificação ainda era algo restrito à Inglaterra e a outros raros centros de genética forense no mundo desenvolvido. E importar a tecnologia estava fora de cogitação.

Os técnicos de Campinas trabalhavam de outra maneira. Por meio de programas de computador elaborados especialmente para este fim, os peritos fotografavam o crânio dos esqueletos reunidos em laboratório e sobrepunham às imagens retratos feitos com as pessoas ainda vivas. Media-se tudo: a distância entre os olhos, o tamanho da testa, a posição dos ouvidos em relação ao queixo. Seis pontos de coincidência total entre crânio e fotografia eram considerados suficientes para confirmar a identificação. Especialistas da Faculdade de Odontologia de Piracicaba, ligada à Unicamp, foram convocados para atuar junto aos médicos do DML. Se a pessoa tivesse feito algum molde dentário em vida, sobrepunham-se imagens desse molde a imagens da arcada dentária do esqueleto, também de modo a verificar se elas “encaixavam”.

Somavam-se à sobreposição de imagens outras pistas igualmente importantes: uma fratura antiga poderia deixar marcas ainda visíveis nos ossos, assim como uma má formação congênita. Se fulano usava dentadura, beltrano tinha uma prótese de ouro no lugar do segundo molar ou cicrano havia quebrado o nariz mergulhando na piscina do clube aos 12 anos de idade, todas essas eram informações preciosas para se criar um perfil apto a ser comparado com a memória daquelas ossadas.

Como as 1.049 ossadas retiradas da vala poderiam pertencer, em tese, a qualquer uma das 1.500 pessoas que, segundo os livros do Cemitério Dom Bosco, foram exumadas entre 1975 e 1976 sem nenhum registro do local de reenumeração, só havia uma forma de dar início ao processo de identificação: comparar as características das ossadas às características pessoais dos desaparecidos cujas famílias procurassem a equipe do DML para requisitar a análise. A Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos teve a precedência nesse processo. Rapidamente, seus membros reuniram infor-

mações sobre os militantes que, segundo os livros de registro, tinham dado entrada no cemitério na primeira metade dos anos 1970, e acionaram pais, mães, irmãos e irmãs em busca de fotografias e dados antropométricos de cada um. Quanto mediam? Quantos anos tinham quando desapareceram? Que ossos haviam fraturado na infância ou adolescência? Havia extraído algum dente?

Enquanto isso, os membros da Comissão de Investigação da Prefeitura de São Paulo consultavam, pela primeira vez, os arquivos do IML. As informações obtidas nos laudos eram muito valiosas. Apesar da omissão em relação às torturas e às responsabilidades pelos assassinatos daqueles jovens, quase sempre os laudos listavam perfurações provocadas por armas de fogo e um ou outro hematoma. Para os peritos, essas indicações faziam enorme diferença. Se o laudo do IML atestava que determinado cadáver tivera o parietal esquerdo perfurado por um projétil, seria possível descartar os crânios que estivessem com o parietal intacto. Por extensão, investigar todos os crânios com o parietal esquerdo perfurado ou esmigalhado parecia ser um bom ponto de partida.

Além dos exames necroscópicos, o arquivo do IML, o mesmo muquifo em que o repórter Caco Barcellos descobrira os laudos com a letra T de “terrorista” enquanto investigava os crimes da Rota, guardava os horripilantes livros de fotografias. Conforme a legislação vigente, como ratificado por servidores do IML durante a CPI, todos os mortos sem identificação, indigentes ou não, tinham de ser fotografados pelos legistas. Registrados por meio de um número, ganhavam pastas e eram catalogados na burocracia interna para uma improvável identificação futura. Uma foto de frente, outra de perfil, eventualmente alguma outra imagem de outra parte do corpo, sobretudo que pudessem contribuir com sua identificação – uma tatuagem, um sinal de nascença – e pronto: estava montado o dossiê do desaparecido. Essas imagens não somente poderiam ajudar os peritos da Unicamp a confirmar características antropométricas ou o ponto exato em que determinada bala atingiu o corpo da vítima como, algumas vezes, poderiam configurar as únicas fotografias disponíveis para a identificação.

As pesquisas realizadas nos arquivos do IML e nos livros de entrada do Cemitério Dom Bosco, possibilitaram a descoberta do paradeiro de diversos militantes tidos como desaparecidos. Uma vez que os restos mortais de alguns deles não tinham sido exumados de suas sepulturas originais, foi solicitada sua exumação e encaminhamento à UNICAMP, também para comprovar sua identidade. Casos como estes se repetiram entre 1990 e 1991. Confirmado o provável local de enterro, com base nos documentos oficiais, sobretudo do IML, eram feitas exumações e tudo seguia para a UNICAMP.

— Bateu! Dr. Badan, a ossada 47 bateu!

O legista olhou para o assistente e permaneceu em silêncio. Se fosse mesmo verdade, aquela seria uma notícia maravilhosa, a primeira ossada identificada entre as 1.049 trazidas de Perus.

— É melhor o senhor vir conferir.

O chefe do departamento repassou item por item o dossiê da ossada 47.

— É, bateu! — o médico confirmou. — Seis pontos de concordância na sobreposição de imagens. A mesma altura presumida.

— O mesmo sangue tipo O do irmão e do sobrinho também. Fizemos a tipagem em material retirado da medula óssea de uma das vértebras. Só não deu pra verificar o Rh.

— Perfeito. E essa informação sobre o maxilar, confere?

— Sim. Ele era edentado. Completamente edentado na arcada superior.

Edentado é quem não tem dentes. Trabalhador rural de Votuporanga (SP), militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), preso no sul do Pará pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury e torturado até a morte no Dops de São Paulo em 18 de abril de 1971, Dênis Casemiro não tinha nenhum dente na parte de cima.

O anúncio foi feito no centro de convenções da Unicamp no dia 8 de julho, uma segunda-feira, dez meses após a abertura da vala. Erundina e o secretário estadual de Segurança Pública, Pedro Franco de Cam-

pos, empossado no mês anterior junto com o novo governador Antônio Fleury Filho, estavam presentes. Na ocasião, foi anunciada também a identificação de Sônia Maria de Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana, militantes da ALN assassinados em 1973 e enterrados em sepulturas individuais na quadra 7 do Cemitério Dom Bosco. Por não estarem nas quadras 1 e 2, as ossadas de Sônia e Bicalho Lana não foram transferidas para a vala clandestina. Os pais de Sônia chegaram a exumar os despojos da filha e os sepultaram no Rio de Janeiro em 1981, mas depois descobriram que aqueles ossos eram de um homem. Agora, com os trabalhos de análise em andamento na Unicamp, solicitaram a exumação de outras ossadas nas sepulturas em que seus corpos teriam sido enterrados como indigentes. Em menos de um mês, os peritos da Unicamp confirmaram as identidades de Sônia e Bicalho Lana.

Uma missa de corpo presente foi celebrada na Catedral de São Paulo em homenagem aos três desaparecidos finalmente encontrados, um na vala e dois em sepulturas individuais. Em 11 de agosto de 1991, um domingo, os restos mortais de Dênis Casemiro, Sônia de Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana foram finalmente velados, duas décadas após a morte do primeiro e 18 anos após a morte do casal. Era Dia dos Pais, e coube a João Luiz de Moraes, pai de Sônia – assassinada aos 27 anos após ter sido estuprada com um cassete e ter os seios decepados pelos torturadores –, fazer um emocionante discurso sobre a violência dos anos de chumbo e o longo tempo de espera para sepulturar sua filha. “Essas pessoas foram chamadas de subversivas por quem feriu a lei e a ordem constitucional”, disse o pai, tenente-coronel do Exército Brasileiro, agora na Reserva. “Por isso foram perseguidas, sequestradas e finalmente mortas. A sanha assassina dos militares que compuseram o sistema repressivo não encontra paralelo em nossa história”.

Dom Paulo Evaristo Arns, o cardeal de São Paulo, presidiu a cerimônia. As três urnas foram expostas no altar da Sé, cobertas com bandeiras do Brasil. “Tristeza por descobrir um Brasil tão covarde”, comentou o arcebispo na homilia. Não foi a primeira nem seria a última manifestação do cardeal contra a ditadura. Nem seu primeiro envolvimento com o tema da vala clandestina.

Já no dia da descoberta das ossadas em Perus, Dom Paulo estivera no local e recomendara aos membros da Comissão Justiça e Paz que acompanhassem os trabalhos e oferecessem o apoio necessário. Em 2 de novembro, transferira a tradicional missa de Finados para o Cemitério Dom Bosco e, ao lado do bispo de Brasília, Dom Angélico Sândalo Bernardino, postou-se no topo do barranco vizinho à vala, de onde as ossadas ainda não tinham sido retiradas por completo. Moradores do bairro e familiares de mortos e desaparecidos puseram-se ao redor daquele improvável sítio arqueológico e rezaram ali, debaixo do sol. “Não mataráis!”, dizia uma faixa.

Os ossos de Dênis Casemiro foram finalmente sepultados em Votuporanga no dia 13 de agosto de 1991, uma terça-feira. Na véspera, Ivan Seixas acompanhou o traslado das ossadas para o interior, representando a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. O caixão foi velado na Câmara Municipal durante a madrugada e, de manhã, transferido para a Matriz, onde foi celebrada missa de corpo presente. No altar, ao lado do caixão, novamente coberto com a bandeira do Brasil, um exemplar do livro *Brasil: Nunca Mais*, publicado seis anos antes, no qual o nome de Dênis fora incluído entre as vítimas fatais da ditadura mesmo sem que o corpo tivesse sido localizado. Aos 65 anos, seu irmão mais velho, Isaías, lembrou que outro irmão, Dimas, também fora morto pela repressão e continuava desaparecido. Para ele, o assassinato dos dois demonstrava o “arrocho” da ditadura militar, que, segundo ele “queria se perpetuar no poder e, para isso, não se importava em matar e acabar com uma família inteira”.

Quase um ano se passou até que uma segunda ossada retirada da vala fosse identificada pela equipe de Badan Palhares. Em 25 de junho de 1992, uma quinta-feira, o centro de convenções da Unicamp recebeu novamente a prefeita de São Paulo e autoridades como o subsecretário de Segurança Pública do Estado, Daniel Roberto Fink, e o secretário municipal de Assuntos Jurídicos da capital, Dalmo Dallari. Ali, acompanhado pelo reitor da Unicamp, Carlos Vogt, o médico legista

Fortunato Badan Palhares anunciou a identificação dos restos mortais de Frederico Eduardo Mayr, também acompanhado das identificações de outras duas ossadas, não relacionadas à vala clandestina: Emanuel Bezerra dos Santos, militante do Partido Comunista Revolucionário, morto aos 26 anos e enterrado como indigente no cemitério Campo Grande, na zona sul de São Paulo, em 1973; e Helber José Gomes Goulart, militante da ALN, morto aos 29 anos e enterrado como indigente em Perus, também em 1973.

Estudante de arquitetura e militante do Movimento de Libertação Nacional (Molipo), o catarinense Frederico Mayr tinha 23 anos e estava na clandestinidade desde os 20 quando foi baleado na Avenida Paulista e torturado até a morte no DOI-Codi, em fevereiro de 1972. No livro do cemitério, o corpo deu entrada com o nome falso de Eugênio Magalhães Sardinha, o que só se descobriu anos depois, quando o atestado de óbito emitido neste nome foi anexado ao processo de Mayr na 2ª Auditoria Militar. Após a abertura da vala clandestina e a divulgação de que as ossadas atribuídas a Eugênio Magalhães Sardinha estavam entre as mais de mil exumadas entre 1975 e 1976, a mãe de Mayr, Gertrud, viajou até São Paulo para entregar fotografias e preencher o formulário elaborado pela equipe de medicina legal: altura, peso, idade, cor da pele, alguma deficiência física, alguma fratura ou extração dentária.

Pouco mais de um ano depois, em junho de 1992, Gertrud pôde ver na tela de um computador da Unicamp a sobreposição do retrato que havia levado ao registro fotográfico de um crânio. Foi como se ela pudesse ver o filho novamente vivo na tela. Ele estava ali, diante dela, sorridente, com o mesmo bigode, os mesmos olhos claros, o mesmo cabelo loiro. As medidas coincidiam, todas elas. Só agora, vinte anos depois, Gertrud viveria o luto normal de uma mãe que perde o filho. Antes, segundo ela, era um sentimento íntimo e dolorido, mas que não se externava.

— Não que eu estivesse reprimindo, mas não conseguia sair — afirmou, em depoimento para o documentário *Vala comum*, de João Godoy, lançado em 1994. — Agora, é o normal. É o que acontece a qualquer pessoa, a qualquer mãe ou irmão quando perde alguém da família. Ver a pessoa, enterrar a pessoa, saber que a

pessoa está morta. Eu comecei a viver isso só agora.

Foi um alívio. Finalmente, Gertrud, chamada de Tula pelos familiares e amigos, poderia velar o corpo do filho. Chorou por uma semana como se a perda fosse recente. Repetindo a experiência do ano anterior, o cardeal de São Paulo celebrou uma missa na Sé, as três urnas cobertas com bandeiras do Brasil. Os ossos de Frederico foram finalmente enterrados no jazigo da família, no Rio de Janeiro, para onde haviam se mudado quando Frederico era criança. Tula sentia-se grata por ter o filho identificado depois de tanta espera. Grata a quem descobriu a vala, grata a quem teve a coragem de revelá-la, e grata, sobretudo, aos peritos que haviam identificado os ossos.

Depois de Frederico, nenhum outro desaparecido da vala seria identificado pela equipe de Badan Palhares.

O relatório que chegou às mãos do deputado estadual Renato Simões em meados dos anos 1990 era chocante. Sacos de ossos amontoados, uns sobre os outros, espalhados pelo chão. Alguns com cadeiras por cima. Ossadas úmidas, cobertas de fungo. Um cenário desolador, com sujeira e abandono, onde deveria haver ordem e asseio científico.

As funcionárias responsáveis pela limpeza do Departamento de Medicina Legal não se conformavam com tamanho descaso. No início reticentes, fugindo da sala das ossadas como quem vê fantasma, fazendo o sinal da cruz e resmungando qualquer coisa sobre virgens e santas, as moças acabaram se solidarizando com aquele ossário insólito e absolutamente informal. Perceberam que a sala inundava em dias de chuva e, quando isso ameaçava acontecer, corriam para retirar os sacos do chão e os colocar de forma improvisada sobre os móveis. Principalmente, rezavam. Ou oravam, conforme a fé de cada uma. Rezavam porque sabiam que aqueles mortos não estavam em paz.

— Esses ossos estão querendo voltar pra debaixo da terra — dizia uma.

— Isso é jeito de cuidar dos mortos? Que desrespeito! — indignava-se outra.

Àquela altura – e isso estava claro para as faxineiras

– os peritos já não periciavam mais nada. E as autoridades, sempre dispostas a aparecer no jornal e a dar entrevista para a TV com promessas de concluir a análise dos ossos antes do fim do mandato, haviam simplesmente sumido. Desde 1993, nada de novo acontecia por ali.

— Sei não — comentava uma das funcionárias. — Se não tem ninguém pra olhar por essas almas, é bom a gente tomar conta delas.

O ano de 1993 fora terrível para as pesquisas no Departamento de Medicina Legal. Em março daquele ano, Luiza Erundina transmitira o cargo de prefeita para seu sucessor, Paulo Maluf. O novo prefeito representava tudo aquilo que os familiares de mortos e desaparecidos mais temiam: um político apoiado pelos generais, que fora prefeito e governador biônico, opositor de Tancredo Neves no colégio eleitoral, apologista da Rota e de seus métodos e, principalmente, o mesmo prefeito que, na primeira passagem pela Prefeitura, fora o responsável pela construção do Cemitério Dom Bosco. Um dos primeiros atos de Maluf ao reassumir a Prefeitura, em março de 1993, fora exonerar Toninho Eustáquio, o administrador que havia revelado a existência da vala clandestina.

Simultaneamente, a Secretaria Estadual de Segurança Pública entrara também num período confuso, caracterizado por suspeição e denúncias, desde que uma operação da Polícia Militar resultara na morte de mais de uma centena de presidiários, chacinados por agentes da PM na Casa de Detenção de São Paulo, no bairro do Carandiru, em outubro do ano anterior. Três dias após a chacina, o governador exonerou o secretário Pedro Franco de Campos, o mesmo que estivera no evento de divulgação das primeiras identificações, em 1991, e o substituiu por um professor de Direito e procurador do Estado que permaneceria à frente da pasta até o final do ano seguinte: Michel Temer.

Com Maluf na Prefeitura e Fleury no governo, obviamente desgastado pelo episódio do massacre, faltava vontade política para que as coisas andassem. Novos recursos não chegavam ao Departamento de Medicina Legal, e a verba já empenhada – bem menos do que havia sido prometido por Erundina e Quéricia anos antes – havia secado.

Familiares de mortos e desaparecidos acusavam

Badan Palhares de gastar o dinheiro do convênio na construção de um novo edifício para o departamento: um prédio com 1.200 metros quadrados, auditório para 120 pessoas, laboratório de DNA e o primeiro laboratório de fonética forense do Brasil, como o próprio médico legista descreveria, orgulhoso, no livro de memórias *Por que converso com mortos*, publicado em 2007.

Enquanto isso, as análises das ossadas eram negligenciadas. Não havia audiências com as famílias, nem boletins informativos, nem compartilhamento de informações, nem o anúncio de novas identificações. Aparentemente, as análises haviam sido interrompidas. E tudo o que Palhares fazia, quando procurado, era exibir o mesmo relatório mostrado seis meses antes – um ano antes, um ano e meio antes – e reclamar da falta de recursos.

Segundo o legista, não havia elementos comprobatórios suficientes para identificar mais ninguém. Ele não estava totalmente errado em relação a isso. Para emitir um laudo categórico, faltava uma comprovação genética, tecnologia de que a Unicamp não dispunha. Sua equipe havia separado as ossadas de Perus em quatro diferentes grupos conforme a presença de elementos comprobatórios. A ausência de dentes na arcada superior da boca de Dênis Casemiro, por exemplo, era uma característica muito especial que, associada a outros pontos de convergência, tornaria praticamente impossível que aquele crânio fosse de outra pessoa. Por isso sua ossada foi colocada no primeiro grupo e rapidamente identificada. A maioria das outras ossadas, no entanto, ofereciam um número menor de similaridades. Em muitos casos, o que se tinha eram ossos fragmentados, que tornavam ainda mais complexa a identificação por sobreposição de imagens.

Já em 1991, Badan Palhares havia separado as ossadas com maior possibilidade de serem alguns dos desaparecidos reclamados por familiares, como Flávio Molina e Dimas Casemiro. Suas fichas estavam catalogadas. A tecnologia de que dispunha, no entanto, não bastava para se ter um veredicto. A partir de 1993, o legista repetia isso a quem o procurasse, ao mesmo tempo em que reclamava diuturnamente da falta de dinheiro, tanto para adquirir equipamentos mais modernos quanto para remunerar as horas extras de sua equipe.

Em outras palavras: não fazia sentido fingir que continuaria trabalhando nas ossadas. Os trabalhos dificilmente avançariam sem um equipamento que permitisse extrair DNA dos ossos, por exemplo.

Naquele momento, o Brasil já detinha tecnologia para extrair DNA de amostras de sangue e de mucosa, mas não de ossos. Sem perspectiva de sucesso nas condições de que dispunha, o chefe dos trabalhos partira intuitivamente para o tudo ou nada: ou obtinha recursos para introduzir a Unicamp na era da genética forense, ou o convênio poderia ser encerrado com apenas duas ossadas identificadas num universo de 1.049. Uma alternativa seria enviar amostras para Londres, o que também exigiria recursos elevados, e para isso havia a necessidade de mais dinheiro. O problema é que ele não combinou com os russos: nem com os familiares, nem com a reitoria. E, por descaso ou de forma deliberada, acabou incorrendo em ações que tumultuaram ainda mais a relação com familiares de desaparecidos e militantes dos direitos humanos.

Num dos episódios, conforme se descobriu em reunião entre representantes da Unicamp e familiares de mortos e desaparecidos realizada em outubro de 1995, Badan Palhares encaminhara fragmentos de ossos para a Universidade Federal de Minas Gerais, numa época em que pesquisadores desta universidade tentavam realizar extração de DNA de ossos humanos. Mas o fizera sem autorização de ninguém. Nem comunicara as famílias. Ou seja, o médico não hesitara em colher amostras daquelas ossadas, já tantas vezes maltratadas pelo tempo e pelas condições em que tinham sido ocultadas, e as enviara para outro Estado na surdina. Mais grave: alguns ossos teriam sido despachados para a Alemanha sem qualquer comunicação prévia, conforme admitira o próprio legista.

Em outro episódio, Palhares foi acusado de agir de má fé ao mudar uma declaração por razões políticas. Ainda em 1991, após participar da exumação de uma ossada em Xambioá, na região do Araguaia, que poderia pertencer à guerrilheira Maria Lúcia Petit, morta pela repressão em 1972, Palhares afirmara, no local, que as características batiam e que sua identidade seria confirmada tão logo o material chegasse à Unicamp. Na viagem de volta, no entanto, Palhares fez escala em

Brasília, onde teria se encontrado com Romeu Tuma, o todo-poderoso da Polícia Federal, e mudara sua versão: aquela ossada não poderia ser da guerrilheira, declarou a um jornal. De acordo com o tecido de que era feita a calcinha, deveria se tratar de uma prostituta, vítima de crime passionai no norte do Tocantins.

Cinco anos depois, em abril de 1996, o jornal *O Globo* publicou duas fotos de Maria Lúcia Petit morta, o rosto escondido num saco plástico e o corpo deitado sobre um paraquedas do Exército. O tecido do paraquedas parecia ser o mesmo encontrado junto à ossada exumada em Xambioá. Familiares foram cobrar explicações de Badan Palhares, que voltou a cogitar a possibilidade de ser Maria Lúcia.

— O problema é que não podemos cravar — ele disse.

— Faltam elementos comprobatórios.

— Mas de que mais o senhor precisa?

— Um molde dos dentes, uma radiografia da boca, um dentista que tenha tratado dela quando viva, por exemplo.

Irmã de Maria Lúcia, Laura espumava de ódio. Por diversas vezes, ainda em 1991, ela havia insistido para que Badan Palhares recebesse o dentista. O legista havia desprezado sua sugestão, como se não tivesse serventia alguma, martelando a teoria de que a ossada era de uma prostituta. Agora, confrontado pela fotografia no jornal, Palhares mudara o discurso. Laura conseguiu levar até a Unicamp dois dentistas que haviam atendido a irmã e feito uma coroa num dente dela em 1967. Palhares não teve mais como negar.

— Agora podemos atestar que se trata de Maria Lúcia Petit — o médico afirmou.

Essas histórias corriam de boca em boca em grupos como o Tortura Nunca Mais, até que a imagem de Badan Palhares ruiu de forma irreversível. O mesmo médico que despertara sentimentos de gratidão nos familiares de Frederico Eduardo Mayr e Dênis Casemiro agora era tratado como impostor, mercenário, ou, na melhor das hipóteses, negligente.

Nesse contexto, as fotografias feitas na sala em que as ossadas eram armazenadas caíram como uma bomba

nas reuniões da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

— Inaceitável! — diziam. — Esse crápula vai desaparecer com as ossadas. Elas vão se misturar, apodrecer, esfarelar, e nunca mais um dos nossos será identificado.

A angústia era especialmente maior entre os familiares dos desaparecidos cujas ossadas tinham maior chance de estarem na vala – uma vez que seus corpos tinham sido enterrados nas quadras 1 e 2 e exumados entre 1975 e 1976 sem indicação de local de reinumeração – como Dimas Casemiro, Flávio Molina, Grenaldo Jesus da Silva e Francisco José de Oliveira. Estendia-se também a todos que tinham esperança de localizar seus mortos, inclusive as famílias de Marlene Rachid Papembrok e Olímpio de Carvalho, dois desaparecidos que não tinham nenhuma atividade política, mas que sumiram em São Paulo no início dos anos 1970. Tanto os filhos de Olímpio quanto uma irmã de Marlene requisitaram à equipe da Unicamp que incluíssem seus familiares na busca e enviaram a documentação necessária. Uns mais, outros menos, todos depositavam suas esperanças na perícia conduzida por Palhares e eram igualmente vítimas do evidente descaso e da aparente procrastinação.

Renato Simões presidia a recém-criada Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) quando as fotos chegaram até ele, ainda em 1996. Entregues por Maria Cristina Von Zuben, professora de ética médica na Faculdade de Medicina da Unicamp e ex-presa política, aquelas imagens acabaram deflagrando um processo irreversível de reivindicações junto à universidade. Pressionado, Badan Palhares decidiu que os trabalhos de análise e identificação estavam concluídos, uma vez que não havia por onde avançar, e sugeriu que as ossadas fossem devolvidas à Prefeitura de São Paulo.

— O prefeito é o Maluf — reagiram os familiares. — Imagina o que pode acontecer se essas ossadas passarem à responsabilidade do Maluf.

Estabelecido o impasse, o Secretário Estadual de Justiça, Belisário dos Santos Júnior, tratou de convocar uma reunião na própria Secretaria de Justiça. O Estado de São Paulo era agora governado por Mário Covas, sobre quem já não havia a mesma resistência que o

governo Fleury provocara em sua etapa final. No âmbito federal, seu colega de partido, Fernando Henrique Cardoso, havia promulgado em dezembro do ano anterior a lei 9.140, que reconhecia como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas no período de 1961 a 1979. A mesma lei, fortemente influenciada pelos trabalhos realizados pelos familiares após a abertura da vala, também criara a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, responsável por analisar novos casos. Finalmente, contava pontos em favor de Belisário seu engajamento junto à Comissão Justiça e Paz de São Paulo, aliada na busca por identificações dos mortos e desaparecidos.

Em 30 de outubro de 1996, tanto o reitor quanto o procurador geral da Unicamp viajaram até São Paulo para buscar uma solução no gabinete de Belisário. Na reunião, ficou decidido que as ossadas continuariam na Unicamp, mas Badan Palhares seria necessariamente afastado da coordenação. A reitoria se comprometia a responder por escrito a todas as perguntas encaminhadas pelos familiares e a aceitar a presença de um perito internacional como observador dos trabalhos. A Secretaria de Segurança Pública, por sua vez, enviaria legistas de sua estrutura para acompanharem o processo.

Naquele mesmo dia, Badan Palhares foi substituído pelo médico legista José Eduardo Bueno Zappa, que já atuava como seu braço direito no DML e anos mais tarde se tornaria seu sócio numa clínica particular de patologia. A despeito da cumplicidade entre os dois, a relação do substituto com os familiares parecia preservada. As perguntas enviadas à reitoria só foram respondidas em março, mais de três meses depois. O perito enviado pela Secretaria Estadual de Segurança Pública, Carlos Delmonte, concluiu que a equipe de Badan Palhares não havia cometido nenhuma imprudência, descaso ou falta de zelo na condução dos trabalhos. E nenhum perito internacional foi à Unicamp nos meses seguintes.

No dia 14 de abril de 1997, Zappa enviou um relatório ao reitor da Unicamp acompanhado de um ofício em que resumia os trabalhos desenvolvidos em relação às ossadas do Cemitério Dom Bosco e reiterava a falta de perspectiva em relação a novas identificações. Foi a

primeira vez que um relatório foi entregue aos familiares. “Das 1.047 ossadas restantes, duas estão em processo de identificação por exame de DNA na Universidade Federal de Minas Gerais”, escreveu o novo chefe do departamento, referindo-se a mais uma tentativa de identificação que não daria em nada. “Isto posto, magnífico reitor, damos por concluída a etapa dos trabalhos referentes a 1.045 das 1.049 ossadas da vala comum do Cemitério de Perus, presentemente sob a guarda do DML da Unicamp, todas devidamente catalogadas e numeradas, as quais, sob a ótica pericial da metodologia utilizada, estão a partir de hoje à disposição da justiça”.

Em fevereiro do ano seguinte, esgotadas as possibilidades de avançar com as análises em Campinas, iniciaram-se as tratativas para que as 1.047 ossadas restantes fossem transferidas para o Instituto Oscar Freire, vinculado à Faculdade de Medicina da USP, em São Paulo, o que só seria consumado em 2001.

O Departamento de Medicina Legal da Unicamp foi extinto em 1999, sem que nenhum outro desaparecido fosse identificado. Badan Palhares, ainda se envolveria em outros casos de grande visibilidade e repercussão, entre eles a produção, em 1996, de um controvertido laudo em que afirmava que Paulo Cesar Farias, tesoureiro do ex-presidente Fernando Collor, fora assassinado pela namorada Suzana Marcolino. Ela teria praticado suicídio em seguida. A versão, na época, foi amplamente contestada por outros peritos, que entendiam o crime como duplo homicídio. Queima de arquivo, diziam. PC Farias, pivô dos escândalos de corrupção culminaram com o impeachment de Collor em 1992, sabia demais. Palhares manteve-se no cargo de professor titular de medicina legal até 2003, quando se aposentou.

Antes que a primeira década do século XXI chegasse ao fim, as ossadas de um terceiro desaparecido político exumadas da vala clandestina seriam identificadas. E Badan Palhares viraria réu numa Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal, acusado de “descaso, negligência, desinteresse e desrespeito perante o inalienável direito das famílias de enterrar seus entes queridos”.

Vala clandestina: passado, presente, futuro

Jéssica Moreira⁸

FOTO: MEIRE RAMOS



Cena do espetáculo “Comum”, do Grupo Pandora de Teatro. Uma das qualidades da peça é narrar a construção da vala Clandestina a partir da perspectiva dos sepultadores

água ou salgadinho no portão do cemitério. Ou se tornavam frentistas de ocasião no estacionamento improvisado no quintal de tio João André, que morava literalmente em frente à necrópole.

Era caminhando que meu pai, minha mãe e eu chegávamos ao Dom Bosco para assistir à missa principal, realizada pela manhã junto ao muro vermelho que homenageia os mortos pela ditadura militar. Depois, parávamos na casa do tio. E, ao fim, o feriado se enchia de festa e encontros.

Talvez, esse fosse um dos poucos momentos do ano em que a população do bairro ouvia tão diretamente sobre a ditadura civil-militar. Talvez, tenha sido ali mesmo que ouvi pela primeira vez sobre o período. Sem entender muito bem – ou quase nada – os símbolos que aquilo trazia.

Em outras ocasiões, ia com meu pai visitar familiares e parava para tomar um suco ou comer um doce no bar do Toninho, o Antônio Pires Eustáquio, que sempre foi próximo a nós. Beirando os 9 anos, eu não poderia imaginar que tanto o Toninho quanto o tio João, um ex-administrador e um sepultador do cemitério, eram ambos parte da história daquele muro vermelho, daquele monumento em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura. Mais do que isso: os dois integravam um capítulo importante da memória do bairro e de todo o Brasil.

Aos 17, o espetáculo *A revolta dos perus*,⁹ encenado no CEU pelo Grupo Pandora de Teatro, formado por atrizes e atores da região, trouxe de volta as lembranças da infância, das visitas ao cemitério, do suco no bar do Toninho. No palco, o elenco emendava his-

⁸Jéssica Moreira é escritora e jornalista, moradora de Perus, repórter da Agência Mural de Jornalismo das Periferias e coautora do *blog* Morte Sem Tabu. É coautora também do livro *Queixadas: por trás dos 7 anos de greve* (2013) e uma das autoras do livro *Heroínas desta História* (Instituto Vladimir Herzog/Autêntica, 2020). Integra a equipe fundadora do coletivo Nós, Mulheres da Periferia.

⁹Ver <http://grupopandora.blogspot.com/2008/07/revoltados-perus.html>. Acesso em: 2 dez. 2020.

Em Dia de Finados, as ruas de Perus, na região Noroeste de São Paulo, enchiam-se de gente. Fuscas, Brasília, ônibus e kombis formavam uma fila quilométrica nas adjacências do Cemitério Dom Bosco.

O bairro de ares interioranos vivia um verdadeiro dia de “centro” nessas datas. Eu, menina, esperava ansiosa. Alguns familiares trabalhavam vendendo



A peça “Comum” também homenageia os cinco desaparecidos políticos já identificados entre as ossadas da vala: Denis Casemiro (identificado em 1991), Frederico Mayr (1992), Flávio Molina (2005), Dimas Casemiro (2018) e Aluísio Palhano (2018)

tórias do bairro e transformava em arte as memórias de coisas que eu só tinha ouvido falar.

Na mesma época, descobri o documentário *Perus: o bairro que construiu o Brasil*, de Fausto Fass.¹⁰ Assisti ao lado de Tio João, que viu a si próprio e a seus companheiros sepultadores na tela e me contou, resumidamente, que havia feito parte de um dos últimos capítulos da ditadura, mesmo sem querer.

Pouco tempo depois, me tornei jornalista comunitária de Perus por meio do Blog Mural, hoje Agência Mural de Jornalismo das Periferias. Numa das minhas primeiras reportagens, entrevistei tanto o Toninho quanto meu tio para entender o que realmente havia acontecido e por que existia um monumento no cemitério.¹¹

O nascimento do Cemitério Dom Bosco

Criado em 1971 na gestão do então prefeito Paulo Maluf, o Cemitério Dom Bosco nasceu para sediar um crematório. O projeto original da necrópole previa a exata localização do forno. No início dos

anos 1970, a administração municipal, em tratativas com o Instituto Médico Legal (IML), tentou importar o equipamento de uma empresa inglesa, mas ela, sabendo da repressão que assolava o país, se esquivou do contrato, uma vez que o projeto não previa sequer um espaço para receber familiares e velar os corpos, conforme apontado pela Comissão Parlamentar de Inquérito criada em 1990. Havia algo de muito errado naquele lugar.

E a população de Perus? Segundo a professora aposentada Regina Bortoto, moradores reunidos na Sociedade Amigos do Bairro clamavam há tempos por um cemitério. “No projeto proposto pela população, o cemitério seria construído no terreno onde hoje é o Viaduto Bandeirantes”, diz ela, que ouviu o testemunho de seu pai, membro da associação de moradores. “Embaixo dele havia uma área e eles reivindicavam aquele lugar para poder enterrar seus mortos”. O prefeito e sua equipe, no entanto, tinham outros planos, segundo Regina. “Na época, ninguém questionou por que optaram por um lugar afastado, longe do

¹⁰Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1CXd1nUsEGw>. Acesso em: 2 dez. 2020.
¹¹Funcionários revelam como encontraram vala de Perus que recebia mortos pela ditadura. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2014/04/01/funcionarios-revelam-como-encontraram-vala-de-perus-que-recebia-mortos-pela-ditadura/>. Acesso em: 2 dez. 2020.

centro de Perus”, ela conta. “Acharam estranho, mas não questionaram. Estavam satisfeitos porque, finalmente, teriam um cemitério mais perto de casa”.

Mesmo separadas por mais de duas décadas, minhas memórias encontram as de Regina quando o assunto é o cemitério. Na Vila Caiúba, onde ela viveu a infância na década de 1970, não havia nada além de uma padaria e um açougue, por isso o cemitério se tornou uma novidade e sinônimo de movimentação de pessoas. “O cemitério era o que demandava um movimento diferente, sobretudo quando havia cortejo. O Dia de Finados era ainda mais interessante. Era quando havia mais circulação no bairro. As pessoas iam caminhando até o cemitério, por não ter ônibus ou outra condução até lá. Quem não tinha carro subia toda a rua a pé, e aquilo nos trazia vida. Para nós, as crianças, era sinônimo de que havia movimento”, lembra.

A vala clandestina

Embora os planos do crematório não tenham sido concretizados, o Dom Bosco seguiu seu destino de servir à ditadura militar, ocultando mais de mil ossadas humanas numa vala clandestina, construída em 1976, cinco anos após a inauguração da necrópole. Além de corpos de militantes vítimas da repressão, o espaço comportou mortos pelo esquadrão da morte, indigentes e também aqueles que morreram em decorrência da epidemia de meningite que assolou São Paulo em meados dos anos 1970, o que inclui principalmente a população negra e periférica da cidade.¹²

Meu tio, que trabalhou no cemitério desde sua inauguração, não só assistiu à construção da vala como também sepultou ali – a mando de seus superiores – centenas de ossadas que ele não sabia exatamente de onde vinham.

Pouco depois, o Dom Bosco mudou de gestão. Foi quando Antônio Eustáquio chegou ao local como administrador e, com seu faro de jornalista investigativo, estranhou a quantidade de corpos que, segundo registros, haviam sido exumados de suas sepulturas em meados dos anos 1970, sem que houvesse nenhuma indicação do destino daquelas ossadas. Os sepul-

“ Na época, ninguém questionou por que optaram por um lugar afastado, longe do centro de Perus”, conta a professora aposentada Regina Bortoto. “Acharam estranho, mas não questionaram. Estavam satisfeitos porque, finalmente, teriam um cemitério perto de casa ”

tadores evitavam falar sobre o assunto. Certa vez, um deles revelou a Toninho que a vala ilegal tinha sido cavada próxima ao antigo cruzeiro do cemitério. O administrador usou uma sonda, um ferro pontiagudo com mais de três metros de comprimento, para encontrar a localização exata daquele buraco. E agora?

Por mais de uma década, Toninho solicitou aos diretores do Serviço Funerário e os gestores que se sucediam à frente da Secretaria de Serviços e Obras que tomassem alguma providência em relação àquela descoberta. Familiares de desaparecidos visitavam o cemitério com frequência em busca das ossadas de seus entes queridos e ele não podia dizer nada. Até 1990, quando Toninho teve a ousadia de quebrar o silêncio e contar o que sabia para o jornalista Caco Barcellos. A vala clandestina pôde finalmente ser revelada publicamente em 4 de setembro daquele ano.

Hoje aos 75 anos, Toninho administra uma floricultura e um bar. Nem todo mundo que entra no estabelecimento sabe de seu histórico comprometido com a justiça e a verdade, mas para quem pergunta ele faz questão de contar. “O momento de maior medo foi quando ameaçaram meus filhos, mas fora isso eu nunca tive medo. Minha convicção era cuidar dessa memória”, conta o ex-funcionário, que ainda hoje mora em frente ao cemitério.

Segundo a professora Regina, algumas pessoas ligadas ao Centro de Defesa de Direitos Humanos Carlos Alberto Pazini e a alas da Igreja Católica já haviam ouvido boatos, em meados dos anos 1980, de que ali havia uma movimentação diferente. Em 1990, tiveram a confirmação. A história ganhou destaque na imprensa. Era a primeira vez que a notícia chegava

¹²VITORINO, Amanda. Da ditadura à pandemia de covid-19: a necropolítica brasileira. *Nós, mulheres da periferia*, 4 set. 2020. Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/nossas-vozes/ditadura-a-pandemia-de-covid-19-a-necropolitica-brasileira/>. Acesso em: 13 mar. 2021.



FOTO: KAREN SIQUEIRA

Uma das atividades desenvolvidas pela Comunidade Cultural Quilombaque, que atua em Perus há 15 anos, é a trilha de memória Ditadura Nunca Mais, feita com grupos de estudantes. O Cemitério Dom Bosco está entre os pontos de parada

oficialmente aos ouvidos, olhos e mentes dos moradores de Perus.

Quando a vala clandestina foi aberta, Rogério Trentin tinha 14 anos e morava a 3 km do cemitério. “Ainda jovem, conheci as histórias da vala clandestina”, diz. “Vi a imprensa chegando. Vi pais e mães que foram ao local pensando em seus filhos desaparecidos pela ditadura civil-militar”. Professor de História na região, Rogério, aos 44, faz questão de trazer as diversas histórias que a população ainda desconhece. “Pedagogos e historiadores lutam para cada vez mais interagir com o lócus da história e mostrar, assim, outras realidades aos alunos. Perus possui muitas histórias e tê-las em livros e artigos onde os alunos consigam acessar ajuda a manter a história viva”. Para o educador, abordar esses fatos nas aulas faz com que o aluno “amplie seu conhecimento, quebre paradigmas e tenha um olhar participativo no bairro, mesmo a ditadura sendo ainda um período sombrio de nossa história”.

Ao buscar outras pessoas que topassem falar

sobre o assunto no Grupo Amigos de Perus, com mais de 90 mil integrantes numa rede social, apenas vinte comentaram a postagem. A maioria indicou o nome da professora de História Jaine Lima, 55 anos. Hoje aposentada, ela realizou em 2013 um curso de pós-graduação *lato sensu* na Unicamp, de especialização em História, e produziu o trabalho *Tortura e morte na vala comum do bairro de Perus*. “Como cresci em Perus, me interessei pela história do bairro, especialmente pela história da vala clandestina”, conta.

Quando a vala foi revelada, Jaine tinha 25 anos e ainda cursava o magistério. “Eu tinha um tio que era policial militar e dizia que o comunismo era uma coisa ruim. Como eu era muito curiosa, fui pesquisar o assunto. Quando passei a dar aulas para o 3º ano do Ensino Médio e o programa incluía tratar da ditadura militar, sempre dava ênfase à história da vala de Perus, com trabalhos de campo e visitas ao Memorial da Resistência”, conta.

Sobre o período que precede a abertura da vala, Jaine lembra-se não apenas do tio que alertava sobre

os riscos do comunismo, mas também dos fuscas da Polícia que faziam a ronda no bairro – e que eram chamados de “baratinhas”. “Meu pai tinha medo de ir ao sindicato, porque de vez em quando a polícia aparecia lá”, ela conta. “Lembro também das aulas de Moral e Cívica e das aulas de Organização Social e Política Brasileira (OSPB) na escola. E de cantar o Hino Nacional todas as quartas-feiras”. Para ela, o Cemitério Dom Bosco é o cenário de uma história verídica de um período de censuras, prisões e mortes de pessoas que questionavam a ditadura e a opressão. “Por isso, é nossa obrigação contar e recontar os fatos, para que, no futuro, isso não volte a acontecer.”

Silêncios que atravessam os tempos

O silêncio e o medo de comentar o assunto, no entanto, permanecem nas gerações mais velhas. Muitos ainda evitam falar sobre a vala com medo de represálias. O grupo de psicólogos do projeto Margens Clínicas, implementado no bairro de 2016 a 2017, pôde constatar isso de perto, ao ter dificuldade de encontrar gente que topasse falar sobre o período em rodas públicas. “A violência de Estado produz esse silêncio”, nota o psicólogo Vitor Barão, 36 anos, integrante do projeto. “É raro alguém se levantar para contar o que sabia ou dar seu depoimento. Esse silenciamento é fruto da mesma violência”.

Toninho se entristece. Na época, lembra de ter sido julgado por muitos companheiros e de ter ficado conhecido como alguém que foi exonerado do serviço público por ter “mexido com os terroristas”, forma preconceituosa que parte da população denominava os militantes políticos.

Arte e cultura como fontes de memória

Por outro lado, movimentos formados pela juventude do bairro têm buscado tornar o assunto cada vez mais público. É o caso do Grupo Pandora de Teatro, que existe desde 2004 e sempre trouxe as narrativas de Perus às suas peças. Em 2018, o grupo lançou o espetáculo *Comum*,¹³ que conta a história da vala clandestina por três diferentes perspectivas: a dos sepultadores, a dos militantes políticos e também a de quem até hoje busca por familiares desaparecidos.

Diferentemente de outros jovens de sua idade, a atriz e arte-educadora Caroline Alves, 21 anos, cresceu ouvindo as memórias do bairro. Não na aula de História das escolas públicas em que estudou, mas por meio dos coletivos culturais locais, principalmente por meio dos espetáculos teatrais do Grupo Pandora, que ela integra desde 2016. Um dos eixos do trabalho do grupo, formado majoritariamente por moradores de Perus, é pesquisar as relações entre teatro, memória e território. “Estamos em contato constante com a população. As questões sociais, políticas e econômicas que permeiam esse espaço também nos atravessam”, diz Caroline.

No processo de construção do espetáculo *Comum*, o grupo pôde realizar uma pesquisa aprofundada acerca da ditadura civil-militar, assim como entender o contexto latino-americano do período, com aulas abertas à população que contaram com figuras históricas da luta por verdade e justiça, como Amelinha Teles e o próprio Toninho. Nas montagens, boa parte do público foi formada por alunos de escolas públicas da região que, muitas vezes, não sabiam sobre a conexão de Perus com a ditadura. “Fui percebendo a importância de compartilhar com a juventude dessa memória do território, pouco abordada nas escolas e no Brasil em geral”, lembra Caroline. “Essa memória permanece soterrada, por isso é tão importante trazê-la a público e contar para os mais jovens que existiu uma ditadura no Brasil. A gente não pode esquecer disso, para que as mortes e outras atrocidades não se repitam”.

Além do Pandora, a Comunidade Cultural Qui-

O Cemitério Dom Bosco é o cenário de uma história verídica de um período de censuras, prisões e mortes de pessoas que questionavam a ditadura e a opressão. “Por isso, é nossa obrigação contar e recontar os fatos, para que, no futuro, isso não volte a acontecer”, diz a professora de História Jaine Lima

¹³Ver site do Grupo Pandora, disponível em: <http://grupopandora.blogspot.com/2018/>. Acesso em: 13 mar. 2021.



FOTO: CAMILO VANNUCHI

Graffiti elaborado pelo artista urbano Caio Bless faz referência à censura institucionalizada pela ditadura militar. Em dezembro de 2015, como parte do Festival Municipal dos Direitos Humanos, todo o muro do Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi grafitado com cenas inspiradas na repressão dos chamados “anos de chumbo”

lombaquer, que atua na região há 15 anos sob uma perspectiva preta e antirracista, também tem contribuído para que a história da vala clandestina ecoe entre os moradores de Perus, principalmente entre os mais jovens. Uma das atividades desenvolvidas pela Quilombaquer é a trilha de memória Ditadura Nunca Mais, feita com grupos de estudantes. O Cemitério Dom Bosco está entre os pontos de parada. “É importante destacar o genocídio que houve naquela época e que se repete nos dias atuais”, diz Cleiton Ferreira, 36 anos, um dos fundadores da organização. Para ele, é essencial falar sobre o extermínio de jovens negros, pobres e periféricos, cujas ossadas também foram ocultadas na vala. “Esses corpos não identificados são de vítimas do sistema tanto quanto os desaparecidos políticos”, observa Camila Cardoso, integrante da Quilombaquer e uma das organizadoras da Agência Queixadas, que tem disseminado as trilhas para grupos de fora do bairro.

Camila afirma ainda que percorrer o cemitério e conhecer a verdade sobre a vala, bem como as formas de violência praticadas pelo Estado nos anos de ditadura, é uma forma de evitar que a história seja esquecida. “Tantas pessoas morreram em nome da democracia e em defesa de uma sociedade que fosse mais justa e igualitária”, aponta ela. “Vivemos um momento em que é preciso ficar lembrando o que é democracia. Nesse sentido, a trilha reforça quais lutas precisamos travar para que, de fato, sejamos livres, e para que ninguém mais corra o risco de morrer por se expressar, por algo que é um direito.”

Memórias em construção

A última das 1.049 caixas com ossos retirados da vala clandestina foi aberta pela equipe do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp (CAAF) em dezembro de 2019. Até a publicação deste livro, o trabalho de análise das ossadas ainda não

havia sido concluído.

O passo seguinte, depois que for concluída a etapa de reassociação das misturas ósseas e as últimas análises genéticas, será a instalação de um novo marco de memória em homenagem às vítimas da violência de Estado ocultas na vala clandestina. Em dezembro de 2020, um grupo de trabalho havia sido formado com a missão de discutir a criação desse memorial. Tive a oportunidade de integrar esse GT com a professora Regina Bortoto e representantes do Quilombaque e do Grupo Pandora de Teatro. Também participam desse grupo de trabalho conselheiros do Condephaat e do Iphan, familiares de mortos e desaparecidos políticos e representantes da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e da Secretaria Municipal de Cultura, entre outros atores.

Nossa esperança é que os esforços em torno desse memorial estejam também voltados para as margens, tanto a geográfica, mostrando a importância dessa história para o bairro, quanto aquela ligada à dor de quem espera, há décadas, homenagear seus entes queridos.

FOTO: DOUGLAS MANSUR



A luta por verdade e justiça

*Onde houver silêncio, eu ficarei cantando
Pra não deixar morrer o gesto humano.*

Sidney Miller, em “O Navegante”

Era uma espécie de tortura. Não a tortura em sua forma física, explícita, escancarada, como a que o irmão sofrera no DOI-Codi e que lhe tirara a vida um dia antes de completar 24 anos, em 1971. Mas uma tortura silenciosa, duradoura, igualmente perversa e ainda pungente.

Gilberto Molina não encontrava outra palavra para se referir ao seu calvário e ao de seus irmãos, sobretudo de sua mãe, Maria Helena. O pai, Álvaro, morrera em 1985. Anos antes, em 1979, recebera de Gilberto a notícia de que um documento do Dops, recém-encontrado, confirmava a morte do Flávio, sob tortura. “Por que, se ele já estava preso?”, foi a reação do velho, instantes antes de mergulhar num silêncio que se arrastou pelo resto da tarde. Em 1981, soubera que o corpo havia sido enterrado no Cemitério Dom Bosco, com nome falso, e que seus restos mortais tinham sido escondidos numa vala clandestina com mais de mil outras ossadas. A família não poderia transferi-los para o Rio de Janeiro e dar-lhe um enterro digno. Pelo menos por enquanto.

Agora, já se passava mais de uma década desde que a vala clandestina fora finalmente revelada e nada de localizarem os ossos de Flávio. Gilberto já tinha feito de tudo. Processara três vezes o Estado. A primeira ação,

no final de 1979, resultou na retificação do assento de óbito. A partir dela, o nome que apareceria no registro lavrado sob o número 50.741, na folha 191v (verso), no livro 73, não seria mais o de Álvaro Lopes Peralta, identidade falsa utilizada por seu irmão na guerrilha, mas o nome verdadeiro de Flávio Carvalho Molina. Por meio da segunda ação, em 1991, a família exigiu ressarcimento de danos junto à Justiça Civil. A terceira, em 1995, buscava o reconhecimento da responsabilidade do Estado com base na lei 9.140/95, que possibilitou oficializar a morte de cidadãos com atividade política que tenham desaparecido entre 1961 e 1979.

Aquela mesma lei havia determinado a criação de uma Comissão Especial responsável, entre outras atribuições, por “envidar esforços para a localização dos corpos de pessoas desaparecidas no caso de existência de indícios quanto ao local em que possam estar depositados”. Ora, a referida comissão tinha sido criada em 1995 e, até agora, nenhum avanço real havia sido feito nas ossadas de Perus. Gilberto acompanhara mais ou menos de perto toda a discussão com a Unicamp, aquela contenda ridícula em que a própria universidade, corporativista, havia feito de tudo para fugir de qual-

Manifestação em frente ao DOI-Codi nos anos 2010. Exibir retratos de vítimas da repressão tornou-se um importante gesto simbólico de resistência e de luta por memória, verdade e justiça

quer responsabilidade pela negligência de seus pesquisadores e pelo fracasso fragoroso dos trabalhos que deveriam ter sido realizados no agora extinto Departamento de Medicina Legal.

Não era aceitável tamanha demora. Não era razoável tanto descaso.

Desde que as ossadas foram transferidas para São Paulo, no final de 2000, Gilberto e sua mãe tinham sido convocados mais uma vez para “ajudar na coleta de dados”. Era um acinte, um desaforo. A mãe, já idosa, passara toda uma década colhendo amostras de sangue a cada três anos. Ossos que poderiam ser de Flávio haviam sido encaminhados não apenas para a Universidade Federal de Minas Gerais, mas também para uma universidade na Inglaterra e para um laboratório na Colômbia. Nenhum avanço em nenhum desses locais. Na UFMG, soube-se depois, o material ficara retido por cinco anos sem qualquer atuação efetiva. Cobrada pelo Ministério Público, a universidade devolvera o material com frascos quebrados e nenhuma boa notícia. Os exames resultaram inconclusos.

Quando se verificou que as ossadas não poderiam mais permanecer na Unicamp, a Secretaria de Segurança Pública do Estado assumiu a tutela do material. Uma vez que encaminhar as ossadas ao IML não era uma opção compatível com as expectativas dos familiares, chegou-se a uma solução mediada com relativo esforço pelas partes. As análises ficariam sob a responsabilidade do legista Daniel Muñoz, no Instituto Oscar Freire, o braço da Faculdade de Medicina da USP dedicado à medicina legal. Muñoz tinha dupla vinculação institucional: professor livre-docente de medicina legal na Faculdade de Medicina da USP, ele também atuava como legista no IML. De acordo com o novo convênio, firmado entre a Secretaria de Segurança Pública e a USP, Muñoz passaria a atuar na análise das ossadas com vistas à identificação do maior número possível de ossadas. Os trabalhos seriam conduzidos no Instituto Oscar Freire com a participação, sob demanda, de profissionais do Instituto e também do IML, sem jamais configurar o IML como guardião ou repositório do material.

Quatro ossadas de Perus foram enviadas para o Instituto Oscar Freire em 7 de dezembro de 2000. Junto com elas, outras seis ossadas, exumadas das sepulturas individuais onde teriam sido enterrados dois desaparecidos políticos: Hiroaki Torigoe e José Luiz da Cunha. Todas as demais permaneceram na Unicamp até maio do ano seguinte, quando finalmente foram levadas para o cemitério do Araçá, em São Paulo. Duzentas gavetas do columbário daquele cemitério foram cedidas pela Prefeitura para a guarda das ossadas, que aguardariam ali o término das análises das dez anteriores.

Uma das ossadas do primeiro grupo, a de número 240, tinha fortes indícios de pertencer a Flávio Molina segundo os legistas Eduardo Zappa, da Unicamp, e Daniel Muñoz, da USP. A sobreposição de imagens havia confirmado a similaridade, mas não fora suficiente para a identificação. Seria preciso analisar o DNA. Não tinha outro jeito.

No Instituto Oscar Freire, repetiu-se a mesma demora e a mesma negligência do período da Unicamp. Aos olhos dos familiares e das entidades de Direitos Humanos, todas as instituições pareciam usar aquele caso para obter benefícios ou contrapartidas. Em vez de estabelecer convênios internacionais para a análise de DNA, por exemplo, a sensação era de que os responsáveis esticavam a corda na expectativa de serem contemplados com o equipamento necessário para introduzir a genética forense em sua própria instituição. Em outras palavras: em vez de correr para dar uma resposta às famílias, tanto Muñoz, nos anos 2000, quanto Badan Palhares e Zappa, nos anos 1990, pareciam pressionar para que algum governo, municipal, estadual ou federal, tomasse a iniciativa de equipar os respectivos departamentos com tecnologia de ponta, fosse em Campinas ou em São Paulo.

Gilberto Molina esperou mais três anos. Numa noite, em julho de 2004, dias depois de participar de mais uma reunião com Muñoz e representantes do Ministério Público e da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, respirou fundo, sentou-se diante do computador e escreveu um ofício para a procuradora Eugênia Gonzaga, então à frente da Procuradoria Regional

dos Diretos do Cidadão em São Paulo. Na carta, relatou resumidamente o périplo dos ossos e o fracasso nas análises até aquele momento, inclusive nos três anos que haviam se passado desde a transferência para o Instituto Oscar Freire. Por fim, solicitou ajuda para que se buscasse fazer na Argentina a análise do DNA da ossada número 240, suspeita de ser de seu irmão. Se o país vizinho havia se tornado uma referência em antropologia e arqueologia forense, por que não estabelecer um convênio?

Não era a primeira vez que Gilberto recorria ao Ministério Público. Ainda em 1999, quando se constatou o estado deplorável em que as ossadas eram mantidas em Campinas, sem qualquer expectativa de identificação num futuro próximo, Gilberto representara junto à procuradoria regional da República do Rio de Janeiro pedindo providências do Ministério Público. O caso foi remetido a São Paulo, em razão da delimitação geográfica do Cemitério Dom Bosco, e caiu no colo de Marlon Weichert, então à frente da Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Em poucos meses, o procurador estudou o assunto, visitou a sala das ossadas na Unicamp e assumiu para si a missão de buscar uma solução. Entre 1999 e 2000, atuou junto ao secretário estadual de Justiça, Belisário dos Santos Jr., e ao secretário adjunto de Segurança Pública, Mário Papaterra Limonji, para viabilizar a retirada das ossadas de Campinas e sua transferência para o Instituto Oscar Freire.

Paralelamente, Marlon esforçava-se para que a análise de DNA pudesse ser feita no Brasil. Tanto insistiu junto à Secretaria de Segurança Pública que, em 2001, a pasta equipou a Superintendência da Polícia Científica de São Paulo com um aparelho específico para extração de DNA. Era uma máquina com tecnologia de ponta, capaz de extrair DNA mitocondrial, uma vez que os especialistas relatavam a impossibilidade de extrair DNA nuclear daquelas ossadas, tamanha a deterioração do material. Dois anos depois, descobriu-se que a Polícia Científica não havia calibrado a máquina para extrair DNA mitocondrial, conforme a orientação. A máquina estava sendo usada para extrair DNA nuclear e auxiliar nas perícias dos crimes do dia a dia, mas

não para a análise das ossadas de Perus, que ensejara sua aquisição.

Agora, em meados de 2004, os membros do Ministério Público haviam chegado ao limite. Não era admissível tamanho desprezo pelos familiares. Eugênia acionou a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos, e obteve do então ministro Nilmário Miranda a ordem para que o exame fosse realizado na Universidade de Buenos Aires, às custas da União, conforme solicitado por Gilberto. Os trâmites tomaram todo o segundo semestre. Mais uma vez, a ossada número 240 precisou ser serrada. Dois fragmentos do fêmur esquerdo e um dente incisivo central superior foram enviados à Argentina acompanhados de amostras de sangue de Maria Helena e dos irmãos de Flávio Molina. O resultado chegou em janeiro de 2005: “inconclusivo”. Os peritos argentinos sugeriram fazer uma nova tentativa, com fragmentos de algum outro osso. Outros dois pedaços foram extraídos, agora do fêmur direito. Outro kit, outra análise, a mesma resposta: “inconclusivo”.

Eugênia nem esperou o envio do segundo kit para Buenos Aires. Decidiu acionar mais uma vez a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para que fosse providenciado, em paralelo, o exame de DNA num laboratório particular de São Paulo. Desde 2003, o Genomic Engenharia Molecular realizava análise de DNA mitocondrial, indicado para materiais muito antigos ou em estágio avançado de putrefação. O custo girava em torno de R\$ 5 mil, cerca de vinte salários mínimos em 2004. O pedido foi igualmente aceito pelo ministro no meio do ano, e um novo ofício foi enviado ao legista Daniel Muñoz, solicitando a extração dos fragmentos ósseos para o laboratório.

Antes disso, às vésperas do Carnaval, Muñoz telefonou para Gilberto Molina. Eles precisavam conversar. Muñoz queria produzir uma prova conclusiva e pediu para que Gilberto fosse até São Paulo. Imaginando que se tratava de alguma providência extraordinária para que fosse feito o segundo envio de material para Buenos Aires, o irmão de Flávio prometeu encontrá-lo no Instituto Oscar Freire na tarde da Quarta-feira de Cinzas.

Embarcou de manhã, chegou a São Paulo na hora do almoço e tomou o táxi direto para a Rua Teodoro Sampaio, 115. Amelinha Teles, membro da Comissão de Familiares, sugeriu que ele fosse acompanhado pelo advogado da comissão.

Muñoz os conduziu até uma sala onde havia um esqueleto montado em cima de uma bancada de cimento. Sentaram-se em volta daquela ossada. Gilberto não conseguia entender o objetivo daquilo.

Talvez a presença do advogado tenha constrangido o legista, que engatou uma conversa que parecia sem sentido. Muñoz discorreu sobre a atividade da perícia, explicou como se dava a análise por sobreposição de imagens e com base nos dados antropométricos, como altura presumida e idade, coisas que Gilberto já estava cansado de saber. Contou como era feita a extração de DNA, que necessariamente exigia que fossem retirados pedaços de ossos. O tempo todo, o esqueleto ali, sobre a bancada.

A certa altura, Muñoz fez um silêncio que parecia anteceder uma inflexão dramática.

— Você acha parecido? — perguntou. — Acha que pode ser seu irmão?

Gilberto sentiu-se indignado. Não sabia se partia pra cima do legista, se ia embora. Talvez fosse o caso de responder com escárnio. “Nunca vi tão magro”, pensou em dizer. Mas não cabia. Aquilo tudo era grotesco demais, perverso demais. Uma tortura sem fim.

— Não dá pra saber — desconversou.

Gilberto saiu mudo do Instituto Oscar Freire. Ensimismado, tomou o táxi e foi direto ao aeroporto. Já em casa, no Rio, a esposa quis saber como tinha sido. Gilberto se esquivou.

— Tô muito cansado, depois eu conto.

O relógio marcava oito horas. Foi para o quarto, fechou a janela, esticou-se na cama e desabou numa crise de choro que o fez lembrar da primeira visita ao Cemitério Dom Bosco, em 1981, quando o administrador lhe mostrara a vala e algumas ossadas.

Gilberto não aguentava mais. Dali a seis meses, a abertura da vala clandestina completaria quinze anos. Fazia trinta e três anos que seu irmão havia morrido,

assassinado nas dependências do DOI-Codi, um órgão do Estado, e até hoje esse mesmo Estado não se dignara a dar uma resposta, a entregar-lhes o corpo, a cumprir com o que deveria ser um imperativo moral e uma obrigação. Até quando, por Deus, até quando?

No dia 10 de agosto, Gilberto precisou voltar ao Instituto Oscar Freire e reencontrar Muñoz. A análise no Genomic havia sido aprovada e nova coleta de material precisaria ser feita, na sua presença e de um técnico do laboratório. Outra vez um pedaço do fêmur foi retirado. Outra vez uma amostra de sangue de Gilberto foi colhida. Passadas três semanas, o resultado da análise de DNA foi entregue à procuradoria regional da República. Após quinze anos de desrespeito e omissão, o resultado foi positivo. A ossada 240 era mesmo de Flávio Carvalho Molina, o terceiro desaparecido político identificado nas ossadas encontradas na vala de Perus.

No dia 11 de outubro, uma terça-feira, a urna contendo os remanescentes ósseos de Flávio foi finalmente sepultada no jazigo da família, no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro. Um duo de flautas tocava ao fundo. Maria Helena não pôde ver nada. Ela havia perdido a visão. Gilberto sussurrou ao pé do ouvido da mãe cada detalhe da emocionante cerimônia.

Três anos após a identificação de Flávio Molina, os promotores Eugênia Gonzaga e Marlon Weichert, do Ministério Público de São Paulo, inauguraram uma série de representações nas esferas civil e criminal denunciando pessoas e instituições pela prática de crimes contra a humanidade, como sequestro forçado (prisões ilegais praticadas pela repressão), homicídio com meio cruel (tortura) e falsidade ideológica (na falsificação de atestados de óbito). Uma dessas representações, firmada em 25 de setembro de 2008, referia-se justamente ao assassinato de Flávio Molina.

Para os procuradores, a Justiça deveria responsabilizar penalmente o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, responsável por torturar e matar Flávio no DOI-Codi, e também o policial militar Miguel Fernandes

Zaninello, funcionário do DOI-Codi e declarante da morte de Flávio no laudo falso do IML. Zaninello, conforme apurou a CPI de Perus, em 1990, era o condutor habitual do veículo que transportava os corpos do IML para serem enterrados como indigentes no Cemitério Dom Bosco, e que os sepultadores conheciam simplesmente como “Miguel”.

A iniciativa do MP buscou ainda responsabilizar os médicos legistas Arnaldo Siqueira, Renato Cappellano e José Henrique da Fonseca. Os três haviam assinado o laudo falso que atribuía a morte de Flávio a um tiroteio, omitindo os sinais de tortura facilmente verificáveis no corpo da vítima, conforme demonstravam as fotos arquivadas no próprio IML. “Esclarecemos que esta representação integra um conjunto de medidas que vêm sendo adotadas em decorrência da perpetração de crimes contra a humanidade pelas autoridades públicas que tomaram parte nas atividades de repressão à dissidência política durante o regime militar no Brasil”, dizia um trecho da ação.

Logo que assumiu a Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão, no início da década, Eugênia concluiu que era preciso entrar com ação judicial para enfrentar o descalabro em que se encontrava o tema da justiça de transição no Brasil. A própria Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada em 1995, não tinha atuação efetiva nem orçamento próprio. Enquanto países como Argentina e Chile levavam a cabo condenações judiciais e o compromisso de esclarecer as violações de direitos praticadas em seus períodos ditatoriais, no Brasil nada era feito. Era como se pairasse um pacto de silêncio mal-ajambrado, uma mordaça, um “cale-se” alicerçado na teoria equivocada de que a redemocratização havia pacificado o tema e que vivíamos uma conciliação que não poderia ser arranhada por iniciativas “revanchistas”, para usar um termo muito comum nos anos 1980 e 1990.

Nem uma Comissão da Verdade o Brasil havia se proposto a fazer. Comissões da Verdade são instrumentos criados pelo Estado para investigar e registrar violações de direitos humanos ocorridas em determinado

período. Como uma espécie de ouvidoria com mandato específico, elas operam de modo a apurar as responsabilidades do próprio Estado, suas instituições e autoridades, e auxiliar na transição de um regime autoritário ou de conflito armado, por exemplo, para um regime democrático. Seu objetivo, em geral, é romper com práticas que precisam ser abolidas a fim de inaugurar uma nova etapa histórica, em conformidade com os valores democrático e o Estado de Direito.

Quase sempre, as Comissões da Verdade estabelecem princípios orientadores para políticas de reparação e elaboram recomendações para que os poderes e as instituições revisem métodos e construam processos alinhados com a prática da democracia. A Argentina instalou sua Comissão da Verdade em dezembro de 1983 e a concluiu em 1984, logo no início do governo Raúl Alfonsín, primeiro presidente civil após a ditadura. O Chile fez o mesmo em 1990, também no primeiro governo democrático após o regime de exceção. No Brasil de 2005, quando Flávio foi identificado, haviam se passado duas décadas desde a volta dos civis ao governo sem que nada parecido fosse implementado.

— A gente vai ter que pegar mais pesado com essa gente — Eugênia comentou com Marlon. — Eles estão te enrolando, enrolando os familiares, o país inteiro.

A identificação de Flávio foi a gota d'água. Eugênia e Marlon entenderam que não bastava envidar esforços na busca pelos restos mortais dos desaparecidos, em Perus ou no Araguaia. Claro que isso também era importante. Mas, em paralelo, era preciso que os crimes de desaparecimento forçado, ocultação de cadáveres e falsificação de atestados de óbito tivessem alguma resposta condenatória por parte do Poder Judiciário. Se até agora isso não havia se tornado uma prática corriqueira, o Ministério Público teria de assumir esse papel por meio de ações civis públicas e outras representações que permitissem responsabilizar atores e judicializar o debate.

A estratégia proposta por Eugênia e Marlon tinha como ponto de partida a ideia de inverter a lógica historicamente martelada pela repressão. Nos processos que tramitavam na Justiça Militar ao longo dos 21 anos de

regime de exceção, os presos políticos, os militantes e a maioria dos mortos e desaparecidos com prontuário no Dops sempre foram os réus. Eram eles os “terroristas”, os subversivos, os que praticavam ilegalidades, os que deveriam ser condenados por crime comum ou pela Lei de Segurança Nacional. Agora, nos anos 2000, seriam feitas as primeiras ações em que o Estado e seus representantes seriam citadas como aqueles que praticaram infrações e ilegalidades. Os militantes políticos, os desaparecidos e também seus familiares seriam as vítimas desse Estado que perseguia, sequestrava, torturava, matava e ocultava.

Sobretudo, era preciso martelar essa tecla, repetir isso muitas vezes. Dessa mudança de perspectiva dependia a chamada justiça de transição. Comparativamente, os crimes praticados pela Rota e pela Polícia Militar de maneira geral careciam da mesma inversão de perspectiva. Desde os anos 1970, muitos políticos, jornais e programas de rádio ajudavam a disseminar a compreensão equivocada de que o policial que mata é sempre a vítima, enquanto o “elemento” executado, muitas vezes com tiros nas costas, é necessariamente o culpado. Havia uma narrativa pronta para ser repetida. Os mortos pela polícia eram sempre bandidos perigosos, armados, que haviam resistido à voz de prisão e trocado tiros com os agentes, que só fuzilaram o “elemento” – às vezes com mais de cinco tiros à queima-roupa – em legítima defesa. De forma equivalente, faltava à recente democracia a percepção de que o Estado fora perverso, criminoso, violador de direitos, omisso ou negligente em diversos momentos e em relação a diversos assuntos ou episódios. A ocultação de corpos numa vala clandestina era um deles. A demora em proceder com a análise das ossadas era outro. Com algum atraso, chegara a hora de o Ministério Público assumir essa empreitada de modo a fustigar as instituições do poder Judiciário, buscar maior mobilização social e ampliar a visibilidade sobre esse tema.

A experiência chilena contribuiu muito nesse sentido. Em 2006, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, vinculada à Organização dos Estados Americanos (OEA), havia proferido uma sentença determi-

nando que violações de direitos praticadas no Chile durante a ditadura militar deveriam ser consideradas crimes contra a humanidade e, por extensão, não poderiam prescrever nem ser anistiados. Essa decisão serviu de farol para a dupla Eugênia e Marlon.

Já em 2007, os dois organizaram um seminário em São Paulo, com a presença de especialistas em justiça de transição do Brasil e de outros países sul-americanos. Saíram do evento decididos a fazer com que o Ministério Público assumisse como metas “a provocação do sistema de Justiça brasileiro para reverter o quadro de impunidade e esquecimento”, “o aparelhamento do país para a devida apuração de violação de direitos humanos, inclusive com a instituição de um serviço autônomo de antropologia e arqueologia forense, tarefa que não pode ser atribuída ao aparato policial” e “a provocação do Poder Executivo para que cesse a interposição de recursos e qualquer tipo de resistência às decisões judiciais das Cortes internas e internacionais que vêm determinando a abertura de arquivos sigilosos”, conforme resumido na Carta de São Paulo, espécie de resolução do seminário. Os procuradores também se comprometiam a cobrar do Poder Público a instituição de uma Comissão da Verdade.

Duas ações civis públicas relacionadas à vala de Perus foram propostas pelo MP em novembro de 2009. Uma delas buscou responsabilizar autoridades e instituições que haviam contribuído para ocultar cadáveres de militantes políticos mortos pela repressão. Foram citados na ação a União, o Estado de São Paulo e o Município de São Paulo – partícipes no sistema de perseguição, sequestro, morte sob tortura, falsificação de laudos e desaparecimento forçado – bem como os ex-prefeitos Paulo Maluf e Miguel Colasuonno, responsáveis respectivamente pela construção do cemitério de Perus nos períodos de construção e pela construção da vala clandestina, o médico legista Harry Shibata, que assinou laudos forjados e com nomes falsos no IML, Romeu Tuma, então chefe do Dops, e Fábio Pereira Bueno, ex-diretor do Serviço Funerário.

A segunda ação tomava como objeto não a vala em si e os crimes relacionados à sua construção e ocultação,

mas a demora no processo de análise das ossadas a partir de 1992. Desta vez, foram citados dez réus, entre servidores públicos e instituições, que agiram de modo a travancar o processo de identificação, seja por descaso, negligência, desvio de função ou por não cumprir convênios e termos de cooperação firmados nos anos 1990: a União, o Estado de São Paulo, a Unicamp, a UFMG e a USP, bem como os médicos legistas Fortunato Badan Palhares e Daniel Muñoz, responsáveis pelas ossadas quando sob tutela da Unicamp e da USP, Vera Ferreira Prado, responsável por analisar os fragmentos enviados à UFMG, e Celso Perioli e Norma Bonaccorso, à frente da Polícia Científica no período em que a máquina para extração e análise de DNA foi recebida e jamais calibrada para ser utilizada na identificação das ossadas de Perus.

Em conjunto, as iniciativas do Ministério Público Federal acabaram impulsionando diferentes medidas relacionadas à Justiça de transição e à garantia do direito à memória e à verdade. Da mesma forma que a abertura da vala de Perus, em 1990, influenciara a abertura dos arquivos do IML, em 1991, e do Dops, em 1992, bem como a descoberta de outras valas clandestinas onde foram enterrados militantes políticos – como as descobertas no cemitério de Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e no cemitério de Santo Amaro, em Recife –, as ações propostas pelo MP reforçaram a percepção de que intensificar as buscas por desaparecidos deve ser uma obrigação do poder público, não somente retórica, mas por meio de políticas e projetos, como já assinalava a Lei 9.140 por ocasião da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Construção necessariamente coletiva, essa postura coincidia com a adotada no governo federal no mesmo período. Em 2007, o livro-relatório “Direito à Memória e à Verdade”, publicado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, compilava os trabalhos realizados pela comissão ao longo de uma década, registrando as histórias de vida, e também de morte, das vítimas fatais da ditadura no Brasil, sempre explicitando o papel do Estado, em suas diferentes esferas, nas

violações de direitos por ele praticadas.

Em dezembro de 2009, outro passo fundamental foi dado com a aprovação da terceira edição do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), contendo pela primeira vez um eixo orientador dedicado à memória e à verdade. “O Brasil ainda processa com dificuldades o resgate da memória e da verdade sobre o que ocorreu com as vítimas atingidas pela repressão política durante o regime de 1964”, dizia o texto, introduzindo um breve histórico das principais ações empreendidas pelas comissões de familiares, pelo Ministério Público e também pela União no âmbito da justiça de transição. “A impossibilidade de acesso a todas as informações oficiais impede que familiares de mortos e desaparecidos possam conhecer os fatos relacionados aos crimes praticados e não permite à sociedade elaborar seus próprios conceitos sobre aquele período”. Uma das ações propostas na diretriz número 24 do PNDH-3, conforme redação atualizada em maio do ano seguinte, orientava o Poder Executivo a “promover, com base no acesso às informações, os meios e recursos necessários para a localização e identificação de corpos e restos mortais de desaparecidos políticos”. Esse compromisso seria reforçado, ainda em 2010, pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

No dia 20 de maio de 2010, Marlon Weichert depôs perante os membros da Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José, na Costa Rica.

Sua participação estava prevista para a tarde, na sessão dedicada aos peritos. Um dos representantes do Estado brasileiro, no entanto, impugnou sua participação. Alegou que Marlon, em 2001, havia viajado ao Araguaia na condição de procurador, participado da coleta de 50 depoimentos de moradores e investigado possíveis locais de sepultamento clandestino de militantes mortos pelo Exército nos primeiros anos da década de 1970, de modo que sua participação não seria isenta ou imparcial. Ele tinha lado.

Resignado, Marlon considerou ficar ali apenas

como espectador e retornar ao Brasil sem maiores infortúnios. O presidente da Corte, no entanto, tratou de encaixá-lo entre os oradores da manhã.

— Você vai falar como testemunha — determinou, com habilidade. — E, como testemunha, vai responder às questões da perícia.

Antes de Marlon, falaram Crimeia de Almeida e Laura Petit. Sobrevivente da Guerrilha do Araguaia, de onde partira semanas antes do início da operação militar na região, Crimeia perdera o companheiro, André Grabois, e o sogro, o dirigente do PCdoB Maurício Grabois, ambos assassinados pela repressão. Grávida, foi presa e torturada e deu à luz na prisão. Por meses, sofreu a ameaça de que lhe roubariam o filho e o entregariam para uma família de patriotas anti-comunistas. Laura, por sua vez, era ainda adolescente quando os três irmãos mais velhos – Lúcio, 27, Jaime, 25, e Maria Lúcia, 19 – partiram para o Araguaia, no começo de 1971. Nunca mais os viu. Os restos mortais de Maria Lúcia foram localizados em 1991 e identificados em 1996.

Ambas contaram suas experiências, descreveram as torturas praticadas contra os militantes e contaram sobre a violência perpetrada contra os lavradores da região para que não alimentassem ou abrigassem os “comunistas”. Falaram sobre a busca das ossadas de seus familiares, missão que as unia e que seguia bloqueada. Somente as Forças Armadas, diziam, poderiam responder a suas perguntas: o que havia acontecido com os desaparecidos do Araguaia? Onde os ossos tinham sido enterrados?

Eram as mesmas perguntas que Crimeia, Laura, Amelinha, Suzana, Iara e outros familiares repetiam desde 1979, sobre os desaparecidos do Araguaia e todos os outros desaparecidos, de qualquer outra organização ou sem militância definida. As mesmas perguntas que haviam motivado uma ação judicial, movida em 1982, para exigir da União esclarecimentos sobre as circunstâncias das mortes de seus parentes e a localização de seus remanescentes ósseos. As mesmas perguntas que, em 1995, diante do silêncio e da omissão do Estado, haviam motivado os familiares a recorrer à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, por iniciativa

do Grupo Tortura Nunca mais do Rio de Janeiro e do Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL).

À tarde, falariam os peritos. Um deles, representando os peticionários, era o advogado Belisário dos Santos Jr., o mesmo ex-secretário estadual de Justiça que, em meados da década de 1990, havia atuado para que as ossadas de Perus fossem retiradas da Unicamp e pudessem ser novamente analisadas. Do outro lado do balcão, representando o Estado brasileiro com o objetivo de evitar que a União fosse condenada a procurar sepulturas e a dar explicações sobre seu paradeiro, discursaria gente como José Gregori, combativo ativista dos Direitos Humanos que havia presidido a Comissão Justiça e Paz nos anos 1970 e fora ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso nos anos 1990, e o magistrado Sepúlveda Pertence, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal.

— São todas pessoas das quais a gente gosta — Belisário comentou com Marlon, a caminho de um restaurante, na hora do almoço. — Mas nós estamos do lado certo.

Em novembro de 2010, a Corte condenou por unanimidade o Estado brasileiro no caso “Gomes Lund e outros”, assim batizado em referência a um dos setenta militantes desaparecidos no Araguaia. “O Estado é responsável pelo desaparecimento forçado e, portanto, pela violação dos direitos ao reconhecimento da personalidade jurídica, à vida, à integridade pessoal e à liberdade pessoal”, dizia a sentença.

A sentença deliberava ainda que o Estado brasileiro havia descumprido a obrigação de adequar seu direito interno à Convenção Americana de Direitos Humanos, à qual aderiu em 1992. A total ausência de condenações de torturadores e a omissão da Justiça brasileira quanto aos crimes continuados de desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres, aliadas à aplicação dada pelo Poder Judiciário à Lei de Anistia, mostravam-se anacrônicas e incompatíveis com a convenção internacional. Neste sentido, a sentença reiterava a responsabilidade do Estado “pela violação dos direitos às garantias judiciais e à proteção judicial” e “pela falta de investigação dos fatos do presente caso, bem como pela falta de

julgamento e sanção dos responsáveis”.

Finalmente, a sentença da Corte dispunha, por unanimidade, onze recomendações ao Brasil, com destaque para as duas primeiras: “O Estado deve conduzir eficazmente, perante a jurisdição ordinária, a investigação penal dos fatos do presente caso a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei preveja” e “o Estado deve realizar todos os esforços para determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas e, se for o caso, identificar e entregar os restos mortais a seus familiares”.

Suas deliberações não se resumiam, portanto, ao caso específico dos desaparecidos do Araguaia. A Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA vinha reforçar o que já estava previsto pela Lei 9.040 no sentido de que envidar todos os esforços para localizar os desaparecidos, identificar e entregar os restos mortais aos familiares não poderia ser pensada somente como uma bandeira política ou um compromisso moral: tratava-se de um imperativo legal, uma ordem, agora fortalecida por uma condenação internacional.

Todas as comissões de memória e verdade criadas em São Paulo entre 2011 e 2016, a exemplo da Comissão Nacional da Verdade (CNV), trataram do tema vala de Perus. Esse aspecto de urgência e sinergia é relevante porque reforça o entendimento de que as ossadas não podem ser esquecidas ou negligenciadas. Ao contrário, os relatórios das comissões da verdade, por sua característica e seu papel institucional nas democracias, poderiam contribuir sobremaneira para mobilizar as instituições responsáveis no sentido de elaborar políticas públicas específicas voltadas para o tema do desaparecimento forçado e para a conclusão dos trabalhos de análise e identificação das ossadas, já uma reivindicação de quase três décadas.

No Capítulo 12, intitulado “Desaparecimentos forçados”, o relatório da CNV (2012-2014) destacou que a coincidência das datas de abertura da vala clan-

destina em Perus e de alterações deliberadas nas quadras do cemitério de Vila Formosa, também em São Paulo e também em meados dos anos 1970, favorece a tese de que teria havido uma ação coordenada com o objetivo de promover a ocultação dos corpos. O relatório também compila alguns números de referência que ajudam a esboçar um mapa do desaparecimento forçado no Brasil. “A partir de 1971, o Cemitério Dom Bosco, em Perus, foi o destino do corpo de, no mínimo, 29 militantes políticos, nove com identidade falsa”.

“No Rio de Janeiro”, acrescenta o Capítulo 12, “os corpos de pelo menos 14 militantes políticos estariam enterrados no Cemitério Ricardo de Albuquerque”. Ali, as ossadas teriam sido dispostas numa vala clandestina somente em 1980, mas sem a separação em sacos, o que causou uma mistura completa de ossos e, o mais grave, em contato direto e permanente com a terra. “Em 1991, o grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro se organizou para tentar conduzir o trabalho de identificação das 2.100 ossadas encontradas na vala e chegou a catalogar algumas delas, que foram separadas em 17 sacos plásticos para serem submetidas à análise técnica. Por falta de recursos, o trabalho foi interrompido em 1993”. Já em Recife, “os cemitérios de Santo Amaro e da Várzea foram destino para corpos de militantes, como é o caso dos seis membros da VPR mortos em 8 ou 9 de janeiro de 1973, na chacina da Chácara São Bento”.

A Comissão Nacional da Verdade foi estabelecida por lei em 2011, no primeiro ano de mandato da ex-presidente Dilma Rousseff, com base em projeto do Executivo protocolado no ano anterior, o último do segundo mandato do ex-presidente Lula. Resultou de uma construção delicada, após ampla negociação dentro e fora do governo e uma significativa disputa entre o ministro Nelson Jobim, da Defesa, que era contra a comissão, e o ministro Paulo Vannuchi, de Direitos Humanos, um de seus mais dedicados defensores. Eram sete os membros da CNV quando de sua instalação, em maio de 2012: Claudio Fonteles, Gilson Dipp, José Carlos Dias, José Paulo Cavalcanti Filho, Maria Rita Kehl, Paulo Sérgio Pinheiro e Rosa Maria Cardoso. Os dois primeiros se desligaram antes do término dos

trabalhos. Pedro Dallari entrou no último ano e assumiu a função de relator.

Entregue oficialmente à sociedade no dia 10 de dezembro de 2014, o relatório da CNV acrescenta ainda que “o sepultamento de militantes como indigentes, em cemitérios localizados na periferia de grandes centros urbanos, era também feito com a colaboração do serviço funerário” e que “pela concentração da ação repressiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, foi nesses Estados onde essa prática ocorreu com mais frequência”.

A recomendação número 27 da CNV é dedicada a esse tema. “Prosseguimento das atividades voltadas à localização, identificação e entrega aos familiares ou pessoas legitimadas, para sepultamento digno, dos restos mortais dos desaparecidos políticos”, orienta o caput. “Devem ser realizadas diligências aptas a propiciar a localização e identificação dos restos mortais das pessoas que foram executadas por motivos políticos, que permanecem em locais desconhecidos ou incertos”, detalha a justificativa do item. “É necessário, ainda, que se confira tratamento respeitoso e adequado às ossadas já localizadas e recolhidas, que se encontram sob a guarda do Estado ou de instituições por ele delegadas, adotando-se as medidas necessárias para garantir sua preservação, conservação e segurança. O trabalho de identificação dessas ossadas deve ser intensificado. (...) Após a identificação, cada ossada deverá ser entregue aos familiares da vítima, em cerimônia pública oficial e solene, para que possa haver o sepultamento de forma digna”.

A Câmara Municipal de São Paulo instituiu a Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog e a executou em duas etapas: a primeira, durante sete meses, de maio a dezembro de 2012, e a segunda, entre 2013 e 2014. Na primeira fase, presidida por Ítalo Cardoso e com relatoria de Eliseu Gabriel, a Comissão tomou a descoberta da vala de Perus como ponto de partida, promovendo as primeiras audiências com antigos membros da CPI que se instalara na mesma Casa entre 1990 e 1991. “Cientes de que os crimes praticados pelo Estado militar começaram a ser revelados

em 1990, com a abertura de uma vala clandestina em um cemitério criado e administrado pela Prefeitura de São Paulo”, diz o relatório, “os membros decidiram que os trabalhos da Comissão Municipal da Verdade Vladimir Herzog deveriam partir da recuperação das conclusões da CPI das Ossadas de Perus”. Participaram daquela comissão, na 1ª etapa, os vereadores Aguinaldo Timóteo, Eliseu Gabriel, Gilberto Natalini, Ítalo Cardoso, Jamil Murad, José Rolim e Juliana Cardoso. Amelinha Teles, Ivan Seixas, Tereza Lajolo e Eugênia Gonzaga foram alguns dos depoentes.

Na segunda etapa da comissão, de março de 2013 a dezembro de 2014, com Gilberto Natalini na presidência e Mario Covas Neto na relatoria, foi dedicado um capítulo a relembrar a descoberta da vala clandestina a fim de aprofundar um tópico pertinente: como evitar que pessoas em posse de seus documentos sejam ainda hoje enterradas como não-reclamadas, sem cerimônia e sem que as famílias sejam comunicadas? Integraram a segunda fase da Comissão Vladimir Herzog, além de Natalini e Covas Neto, os vereadores Juliana Cardoso (vice-presidente), Ricardo Young, Rubens Calvo, Laercio Benko, José Police Neto e Toninho Vespoli. Em audiência conjunta, feita em parceria com deputados da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, da Assembleia Legislativa, os vereadores ouviram dois antigos superintendentes do Serviço Funerário, Carlos Eduardo Giosa e Rui Barbosa Alencar, além de especialistas em desaparecimento e indigência, de ontem e de hoje, como Amelinha Teles, Tereza Lajolo, Padre Júlio Lancellotti e a promotora de Justiça Luciana Vendramini, coordenadora do Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos.

Presidida pelo deputado estadual Adriano Diogo, a Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva (2011-2015) realizou 150 audiências públicas ao longo de três anos de atividade. Foi instituída em 2011, a primeira do país, largando na frente da própria CNV. Em seu relatório final, houve também um capítulo dedicado aos “Métodos e técnicas de ocultação de corpos na cidade de São Paulo”. Ali, buscou-se descrever a cadeia de comando que regia o desaparecimento forçado e a ocul-

tação de cadáveres.

Sobretudo, a equipe da Comissão Rubens Paiva, composta ainda pelos deputados Marcos Zerbini, André Soares, Ed Thomas e Ulysses Tassinari, e assessorada por familiares e pesquisadores como Amelinha Teles, Ivan Seixas, Tatiana Merlino, Vivian Mendes e Renan Quinalha, entre outros, dedicou-se a reforçar a necessidade de se retomar as análises das ossadas de Perus, estagnadas no columbário do Araçá havia mais de dez anos. Em especial, dois estudos realizados durante o período de vigência da Comissão Rubens Paiva, e que seriam apresentados em audiências públicas e incorporados ao relatório final, jogaram luz sobre a necessidade de retomar a investigação sobre a vala clandestina e a identificação das ossadas.

O primeiro desses estudos, em 2012, consistiu em análises feitas pela Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) em 21 das 1.049 caixas então abrigadas no Araçá. A investigação tinha o objetivo específico de localizar os remanescentes ósseos de Hiroaki Torigoe, desaparecido político enterrado em sepultura individual no Cemitério Dom Bosco cuja ossada jamais foi encontrada, apesar das recorrentes exumações na área em que, supostamente, seu corpo fora sepultado. A hipótese de que tenha sido transferido para a vala clandestina em 1976 faz com que o nome de Torigoe apareça em todas as listas de pessoas ali procuradas, desde 1990. Respondendo a uma demanda da Associação Brasileira de Anistiados Políticos, na época presidida por Alexandra Cristensen de Souza (falecida no final de 2013), que a contratou, a equipe argentina se debruçou sobre as ossadas que tinham sido separadas na Unicamp como compatíveis com os dados antropométricos e o laudo necroscópico de Torigoe.

Em audiência na Assembleia Legislativa em abril de 2013, a antropóloga forense e coordenadora da EAAF, Patrícia Bernardi, resumiu a situação daquela seleção: dos 22 esqueletos, uma vez que em uma das caixas havia ossos de dois indivíduos, quatro foram descartados por serem do sexo feminino e outras catorze foram descartadas por serem de homens com mais de 35 anos. Torigoe tinha 27 anos quando desapareceu. Em

resumo: faltara precisão na seleção feita pela equipe de Badan Palhares. Das quatro ossadas que sobraram, nenhuma era de Torigoe. Além de acender um sinal amarelo para os trabalhos feitos em Campinas nos anos 1990, o relatório preparado por Patrícia era explícito em denunciar as péssimas condições de guarda das ossadas, inclusive no columbário do Araçá. Estavam todas sujas e com fungos, necessitando não somente de guarda em condições adequadas, mas também de limpeza e triagem. Era como se os trabalhos precisassem ser começados do zero.

Outro estudo revelado pela Comissão Rubens Paiva foi uma prospecção geofísica realizada entre setembro e outubro de 2014 na área adjacente ao local da vala clandestina, no Cemitério Dom Bosco. Conduzida por pesquisadores do Laboratório de Arqueologia Regional do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, o trabalho combinou fotos aéreas feitas com o auxílio de um drone a medições realizadas no subsolo, a 35 centímetros de profundidade, com o uso de um radar de penetração de solo, também chamado de GPR (ground penetrating radar). Verificou-se, dessa maneira, a existência de três outros pontos que indicavam solo mexido ou escavado nos arredores do marco de memória em homenagem aos mortos e desaparecidos feito por Ricardo Ohtake. Um deles é o ossário, construído entre 1990 e 1991 e devidamente mapeado nas plantas oficiais do cemitério. As outras duas zonas têm origem e configuração desconhecidas e podem, eventualmente, significar a existência de outras valas clandestinas, conforme explicitado num dos capítulos do primeiro volume do relatório final da Comissão Rubens Paiva.

Como é hábito nos relatórios das comissões da verdade, a estadual listou suas recomendações, algumas delas referentes a Perus. “Criar todas as condições necessárias e adequadas para prosseguir, com a urgência que o tempo requer, os trabalhos de investigação das ossadas de Perus, priorizando os casos dos desaparecidos políticos por terem mais informações antropométricas e materiais genéticos disponíveis no momento”, recomendou, como forma de reparação e justiça de transição. Com o objetivo de evitar que a história se

repita, o documento sugeriu “criar políticas públicas que auxiliem em formas de organização e documentação dos cemitérios públicos (mapas/plantas dos cemitérios, livros de registros dos sepultamentos e demais documentação)” e “criar mecanismos de enfrentamento, de prevenção e de erradicação da tortura, de assassinatos e desaparecimentos forçados por agentes públicos”.

Finalmente, a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo (2014-2016) dedicou dezessete das trinta e seis recomendações incluídas em seu relatório ao enfrentamento das violações que lhe pareceram centrais: a ocultação de cadáveres e o desaparecimento forçado.

A recomendação número 1 destinava-se especificamente à retomada das análises. “Concluir a identificação das ossadas de Perus mediante a continuidade do acordo de cooperação firmado entre Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Unifesp e Governo Federal para a criação do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF)”. “É fundamental que a análise das ossadas seja concluída”, justificou o documento. “Trata-se de obrigação amparada em decisão da Justiça brasileira transitada em julgado em 2007, bem como em sentença proferida em 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos e em tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário”.

Já a recomendação número 2 evidenciou a preocupação dos membros diante da hipótese de haver outras ossadas ainda ocultadas naquele local, conforme apontado no estudo do MAE-USP já mencionado. “Realizar novas escavações no Cemitério Dom Bosco, em Perus, para checar a possibilidade de haver mais ossadas de desaparecidos”, propôs o documento, responsabilizando a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania e a Secretaria de Serviços por esta nova tarefa.

No dia da apresentação pública do relatório final, assinado por Tereza Lajolo (coordenadora), Audálio Dantas, Fermino Fecho, Adriano Diogo e Camilo Vannuchi, o então prefeito Fernando Haddad, numa iniciativa inédita, leu um pedido de desculpas pelas violações de direitos humanos cometidas pela Prefeitura de São Paulo durante os 21 anos de ditadura militar. O texto foi publicado no Diário Oficial no dia seguinte.

O que poucos imaginavam, em dezembro de 2016, é que a Presidência da República seria muito em breve ocupada por um controvertido capitão do Exército, apologista da ditadura e admirador do Ustra, que, em 2005, fixara na porta de seu gabinete um cartaz com a seguinte frase: “Desaparecidos do Araguaia: quem procura osso é cachorro”.

Desaparecimento e Ocultação de Cadáveres: violações aos direitos humanos nos cemitérios de São Paulo

Uma investigação da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo¹⁴

1. O papel da Prefeitura no desaparecimento das vítimas da repressão

1.1 A administração dos cemitérios em São Paulo

2. Investigações anteriores realizadas nos cemitérios municipais

2.1 As denúncias da CPI da Vala de Perus (1990)

2.2 As denúncias feitas pelo Ministério Público Federal (2009)

2.3 As denúncias da Comissão Nacional da Verdade (2014)

3. Formas de violações de direitos humanos no enterro das vítimas da repressão

3.1 Caixaão lacrado, coação, monitoramento e ameaças por agentes policiais

3.2 Desaparecimento

4. Relação nominal das vítimas da repressão sepultadas em São Paulo

5. Histórico de violações aos direitos humanos e irregularidades administrativas verificadas nos cemitérios municipais concernentes à prática de ocultação de cadáveres

5.1 O cemitério de Vila Formosa

5.2 O cemitério Dom Bosco, em Perus

5.2.1 A vala clandestina de Perus

5.2.2 O inconcluso processo de identificação das ossadas de Perus

5.2.3 O Grupo de Trabalho Perus

5.3 O Cemitério Campo Grande

5.4 O projeto do crematório municipal

6. Precariedade e inexistência dos registros legais

6.1 A situação da documentação oficial nos cemitérios, nos arquivos municipais e no arquivo

do Estado

6.2 As denúncias de destruição criminosa dos livros de registro de inumações no Cemitério do Lajeado

7. Indigentes

7.1 A indigência no sistema funerário

7.2 O uso da indigência pela repressão

7.3 Prolongamentos do regime ditatorial

7.3.1 O desaparecimento na atuação da polícia

7.3.2 O desaparecimento forçado ou redesaparecimento

7.4 A lei nº 7107/1967 e os limites legais para a cremação dos restos mortais de indigentes

1. O papel da Prefeitura no desaparecimento das vítimas da repressão

A cidade de São Paulo sediou um dos centros mais operantes e cruéis da repressão política no país, responsável pelo sequestro, tortura, execução e desaparecimento de grande parte das 434 vítimas relacionadas no relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A operação de combate aos opositores do regime militar era articulada pelo Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), que se instalou nas dependências da Oban e foi comandado por Carlos Alberto Brilhante Ustra entre 1970 e 1974, e o Departamento de Ordem Política e Social (Dops/SP), chefiado pelo delegado Sérgio Fleury. Conforme apontou a CNV, a repressão contava com a colaboração das esferas estaduais e municipais para assassinar militantes políticos, falsificar informa-

¹⁴Texto publicado originalmente em dezembro de 2016 na forma dos capítulos 7 e 8 do relatório final da Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura do Município de São Paulo. Participaram de sua elaboração os membros Tereza Lajolo (presidente), Camilo Vannuchi, Audálio Dantas, Fermino Fecho e Adriano Diogo, e também os assessores Amelinha Teles, Fernanda Nascimento, Pádua Fernandes, Vivian Mendes, Milena Fonseca Fontes e Vitor Nery.

ções sobre suas mortes e desaparecer com os corpos:

Há evidências de atuação planejada do regime voltada a negar informações sobre os desaparecidos políticos e fazer desaparecer seus corpos. Cooperavam diferentes organismos públicos: forças da repressão, funcionários do IML, médicos legistas, as administrações de cemitérios e um Poder Judiciário muitas vezes conivente.¹⁵

O sepultamento de vítimas da repressão política na condição de indigentes ou com identidade falsa foi um dos métodos de ocultação de cadáveres empregados pelos órgãos de repressão sediados na capital. Esta Comissão tomou conhecimento de inúmeras denúncias sobre a conivência da administração municipal de São Paulo com irregularidades constatadas nos cemitérios por ela administrados. Como já assinalou a CNV, entre os métodos e técnicas utilizados para o desaparecimento de cadáveres, providenciava-se:

O sepultamento deliberado de militantes em valas clandestinas, como indigentes, por vezes com identificação, ou ainda com indicação errada de localização. Por vezes, há informações ou indicações sobre a sepultura, mas a localização é dificultada, seja porque os corpos foram levados para valas comuns, seja porque foram feitas modificações nas plantas dos cemitérios.¹⁶

Havia um padrão legal de procedimentos que a Prefeitura de São Paulo deveria conhecer e obedecer que, no entanto, não foi seguido nesses casos, como se pode comprovar pela documentação oficial recolhida. Os procedimentos adotados pelos órgãos municipais para o sepultamento dos cadáveres de militantes políticos, sua posterior exumação em massa e reinumação em valas clandestinas, sem os respectivos registros que permitiriam sua identificação e localização posterior, além das modificações nas plantas dos cemitérios, restringiram criminosamente o direito de acesso à informação pelos familiares e amigos das vítimas.

O sepultamento de vítimas da repressão política na condição de indigentes ou com identidade falsa foi um dos métodos de ocultação de cadáveres empregados pelos órgãos de repressão sediados na capital

Já estavam em vigor, neste período, as Convenções de Genebra (1949) que o Brasil firmara e o Congresso Nacional ratificara em 1957¹⁷. Essas normas do direito internacional, voltadas para a proteção de vítimas de conflitos armados entre países distintos ou conflito interno – caso do golpe de 1964 no Brasil –, obrigam as nações signatárias a respeitar, conservar, identificar e facilitar o acesso de familiares às sepulturas de vítimas fatais dos conflitos, além de guardar o devido respeito aos restos mortais e indicar em detalhes o lugar em que se propõe dar-lhes nova sepultura, em caso de necessidade de exumação.

O descumprimento de normas legais e as consequentes violações aos direitos humanos se verificaram nos cemitérios de Vila Formosa, Dom Bosco, em Perus, e Campo Grande. Segundo a documentação oficial, ao menos 47 corpos foram sepultados como indigentes nesses locais entre 1969 e 1976, sob responsabilidade de Prefeitura de São Paulo. Destes, 30 foram identificados. A descoberta e abertura da vala clandestina em Perus, em setembro de 1990, possibilitou a localização de três militantes, além de outros quatro enterrados em outros locais do cemitério.

No entender desta CMV-SP, há elementos de prova irrefutável da cooperação da administração municipal, responsável legal pelos serviços funerários do município de São Paulo, com os órgãos da repressão, funcionários do IML, médicos legistas, oficiais do DOI-Codi/SP e policiais civis e militares com o propósito de sonegar informações sobre os opositores políticos e desaparecer com os corpos enterrados nos cemitérios paulistanos. Ao participar dessa estrutura, a Prefeitura Municipal ajudou a encobrir os crimes e os criminosos que os cometeram. A quantidade de casos verificados permite afirmar que essa prática não foi um acidente passageiro

¹⁵CNV, vol. I, p. 502, § 8.

¹⁶CNV, vol. 1, p. 502.

Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957, que promulga as convenções concluídas em Genebra em 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger vítimas de defesa.

¹⁷Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957, que promulga as convenções concluídas em Genebra em 12 de agosto de 1949, destinadas a proteger vítimas de defesa.

do terror, mas uma cumplicidade que se estendeu por vários anos, durante várias administrações.

1.1 A administração dos cemitérios de São Paulo

Desde os primeiros tempos da colônia, a cidade seguiu o costume português de sepultar os mortos no interior das igrejas e capelas. Como essa prática passou a ser considerada prejudicial à salubridade pública, os cemitérios começaram a ser edificados a uma distância prudente da cidade, transferindo-se progressivamente ao município a responsabilidade pelos serviços de inumação, bem como a fiscalização da escrituração e do registro de sepultamentos, e a nomeação de funcionários, administradores e sepultadores¹⁸. Em 21 de março de 1932, o ato nº 326 determinou:

Os cemitérios no município de São Paulo terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a prática dos respectivos ritos, em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral pública e as leis.¹⁹ A concessão de sepultura a prazo fixo entende-se por cinco anos para os adultos e 3 anos para os menores de 12 anos, findos os quais deverão ser removidos os restos mortais do cadáver nela sepultado.²⁰

Na administração do prefeito Figueiredo Ferraz, em 1971, esse prazo foi reduzido para três anos²¹, possibilitando as exumações massivas que culminaram na vala clandestina de Perus, como se verá a seguir.

A Lei Orgânica dos Municípios, de 1965, confirmou como atribuição do município dispor sobre o serviço funerário e cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que fossem públicos e fiscalizando os pertencentes a associações religiosas²². Até 1976, os cemitérios eram subordinados à Prefeitura de São Paulo, quando foram então transferidos para a responsabilidade do Serviço Funerário Municipal.

Tais legislações, bem como do “*Manual de Procedimentos Administrativos e Operacionais em Cemitérios*”,

que foram cedidos à esta Comissão pelo Serviço Funerário do Município, permitem estabelecer o padrão de procedimentos e cuidados que a administração deveria seguir quando dos sepultamentos ocorridos durante o período ditatorial, mesmo se tratando de cadáveres de pessoas qualificadas como indigentes ou desconhecidos.

2 Investigações anteriores realizadas nos cemitérios municipais

2.1 As denúncias da CPI da Vala de Perus (1990)

No dia 4 de setembro de 1990, foi aberta a vala clandestina do Cemitério Dom Bosco, em Perus. Lá estavam enterradas mais de mil ossadas sem identificação, entre vítimas da repressão política e do Esquadrão da Morte, indigentes e crianças atingidas pela fome, pela epidemia de meningite e por outras doenças na década de 1970. Um mês depois, em 5 de outubro de 1990, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito Perus - Desaparecidos Políticos (CPI de Perus) para investigar “a origem e as responsabilidades quanto às ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, e investigar a situação dos demais cemitérios de São Paulo”. Foi a primeira comissão legislativa a investigar os crimes da ditadura. Em sete meses, a CPI realizou 42 sessões ordinárias e uma extraordinária e ouviu 82 depoimentos, além de analisar os livros do cemitério. O relatório foi apresentado no Plenário 1º de Maio da Câmara Municipal em 15 de maio de 1991. De todas as provas, documentos e depoimentos, a comissão concluiu:

Que há uma desorganização histórica no Serviço Funerário Municipal, no tratamento dispensado às pessoas pobres falecidas nesta cidade, genericamente chamadas de indigentes.²³

Que essa manipulação serviu ao ocultamento de corpos de vítimas da violência policial e, na década de 70, de presos políticos.²⁴

Que houve uma adequação do Serviço Fune-

¹⁸Cf. Guia do Arquivo Histórico Municipal, 100 anos, fls. 38/39.

¹⁹Ato nº 326/1932, capítulo 1, art. 1º.

²⁰Ato nº 326/1932, capítulo 3, §1º

²¹Lei nº 7656, de outubro de 1971.

²²Lei nº 9.205/1965, art. 2º, XVI.

²³item 4, capítulo 9, das conclusões.

²⁴item 5, idem.

rário Municipal para auxiliar o ocultamento de corpos. Os cemitérios que recebiam indigentes sofreram modificações nos anos de 75 e 76, exatamente nas quadras com corpos de presos políticos.²⁵

Que a existência da Vala e demais irregularidades denunciadas devem ser objeto de rigorosa apuração pela Prefeitura Municipal, com os consequentes processos na Justiça, tanto administrativo como civil.²⁶

Que se formou um esquema para acobertamento das mortes nos órgãos de repressão, que incluía funcionários do IML e do Serviço Funerário.²⁷

Que vários corpos saídos do IML foram sepultados com nomes falsos.²⁸

Que os registros dificultam também a localização de corpos nos cemitérios do Município.²⁹

Conclui o relatório:

[...] o que choca, além das atrocidades cometidas contra os presos, é o esquema que foi montado para ocultar os cadáveres, com o auxílio de médicos e funcionários do IML e do Serviço Funerário Municipal. É evidente que tudo isso foi possível graças à conivência de governadores e prefeitos eleitos indiretamente pela interferência dos militares.

2.2. As denúncias feitas pelo Ministério Público Federal (2009)

Em setembro de 2009, o Ministério Público Federal de São Paulo (MPF/SP) propôs ação civil pública para “responsabilizar as pessoas jurídicas de direito público e autoridades que contribuíram para a ocultação de cadáveres, impedindo o seu funeral e enterro por familiares e amigos, e promover a memória e a verdade no interesse de toda a sociedade brasileira.” Segundo os documentos, os cemitérios de Campo Grande, Vila Formosa e Dom Bosco (Perus) foram destinos dos corpos, sendo

que nos últimos dois modificações e manobras realizadas no período da ditadura impedem até hoje a identificação de militantes políticos lá enterrados. Estão entre os réus a Prefeitura Municipal de São Paulo, os ex-prefeitos Paulo Maluf e Miguel Colasuonno e Fábio Pereira Bueno, responsável pelo Serviço Funerário do Município entre 1970 e 1974. Outra ação do MPF/SP denuncia os responsáveis pela demora na identificação das ossadas exumadas da vala de Perus, negligência também alvo do Inquérito Civil Público nº 06/99.

Segundo o documento, a estratégia para transformar militantes políticos em desaparecidos significava:

Ter a certidão de óbito lavrada, na maioria das vezes, com o nome utilizado na militância política, ou seja, falso, apesar do nome verdadeiro ser conhecido das autoridades. O nome falso, porém, era normalmente desconhecido da família, o que impedia ou dificultava a localização³⁰; Passar pelo Instituto Médico Legal onde a versão fantasiosa (suicídio, atropelamento etc.) sobre a morte era confirmada (apesar das marcas evidentes de tortura, jamais descritas nos laudos); e Ser enterrado como indigente, sem qualquer comunicado a familiares ou conhecidos (apesar desses dados serem conhecidos pelos aparatos de investigação).

Na argumentação do MPF/SP, fica evidente e comprovada a participação da Prefeitura de São Paulo na estratégia usada pela repressão:

Autoridades civis contribuíram – direta e indiretamente – para o desaparecimento de dissidentes políticos durante a ditadura militar. [...] Como ficou exaustivamente demonstrado, esta ação trata diretamente da colaboração do Município de São Paulo com a repressão à dissidência política durante a ditadura militar. As medidas definitivas para a ocultação de cadáveres em São Paulo tiveram êxito

²⁵item 6, *idem*.

²⁶item 9, capítulo 9, das conclusões.

²⁷item 14, *idem*.

²⁸item 22, *idem*.

²⁹item 25, *idem*.

³⁰Ação civil pública do MPF/SP, de 26 de novembro de 2009.

com a participação do Executivo municipal. É, pois, indisfarçável a responsabilidade objetiva do Município de São Paulo pelos danos decorrentes dos fatos expostos e que ocorreram em cemitérios municipais.

2.3. As denúncias da CNV (2014)

A Comissão Nacional da Verdade foi instituída em 16 de maio de 2012 para apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988. O relatório final, entregue em dezembro de 2014, revela a ação organizada do Estado no período da ditadura militar. A investigação examina quatro modalidades de violações: prisão (ou detenção) ilegal ou arbitrária; tortura; execução sumária, arbitrária ou extrajudicial e outras mortes imputadas ao Estado; e desaparecimento forçado, considerando a ocultação de cadáveres, conforme o caso, ou como elemento do crime complexo de desaparecimento forçado ou como crime autônomo, de natureza permanente³¹.

É justamente sobre o desaparecimento forçado, apontado como “parte da estratégia da ditadura para ocultar crimes de Estado”,³² que existem denúncias de participação de autoridades e agentes do município. Diz o relatório da CNV:

O sepultamento de militantes como indigentes, em cemitérios localizados na periferia dos grandes centros urbanos, era feito também com a colaboração do serviço funerário. Pela concentração da ação repressiva em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, foi nesses estados onde essa prática ocorreu com mais frequência.³³

Apesar de dificuldade de encontrar os restos mortais de desaparecidos, o Estado é responsável por continuar as buscas e identificar as vítimas, com exames que permitam estabelecer, na medida do possível, data, circunstâncias, causas da morte e eventuais indícios de tortura.³⁴

3 Formas de violações aos direitos humanos no enterramento das vítimas da repressão

3.1 Caixão lacrado, coação, monitoramento e ameaças por agentes policiais

Para esconder as verdadeiras circunstâncias do assassinato de presos políticos torturados nos órgãos de segurança, os agentes encenavam tiroteios, tentativas de fuga, atropelamentos ou suicídios, atestados por falsos laudos produzidos por médicos do IML. Quando o corpo era entregue à família, a ordem era que o caixão fosse lacrado, com a condição de não ser aberto e que o sepultamento fosse feito rapidamente. Assim, as marcas de tortura não eram reveladas nem a falsa causa da morte questionada. Também era recorrente a presença ostensiva de agentes da repressão durante o velório e no interior do cemitério, acompanhando a inumação e intimidando os familiares e amigos da vítima. Tal coação foi denunciada, por exemplo, nos sepultamentos de Alexander José Ibsen Voerões (Cemitério da Paz), Neide Alves dos Santos (Vila Formosa) e de Manoel Fiel Filho (Cemitério da Quarta Parada).

Documentos do Dops/SP encontrados por esta Comissão revelam o monitoramento dos sepultamentos de militantes políticos.

Dando cumprimento a determinação do Senhor Delegado Titular de Ordem Política no sentido de acompanhar o féretro do terrorista Alexandre José Ibsem Veronese [sic] que se encontrava no Instituto Médico Legal, para o Cemitério da Paz, no Bairro do Ferreira, Vila Sônia, temos a informar o seguinte:

Nos deslocamos ao Instituto Médico Legal por volta das 7,30 horas, e, no velório oficial deste referido instituto encontravam-se velando o corpo do referido terrorista, mais de 50 pessoas. O cotejo fúnebre, saiu do velório às 8,10 horas, compondo-se de 12 veículos e umas 40 pessoas mais ou menos.

Chegamos ao cemitério às 8,50 horas quando se deu o sepultamento, o mesmo foi feito na Qua-

³¹CNV, vol. I, cap. 7, p. 280, § 5.

³²CNV, vol. I, cap. 12, p. 501, § 4.

³³CNV, vol. I, cap. 12, § 23, p. 507.

³⁴CNV, vol. I, cap. 12, § 2, p. 500.

dra 68, sepultura 28 conforme cartão anexo fornecido pela administração do mesmo. Não sendo constatado por nós qualquer irregularidade digna de nota. Não houve o comparecimento de repórteres e nem mesmo o caixão foi aberto durante o período de nossa permanência no velório e no sepultamento.³⁵

Assim como os sepultamentos, as exumações que ocorreram nos cemitérios de Perus e Vila Formosa na década de 1970 também foram monitoradas pela repressão. Neste momento, os órgãos de segurança tinham conhecimento que alguns desaparecidos enterrados clandestinamente haviam sido identificados e acompanhavam as buscas dos familiares.

Documentos do Sistema Nacional de Informações (SNI) encontrados por esta Comissão mostram que policiais eram escalados para acompanhar o traslado dos restos mortais dos desaparecidos políticos. Em 1980, o corpo do dirigente do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) Carlos Nicolau Danielli, enterrado como indigente em Perus, foi transferido para sua cidade natal em cerimônia monitorada pela repressão.

A transladação dos restos mortais de Carlos Nicolau Danielle, membro do Comitê Central do PC do B, morto em 1972, do Cemitério de Perus (SP) para o Cemitério de Marui, em Niterói/RJ, transcorreu sem incidentes.³⁶

O documento descreve o ato, lista os cerca de 200 presentes e destaca a presença do “ex-subversivo” Luiz Amauri Pinheiro Souza. Em anexo está um panfleto “fartamente distribuído na área”. O relatório, assinado pelo tenente coronel José Luiz Araújo Soares, chefe da SS 116, conclui:

Assim, verifica-se que o PC do B, além de tentar ampliar a divulgação sobre o traslado dos restos mortais de um ex-militante, procurou realizar o chamamento para a prática de atos de vandalismo durante a cerimônia fúne-

bre, numa tentativa de subverter a ordem.

A autoridade municipal, responsável legalmente pela “supervisão, orientação, controle e fiscalização dos sepultamentos”³⁷, jamais protestou ou tomou qualquer providência para coibir tais abusos dentro dos cemitérios municipais.

3.2 Desaparecimento

Apesar dos registros oficiais apontarem que foram enterrados nos cemitérios municipais de São Paulo, dezenas de corpos, até hoje não foram encontrados ou identificados. Sepultamentos com nomes falsos, as exumações massivas sem o conhecimento das famílias, a falta dos registros legais e obrigatórios dos locais das renumações, as modificações significativas do plano de arruamento e da numeração de quadras e sepulturas, a extinção de quadras utilizadas, bem como a construção de valas e ossários clandestinos são, sem dúvida, os motivos responsáveis pela impossibilidade de localização dos restos mortais de 17 presos políticos mortos durante a ditadura e comprovadamente sepultados nos cemitérios municipais. Tais violações evidenciam a participação da Prefeitura Municipal na estrutura montada para ocultar cadáveres de opositores do regime e, desta forma, encobrir os crimes.

A CNV configura o desaparecimento forçado como toda a privação de liberdade perpetrada por agentes do Estado, seguida pela recusa em admitir a privação de liberdade ou informar sobre o destino ou paradeiro da pessoa, impedindo o exercício das garantias processuais pertinentes.³⁸

As exumações que ocorreram nos cemitérios de Perus e Vila Formosa na década de 1970 foram monitoradas pela repressão. Documentos do SNI encontrados por esta Comissão mostram que policiais eram escalados para acompanhar o traslado dos restos mortais dos desaparecidos políticos

³⁵Documento da Delegacia Especializada de Ordem Política, 01/03/1972, investigações nº 069.

³⁶SNI, informação nº 061/161/ARJ/81

³⁷Lei nº 7.108/68.

³⁸CNV, vol. I, cap. 7, p. 291, § 39.

São, portanto, considerados desaparecidos os casos em que, embora existam documentos oficiais atestando a morte da vítima – como certidão de óbito, laudo cadavérico, declarações formais de autoridades estatais ou fotos do Instituto Médico-Legal (IML) –, seus restos mortais não foram encontrados ou plenamente identificados.³⁹

A cadeia do desaparecimento forçado em São Paulo começava no IML, como relatou a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”:

Para fazer cumprir as diretrizes procedentes dos órgãos de repressão quanto ao encaminhamento destes corpos, o IML contava com profissionais alinhados ao regime militar. A metodologia adotada para o ocultamento dos corpos incluía, em muitos casos: a manutenção do nome falso nos atestados de óbito, mesmo se a identidade verdadeira do morto fosse conhecida; corroboração das versões policiais de morte pela perícia médica, ainda que fossem notados sinais de tortura no cadáver; o traslado dos corpos ao cemitério em média 1 dia após óbito, em claro desrespeito à legislação que desde a época já assegurava a permanência de 72 horas dos corpos no necrotério à espera de alguém que venha reclamá-los.⁴⁰

À Prefeitura cabia a responsabilidade sobre os cemitérios públicos, como o de Vila Formosa e Perus, onde foram sepultados como indigentes 45 vítimas da ditadura, por vezes com nomes falsos ou como desconhecidos, de acordo com os documentos oficiais. Apesar de conhecerem os dados pessoais de suas vítimas, os órgãos de repressão falsificavam requisições de exame e declarações de óbito e lavravam certidões de óbito com nomes falsos e datas incorretas, além de versão fantasiosa da ocorrência da morte, para impossibilitar a localização e identificação posteriores.

No cemitério de Vila Formosa foram sepultados

com identidades falsas, entre muitos, Joelson Crispim, com o nome de Roberto Paulo Wilda, e José Maria Ferreira de Araújo, como Edson Cabral Sardinha. No Dom Bosco, em Perus, também foram enterrados com nomes falsos Francisco José de Oliveira, como Dário Marcondes, e Flávio Carvalho Molina, como Álvaro Lopes Peralta, para citar alguns exemplos.

Em alguns casos, as requisições de exames necropsícos lavradas com nomes falsos traziam a identidade verdadeira escrita à mão no documento. É o caso de Gelson Reicher, sepultado como Emiliano Sessa, Hiroaki Torigoe, registrado como Massahiro Nakamura, e Alex de Paula Xavier Pereira, identificado por seu nome usado na clandestinidade, João Maria de Freitas. Era comum também identificar os militantes como “terroristas” nos documentos do IML, conforme apontou a CPI de Perus:

No caso de presos políticos, o tratamento era diferenciado. Uma letra “T” em vermelho passava a constar da documentação. Jair Romeu, auxiliar de necropsia alçado à condição de chefe de necrotério, admitiu em depoimento à CPI ter sido o autor desses registros, por ordens do Del. Alcides Cintra Bueno, do Dops. A letra “T” se destinava a identificar os terroristas.⁴¹

O crime de desaparecimento forçado de pessoas, até então esporádico, tornou-se prática reiterada e sistemática no Brasil após o golpe de 1964. Esta Comissão não conseguiu nenhum indício de que a Prefeitura de São Paulo teria participado de sequestros, torturas e execução de opositores detidos, mas reuniu farta documentação comprobatória de que dezenas desses cadáveres tiveram como destino final os cemitérios da capital, sob a responsabilidade conivente da autoridade municipal.

Segundo os documentos levantados pela CMV, em 1968 foram enterrados em São Paulo três militantes políticos, todos em cerimônias realizadas pela família. No ano seguinte, dos dez sepultados nos cemitérios municipais, quatro foram declarados indigentes. Em

³⁹CNV, vol. I, cap. 7, p. 294, § 47.

⁴⁰Relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva, tomo I, parte I, § 8. Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 20.

⁴¹Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 20.

1970, dos onze opositores do regime enterrados em São Paulo, nove foram sepultados clandestinamente em Vila Formosa. O padrão seguiu o mesmo em 1971, com onze militantes sepultados como indigentes entre os quinze registrados nos livros dos cemitérios. Em 1972, o ano com maior número de enterros de opositores políticos registrados no município (20), treze foram declarados indigentes. Outras oito vítimas foram enterradas com nome falso ou como desconhecidos no ano seguinte, entre os doze sepultamentos registrados em 1973.

Entre novembro de 1973 e agosto de 1975, não houve registros de sepultamentos nos cemitérios paulistanos. Isso não significa que a repressão parou de sequestrar e assassinar militantes políticos, mas sim que a estratégia foi modificada depois das denúncias das torturas e execuções e da descoberta de opositores do regime sepultados como indigentes nos cemitérios de Vila Formosa e Perus.

Não se sabe o destino dos corpos de inúmeras vítimas que passaram pelos órgãos de repressão de São Paulo nesse período, entre elas Ana Rosa Kucinski Silva e Issami Nakamura Okano. Nos anos posteriores, houve mais dois registros de sepultamentos como indigentes nos cemitérios municipais. Em 1976, Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar e Ângelo Arroyo foram enterrados pela repressão em Perus e identificados e transladados pela família.

As denúncias sobre a repressão no Brasil já corriam o mundo e, em meados da década de 1970, circulavam as notícias sobre mortos e desaparecidos. Mas isso não foi suficiente para a Prefeitura adotar maiores cuidados. Durante anos seguidos, o município contribuiu para a ocultação dos cadáveres, sepultando vítimas da repressão sem os cuidados previstos em lei. Vale ressaltar que, segundo o Direito Internacional, frustrar o enterro de uma pessoa ofende os sentimentos mais íntimos do ser humano e rouba dos familiares e amigos o direito de proporcionar ao morto sepultura e enterro dignos.

4 Relação nominal das vítimas da repressão sepultadas em São Paulo

É importante observar que a lista dos opositores

políticos sepultados em São Paulo, elaborada por esta Comissão com base na documentação resgatada, não é nem pode ser considerada definitiva. A seguinte relação nominal aparece em ordem cronológica conforme a data de sepultamento das vítimas da repressão política nos cemitérios da cidade de São Paulo entre 1964 e 1988, segmentadas conforme a administração municipal.

I. Administração Faria Lima (de 08/04/1965 a 07/04/1969)

José Guimarães (03/10/1968)

Estudante secundarista, 20 anos de idade, assassinado na Rua Maria Antônia por membros do CCC e agentes policiais do Dops, foi sepultado no Cemitério do Araçá, pela família, sob intensa vigilância dos órgãos da repressão.

Catarina Helena Abi Eçab (08/11/1968)

Estudante de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), foi assassinada no Rio de Janeiro depois de ser torturada em um sítio em São João do Meriti (RJ). Aos 21 anos de idade, foi sepultada pela família no Cemitério do Araçá.

João Antônio dos Santos Abi Eçab (08/11/1968)

Aluno da Filosofia da USP, foi assassinado junto com sua mulher, Catarina Helena, aos 25 anos, nas mesmas circunstâncias, conforme depoimento de agente policial que trabalhou no DOI-Codi/RJ. Foi sepultado no Araçá.

Marco Antônio Braz de Carvalho (28/01/1969)

Carioca de Angra dos Reis (RJ), foi assassinado a tiros pelas costas, aos 29 anos de idade, por policiais do Dops/SP no bairro de Santa Cecília. Era dirigente da Aliança Libertadora Nacional (ALN). Foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa.

Hamilton Fernando da Cunha (11/02/1969)

Era militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Natural de Santa Catarina, atuava em atividades culturais na cidade de São Paulo. Foi assassinado em seu

local de trabalho por agentes do Dops e sepultado pela família no cemitério de Vila Formosa.

II. Administração Paulo Maluf (de 08/04/1969 a 07/04/1971)

Carlos Roberto Zanirato (29/07/1969)

Integrante da VPR, foi soldado do exército sob o comando de Carlos Lamarca, com quem desertou em 24 de janeiro de 1969. Depois de sequestrado por agentes da repressão e preso no Dops/SP, foi torturado até a morte e enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa como “desconhecido 2777”.

Fernando Borges de Paula Ferreira (29/07/1969)

Estudante de Ciências Sociais da USP, filiado à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), foi morto a tiros. Com o corpo apresentando marcas de tortura, foi sepultado pela família no Cemitério da Paz.

José Wilson Lessa Sabbag (03/09/1969)

Estudante de Direito da PUC, militante da ALN, foi morto aos 25 anos de idade por agentes da repressão. Vítima de execução sumária, teve várias perfurações identificadas pelo corpo, todas de cima para baixo. Foi sepultado no Cemitério do Araçá.

Sérgio Roberto Corrêa (04/09/1969)

Militante da ALN, aluno da Filosofia, Ciências e Letras na USP, teria morrido em 4 de setembro, junto com Ishiro Nagami, na explosão do carro em que estavam. Enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa, seus restos mortais nunca foram identificados.

Virgílio Gomes da Silva (29/09/1969)

Operário da área química, militou no Partido Comunista do Brasil (PCB) e depois na ALN, ao lado de Marighella. Foi sequestrado e morto sob torturas. A documentação oficial indica que foi sepultado no Cemitério de Vila Formosa, mas até hoje seu corpo não foi identificado e permanece desaparecido.

Carlos Marighella (04/11/1969)

Baiano de Salvador, dirigente da ALN, foi assassinado em uma emboscada no bairro Jardins, em São Paulo, e sepultado como indigente no Cemitério de Vila Formosa. Em dezembro de 1979, 10 anos depois, seus restos mortais foram identificados e transladados para sua cidade natal.

Friederich Adolf Rohmann (04/11/1969)

Protético morto pelos agentes da repressão na emboscada que vitimou Carlos Marighella. Foi enterrado pela família no Cemitério do Araçá.

Chael Charles Schreier (22/11/1969)

Estudante de Medicina da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo e militante da VAR-Palmares, foi preso no Rio de Janeiro e não resistiu às torturas. O corpo foi entregue à família em caixão lacrado e transladado para São Paulo, onde foi sepultado no Cemitério Israelita, sem permissão para os ritos religiosos e sob vigilância das forças da repressão.

Antônio Raymundo de Lucena (20/02/1970)

Operário, foi morto no sítio em que morava, em Atibaia (SP), com vários tiros pelo corpo todo e características de execução sumária. Foi enterrado em Vila Formosa como indigente no terreno 253, antiga quadra 57. Devido às modificações que desfiguraram a quadra, seus restos mortais ainda não foram localizados.

José Idésio Brianezi (13/04/1970)

Atuou no movimento estudantil no Paraná, filiou-se à ALN e foi assassinado na pensão onde morava, no bairro do Campo Belo, em São Paulo, aos 24 anos. Enterrado no Cemitério de Vila Formosa, a identificação dos restos mortais transladados para Apucarana foi questionada e colocada em dúvida por seus pais.

Roberto Macarini (17/4/1970 ou 28/4/1970)

Bancário e militante da VPR, foi preso e torturado no DOI-Codi/SP. Debilitado, levou os agentes da repressão a um suposto encontro com companheiros. A versão oficial diz que ele se atirou do Viaduto do Chá.

A requisição do laudo de necropsia está assinalada com um T de “terrorista”. Foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa.

Joelson Crispim (22/04/1970)

Militante da VPR, foi assassinado a tiros aos 22 anos por agentes do DOI-Codi/SP e enterrado sob o nome falso de Roberto Paulo Wilda no Cemitério de Vila Formosa. Seus restos mortais ainda não foram identificados.

Norberto Nehring (24/04/1970)

Militante da ALN e professor universitário, morreu sob torturas nas mãos da equipe do delegado Fleury, embora a versão oficial, mentirosa, fale em suicídio. Foi sepultado com nome falso de Ernest Snell Burmann no Cemitério de Vila Formosa. Três meses depois, a família foi avisada, a exumação confirmou sua identificação e o corpo foi transladado para o jazigo da família.

Alceri Maria Gomes da Silva (17/05/1970)

Operária e militante da VPR, foi assassinada a tiros por agentes da Oban que invadiram e metralharam a casa onde ela residia, no Tatuapé, São Paulo. Enterrada como indigente em Vila Formosa, seus restos mortais não foram localizados em razão das modificações nas quadras do cemitério.

Antônio dos Três Reis de Oliveira (17/05/1970)

Militante da ALN, foi assassinado a tiros por agentes do DOI-Codi/SP, junto com Alceri Maria Gomes da Silva. Foi enterrado como indigente em Vila Formosa e seus restos mortais não foram identificados até hoje.

José Maria Ferreira de Araújo (23/09/1970)

Marinheiro, militante da VPR, foi sequestrado em São Paulo em ação de agentes do DOI-Codi/SP. Foi assassinado durante as torturas e sepultado em Vila Formosa sob o nome falso de Edson Cabral Sardinha, na sepultura número 119, quadra 11, mas jamais localizado e identificado em razão das modificações realizadas naquele cemitério.

Joaquim Câmara Ferreira (23/10/1970)

Aluno da Politécnica e do curso de Filosofia da USP, dirigente da ALN, foi assassinado sob tortura no sítio clandestino 31 de Março, nos arredores de São Paulo, pela equipe do delegado Fleury. Foi enterrado pela família no Cemitério da Consolação.

Edson Neves Quaresma (05/12/1970)

Marinheiro, militante da VPR, foi assassinado em uma praça da cidade por agentes do DOI-Codi/SP e enterrado no Cemitério de Vila Formosa como indigente, não sendo localizados e identificados seus restos mortais até o presente.

Yoshitane Fujimori (05/12/1970)

Militante da VPR, atuou ao lado de Lamarca no Vale do Ribeira. Foi executado a tiros junto com Edson Neves Quaresma e enterrado sob nome falso no Cemitério de Vila Formosa. Seus restos mortais não foram localizados e identificados até os dias de hoje.

Raimundo Eduardo da Silva (05/01/1971)

Operário metalúrgico, sua morte sob tortura ganhou repercussão na imprensa devido às denúncias feitas pelo padre Giulio Vicini e pela assistente social Yara Spadini, que também foram presos e torturados. Seu corpo foi enterrado como indigente no Cemitério do Lajeado, em Guaianazes, e recuperado pela família três anos depois, sendo transladado para o Cemitério de Mauá (SP).

Devanir José de Carvalho (07/04/1971)

Operário metalúrgico da região do ABC, militou no MRT. Ferido em tiroteio, teria sido morto dois dias depois, sob torturas, pela equipe do delegado Fleury e enterrado como indigente no Cemitério de Vila Formosa. Seus restos mortais nunca foram identificados.

III. Administração Figueiredo Ferraz (de 08/04/1971 a 21/08/1973)

Joaquim Alencar Seixas (17/04/1971)

Militante do MRT, morreu sob tortura nas depen-

dências do DOI-Codi/SP, então comandado pelo major Carlos Brilhante Ustra e foi o primeiro militante político enterrado como indigente no recém-inaugurado Cemitério Dom Bosco, em Perus. Foi exumado em 1977, seus restos mortais foram identificados e transladados pela família.

Dimas Antônio Casemiro (19/04/1971)

Militante da VAR-Palmares, foi também dirigente do MRT, tendo sido morto aos 25 anos de idade depois de dias preso e apresentando sinais de tortura. Segundo laudo do IML, seu corpo foi enterrado no dia 20/04/1971, no Cemitério de Perus, mas jamais localizado e identificado. É provável que esteja entre as ossadas encontradas na vala clandestina.

Dênis Casemiro (18/05/1971)

Militante da VPR, irmão de Dimas Casemiro, foi sequestrado pela repressão e submetido a torturas por quase um mês, morrendo aos 28 anos de idade, em meio a versões, datas e registros falsos, forjados pela repressão. Enterrado no Cemitério de Perus, seus restos mortais foram resgatados da vala clandestina em setembro de 1990 e identificados no ano seguinte. Foram transladados em agosto de 1991 para Votuporanga (SP) pela família.

Iara Iavelberg (20/08/1971)

Professora-assistente do Instituto de Psicologia da USP, foi militante da Política Operária (Polop), VAR-Palmares e VPR, tendo ingressado no MR-8 em abril de 1971. Companheira de Carlos Lamarca, morreu aos 27 anos em um cerco policial em Salvador (BA). Seu corpo foi transladado para Cemitério Israelita de São Paulo e sepultado na ala dos suicidas, conforme a causa de sua morte declarada pelos militares. Em 2003, depois de mais de uma década de batalhas judiciais, seu corpo foi exumado e as análises periciais confirmaram que ela foi assassinada.

Antônio Sérgio de Mattos (23/09/1971)

Estudante, 23 anos, foi assassinado em uma emboscada na Rua João Moura, na capital, e enterrado como

indigente no Cemitério de Perus. Quatro anos depois, em 1975, a família conseguiu resgatar seus restos mortais e transladá-los para Macaé (RJ).

Eduardo Antônio da Fonseca (23/09/1971)

Estudante, militante da ALN, assassinado depois de cair em uma emboscada na Rua João Moura, por agentes do DOI-Codi/SP, com 24 anos de idade. Foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro.

Manoel José Mendes Nunes de Abreu (23/09/1971)

Estudante da Politécnica da USP, era português de nascimento e foi assassinado pelos órgãos de repressão aos 22 anos de idade depois de cair em uma emboscada na Rua João Moura. Foi sepultado pela família no Cemitério de Vila Formosa.

José Roberto Arantes de Almeida (04/11/1971)

Militante do Movimento de Libertação Popular (Molipo), estudante, foi preso aos 28 anos na Rua Cervantes e assassinado pelos militares. Sua morte foi noticiada pelos jornais somente no dia 09/11 e a família foi comunicada de sua morte após o corpo ter sido enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, sob a falsa identificação de José Carlos Pires de Andrade. Foi exumado e transladado pela família para Araraquara (SP) em 16/11/1971.

Francisco José de Oliveira (05/11/1971)

Estudante de Ciências Sociais na USP, militante do Molipo, foi morto sob torturas depois de ferido em uma emboscada e enterrado no Cemitério de Perus, sob o nome falso de Dário Marcondes. Seus restos mortais foram jogados na Vala de Perus e nunca identificados.

Flávio Carvalho Molina (07/11/1971)

Estudante, militante do Molipo, foi sequestrado em 06/11/1971 e assassinado um dia depois, sob tortura, pelos agentes do DOI-Codi/SP. Foi sepultado sob o nome falso de Álvaro Lopes Peralta no dia 09/11/1971 e levado para a vala clandestina em 1976. Seus restos mortais foram identificados em setembro de 2005, entregues à família e transladados para o Rio de Janeiro.

José Milton Barbosa (05/12/1971)

Ex-sargento do Exército, cassado em 1964, morreu sob torturas depois de ferido em emboscada no bairro do Sumaré, em São Paulo. Foi sepultado como indigente sob nome falso de Hélio José da Silva, no Cemitério de Perus, e até hoje seus restos mortais não foram localizados.

Carlos Eduardo Pires Fleury (10/12/1971)

Militante do Molipo, estudante de Direito na PUC e de Filosofia na USP, foi assassinado no Rio de Janeiro pela repressão aos 26 anos, em circunstâncias pouco esclarecidas. As fotografias da perícia mostram marcas de algemas nos pulsos, o que indica que foi preso antes de ser morto. A família o sepultou no Cemitério da Consolação.

Luiz Hirata (20/12/1971)

Estudante de Agronomia da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq/USP), de Piracicaba, era militante da Ação Popular (AP). Foi assassinado depois de quase um mês de torturas pela equipe do delegado Fleury. Enterrado como indigente no Cemitério de Perus, seus restos mortais não foram identificados.

Hiroaki Torigoe (05/01/1972)

Militante do Molipo, estudante de Medicina da Faculdade da Santa Casa de São Paulo, foi assassinado aos 28 anos de idade, sob torturas, depois de ferido em ação da repressão. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus sob o nome falso de Massahiro Nakamura. Mesmo depois de sucessivas exumações, seus restos mortais nunca foram identificados.

Alex de Paula Xavier Pereira (20/01/1972)

Estudante, foi morto aos 22 anos sob tortura por agentes do DOI-Codi/SP, apesar da versão oficial de tiroteio. Foi enterrado sob nome falso de João Maria de Freitas, no Cemitério de Perus, localizado pelos familiares em 1979 e transladado para o Rio de Janeiro.

Gelson Reicher (20/01/1972)

Aluno do curso de Medicina da USP, militante da ALN, morreu na mesma ação que vitimou Alex Xavier, sob torturas, apesar da encenação oficial de tiroteio. Foi

enterrado em Perus com o nome falso de Emiliano Sessa. Tempos depois, localizados pela família, seus restos mortais foram transladados para o Cemitério Israelita do Butantã.

Gastone Lúcia de Carvalho Beltrão (22/01/1971)

Estudante, foi assassinada aos 22 anos de idade por agentes da repressão, sob torturas, apesar da versão oficial de tiroteio. Foi enterrada em Perus como indigente. Apenas em 1975 foi permitido à família o acesso a seus restos mortais, transladados para o jazigo da família em Maceió (AL).

Hélcio Pereira Fortes (28/01/1972)

Estudante, militante da ALN, foi morto aos 24 anos de idade, sob torturas, apesar da versão oficial de tiroteio. Foi enterrado em Perus, à revelia da família, que só anos depois, em 1975, conseguiu transladá-lo para Ouro Preto (MG).

Frederico Eduardo Mayr (24/02/1972)

Estudante universitário, militante do Molipo, foi assassinado sob tortura, conforme depoimentos de outros presos. Foi enterrado em Perus como indigente sob nome falso de Eugênio Magalhães Sardinha, tendo depois sido removido para a vala clandestina e só identificado em 1992, quando a família transladou seus restos mortais para o Rio de Janeiro.

Alexander José Ibsen Voerões (27/02/1972)

Chileno, estudante, foi assassinado aos 19 anos por agentes da repressão e sepultado pela família em 01/03/1972 no Cemitério da Paz, em Vila Sônia, em caixão lacrado, conforme determinação policial, com a presença de muitos agentes do Dops/SP.

Napoleão Felipe Biscaldi (27/02/1972)

Funcionário público aposentado, estava atravessando a rua quando foi atingido por agentes da repressão que perseguiam Alexander José Ibsen Voerões e Lauriberto José Reyes, militantes do Molipo mortos naquele mesmo dia. Foi enterrado por seus familiares no Cemitério do Araçá.

Antônio Carlos Nogueira Cabral (12/04/1972)

Estudante de Medicina da USP, militante da ALN, com 23 anos, foi sequestrado em 11/04/1972 e sua morte só foi noticiada nos jornais do Rio de Janeiro em 18/04/1972. Seu corpo foi reconhecido pela irmã no IML/RJ e entregue à família no dia 19/04/1972, em caixão lacrado, com ordens de não abri-lo. O sepultamento, em São Paulo, foi acompanhado por muitos policiais.

Rui Osvaldo Aguiar Pfützenreuter (14/04/1972)

Jornalista, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sequestrado em São Paulo em 14/04/1972, foi assassinado sob torturas no DOI-Codi/SP, no dia seguinte, aos 29 anos. Era militante do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e foi sepultado como indigente no Cemitério de Perus. Depois de muito esforço, a família conseguiu identificar os restos mortais e transladá-los para Santa Catarina.

Paulo Guerra Tavares (29/05/1972)

Militar, militante da VPR, foi executado a tiros por quatro agentes na Avenida Sumaré, em São Paulo, em uma emboscada. Foi sepultado pela família no Cemitério São Pedro no dia 03/06/1972.

Grenaldo de Jesus Silva (30/05/1972)

Ex-marinheiro, foi executado no interior de um avião, no Aeroporto de Congonhas, por agentes da repressão, que divulgaram a versão de que teria se suicidado. Foi enterrado como indigente em Perus no dia 01/06/1972 e seus restos mortais ainda não foram identificados.

Iuri Xavier Pereira (14/06/1972)

Estudante, militante da ALN, foi ferido em uma emboscada no bairro da Mooca, no restaurante Varela, e levado às dependências do DOI-Codi/SP, onde morreu provavelmente sob torturas. Foi enterrado no Cemitério de Perus como indigente e somente em 1980 seus restos mortais foram localizados e transladados para o Rio de Janeiro pela família.

Zoé Lucas de Brito (28/06/1972)

Professor e corretor no mercado financeiro, seu corpo foi encontrado sobre os trilhos, próximo à estação ferroviária do Tamanduateí, segundo a versão policial. No necrotério, parentes viram marcas de tortura no corpo e o velório teve presença de agentes da repressão. Foi sepultado no Cemitério Vila Nova Cachoeirinha pelos familiares.

José Júlio de Araújo (18/08/1972)

Bancário, militante da ALN, foi sequestrado e executado por agentes do DOI-Codi/SP depois de muita tortura, conforme testemunho de ex-presos. Foi enterrado como indigente em Perus e, em agosto de 1975, localizado pelo irmão, exumado e transladado para Belo Horizonte (MG).

Luiz Eurico Tejera Lisboa (02 ou 03/09/1972)

Universitário, militante da ALN, foi sequestrado em setembro de 1972, aos 24 anos de idade, executado por agentes da repressão e enterrado em Perus como indigente com o nome falso de Nelson Bueno. Localizados e identificados pela família, seus restos mortais foram transladados em 1982 para Porto Alegre (RS).

Antônio Benetazzo (30/10/1972)

Jornalista e professor, natural de Verona, Itália, cursou Filosofia e Arquitetura na USP e militou na ALN e Molipo. Foi sequestrado e executado por agentes da repressão depois de muitas torturas, aos 31 anos. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus, em 31/10/1972, dois dias antes da divulgação de sua morte. Posteriormente, os restos mortais foram localizados e transladados pelos familiares.

José Carlos Cavalcanti Reis (30/10/1972)

Estudante da Faculdade de Engenharia do Mackenzie, 27 anos de idade, foi ferido a bala em operação do DOI-Codi/SP e levado ao Deops, onde morreu sob torturas, segundo testemunhos de ex-presos. O corpo foi visto por familiares no IML/SP, que constataram sinais de tortura. Foi sepultado no Cemitério Gethsêmani, em caixão lacrado, proibido de ser aberto, em

cerimônia com presença de policiais.

Aurora Maria Nascimento Furtado (10/11/1972)

Estudante de Psicologia da USP, militante da ALN, foi assassinada no Rio de Janeiro depois de presa e torturada por agentes da repressão. Seu corpo deu entrada no IML/RJ com identidade desconhecida, mas foi posteriormente reconhecida pela família, que a transladaram para o Cemitério São Paulo, em caixão lacrado, em 12/11/1972.

Carlos Nicolau Danielli (30/12/1972)

Operário, jornalista, foi sequestrado e morto, sob torturas, no DOI-Codi/SP, por agentes do Estado. Foi enterrado no Cemitério de Perus como indigente. Oito anos depois, em 11/04/1980, seus restos mortais foram transladados para Niterói (RJ).

Pauline Philipe Reichstul (08/01/1973)

Psicóloga, militante da VPR, foi assassinada com outros cinco companheiros, depois de sequestrada e torturada em ação no Recife (PE) comandada pelo delegado Fleury. Foi enterrada como indigente no Cemitério da Várzea, em Recife, e dias depois, em 12/01/1973, exumada e transladada para São Paulo, onde seu corpo foi sepultado pela família no Cemitério Israelita.

Francisco Emanuel Penteado (15/03/1973)

Estudante, militante da ALN, foi assassinado aos 20 anos por agentes do Estado no DOI-Codi/SP, depois de ter sido ferido em logradouro público da capital. Seu corpo foi liberado para a família em caixão lacrado e sepultado no Cemitério Getsêmani, em 16/03/1973.

Alexandre Vannucchi Leme (17/03/1973)

Estudante de Geologia da USP, militante da ALN, foi sequestrado por equipe do DOI-Codi/SP, e, assassinado um dia depois, sob torturas. Foi enterrado como indigente sem caixão, em cova coberta com cal virgem, para acelerar a decomposição do corpo. Apesar dos esforços da família, os restos mortais de Alexandre só foram transladados em 24/03/1983, dez anos depois.

Ronaldo Mouth Queiroz (06/04/1973)

Estudante de Geologia da USP, militante da ALN, foi executado aos 26 anos de idade, na Avenida Angélica, por agentes do DOI-Codi/SP e enterrado pela família no Cemitério da Saudade, na zona leste da cidade.

Gerardo Magela Fernandes Torres da Costa (28/05/1973)

Estudante da Medicina de Sorocaba, morreu aos 23 anos depois de preso e torturado no DOI-Codi/SP, apesar da versão oficial falsa de suicídio. O laudo necroscópico estava marcado com um “T”, de terrorista, e informa que o corpo foi enterrado no Cemitério de Perus com o nome de Geraldo. Mais tarde, em 27/10/1977, foi exumado e reinumado no mesmo cemitério.

Luiz José da Cunha (13/07/1973)

Membro do Comando Nacional da ALN, foi assassinado aos 30 anos nas dependências dos DOI-Codi/SP, em decorrência de torturas, e enterrado como indigente no Cemitério de Perus. Sua ossada, sem o crânio, foi exumada em 1991, mas só identificada em 01/09/2006 e transladada para o Recife (PE) no dia seguinte.

Helber José Gomes Goulart (16/07/1973)

Militante da ALN, foi assassinado aos 29 anos, em decorrência de torturas, nas dependências do DOI-Codi/SP, onde foi visto por outros presos políticos. Foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus, como indigente. Em 1992, seus restos mortais foram exumados, identificados e transladados para a cidade de Mariana (MG).

IV. Administração Miguel Colasuonno (de 28/08/1973 a 16/08/1975)

Emmanuel Bezerra dos Santos (04/09/1973)

Estudante e militante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), morreu aos 26 anos de idade em decorrência das torturas que sofreu no DOI-Codi/SP. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Campo Grande, na zona sul da cidade. Em 1992, seus restos

mortais foram exumados e transladados para o Rio Grande do Norte, sendo sepultados no dia seguinte em sua cidade natal, São Bento do Norte.

Manoel Lisboa de Moura (04/09/1973)

Estudante e militante do PCR, foi assassinado com 29 anos de idade nas mesmas circunstâncias e junto com seu amigo e companheiro de luta Emmanuel Bezerra dos Santos. Tal como este, foi enterrado como indigente no Cemitério de Campo Grande, na zona sul da cidade, posteriormente exumado e transladado para Maceió (AL), em maio de 2003.

Antônio Carlos Bicalho Lana (30/11/1973)

Militante da ALN, foi sequestrado junto com Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Torres, em São Vicente, e levado para o sítio clandestino 31 de Março, onde os dois foram executados por agentes do Estado depois de muita tortura. Seu corpo foi enterrado no Cemitério de Perus, identificado em 1991 pela Unicamp e transladado para Ouro Preto (MG).

Miguel Sabat Nuet (30/11/1973)

Natural de Barcelona, na Espanha, foi preso por agentes do Dops/SP em 9 de outubro de 1973 e morto um mês e meio depois em decorrência de torturas, segundo depoimentos de ex-presos políticos. Seu assassinato foi anunciado como suicídio e ele foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Com a descoberta da vala clandestina, em 1990, a ossada de Miguel foi encontrada, mas seus restos mortais foram identificados somente em 2008.

Sônia Maria Lopes de Moraes Angel Torres (30/11/1973)

Militante da ALN, a professora foi presa ao lado do companheiro Antônio Carlos Bicalho Lana. Apesar da falsa versão de tiroteio, ela foi barbaramente torturada antes de ser assassinada e enterrada como indigente e com nome falso no Cemitério de Perus. A família passou uma década tentando encontrar seus restos mortais, finalmente identificados em 1991 e transladados para o Rio de Janeiro.

V. Administração Olavo Setúbal (de 17/08/1975 a 11/07/1979)

José Ferreira de Almeida (08/08/1975)

Tenente da reserva da Polícia Militar, foi preso em 7 de julho, aos 64 anos de idade. Na “Operação Radar”, ofensiva do Exército para dizimar a direção do PCB, foram descobertas as atividades comunistas na polícia e 63 policiais foram presos. Depois de um mês de tortura, sua morte foi forjada como suicídio e ele foi enterrado no cemitério de Congonhas. No velório, seu caixão foi aberto pelo advogado e familiares, que puderam constatar as torturas sofridas.

Vladimir Herzog (25/10/1975)

Jornalista, não resistiu às torturas no DOI-Codi/SP depois de apresentar-se para prestar depoimento. A falsa versão de suicídio apresentada pelo regime militar foi desmentida pela foto em que aparece nas dependências do DOI-Codi paulista pendurado pelo pescoço com um cinto nas grades de uma janela e com os joelhos dobrados, sem o vão livre que possibilitaria a queda e o enforcamento. Ele foi sepultado no Cemitério Israelita, no Butantã, e uma missa celebrada no dia seguinte em sua homenagem levou milhares de pessoas à Praça da Sé.

Neide Alves dos Santos (07/01/1976)

Funcionária de um supermercado e militante do PCB, foi assassinada aos 31 anos em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado. A requisição de exames do IML/SP contém a letra “T”, de terrorista. Seu corpo foi entregue à família em caixão lacrado e o sepultamento no Cemitério de Vila Formosa foi monitorado por agentes da repressão.

Manoel Fiel Filho (17/01/1976)

Operário metalúrgico, militante do PCB, foi assassinado por agentes do DOI-Codi/SP em decorrência de torturas. Os órgãos de segurança emitiram uma nota oficial afirmando que ele havia se enforcado em sua cela, apesar das marcas de tortura no corpo e depoimentos de outros presos políticos desmentirem a ver-

são. Foi sepultado pela família no Cemitério da Quarta Parada sob forte vigilância dos órgãos da repressão.

Massafumi Yoshinaga (07/06/1976)

Estudante, militante da VPR, morreu aos 27 anos de idade após cometer suicídio, em decorrência de traumas resultantes do período em que esteve preso e sua família sendo vigiada e perseguida. Foi sepultado no Cemitério do Araújo.

Ângelo Arroyo (16/12/1976)

Metalúrgico e comerciante, membro do Comitê Central do PC do B, foi assassinado na Rua Pio XI, no bairro da Lapa, por agentes do Estado. Foi enterrado como indigente no Cemitério de Perus e posteriormente exumado e transladado pela família para o Cemitério da Quarta Parada, na capital.

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar (16/12/1976)

Jornalista, ex-deputado federal e membro da direção do PC do B, foi executado na Rua Pio XI, no bairro da Lapa, por agentes do Estado. Foi enterrado como indigente, sob nome falso, no Cemitério de Perus. Posteriormente, foi exumado e transladado para Belém do Pará pela família.

VI. Administração Reynaldo de Barros (de 12/07/1979 a 14/05/1982)

Santo Dias da Silva (30/10/1979)

Operário metalúrgico e membro da Pastoral Operária, foi assassinado aos 37 anos de idade por um por agente do Estado durante um piquete na frente da fábrica onde trabalhava. No dia seguinte, mais de 30 mil pessoas acompanharam a missa em sua homenagem na Catedral da Sé. Foi sepultado por familiares e amigos no Cemitério de Campo Grande, na zona sul da capital.

5 Histórico de violações aos direitos humanos e irregularidades administrativas verificadas nos cemitérios municipais concernentes à prática de ocultação de cadáveres

5.1 O Cemitério de Vila Formosa

Até 1971, ano da inauguração do Cemitério Dom Bosco, em Perus, o Cemitério de Vila Formosa foi a necrópole mais utilizada pela repressão para enterrar os corpos das vítimas do terrorismo de Estado. Esta Comissão identificou 14 militantes sepultados como indigentes nesse cemitério, de acordo com as certidões de óbitos e documentos do IML. Apenas três foram identificados e puderam ser transladados pela família. A localização dos outros 11 militantes foi impossibilitada por modificações realizadas em 1975, que descaracterizaram ruas e quadras de Vila Formosa sem registros nos mapas da administração, ao contrário do que mandava a lei, com o evidente propósito de apagar vestígios e dificultar futuras tentativas de localização e identificação dos restos mortais de opositores políticos. A manobra data da mesma época em que foram realizadas as exumações no Cemitério Dom Bosco que resultaram na vala de Perus.

Segundo a CPI de Perus, o levantamento topográfico feito à época pelo Serviço Funerário Municipal mostra que as alterações em Vila Formosa foram feitas apenas onde se localizava a quadra 11, apelidada de “quadra dos terroristas”. Projetadas e iniciadas quando Fábio Pereira Bueno era diretor do Serviço Funerário Municipal, as modificações foram realizadas sem qualquer projeto formal e supostamente para resolver um problema de drenagem do terreno. O antigo traçado de ruas e quadras foi profundamente desfigurado, com a alteração de linhas demarcatórias, sumiço de antigas sepulturas e quadras inteiras, remoção da cobertura asfáltica e plantação de árvores nesses locais.

Tais alterações foram realizadas sem qualquer projeto formal, registro ou cautela em preservar a possibilidade de futura localização de sepulturas. Ruas foram alargadas e árvores plantadas, invadindo as áreas reservadas às sepulturas [...] inviabilizando a localização de corpos ali enterrados no passado. É a indicação de uma ação coordenada para promover a ocultação de corpos”⁴².

A ação civil pública do Ministério Público Federal⁴³, que em 2009 entrou com representação contra as esferas federal, estadual e municipal pelas ações nos cemitérios, bem como os prefeitos e responsáveis civis, aponta:

[...] a antiga quadra 11 desapareceu e as quadras próximas, que também sofreram alterações, foram renumeradas.

[...] não é mais possível localizar sepulturas com base na numeração antiga.

Não há registros de exumações para que os novostraçados e alargamento de ruas fossem feitos, sendo que o mais provável é que a ruas tenham sido abertas com a violação das sepulturas pela passagem do maquinário pesado. O mesmo ocorreu com os corpos enterrados no local onde as árvores foram plantadas.

Constata-se, também, que sobre parte da antiga quadra 11 foi construído um ossário (gavetas para guardar ossos de restos mortais exumados), o que é tecnicamente inexplicável, não só diante da existência de muito espaço disponível no Cemitério, como por se tratar de construção sobre sepulturas.

Logo, quase todos os corpos enterrados em Vila Formosa ainda estão ocultos e provavelmente assim ficarão, dado o êxito dos réus em promover o “desaparecimento”.

O registro dessas alterações, bem como das exumações e renumerações procedidas, jamais foram localizadas, nem pela CPI de Perus, nem pelo Ministério Público, nem por esta CMV-SP. Outra tentativa de identificação foi realizada entre novembro e dezembro de 2010⁴⁴. Foram feitas escavações tanto no ossário subterrâneo quanto nas quadras onde, de acordo com o livro de registros, estariam inumados os militantes políticos Virgílio Gomes da Silva e Sérgio Roberto Corrêa. Devido ao manejo incorreto das ossadas durante todas essas décadas, elas encontravam-se em estado avançado de decomposição, não sendo possível extrair DNA das amostras para identificação.

Em razão das modificações criminosas realizadas no cemitério, até hoje não foram identificados os restos mortais de 11 vítimas do terrorismo de Estado, resistentes ao regime militar, ali sepultados, conforme documentação oficial. Além de Virgílio e Sérgio, seguem desaparecidos Carlos Roberto Zanirato, Antônio Raymundo de Lucena, Joelson Crispim, Alceri Maria Gomes da Silva, Antônio dos Três Reis de Oliveira, José Maria Ferreira de Araújo, Edson Neves Quaresma, Yoshitane Fujimori e Devanir José de Carvalho.

5.2 O Cemitério Dom Bosco, em Perus

Inaugurado em março de 1971 pelo prefeito Paulo Maluf, o Cemitério Dom Bosco foi construído supostamente para atender à reivindicação da Sociedade Amigos de Perus que, em 1962, enviou uma carta à Prefeitura reclamando a construção de um cemitério na região para a população local, uma vez que o mais próximo, em Caieiras, estava lotado. No entanto, o projeto, que começou a sair do papel em 1968, era exclusivamente para indigentes e não previa a concessão de jazigos familiares – a aquisição de terrenos só foi permitida um ano depois da inauguração, em 1972⁴⁵.

Os registros encontrados nos livros do Cemitério e as certidões de óbito lavradas nos cartórios do município revelam que, a partir de 1971, os corpos de presos políticos assassinados pelos repressores deixaram de ter como destino o Cemitério de Vila Formosa e passaram a ser levados para Perus na condição de indigentes. Os documentos apontam que 31 opositores do regime foram enterrados ali clandestinamente depois de sequestrados, torturados e assassinados, sem o conhecimento de familiares e amigos, muitos com nomes falsos e dados incorretos e com a conivência das autoridades municipais.

Fábio Pereira Bueno, diretor do Serviço Funerário Municipal entre 1970 e 1974, contou à CPI de Perus que foi procurado pelo diretor do IML Harry Shibata para acertar o uso do Cemitério Dom Bosco para o enterro de indigentes supostamente por estar mais próximo ao prédio onde eram realizadas as autópsias que os cemitérios de Vila Formosa e Lajeado.

⁴²O Ministério Público Federal produziu em 10 de setembro de 2010, relatório sobre os trabalhos de localização e identificação de despojos de desaparecidos políticos nos cemitérios de Perus e Vila Formosa, assinados pelos procuradores Marlon Alberto Weichert e Eugênia Augusta Gonzaga Fávero, do dia 10 de setembro de 2010 *apud* “*Habeas Corpus*: que se apresente o corpo”, p. 128.

⁴³Ação civil pública do MPF/SP, de 26 de novembro de 2009.

⁴⁴O trabalho foi feito por representantes do MPF-SP e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos, ligada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, do Instituto de Criminalística do Departamento da Polícia Federal e do Instituto Médico Legal do Estado de São Paulo.

⁴⁵Lei nº 7.707/72.

Naquela ocasião quem trabalhava no Serviço Médico Legal era o Harry Shibata, o diretor era o Dr. Arnaldo [Siqueira] e o Harry Shibata. Naquela ocasião, se não me falha a memória, era o sub diretor. Eu tive conhecimento em entendimento com ele, porque nós fizemos a transferência do encaminhamento dos corpos que eram sepultados no Vila Formosa e no Lajeado em Guaianazes, para o Cemitério de Perus, porque diga-se de passagem é mais fácil ir ao Cemitério de Perus, saindo do IML do que ir ao Cemitério de Vila Formosa e Lajeado, em Guaianazes, porque o Cemitério de Perus está localizado ao Km 25 da Via Anhanguera, de fácil acesso pela Avenida Sumaré e depois pela Marginal. O IML nos solicitou, e o próprio Serviço Funerário, que encaminhássemos os corpos para lá. Para nós não havia objeção nenhuma porque a finalidade do cemitério é de receber os corpos, quaisquer que forem eles.⁴⁶

O acordo entre o IML e a Prefeitura de São Paulo para o sepultamento de indigentes no Cemitério Dom Bosco foi apontado pela CPI de Perus como um mecanismo para ocultar os cadáveres de militantes políticos.

O primeiro sepultamento no cemitério foi realizado em 2 de março de 1971. Em 17 de abril do mesmo ano, o operário Joaquim Alencar de Seixas, assassinado sob torturas no DOI-Codi de São Paulo, foi o primeiro preso político enterrado como indigente com registros falsos. A certidão de óbito, lavrada no 20º Subdistrito Jardim América, teve como declarante o delegado Alcides Cintra Bueno Filho. Depois dele, outros 30 tiveram o mesmo destino até 1976, sempre sepultados como indigentes e sem a presença da família.

Em 1973, depois de visitar vários cemitérios da cidade, a família dos irmãos Iuri e Alex de Paula Xavier Pereira, militantes da ALN, encontrou nos livros do Cemitério de Perus o registro do sepultamento de João Maria de Freitas, nome falso usado por Alex na clandestinidade. Em 1979, este relato foi feito a outros familiares de mortos e desaparecidos políticos durante o III

Encontro Nacional dos Movimentos de Anistia, no Rio de Janeiro, o que levou à localização de outros registros de sepultamentos com identidade falsa. O acesso aos livros do cemitério possibilitou, anos depois, a descoberta da existência de uma vala clandestina para onde foram transferidos os restos mortais de alguns dos militantes sepultados como indigentes nos primeiros anos da década de 1970.

5.2.1 A vala clandestina de Perus

Ainda em 1971, no início da administração Figueiredo Ferraz, promulgou-se a lei nº 7656, de 07/10/71, que reduziu o prazo de exumação em cemitérios municipais de 5 para 3 anos. A justificativa era a necessidade de liberar espaço para novos sepultamentos, ainda que as notícias veiculadas na imprensa apontassem que tal déficit não existia na cidade depois da inauguração dos cemitérios de Perus, Vila Nova Cachoeirinha e São Pedro.⁴⁷ A mudança na legislação permitiu que, entre 1975 e 1976, ocorressem grandes exumações de indigentes sepultados em Perus nos anos de 1971 e 1972.

As ossadas de cerca de 1.500 vítimas enterradas nas quadras 1 e 2, exclusivas para indigentes, foram exumadas, colocadas em sacos plásticos sem identificação e abandonadas na sala do velório do cemitério, onde ficaram durante meses até serem depositadas em uma vala clandestina, em 1976. Esta Comissão não localizou nenhum documento ou registro, no *Diário Oficial do Município*, deste procedimento. Nos livros do cemitério só há a indicação da data da exumação, sem precisar o local para onde foram destinados e a data da reenumeração. A responsabilidade legal pelo controle e fiscalização das exumações era do Departamento de Cemitérios, da Secretaria de Serviços Municipais⁴⁸. O Grupo de Trabalho Perus (GTP), hoje responsável pela identificação das ossadas, concluiu:

Em 1976, teria sido aberta uma vala, a vala comum, alinhada ao terceiro escalonamento da terraplanagem da construção do cemitério, com direção SW-SE, com a maioria das exumações advindas das Quadras 1 e 2 da Gleba 1, mas não só, como pode ser averiguado nos

⁴⁶Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo (fls. 201/246 e 4150/4268).

⁴⁷SP tem espaço para seus mortos - *Folha de S. Paulo*, 03 nov. 1971, Primeiro Caderno, p.7.

⁴⁸Lei nº 7.108/68, art. 10.

livros de sepultamento do Cemitério. A vala não possui documentação e corresponderia às exumações sem destino constantes do cemitério de Perus.⁴⁹

Depoimentos de dirigentes do Serviço Funerário Municipal indicam o conhecimento das exumações ocorridas em Perus e a abertura da vala clandestina. O diretor administrativo do SFM, Jayme Augusto Lopes, teria autorizado⁵⁰, em 1975, a cremação dos restos mortais exumados e estocados no velório do Cemitério Dom Bosco. A ideia era construir um crematório em Perus para cremar indigentes, mas o projeto não foi para frente, como se verá a seguir. As dificuldades de transportar as ossadas para o crematório de Vila Alpina, inaugurado em 1974, levaram à abertura da vala. Segundo o depoimento para a CPI de Perus de Carlos Eduardo Giosa, fiscal de Cemitérios do SFM, o diretor consentiu a abertura de um “ossário subterrâneo”. Na mesma Comissão Parlamentar de Inquérito, em 1990, o diretor Fábio Pereira Bueno declarou:

Para a Prefeitura não existe o indigente, não existe o terrorista, porque todos são iguais. É um corpo que vai ser sepultado, portanto a exumação é igual para todos. Evidentemente que aqueles que foram identificados antes da decorrência do prazo de cinco anos, alguns, não digo todos, indigentes ou terroristas ou que esteja lá, solicitaram à Justiça, ou às autoridades policiais, a exumação e transferência desses corpos para outros cemitérios, aqui da cidade, ou fora, do Interior, ou fora até do País, porque tinha gente de todo o canto do País fazendo a baderna que fizeram na época, contrariando a legislação vigente da época.⁵¹

Em 1979, Gilberto Molina conseguiu autorização judicial para abrir a vala clandestina ao comprovar por meio do livro de óbito que seu irmão, Flávio Carvalho Molina, havia sido sepultado em 07/11/1971 com o nome falso de Álvaro Lopes Peralta e exumado em 1975, sendo posteriormente levado para a vala. No

As ossadas de cerca de 1.500 vítimas foram exumadas, colocadas em sacos plásticos sem identificação e abandonadas na sala do velório do cemitério, onde ficaram durante meses até serem depositadas numa vala clandestina, em 1976. Esta Comissão não localizou nenhum documento ou registro deste procedimento no Diário Oficial do Município

entanto, não foi possível seguir com as buscas nesse momento. A abertura da vala aconteceu 11 anos depois, quando o repórter Caco Barcellos, da TV Globo, investigava mortes em decorrência da violência policial nos documentos do IML e do cemitério. Com as informações dos familiares de desaparecidos políticos, que ainda buscavam os corpos de militantes desaparecidos pela repressão, o jornalista descobriu a vala clandestina de Perus. Barcellos conta que a informação foi confirmada pelo administrador do cemitério, Antônio Pires Eustáquio:

Eu cruzei com o administrador do cemitério que me convidou para me afastar e ir ao fundo do prédio da administração. Fomos até às covas porque ele queria me contar uma história que pretendia contar já há bastante tempo. Ele contou-me que havia sido testemunha da abertura de uma grande vala nos anos 70, onde teria sido colocada uma grande quantidade de ossadas. Ele calculava alguma coisa por volta de 1.500 ossadas. Isto teria sido feito por parte de homens da repressão política daqueles anos e ele guardava aquele segredo há muito tempo.⁵²

Administrador da necrópole entre 1976 e 1992, Antônio Pires Eustáquio contou à Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” como descobriu a vala:

⁴⁹Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva Relatório, tomo I, parte I, A Formação do Grupo de Antropologia Forense para Identificação das Ossadas da Vala de Perus, p. 42.

⁵⁰Depoimento anexado à Ação Civil Pública nº 2009.61.00.025168-2 do Ministério Público Federal.

⁵¹Depoimento de Fábio Pereira Bueno, diretor do Serviço Funerário Municipal entre 1970 e 1974, à Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo (fls. 201/246 e 4150/4268).

⁵²Caco Barcellos. In: Teles, Janaína de Almeida. *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade*. São Paulo: Humanitas / FFLCH-USP, 2001 p.208.

Nos livros de óbito, eu olhando, pesquisando, eu via: “exumado em tanto de tanto e reinumado no mesmo local”, que é o procedimento padrão pela legislação do Serviço Funerário. Para os indigentes também o procedimento era esse. Só que lá tinha uma diferença, o que realmente me preocupou e me levou a pesquisar até encontrar. No registro dos livros dos indigentes constava: “exumado em tanto de tanto”, só. Mais nada. Cadê os ossos? Pra onde que foram? Aí eu comecei a perguntar. Ninguém, eu notei perfeitamente, que ninguém queria falar daquilo lá, porque segundo eles tinham pavor, né, de comentar isso aí, porque diziam que eram terroristas.⁵³

Segundo a CPI de Perus, a vala se manteve em caráter de clandestinidade sob vários aspectos: não existe registro legal da sua criação; foi aberta em área destinada à construção de uma capela; não foi demarcada posteriormente como local de sepultamento; não foi incluída na planta do cemitério; foi construída de forma irregular, sem alvenaria e outros requisitos; e não existe registro da transferência dos corpos exumados para a vala.⁵⁴

Neste momento, em 1990, os restos mortais de 16 opositores políticos mortos pela repressão já haviam sido identificados em Perus. A abertura da vala clandestina colocou como necessidade imediata a realização de escavações e pesquisas de antropologia forense na expectativa de localizar os seis militantes que ali se encontravam, conforme a documentação oficial e os relatos de integrantes da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Eram eles: os irmãos Dênis e Dimas Casemiro, Francisco José de Oliveira, Grenaldo de Jesus da Silva, Frederico Eduardo Mayr e Flávio de Carvalho Molina. Os restos mortais foram retirados da vala e levados para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp⁵⁵, através de um convênio com o município.

As perícias realizadas nos anos seguintes identificaram os corpos de Dênis Casemiro, em 1991, Francisco Eduardo Mayr, em 1992, e Flávio de Carvalho Molina,

em 2005, além de cinco vítimas da repressão sepultadas em outros locais do cemitério. Os restos mortais de Dimas Casemiro, Grenaldo de Jesus da Silva e Francisco José de Oliveira, cujos registros apontam para a vala clandestina não foram encontrados até hoje, mais de duas décadas depois. Também seguem desaparecidos José Milton Barbosa, Luiz Hirata e Hiroaki Torigoe. Ainda que os livros do cemitério apontem que eles foram reinumados no mesmo local de inumação, existe a possibilidade de terem sido levados para a vala.

Documentos confidenciais localizados por esta Comissão nos arquivos do SNI mostram que a abertura da vala foi monitorada pelo serviço de inteligência, em 1990 transformado em Departamento de Inteligência da Secretaria de Assuntos Estratégicos (DI/SAE) da Presidência da República.

A descoberta das ossadas humanas enterradas clandestinamente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo/SP tem despertado a atenção das organizações de esquerda, notadamente o Partido Comunista do Brasil (PC do B). Membros do grupo Tortura Nunca Mais, movimentos pela anistia e familiares dos “desaparecidos” têm procurado órgãos da imprensa, buscando mobilizar a opinião pública no sentido de que os restos mortais sejam identificados.

A confirmação da existência de ossadas de elementos comprometidos com movimentos contestatórios, ocorridos durante o regime militar, poderá levar as organizações de esquerda à generalização, afirmando que a maioria dos desaparecidos políticos estão em Perus. Tal fato poderá trazer grande repercussão internacional, principalmente levando-se em conta que já existem entidades europeias acompanhando os trabalhos.

Apesar de os familiares dos “desaparecidos” não poderem mais cobrar da Justiça a morte de seus parentes, em razão da Lei de Anistia, pode-se prever mesmo assim uma forte pressão destes junto ao Ministério da Justiça, atra-

⁵³Depoimento feito por Antônio Pires Eustáquio em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” no dia 24/02/2014.

⁵⁴Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 13.

⁵⁵BR_RJANRIO_H4_0_AGA_D 1077450_94.

Graças aos movimentos de familiares e de direitos humanos, a vala clandestina do cemitério Dom Bosco, em Perus, foi a única aberta pelo poder público que garantiu a continuidade do trabalho de investigação dos restos mortais encontrados

vés do Conselho de Defesa da Pessoa.⁵⁶

A repercussão da abertura da vala clandestina de Perus foi monitorada pelo serviço de inteligência também em outros estados. Com o temor que a descoberta desencadeasse outras buscas, a atividade dos familiares de desaparecidos políticos em Goiás foi alvo de relatório confidencial encontrado pela CMV:

1. A partir da divulgação da existência de cerca de 1.500 ossadas enterradas em uma vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, em Perus, zona oeste da capital paulista, teve início a mobilização de familiares tidos como desaparecidos políticos desde o final da década de sessenta e meados dos anos setenta.

3. Como parte da mobilização pela identificação e descoberta dos desaparecidos, pessoas ligadas à área de defesa dos direitos humanos no Estado de Goiás concederam uma entrevista coletiva em 13/9/90 na Assembleia Legislativa de Goiás (AL/GO), ocasião em que foi feito um histórico sobre os desaparecidos políticos do Estado de Goiás, ao mesmo tempo em que foi feito um contato preliminar com os familiares desaparecidos, entre eles Pedro Wilson Guimarães, presidente do Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Instituto Brasil Central e representante regional do centro oeste do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos humanos. Na ocasião foram cobradas providências do Governo Federal no sentido de esclarecer o paradeiro de todos os

desaparecidos políticos.⁵⁷

5.2.2 O inconcluso processo de identificação das ossadas de Perus

Os primeiros esforços para a identificação das cerca de 1.500 ossadas encontradas na vala clandestina de Perus foram resultado de um convênio estabelecido entre a Prefeitura de São Paulo, à época comandada por Luiza Erundina, e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Foram levadas para análise 1.051 ossadas, já que os peritos constataram que as outras pertenciam a crianças com menos de 10 anos e estavam danificadas de tal forma que não seria possível identificá-las.

Desde o princípio, familiares e ativistas de direitos humanos rejeitaram a participação do Instituto Médico Legal de São Paulo nas investigações dos restos mortais. O diretor do IML, o legista José Antônio de Melo, havia sido denunciado por ter assinado o laudo necroscópico falso atestando o suicídio de Manoel Fiel Filho, morto sob tortura no DOI-Codi/SP em 1976. Assim, as ossadas foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal da Unicamp, em Campinas, à época coordenado pelo médico Badan Palhares. A CPI instalada na Câmara Municipal de São Paulo logo após a abertura da vala, em 1990, possibilitou o acesso aos documentos do IML, que auxiliaram na localização de militantes políticos sepultados em Perus. Em um primeiro momento, dois desaparecidos foram identificados na vala clandestina pela Unicamp: Frederico Eduardo Mayr, em 1991, e Dênis Casemiro, em 1992.

Ao fim do mandato da prefeita Luiza Erundina, a Unicamp abandonou o trabalho de identificação das ossadas, deixando-as largadas no departamento. Tal descaso foi alvo de denúncia do Ministério Público Federal⁵⁸. Entre o material negligenciado estavam os restos mortais de Flávio Carvalho Molina. Sua identificação só foi retomada em 2003, quando o governo federal arcou com as despesas do exame de DNA da provável ossada de Molina, mas o resultado foi negativo. Dois anos depois, o material foi encaminhado para o Laboratório Genomic junto com amostras de DNA da família. A identificação foi confirmada e o corpo

⁵⁶ACE 74748/1990. Resenha analítica de 29/9/1990, documento confidencial.

⁵⁷ACE 0133367/90.

Documento confidencial com o título “Mobilização de Familiares de Desaparecidos Políticos em Goiás”.

⁵⁸Inquérito Público Civil nº 06/99.

transladado para o Rio de Janeiro, onde foi finalmente sepultado pelos familiares.

Diante das denúncias de abandono e negligência, os mais de mil restos mortais retirados da vala foram levados da Unicamp e a responsabilidade pelas análises passou ao IML e à Universidade de São Paulo (USP). Já sob a coordenação do professor Daniel Muñoz, durante os anos 2000, foi realizado um trabalho de catalogação de dados e analisadas as 686 fichas que haviam sido produzidas pela Unicamp, indicando que o trabalho do IML e da USP se baseou no que fora realizado pelo convênio anterior. A nova tentativa não obteve sucesso no processo de identificação.

Uma vez que a abertura da vala concentrou esforços para identificar restos mortais dos sepultados em Perus, dois militantes políticos enterrados em outros locais do cemitério foram localizados. Luiz José da Cunha foi identificado em 2006, depois de muitas tentativas e o descaso do Departamento de Medicina Legal da Unicamp. Em 2008, o Ministério Público Federal providenciou a exumação dos restos mortais do espanhol Miguel Sabat Nuet, que teve a identidade confirmada pelo Laboratório Genomic.

As ossadas encontradas na vala foram realocadas em 2001 para o Columbário do Cemitério do Araçá, onde permaneceram até 2014. Em abril de 2013, a Equipe Argentino de Antropología Forense (EAAF), por solicitação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e financiamento da Associação Brasileira de Anistiados Políticos (ABAP), foi contratada para reavaliar e retomar o trabalho de pesquisa. O ponto de partida foi a identificação do militante político Hiroaki Torigoe. As antropólogas da EAAF estudaram as 21 caixas separadas por Daniel Muñoz durante o convênio IML/USP como as prováveis onde estariam as ossadas de Torigoe. O resultado das investigações foi apresentado no dia 19 de abril de 2013 em audiência pública realizada pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. A equipe de antropólogas descobriu que nas 21 caixas havia ossos de 22 pessoas, pois uma delas comportava restos mortais de dois corpos. Quatro ossadas foram excluídas por serem do sexo feminino, três não tinham

altura compatível com o militante e outras 12 ossadas pertenciam a homens com mais de 35 anos e, portanto, não seriam de Hiroaki, que morreu aos 27 anos. Outras duas ossadas não possuíam arcada dentária, restando apenas uma, que foi enviada para análise de DNA, com resultados negativos.

[...] as antropólogas afirmaram que a metodologia empregada pelas equipes da Unicamp e da USP para identificação das ossadas estava equivocada e ultrapassada. Ainda que na época (1990) o exame de DNA não estivesse disponível, havia protocolos internacionais que permitiam o avanço da identificação através dos dados antropométricos. As descrições constantes nas fichas estavam focadas nas medidas do crânio em detrimento de outros ossos que poderiam oferecer informações relevantes para a identificação, tornando-se pouco conclusivas.⁵⁹

As antropólogas concluíram que o trabalho teria que ser retomado do princípio, realizando a triagem dos ossos de forma adequada e com metodologia atualizada. A abertura das caixas também evidenciou a situação precária do acondicionamento das ossadas, que estavam sujas, úmidas e com fungos, comprometendo a preservação dos resquícios genéticos para possíveis exames de DNA. As conclusões reforçaram a necessidade de um processo de identificação pautado em um trabalho científico de acordo com as práticas internacionais de identificação humana.

O diagnóstico da EAAF estimulou a articulação de familiares, comitês da memória, Ministério Público Federal, Secretarias de Direitos Humanos, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República (CEMDP) e Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” para continuar o trabalho de identificação. Mais uma vez, a participação do IML foi rechaçada pelos familiares e ativistas de direitos humanos, que articularam a transferência das ossadas para a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

⁵⁹Relatório da Comissão do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, Tomo I, capítulo Métodos e Técnicas de Ocultação de Corpos na Cidade de São Paulo.

No dia 4 de setembro de 2014, foi criado o Grupo de Trabalho Perus, através de um acordo de cooperação firmado entre a Unifesp, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República (CEMDP) e a Secretaria Municipal de Cidadania e Direitos Humanos da Prefeitura de São Paulo, para retomar o processo de identificação das ossadas encontradas em 1990.

Graças aos movimentos de familiares e de direitos humanos, a vala clandestina de Dom Bosco, em Perus, foi a única aberta pelo poder público que garantiu a continuidade do trabalho de investigação dos restos mortais encontrados, diferente do que aconteceu nos cemitérios Ricardo Albuquerque, no Rio de Janeiro, e Santo Amaro, em Recife.

5.2.3 O Grupo de Trabalho Perus

Baseando-se na perspectiva latino-americana de antropologia forense, que aplica nos processos de busca e identificação dos corpos teorias e métodos da antropologia social e biológica e da arqueologia, o Grupo de Trabalho Perus (GTP) dividiu o trabalho com as ossadas da vala de Perus em quatro etapas realizadas simultaneamente: a investigação preliminar e os dados *ante mortem*; a investigação arqueológica; a análise antropológica; e a genética forense.

O grupo definiu o universo das buscas pautado em pesquisas realizadas anteriormente por familiares e autoridades como o Ministério Público. Junto à Equipo Argentino de Antropología Forense (EAAF), o GTP produziu uma lista que considerou diferentes graus de probabilidade de pessoas que podem ter sido inumadas na vala clandestina. Os de mais alta possibilidade são os desaparecidos políticos que possuem seus nomes, ou nomes falsos, nos livros do Cemitério de Perus com o registro da exumação e sem o destino do corpo: Grenaldo de Jesus Silva, Francisco José de Oliveira e Dimas Antônio Casemiro. Em seguida, vêm aqueles que constam nos livros, mas o registro apresenta indicação da reenumação no mesmo local, seguidos por uma lista de pessoas que desapareceram em São Paulo ou que se tem notícias de que passaram por algum órgão de repressão

na cidade, além de solicitações de famílias que requisitaram a busca na vala.

Com as informações sobre o processo de identificação iniciado nos anos 1990 foram sistematizados e traçados perfis dos possíveis inumados na vala clandestina. Em paralelo, realizou-se um extensivo estudo do caminho da morte, que compreende desde a chegada do corpo no Instituto Médico Legal, a produção do laudo necroscópico e a declaração de óbito até a entrada no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Foram pesquisados todos os registros da época para mapear a política de desaparecimento, analisando as pessoas que foram enterradas como “desconhecidos” durante esse período e os livros de fotografias de vítimas.

Durante a pesquisa da documentação, produzida pelo IML, delegacias, cemitérios e serviços funerários e que são responsáveis pela sua guarda, verificaram que muitas sumiram, outras foram destruídas, muitas vezes mal preenchidas e até falsificadas.

Como os documentos são produzidos dentro dessas instituições, geramos aí uma série de vazios, e uma série de silêncios impossíveis, alguns deles insolúveis, impossíveis de serem preenchidos e resolvidos. Então para a família, para os grupos da sociedade, muitos desses desconhecidos que encontramos nessa documentação, nessas valas, correspondem a desaparecidos.⁶⁰

Revelou-se, mais uma vez, a sistemática organização do regime militar para a ocultação de cadáveres em São Paulo. Segundo o levantamento do GTP, os médicos legistas Isaac Abramovitch e Harry Shibata foram responsáveis por mais de 85% dos laudos de desaparecidos políticos sepultados em Perus. No entanto, entre os quase 3 mil laudos necroscópicos pesquisados no mesmo período, entre 1971 e 1975, a dupla assinou apenas 0,45% do total. Nos dois anos seguintes, os livros do cemitério registraram 1.943 exumações sem destinação do corpo.

Em razão da recorrente falta de cuidado e as inúmeras intervenções realizadas nas últimas duas déca-

⁶⁰Rafael Abreu, arqueólogo do GTP. Audiência CMV: “Cemitérios municipais e as violações aos direitos humanos”, realizada em 02/04/2016.

das, 27% das 1.047 caixas analisadas pelo GTP continham ossos de mais de um indivíduo. Até o final de outubro de 2016, 551 haviam sido analisadas e limpas. Durante o período de trabalho, interrompido por conta do processo de contratação provisória a qual estão submetidos os antropólogos e arqueólogos, também foram coletadas amostras de DNA de 65 familiares relacionados a 29 desaparecidos políticos. O laboratório internacional escolhido como responsável pelo processamento e análise genética das amostras foi a Comissão Internacional de Pessoas Desaparecidas (ICMP). A CEMDP, a Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) estão elaborando uma Carta Acordo, que será o modelo de contrato a ser celebrado entre essas instituições para a realização dos exames genéticos.

5.3 O Cemitério de Campo Grande

Assim como Perus e Vila Formosa, o Cemitério de Campo Grande, na zona sul da cidade, foi destino de corpos de opositores políticos executados pelas forças da repressão e lá sepultados clandestinamente, sem o conhecimento de seus familiares. É o caso de dois estudantes, Emmanuel Bezerra dos Santos e Manoel Lisboa de Moura, militantes do Partido Comunista Revolucionário, mortos em decorrência das torturas que sofreram no DOI-Codi/SP e enterrados como indigentes, em 04/09/1973, durante a administração de Miguel Colasuonno.

Após a descoberta da vala clandestina de Perus, a Comissão Especial de Investigação da Prefeitura de São Paulo, criada na ocasião, conseguiu localizar as sepulturas e os restos mortais foram identificados por peritos da Unicamp. Emmanuel Bezerra dos Santos foi exumado e sepultado pelo pai e amigos em sua terra natal, São Bento do Norte (RN), em 12 de julho de 1992. Manuel Lisboa de Moura foi trasladado anos depois para Maceió (AL), em maio de 2003.

No Campo Grande também foi sepultado o corpo do operário Santos Dias da Silva, baleado por agentes do Estado em 1979, nas ruas da cidade, durante manifesta-

ção dos operários em greve. A polícia não queria liberar o corpo, mas, depois da interferência de outros sindicalistas e de parlamentares, Santo Dias foi levado à igreja da Consolação, onde foi velado antes de seguir para o Cemitério de Campo Grande. A repressão esteve presente durante toda a solenidade e o enterro foi acompanhado por um grande número de pessoas, indignadas com a repressão policial. Uma missa em sua homenagem na Catedral da Sé reuniu cerca de 30 mil pessoas.⁶¹

5.4 O projeto do crematório municipal

No início da década de 1960, doze cemitérios paulistanos chegaram a sua capacidade máxima. Com o crescente aumento da população, em 1962 apenas Vila Formosa, Tremembé e Lajeado realizavam sepultamentos de indigentes. A Câmara Municipal debateu soluções para o problema: a construção de novos cemitérios, a revisão dos títulos de concessões, exumações de sepulturas com prazos vencidos, a construção de novos ossários e a cremação, considerada menos popular por questões religiosas. O governo Prestes Maia (1961-1965) recuperou sepulturas com prazo vencido, investiu nos ossários e pediu à Caixa Econômica Federal 800 milhões de cruzeiros para a aquisição de três terrenos onde seriam construídos novos cemitérios.

Duas leis foram aprovadas no contexto da crise funerária. Em 1967, foi sancionada a lei n° 7.017, que previa a cremação de indigentes e corpos não identificados, ainda que não existisse um crematório na cidade – o primeiro foi inaugurado em 1974, em Vila Alpina. A lei n° 7.656, de 1971, reduziu de cinco para três anos a permanência dos corpos nas sepulturas antes da exumação. No mesmo período, foram inaugurados três novos cemitérios: Vila Nova Cachoeirinha, em 1968, Dom Bosco, em Perus, em 1971, e São Pedro, conhecido como Vila Alpina, no mesmo ano. Em 1971, o diretor do Departamento de Cemitérios da Prefeitura, Fábio Pereira Bueno, acenou que o problema da superlotação estava resolvido:

São necessários 180 mil m² para enterrar as cinco mil pessoas que morrem mensalmente

⁶¹Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”.

em São Paulo. Agora, que o corpo permanece enterrado só por três anos, são necessários 550 mil m² no total, o que equivale a 20 alqueires. Os 23 cemitérios da Prefeitura oferecem atualmente à população 50 alqueires e outros 40 serão conseguidos com as obras de ampliação que estamos executando. Assim, as necessidades atuais são de 20 alqueires e vamos oferecer quase 100, suficientes para atender toda a população até o ano 2000. A situação dos cemitérios é acima de boa.⁶²

Ainda que a construção de um crematório na cidade de São Paulo fosse estudada há algumas décadas, a ideia ganhou força durante a ditadura militar, quando o projeto do Cemitério de Perus incluiu em sua planta um espaço para cremar corpos de indigentes. Nesse momento, Fábio Pereira Bueno⁶³ era assistente do Diretor do Departamento de Serviços Municipais, Cristiano C. Ribeiro de Luz Júnior, e integrou a equipe que organizou a concorrência para adquirir o primeiro forno crematório⁶⁴ da capital. O projeto só não saiu do papel porque a empresa britânica Downson & Mason, contratada para a confecção dos fornos, desconfiou das intenções da encomenda. Em carta enviada à Prefeitura, a empresa se recusou a conduzir a instalação dos fornos e sugeriu a ida de um técnico à Inglaterra:

Parece não haver o *hall* de cerimônias nesse projeto. E também muitas coisas que, francamente, não entendemos, mesmo considerando estarmos associados e trabalhando há 15 anos em projetos de crematórios em todo o mundo.

Gostaríamos de saber qual o motivos de ter duas enormes portas vai e vem, nas posições assinaladas A e B (entradas da sala crematória) porque na maioria dos crematórios a sala propriamente dita, onde as cremações são realizadas, é mantida algo discreta, mesmo que as pessoas e o público em geral peçam para serem conduzidos à tal sala. Seria muitíssimo desagradável que tais portas permane-

cessem abertas o dia todo e todo o dia a qualquer pessoa do público que por ali estivesse vagando. Alguém poderia presenciar cenas altamente emocionais que perturbariam os operadores.⁶⁵

Um novo estudo sobre crematórios foi autorizado pelo prefeito Paulo Maluf e a empresa contratada foi a Engeral S/A⁶⁶. Em 1972, diretores do Departamento de Cemitérios viajaram para estudar o funcionamento dos crematórios e as possíveis mudanças na legislação brasileira para criar um crematório exclusivo para indigentes⁶⁷. No momento em que o país vivia o auge das mortes e desaparecimentos políticos da ditadura militar, o diretor Fábio Pereira Bueno visitou a Argentina e o Uruguai, países envolvidos na Operação Condor – aliança Sul-Americana para coordenar a repressão aos regimes militares – para estudar a legislação sobre cremação. Em 1974, Jayme Augusto Lopes viajou à Europa para estudar o funcionamento dos crematórios e as possíveis adaptações que poderiam ser feitas no Crematório de São Paulo.

O Crematório Municipal foi inaugurado em 12 de agosto de 1974 no Cemitério São Pedro, em Vila Alpina. Segundo a CPI de Perus, a realização do projeto em Vila Alpina, e não em Perus, foi o motivo que impediu que os corpos de militantes políticos sepultados como indigentes no Cemitério Dom Bosco fossem cremados entre 1975 e 1976, quando foram exumados e posteriormente escondidos na vala clandestina.

O receio de uma vigilância social possivelmente tenha sido a razão para que uma violação ainda maior dos despojos (cremação) dos corpos exumados fosse impedida. A transferência de tamanha carga de ossadas do cemitério de Perus ao cemitério de Vila Alpina certamente teria provocado alarde, não apenas entre os funcionários do Serviço Funerário Municipal, que não podem fechar os olhos ao cotidiano dos cemitérios, mas em toda a sociedade que exigia respostas para os inúmeros desaparecimentos produzidos pelo regi-

⁶²SP tem espaço para seus mortos. *Folha de S. Paulo*, 03 nov. 1971. Primeiro Caderno, p.7.

⁶³Entre 1968 e abril de 1970, Fábio Pereira Bueno esteve aposentado da Prefeitura. Na eleição de 1967 da diretoria do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, foi candidato a suplente da diretoria na chapa 2, encabeçada pelo candidato da situação Cyro Peixoto Santos, derrotada pela chapa 1, encabeçada por Hélio Ortiz.

⁶⁴Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo (fls. 201/246 e 4150/4268).

⁶⁵Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 15.

⁶⁶O Gerente de Marketing da Engeral Engenharias e Obras S/A foi estudante da Escola Superior de Guerra Arquivo Nacional ESP_ACE_5415_80_028.

⁶⁷Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 15.

me. [...] A vala clandestina, por todas estas considerações, teria sido a solução mais discreta para que todos aqueles corpos amontoados no velório de Perus, entre os quais de vários presos políticos, desaparecessem.⁶⁸

Em 1988, Antônio Sampaio, presidente da Câmara e prefeito em exercício, batizou o crematório municipal com o nome de Jayme Augusto Lopes pela “marcante atuação, como servidor municipal e, em especial, à frente do SFMSP, à qual prestou relevantes serviços”. A supressão da homenagem é uma das recomendações desta Comissão.

Ainda que a cremação não tenha sido empregada para a ocultação de cadáveres durante a ditadura militar, a legislação criada na época não foi revogada, possibilitando até hoje a cremação de restos mortais de indigentes alocados nos ossários dos cemitérios municipais, como se verá no próximo capítulo.

6 Precariedade e inexistência dos registros legais

6.1 A situação da documentação oficial nos cemitérios, nos arquivos municipais, no arquivo do Estado

Para a elucidação da verdade sobre a participação da Prefeitura Municipal de São Paulo durante a ditadura militar nas violações de direitos humanos que teriam ocorrido nos cemitérios da cidade, a CMV tinha consciência das dificuldades objetivas que teria pela frente, dado o tempo decorrido – de 40 a 50 anos depois dos fatos denunciados – e o contexto político em que essas violações se realizaram. Em investigação desse tipo, o pesquisador tem que se valer, necessariamente, de documentos da época, que possam fornecer dados, informações e esclarecer as circunstâncias em que tais fatos ocorreram, seus autores e os motivos que os impulsionaram.

A partir de abril de 2015, a CMV destacou uma equipe de pesquisadores com o objetivo de recolher documentos e informações oficiais, de fé pública, que pudessem comprovar quantos e quais mortos e desapa-

Ainda que a cremação não tenha sido empregada para a ocultação de cadáveres durante a ditadura militar, a legislação criada na época não foi revogada, possibilitando até hoje a cremação de restos mortais de indigentes alocados nos ossários dos cemitérios municipais

recidos políticos, dentre os relacionados pelos familiares e pela Comissão Nacional da Verdade, foram efetivamente sepultados nos cemitérios da cidade, sob a responsabilidade da PMSP. A busca começou pelos arquivos do IML – livro de declaração de óbito, livro de requisição de exame pericial, livro de corpo delito (laudo necroscópico), livro de fotografias de cadáveres desconhecidos e livro de fotografias de vítimas. Durante todo o ano, os trabalhos prosseguiram junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), no acervo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops).

Foram realizadas visitas aos arquivos dos Cemitérios de São Pedro, em maio de 2015, Vila Formosa, em abril do mesmo ano, Cachoeirinha, Campo Grande, Lajeado e Perus, em outubro de 2015 e Campo Grande, no mês seguinte. O que se observou foram livros em péssimo estado de conservação, com encadernação solta e folhas despedaçadas, muitas vezes impossibilitando a consulta. Em Vila Nova Cachoeirinha, sacos de ossadas dividiam a sala com os livros de registros.

Assim, passo a passo, foi sendo montado o dossiê de cada vítima e a comprovação, dentro do possível, do tratamento dispensado pelas autoridade àquele corpo, desde o óbito, depois pela requisição do exame pericial, pela elaboração do laudo necroscópico, pela declaração de óbito, pelas certidões de óbito expedidas pelos cartórios de registro, até o registro do sepultamento no livro de registro do cemitério para o qual o cadáver foi destinado.

As dificuldades encontradas são aquelas comuns às comissões de memória e verdade que investigam viola-

⁶⁸Apresentação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo, p. 19.

ções ocorridas em período ditatoriais: os violadores apagam indícios, eliminam documentos, falsificam laudos, escamoteiam evidências e informações e atribuem nomes falsos às vítimas.

6.2 As denúncias de destruição criminosa dos livros de registro de inumações no Cemitério do Lajeado

Na década de 1970, três incêndios atingiram o Cemitério do Lajeado, na zona leste de São Paulo, e queimaram livros de registros de sepultamentos. Um vigia morreu. O cemitério sepultava indigentes até o ano de 1971, quando foi inaugurado o Cemitério Dom Bosco, em Perus. O Serviço Funerário Municipal não investigou os motivos dos incêndios, conforme declaração na Comissão Parlamentar de Inquérito “Desaparecidos” da Câmara Municipal de São Paulo. Não há nenhum desaparecido político comprovadamente sepultado no Lajeado, mas as três ocorrências em um curto período de tempo levantam suspeitas quanto à possibilidade de o local ter sido usado para a ocultação de cadáveres durante a ditadura militar.

7 Indigentes

7.1 A indigência no sistema funerário

O termo “indigente” é historicamente usado pelo sistema funerário para definir os cidadãos desprovidos de condições para custear seu enterro. Assim, o Estado assume a responsabilidade de enterrá-los nas quadras gerais dos cemitérios municipais dedicadas àqueles que não podem ter os custos de sepultamento arcados pela família. No latim, o termo significa “a quem falta algo”. A condição de indigente foi qualificada pela primeira vez na Lei Orgânica do Município (LOM), promulgada em 04 de abril de 1990, após o fim da ditadura militar e da Constituição de 1988, ainda que o termo tenha sido utilizado habitualmente nas leis anteriores sobre os cemitérios municipais em São Paulo. A LOM define o indigente como:

Quem ou aquele que vive em indigência, sem con-

dições de suprir suas necessidades, considerando como população de baixa renda.

No artigo 223, dispõe:

Será garantido à população de baixa renda, na forma da lei, a gratuidade do sepultamento e dos meios e procedimentos a ele necessários.

No sistema funerário, a condição de indigente também se aplica em duas situações: os desconhecidos e não reclamados. Desconhecidos são aqueles que não foram identificados no momento da autópsia pelo Instituto Médico Legal (IML); não reclamados são indivíduos encaminhados pelo IML ou pelo Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC) cuja identidade é conhecida, mas não tiveram o corpo reclamado por seus familiares depois da morte. Ambos são encaminhados para o sepultamento gratuito nos cemitérios municipais.

O Instituto Médico Legal (IML) está subordinado à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo e é responsável pela necropsia em casos de suspeita de morte violenta ou vítimas não identificadas. Já o Serviço de Verificação de Óbitos da Capital (SVOC), ligado ao Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo⁶⁹, é responsável pelas autópsias de mortes naturais de cidadãos necessariamente identificados. O IML aguarda 15 dias antes de liberar os cadáveres para o sepultamento, prazo regulamentado através de uma portaria. Já no SVOC, o período mínimo de permanência de um corpo antes de seguir para o cemitério é de 48 horas⁷⁰, mas em 30 dias ele pode ser destinado para estudos nas escolas de Medicina, de acordo com a lei federal 8.501⁷¹, que regula a utilização de cadáveres não reclamados para pesquisas científicas. A promotora do Ministério Público Estadual de São Paulo, Eliane Vendramini, questiona tal autorização:

O fato de o SVOC autopsiar apenas corpos de morte natural tem uma razão de ser: corpos sem nenhuma lesão podem ser utilizados para pesquisa, bônus que motiva a mencionada

⁶⁹Decreto Estadual nº 10.139, de 18/04/1939, reorganizado pela Lei Estadual nº 10.095 de 03/05/1968.

⁷⁰Lei Estadual nº 10.095, de 03/05/1968.

⁷¹Lei Federal nº 8.501, de 30/11/1992.

Faculdade de Medicina a suportar o ônus de parte das autópsias da Capital Paulista⁷²

É importante pontuar que registrar um boletim de desaparecimento não significa reclamar um corpo. Nem o IML nem o SVOC possuem a obrigação legal de consultar os registros da Polícia Civil ou procurar os familiares da vítima. Isso significa que alguém que está sendo procurado, com boletim de ocorrência lavrado pela polícia, pode ser enterrado como um corpo não reclamado.

Uma vez encaminhados aos cemitérios como indigentes, os corpos permanecem nas sepulturas por um período de três anos (dois para crianças de até seis anos)⁷³ e então são exumados e reinumados em uma profundidade maior ou transferidos para os ossários gerais, em vista de liberar espaço para novos sepultamentos. Lá repousam as ossadas daqueles cuja família não quis dar outro destino ao corpo ou sequer foi informada sobre a morte, assim como os restos mortais das vítimas consideradas desconhecidas pelo IML.

7.2 O uso da indigência pela repressão

Durante a ditadura militar, o sepultamento como indigente de militantes assassinados e com a identidade conhecida pelos agentes era uma prática comum para impedir sua localização pela família e acobertar os crimes cometidos pela repressão. Em 1990, após a descoberta da vala clandestina no Cemitério Dom Bosco, a CPI de Perus concluiu:

A condição artificial de indigência atribuída às vítimas fatais da repressão política foi a maneira utilizada pelo IML, com a cumplicidade da Prefeitura de São Paulo, para o ocultamento de cadáveres de desaparecidos políticos.

Assim, como se viu no capítulo anterior, entre 1969 a 1976 os cemitérios de Vila Formosa, Dom Bosco, em Perus, e Campo Grande receberam 47 corpos dos opositores políticos assassinados pela ditadura sob a qualificação de indigentes. Uma vez transformados em

cidadãos desconhecidos ou não reclamados, eles desapareciam no sistema funerário. O fato de 17 vítimas não terem sido encontradas até hoje mostra a fragilidade da condição de indigência. Seja por desleixo dos órgãos públicos ou para ocultar um crime, a prática utilizada pela repressão para ocultar os cadáveres dos resistentes à ditadura é a mesma através da qual hoje cidadãos perdem sua identidade dentro das instituições do Estado, que deveriam zelar pelo corpo e pelo direito das famílias ao sepultamento de seus parentes.

7.3 Prolongamentos do regime ditatorial

7.3.1 O desaparecimento na atuação da polícia

A abertura da vala de Perus foi possível graças à denúncia do jornalista da TV Globo Caco Barcellos, em 1990. Quando encontrou os registros que levaram à revelação das mais de mil ossadas sepultadas clandestinamente, Barcellos pesquisava os crimes praticados pela Polícia Militar do Estado de São Paulo nos vinte anos anteriores. A unidade, criada como força auxiliar do Exército, foi constituída na ditadura militar e já se desconfiava que era uma das mais letais do mundo. Segundo o jornalista, na década de 1990, cresciam as denúncias da repressão aos militantes políticos durante a ditadura, mas pouco se falava sobre a violência praticada pelo Estado aos cidadãos comuns no mesmo período. Publicada em 1992 no livro *Rota 66*, a investigação de Caco Barcellos durou sete anos e mapeou o trabalho da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), tropa do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, que nas duas décadas pesquisadas foi responsável por mais de 4 mil mortes. Em audiência pública da Comissão Municipal da Verdade no dia 2 de junho de 2016, Barcellos afirmou que o discurso usado contra os militantes políticos na ditadura era e ainda é o mesmo empregado para justificar a violenta ação da polícia contra a população pobre e negra:

[...] as vítimas do regime militar, como eram narradas as suas histórias, como a imprensa narrava? Narrava a partir do relato oficial dos

⁷²Artigo da Promotora Eliana Vendramini: O Ministério Público em busca de desaparecidas: a função social dos ossários perpétuos em cemitérios públicos. (Nesta seção, mantivemos as notas de rodapé conforme incluídas no relatório de 2016, disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upl oad/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD\(1\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upl oad/direitos_humanos/RelatorioCMV_DVD(1).pdf)).

⁷³Lei nº 7.656, de 1971.

envolvidos, do comando militar que divulgava. Geralmente era: na abordagem dos meliantes (antes eram dos comunistas, dos guerrilheiros ou dos terroristas) as nobres forças (não chamavam de repressão, mas de forças de segurança) foram agredidas pelos terroristas que dispararam contra as forças de segurança, que foram obrigadas a reagir. Na reação, os terroristas foram feridos, socorridos num gesto humanitário (vítima baleada você socorre), foram levados para o hospital, onde não resistiram aos ferimentos e morreram. Esse é um clássico. Se você pegar abril de 1970, quando foi criada a ROTA, e abril de 1980, 10 anos depois, o relato é o mesmo. Só que como não são mais guerrilheiros, viraram meliantes, marginais, traficantes. Talvez, no futuro, seja o quê? Religiosos, membros da Câmara dos Vereadores que vão reagir, sei lá. Eles vão determinar quem vão matar. Tem sido assim até agora, já mudou da guerrilha para assaltante, depois para traficante, principalmente no Rio de Janeiro. São grupos considerados os inimigos públicos número um. O relato é o mesmo para cada grupo desses.

A transformação das vítimas em indigentes para apagar os vestígios dos crimes foi observada como uma prática comum nas mortes registradas pela Polícia Militar:

Começávamos ali rapidamente a identificar que quase nunca se tratava de um bandido desconhecido. Era sim um indivíduo, um

jovem que havia saído de casa, provavelmente com documentos, em alguns casos foi visto sendo detido e apareceu cadáver sem nenhum documento em algum hospital da cidade de São Paulo⁷⁴.

Para o jornalista, a população mais pobre continua sendo morta e desaparecida pelo Estado longe da vigilância da sociedade, que não se atenta aos crimes que acontecem na periferia:

Ah, se praticou três assaltos, vai para a geladeira do hospital. Não será preso. Provavelmente, se não tiver nada, poderá ser solto, poderá ser liberado. Talvez, tenha sido a única diferença em relação ao passado. Depende do humor de ocasião. Depende da necessidade de ocasião. Se houver um morto, um policial militar morto naquela semana, muitos dos presos serão executados e virarão indigentes. Eles queimam a documentação, destroem a documentação para impedir possíveis investigações sérias, que não existem, na real, no Brasil, salvo honrosas exceções⁷⁵.

7.3.2 O desaparecimento forçado ou red desaparecimento

Em 2013, a promotoria do Ministério Público Estadual de São Paulo criou o Programa de Localização de Desaparecidos (PLID). Uma investigação nos registros do IML e SVOC apurou que, apesar de dispor de dados que os identificavam, os corpos de cerca de 3 mil necropsiados pelos órgãos estaduais foram sepultados como desconhecidos entre 1999 e 2013. A pesquisa também revelou que pessoas oficialmente reclamadas como desaparecidas em boletins de ocorrência registrados pela Polícia Civil são enterradas como indigentes sem que seus familiares sejam informados. A promotoria batizou essa situação de *redesaparecimento*. Em audiência pública da Comissão Municipal da Verdade em 2 de maio de 2016, a promotora Eliane Vendramini, responsável pelo programa, explicou:

Uma investigação nos registros do Serviço de Verificação de Óbitos e do IML apurou que, apesar de dispor de dados que os identificavam, os corpos de cerca de 3 mil necropsiados pelos órgãos estaduais foram sepultados como desconhecidos entre 1999 e 2013. A promotoria batizou essa situação de “redesaparecimento”

⁷⁴Caco Barcellos em audiência realizada pela Comissão Municipal da Verdade em 02/06/2016.

⁷⁵idem.

[...] É um neologismo. A pessoa desapareceu, apareceu em forma de corpo, e o Estado desapareceu com elas. Isso acontece, a princípio, com as pessoas registradas como desaparecidas na Polícia Civil. Essa falta de diálogo não é só intersecretarial, ela existe dentro da mesma Secretaria de Segurança Pública, porque são três órgãos dentro da mesma secretaria de Segurança Pública Estadual que não dialogam.

O IML, que possui 72 unidades no Estado de São Paulo, não tem um sistema de digital e unificado, o que obrigaria a família que está buscando um parente desaparecido a peregrinar pelo Estado em busca do corpo. Segundo a promotora, “a inconstitucional omissão está documentada e ocorre nos serviços públicos de autópsia da capital, IML e SVO, bem como na Polícia Civil, ferindo os direitos fundamentais da personalidade que foi cada cadáver, os direitos da sua família, bem como o direito de informação de ambos”.⁷⁶

A falta de cruzamento de dados produz histórias como a de um senhor de 72 anos com esclerose que desapareceu após sair de casa em janeiro de 2000. A família registrou um boletim de ocorrência de desaparecimento⁷⁷ no 64º Distrito Policial. Em março do mesmo ano, depois de passar mal na rua, ele foi levado a um hospital e morreu. Sua identidade era conhecida, mas o SVOC, para onde foi levado para a necropsia, não procurou a família. Depois de 72 horas, ele foi enviado para sepultamento como um corpo não reclamado. O boletim de ocorrência de óbito⁷⁸ foi registrado no 32º Distrito Policial. A família só foi informada da morte quinze anos depois, em 2015, quando comunicada pelo PLID, que cruzou os dois registros.

Mais recentemente, em 2015, um jovem teve um infarto em via pública. A família imediatamente registrou o boletim de ocorrência de desaparecimento⁷⁹ na delegacia especializada. Seu corpo foi periciado pelo IML, que em quatro dias obteve sua identificação completa junto ao Instituto de Identificação após a análise das digitais. O boletim de ocorrência de óbito⁸⁰ foi registrado no 26º Distrito Policial, mas a família não foi procurada e o jovem foi sepultado como indigente não

reclamado. Mais de um mês depois, o PLID comunicou sua localização.

Segundo o Ministério Público, “o fato de mandar inumar em terreno público, como se indigente fosse, corpos de pessoas cuja família está oficialmente à procura é ilegal e inconstitucional”. A promotora Eliane Vendramini aponta o problema como mais um prolongamento dos tempos da ditadura militar, privando as famílias do direito inalienável de enterrar seus mortos:

Percebemos o que herdamos como maldade na época da ditadura. Nós temos, hoje, uma omissão que chamamos de desaparecimento forçado por omissão. Ele é forçado na medida em que o Estado tem mais poder que o cidadão de brechar esse tipo de atuação. Então, ele não é eventualmente mais forçado pela violência. Temos dados estatísticos que comprovam que uma das formas de desaparecimento é a violência policial, mas ele é também forçado pela maneira como se procede à inumação, mandando o corpo ao Serviço Funerário sem o mínimo ético organizacional e deixando as famílias à busca por mais de 15 anos.

7.4 A lei nº 7.017/1967 e os limites legais para a cremação dos restos mortais de indigentes

Desde 19 de abril de 1967, está em vigor a lei que regula a prática da cremação na cidade de São Paulo. O projeto foi apresentado à Câmara Municipal por Antônio Sampaio, mas não foi à votação porque a legislação da época permitia ao regime militar aprovar apenas os textos do Poder Executivo. O prefeito Faria Lima enviou aos vereadores um novo projeto de lei acrescentando dois parágrafos que autorizavam a cremação de indigentes. O artigo 2º da lei nº 7.017, aprovada pela Câmara Municipal, diz:

Parágrafo segundo: Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresse consentimento da

⁷⁶O Ministério Público em busca de desaparecidos: a função social dos ossários perpétuos em cemitérios públicos. Artigo da Promotora Eliana Vendramini. No prelo.

⁷⁷Boletim de Ocorrência de Desaparecimento nº 272/2000 do 64º Distrito Policial.

⁷⁸Boletim de Ocorrência de Óbito nº 1.420/2000 do 32º Distrito Policial.

⁷⁹Boletim de Ocorrência de Óbito nº 347/2015.

⁸⁰Boletim de Ocorrência de Óbito nº 4.997/2015.

autoridade policial competente.

Parágrafo terceiro: A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados.

Mesmo com o fim da ditadura, a lei nunca foi revogada. A cremação de corpos desconhecidos ou não reclamados não pode ser realizada pois vai de encontro aos fundamentos da Constituição Federal de 1988, que diz que pertence à família o corpo do ente falecido. No entanto, isso não impede que tais restos mortais, quando alocados nos ossários gerais ao fim do tempo nas sepulturas previsto em lei, sejam incinerados para liberar espaço nos cemitérios municipais. Considerando a omissão do Estado na hora de identificar seus mortos e oferecer-lhes o direito ao sepultamento pela família, como foi revelado neste capítulo, é necessário impedir que a memória das vítimas ou os crimes cometidos pela polícia possam ser apagados em definitivo. A revisão da lei nº 7.017/1967 é uma das recomendações desta Comissão para que seja suprimido qualquer subterfúgio que permita que as violações aos direitos humanos ocorridas durante a ditadura voltem a acontecer.



A retomada

*E quando passarem a limpo
E quando cortarem os laços
E quando soltarem os cintos
Façam a festa por mim*

Ivan Lins e Vitor Martins, em “Aos nossos filhos”

— Os comunistas estão chegando.

— Eu vi. Que absurdo.

O burburinho foi se alastrando como rastilho de pólvora no mausoléu da Polícia Militar. Uma afronta. Na mesma hora da cerimônia em homenagem aos policiais mortos no cumprimento do dever. Só podia ser provocação.

O encontro no Cemitério do Araçá no Dia de Finados era uma tradição de décadas. Naquele sábado, 2 de novembro de 2013, não haveria de ser diferente. Cadeiras de plástico dispostas em fileiras nas duas laterais da praça cívica acomodavam autoridades da corporação, devidamente paramentadas com suas insígnias e medalhas. E também representantes do Poder Legislativo e da Secretaria de Segurança Pública do Estado.

Empossado em 1º de janeiro, o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, fez-se representar pelo superintendente do Serviço Funerário, Sérgio Trani, que ouviu o bochicho como se não estivesse ali. Que comunistas seriam esses? Onde eles estariam?

Cerimônia bonita, com apresentação do coral da PM, flores e orações. O inspirador conjunto escultórico com dezesseis estátuas em bronze esculpidas por Vilmo Rosada e distribuídas pela praça intensificava o

caráter solene da cerimônia, marcada para as 9 horas da manhã. Logo atrás das cadeiras, os dois ossários verticais somavam mais de duas centenas de nichos reservados aos “heróis da PM”, como são chamados por seus pares os policiais mortos em serviço. Descendo as escadas, três andares igualmente destinados às sepulturas de policiais militares completam o imponente mausoléu.

— Queria saber o que esses comunistas estão fazendo num cemitério; não são todos ateus? — provocou um parlamentar que fizera carreira na polícia.

— E você viu que tem até terrorista aí no meio? — comentou outro.

— Os terroristas de sempre.

A poucos metros dali, junto ao ossário geral, os “comunistas” davam início à sua própria celebração: um ato ecumênico pelo dever e pelo direito de sepultar os mortos, conforme impresso no cartaz de divulgação. Ativistas de direitos humanos, ex-presos políticos, jornalistas, artistas e parlamentares de esquerda reuniam-se para homenagear os mortos e desaparecidos da ditadura militar.

O encontro, promovido anualmente no Dia de Finados, cada edição num cemitério diferente, era

Perito do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp faz a triagem de material retirado da vala. Os trabalhos de análise e identificação das ossadas foi retomado em 2014 graças a um convênio firmado entre Unifesp, Prefeitura de São Paulo e Governo Federal

uma iniciativa conjunta de uma série de organizações, entre as quais a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e o Comitê Paulista pela Memória, Verdade e Justiça, com apoio da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, do Conselho Latino Americano de Igrejas e do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, além de todas as Comissões da Verdade em atividade naquele momento em São Paulo: a Nacional, a da Assembleia Legislativa (Alesp) e a da Câmara Municipal. No ano anterior, fizeram no cemitério de Vila Formosa. Agora, fariam no Araçá, onde as ossadas de Perus tinham sido mais uma vez abandonadas.

Também no Araçá, quase um século antes, duas centenas de covas clandestinas teriam sido abertas, nas noites de 15 e 16 de julho de 1917, para enterrar, às pressas e sem avisar as famílias, trabalhadores em greve assassinados pela repressão. São Paulo fervia na primeira greve geral da história do Brasil. A morte do jovem operário José Martinez, pela cavalaria, no início do mês, deflagrara a ampliação do movimento grevista e sua radicalização, como narrou em 2017, ano do centenário, o jornalista José Luiz Del Roio no livro *A Greve de 1917*. Policiais também foram mortos pelos manifestantes, que organizaram emboscadas, e estão homenageados nas esculturas do mausoléu. Não faltavam motivos para fazer no Araçá o encontro daquele ano.

Um dos “terroristas de sempre” que chegou ao Araçá para participar do ato foi o deputado estadual Adriano Diogo, presidente da Comissão da Verdade Rubens Paiva, na Alesp. Com seu apoio, por meio de uma emenda parlamentar, os artistas Celso Sim e Anna Ferrari haviam acabado de montar uma instalação ali mesmo no ossário geral, cujos nichos abrigavam centenas de sacos com esqueletos sob a custódia do IML e, desde 2001, as agora 1.046 ossadas de Perus – uma vez que três das 1.049 encontradas na vala já haviam sido identificadas, em 1991, 1992 e 2005. A inauguração da obra estava agendada para o dia seguinte, 3 de novembro, um domingo, como uma das atrações da 10ª Bienal de Arquitetura de São Paulo.

Celso e Anna haviam corrido durante a semana para deixar tudo pronto antes do feriado. Uma nota

publicada na imprensa havia noticiado que a inauguração seria no próprio dia 2, o que motivou os artistas a improvisarem duas sessões extraordinárias naquela tarde, logo após o ato ecumênico. Uma espécie de pré-estreia.

Por volta das 10 horas, Adriano Diogo conversava com Celso Sim quando familiares de mortos e desaparecidos começaram a chegar. Celso explicava que o ossário não comportaria o ato ecumênico porque havia um limite de vinte pessoas por vez no espaço. Mas o labirinto de paredes coloridas construído na área externa poderia ser utilizado. O gerador de energia, os spots de luz, o equipamento de som, todo o resto estava à disposição dos organizadores do ato inter-religioso.

Aos 73 anos, Anivaldo Padilha, líder da igreja metodista preso na Oban em 1970 e exilado de 1971 a 1984, foi um dos primeiros a chegar. Maria Rita Kehl, psicanalista e membro da Comissão Nacional da Verdade, rondava a instalação, curiosa para saber como tinha ficado. Dom Odilo Scherer, arcebispo de São Paulo desde 2007, também compareceu, assim como religiosos do candomblé, da umbanda e de outras igrejas cristãs. Passava das 10h30 quando o Coral Luther King, comandado pelo maestro Martinho Lutero, começou a se apresentar. Atores leram trechos da peça *Antígona*, de Sófocles.

Por volta das 11h30, o ato em memória dos mortos e desaparecidos políticos ainda não havia terminado quando os policiais militares, o chefe da corporação e alguns parlamentares da “bancada da bala” começaram a deixar o mausoléu. Antes de partir, alguns deles resolveram descer até o ossário geral para ver de perto a balbúrdia dos “comunistas”. Somente agora, notavam a instalação de Celso e Anna. Aparentemente, os artistas haviam invadido o ossário geral e colocado caixas de som, projetores, spots de luz. Notaram, também, que a instalação fazia apologia da ocupação artística de cemitérios e crematórios. Uma profanação! Quem tinha autorizado? Desta vez o novo prefeito tinha ido longe demais.

O pior não era isso, notaram. Junto à entrada do ossário, os artistas haviam fixado um totem de mármo-

re em homenagem aos “terroristas” mortos durante a “revolução” de 1964. Como se não bastasse, haviam fixado também um painel com um texto no qual outro “comunista”, Ivan Seixas, discorria sobre a vala de Perus, sua origem e suas implicações na perpetuação da violência de Estado.

No início da tarde, a aglomeração em torno do ossário geral havia se dispersado. Milhares de famílias de diversos bairros de São Paulo e também do interior garantiram o movimento intenso e a profusão de flores sobre lápides e jazigos até o fechamento dos portões, às 19h.

Naquela madrugada, a instalação de Celso Sim e Anna Ferrari foi depredada.

— Vem pra cá imediatamente — Wilton Assis, o administrador, avisou Celso por telefone por volta das 7h30. — Aconteceu um crime aqui no Araçá. Destruíram tua obra. Tem um monte de ossos espalhados pelo cemitério.

Quando Celso chegou, meia hora depois, os funcionários corriam para guardar os ossos rapidamente e, assim, evitar que os frequentadores os vissem, principalmente as crianças. Era domingo, o dia mais movimentado da semana, e logo após Finados. Em pouco tempo, o cemitério ficaria lotado.

A pressa em resolver a situação comprometeu a qualidade da perícia. A equipe da Polícia Civil chegou apenas depois de Celso, quando os sepultadores já tinham devolvido os ossos nos sacos e nos nichos – sabe-se lá se nos sacos e nos nichos corretos. As ossadas de Perus, verificou-se depois, não tinham sido afetadas pela ação. Os vândalos haviam arrombado as tampas dos nichos mais próximos à entrada do ossário e não chegaram a mexer nas mais de sessenta gavetas ocupadas pelo material proveniente da vala, armazenadas mais ao fundo. Essas, pelo menos, continuavam em seus devidos lugares.

Para Celso Sim e para o administrador do cemitério, não havia dúvidas de que o vandalismo tivera motivação política. Aquele atentado, feito em repúdio à obra e ao ato ecumênico da véspera, não era a primeira manifestação de viés conservador registrado no Araçá naquele semestre. Um mês antes, a Secretaria Municipa-

pal de Direitos Humanos e Cidadania havia fixado lambe-lambes no muro do cemitério, de frente para a Avenida Doutor Arnaldo, com fotografias dos protestos ocorridos na cidade meses antes, nas chamadas jornadas de junho. A censura foi imediata. Um ou dois dias depois, as imagens amanheceram rasgadas e pichadas. “Viva PM!”, dizia uma das pichações.

O vandalismo não se restringiu ao vilipêndio das ossadas. Estátuas foram derrubadas. Dentro do ossário geral, ora convertido em instalação artística, dois dos cinco monolitos de mármore utilizados como tela de projeção na obra de Celso Sim e Anna Ferrari tinham sido derrubados e despedaçados, cada um pesando mais de meia tonelada.

Ao saber do atentado, os membros da Comissão Nacional da Verdade telefonaram para Celso e disseram a ele que gostariam de ir a São Paulo para a inauguração. Por isso, pediam que ele adiasse a vernissage por uma semana.

— Em três dias eu resolvo e já quero inaugurar — Celso respondeu.

Ele e Anna optaram por expor o ato de violência em vez de disfarçá-lo. Ajustaram os equipamentos para que os vídeos fossem projetados nos fragmentos de mármore espalhados pelo chão. Representantes da CNV conseguiram se organizar e chegaram a tempo de prestigiar a abertura oficial, entre eles o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias. A instalação, intitulada *Penetrável Genet*, havia se transformado em gesto de resistência, um segundo ato em memória dos mortos e desaparecidos políticos promovido na mesma semana e no mesmo local. A repercussão era muito maior do que a prevista antes da depredação. No dia 4, uma imagem do casal de criadores diante de um monolito despedaçado estampava a primeira página da *Folha de S. Paulo*.

O inquérito policial aberto para apurar aquela ocorrência foi concluído pouco tempo depois sem que nenhum suspeito fosse citado – e sem que nenhuma das pessoas presentes à cerimônia no mausoléu da PM fosse interrogada. Para os “comunistas”, havia restado uma certeza: aquele local não era adequado para guardar as ossadas de Perus.

Meses antes do episódio no Araçá, em abril daquele ano, o recém-empossado prefeito Fernando Haddad havia se reunido com os principais coletivos dedicados ao tema da memória e da verdade, entre eles a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A intenção do prefeito, ainda no primeiro semestre de mandato, era fazer uma consulta sobre as principais reivindicações nessa área. Ele havia acabado de criar a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, inédita em São Paulo, e vinha definindo com o secretário Rogério Sottili as principais atribuições e objetivos da pasta.

Memória e verdade ainda não constituíam uma coordenação específica dentro da Secretaria, como aconteceria em seguida, sob a condução da até então chefe de gabinete de Sottili, Carla Borges, que já havia trabalhado com ele em Brasília no período em que Sottili foi secretário-executivo da Secretaria Geral da Presidência. Convidado em dezembro para inaugurar uma secretaria municipal de direitos humanos, Sottili mudou-se para São Paulo cheio de ideias para a pasta. Herdara da campanha eleitoral o compromisso de criar uma Comissão da Verdade da Prefeitura, mas ainda não tinha clareza sobre outros programas e políticas públicas que deveriam ser elaboradas no âmbito do direito à memória e à verdade. A reunião de abril tinha essa função.

Naquela reunião, foram propostas medidas diversas, como a criação de centros de memória e a alteração dos nomes de ruas que, ainda, homenageavam torturadores e outros violadores de direitos, como Sérgio Paranhos Fleury, notório torturador e chefe do Dops, eternizado nas placas de sinalização de uma rua na Vila Leopoldina. Entretanto, ficara evidente que havia uma demanda maior que todas as outras: retomar as análises das ossadas de Perus e encontrar um destino para elas.

Lideranças dos coletivos por memória, verdade e justiça trouxeram a denúncia da Equipe Argentina de Antropologia Forense de que o ossário geral do Araçá não era um local adequado para armazenar aquele

material. Havia infiltrações, problemas de temperatura e de umidade, sinais de fungos e nenhum cuidado com a preservação arqueológica. Não apenas os trabalhos estavam estagnados, uma constante na história das ossadas, como havia o perigo de comprometer sua integridade física e a viabilidade das identificações. As intempéries poderiam destruir as moléculas necessárias para a análise genética.

Agora, havia uma diferença importante em relação a 1990, quando a prefeita Luiza Erundina assumira para si a responsabilidade por firmar convênios e monitorar os trabalhos com as ossadas. Desde 1995, quando foi criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP) – primeiramente vinculada ao Ministério da Justiça e, a partir dos anos 2000, à Secretaria Especial de Direitos Humanos – a responsabilidade por investigar mortos e desaparecidos, incluindo os trabalhos com as ossadas suspeitas de pertencer a perseguidos políticos, era da comissão. Em razão disso, não seria possível retomar os trabalhos sem o protagonismo do Governo Federal.

Também não seria possível proceder às análises sem recorrer a alguma estrutura policial, fosse o IML ou a Polícia Científica. Essas instituições exerciam uma espécie de oligopólio da medicina legal no país. Nenhuma análise em ossos humanos seria reconhecida pelo Estado sem a assinatura de algum perito de uma dessas instituições, o que fazia com que os familiares torcessem o nariz.

As tratativas começaram ali mesmo. Uma pequena reforma no ossário seria iniciada imediatamente, com recursos do Serviço Funerário, para conter as infiltrações. Sottili, em nome da Prefeitura, aproveitaria uma viagem a Brasília para conversar sobre as ossadas com Maria do Rosário, gaúcha de Veranópolis como ele e titular da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Era preciso aproveitar o que parecia uma importante conjunção astral: pela primeira vez após muitos anos, Governo Federal e Governo Municipal eram administrados por políticos do mesmo partido e sensíveis à luta por memória, verdade e justiça. O Brasil tinha uma ex-presença política na Presidência da República. Os

astros estavam alinhados, e esse alinhamento não duraria para sempre.

A sensação de urgência aumentaria após o atentado no Dia de Finados.

— É preciso tirar esses ossos daqui.

Rogério Sottili estava especialmente agitado após o vandalismo no cemitério. Os telefonemas se sucediam num ritmo impressionante. De um lado, familiares de mortos e desaparecidos, repletos de razão, exigiam alguma providência.

— Vocês vão deixar os ossos serem roubados ou destruídos?

Vocês, no caso, eram os servidores da Prefeitura. Na condição de secretário municipal, Sottili personificava as expectativas em relação às ossadas. Não apenas ele, toda a equipe de direito à memória e verdade, já constituída como coordenação, e também os responsáveis pelo Serviço Funerário e pela Secretaria de Serviços, à qual os cemitérios eram vinculados. A pressão para que a solução fosse rápida superava a pressão para que fosse a melhor possível. Havia urgência. E muita.

— Precisa resolver isso logo — Sottili conversou com Maria do Rosário a fim de colocá-la a par dos acontecimentos recentes, ciente de que a CEMDP deveria liderar a busca de uma saída.

O atentado ao ossário ainda repercutia na imprensa quando a ministra tomou a iniciativa de convocar para janeiro de 2014 dois dias de reuniões sobre as ossadas. Os encontros seriam feitos no escritório da Presidência da República em São Paulo.

O gabinete regional da Presidência ocupava todo o terceiro andar do edifício do Banco do Brasil, na esquina da Avenida Paulista com a Rua Augusta. Foram convidados os membros da Comissão Nacional da Verdade e da Comissão Estadual da Verdade, além de familiares de mortos e desaparecidos e a equipe da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. A Presidência também providenciou passagens para os coordenadores da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) e da Equipe Peruana de Antropologia Forense (EPAF), que se somariam ime-

diatamente aos trabalhos, primeiro como consultores e, em seguida, como membros do comitê científico.

Coordenadora de Direito à Memória e à Verdade na Prefeitura, Carla Borges ficou surpresa ao chegar à reunião com alguma antecedência e descobrir que a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência tinha convidado a superintendente da Polícia Técnico-Científica de São Paulo, Norma Bonaccorso.

Norma era a gestora à frente do IML. E também uma das pessoas citadas na ação civil pública movida em 2008 pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão. Na ocasião, fora processada por não ter feito o uso adequado do equipamento adquirido pela Secretaria de Segurança Pública para realizar a análise de DNA das ossadas de Perus, uma omissão que contribuiu para prolongar ainda mais a espera dos familiares.

Carla anteviu a reação dos familiares e ligou para o chefe, que estava a caminho:

— Rogério, vai ter uma pessoa do IML na reunião — avisou. — Os familiares vão cair matando em cima da gente.

Carla e Rogério tinham a sensação permanente de caminhar na corda bamba. E sem sombrinha. Um gesto, um comentário mal colocado, uma proposta que fosse mal recebida por aqueles que se dedicavam havia três décadas à busca pelos desaparecidos poderia fazer com que todo o empenho na retomada das análises desmoronasse.

Desta vez, a superintendente se mostrou especialmente solícita. Afirmou que o IML da Rua Teodoro Sampaio estava à disposição para receber as ossadas e se encarregar dos trabalhos de perícia.

— Estamos num outro momento. Vamos reescrever essa história — prometeu.

A proposta recebeu o apoio de Eugênia Gonzaga. Na concepção da procuradora da República, a mesma que conseguira judicializar a questão por meio das ações civis públicas movidas cinco anos antes, não haveria como fugir do IML. Era melhor mandar as ossadas para lá do que esperar que elas fossem destruídas por fungos e infiltrações.

Sottili concordava. Não tinha escapatória. Primei-

ro, por implicações legais, uma vez que somente o IML poderia ser legalmente responsável pelas análises e pelas eventuais identificações que viessem a acontecer. Segundo, em razão da ausência de alternativa. Quem mais estaria apto a desenvolver esse trabalho no Brasil?

Adriano Diogo, por sua vez, arregalou os olhos. Que proposta era aquela? O que Amelinha ou Ivan achavam disso? O que Crimeia diria?

— Já vi esse filme — Amelinha reagiu. — De novo essa história de mandar pro IML.

Não havia solução fácil. Quinze anos depois, os familiares viam-se novamente envolvidos nas mesmas discussões travadas em 1998 e mediadas pelo então secretário estadual de Justiça, Belisário dos Santos Jr., e pelo jovem procurador da República dos Direitos do Cidadão, Marlon Weichert, que parecia cair de parquedas num tema que desconhecia por completo. Agora, como naquela época, o IML parecia monopolizar as análises periciais em ossos humanos. Tanto Nelson Massini e Badan Palhares, da Unicamp, quanto Daniel Muñoz, da USP, só puderam coordenar os trabalhos com as ossadas nos anos 1990 e 2000 porque conciliavam a atividade universitária com o cargo de perito do IML.

— A sugestão de levar as ossadas para o IML não tem o apoio dos familiares — Adriano comentou. Era melhor não perder tempo nessa proposta.

Aventou-se como alternativa a hipótese de abrigar as ossadas numa universidade, um local de ciência, e montar um convênio para que um perito do IML pudesse executar ali os trabalhos, um formato parecido com o que fora adotado no Departamento de Medicina Legal da Unicamp e no Instituto Oscar Freire, da USP. Deixar as ossadas sob a tutela do IML não parecia viável.

— Assim é bem melhor — Amelinha concordou. — Mas que universidade?

— Vocês estão loucos de mandar de novo para a universidade? — agora era Crimeia quem falava. — Não basta a forma como fomos tratados na Unicamp e na USP?

Pronto. Estaca zero. Um olhava pela janela, outro tamborilava no tampo da mesa. A construção de uma

solução conjunta parecia cada vez mais distante. Todos ali pareciam ter razão. Todos os argumentos eram razoáveis. Nada servia, nem o IML nem as universidades.

— E a Unifesp? — Ivan lembrou que a Universidade Federal de São Paulo havia criado sua própria Comissão da Verdade em meados do ano anterior, pouco antes do atentado ao Araçá. Havia, ali, uma nova gestão na reitoria e também uma equipe dedicada. Edson Teles, filho de Amelinha, era professor no campus de Guarulhos.

Rogério comentou que já havia feito uma primeira consulta à reitora, Soraya Smaili, quando a recebera em seu gabinete, juntamente com a professora Ana Nemi, integrante da Comissão da Verdade da Unifesp, em dezembro. A reitora fora convidada para conversar sobre outros temas, relacionados à coordenação de políticas para idosos, com a coordenadora Guiomar Lopes e o secretário. Sottili aproveitara para introduzir o tema das ossadas. Soraya ficara entusiasmada com a possibilidade de contribuir com os trabalhos, mas se mostrara reticente diante da hipótese de assumir a guarda do material ou a responsabilidade pela perícia.

— Acabamos de assumir a reitoria — Soraya declarou. — A Unifesp vem de um processo difícil, após oito meses de greve, e temos um monte de coisa para ajustar para colocar a casa em ordem.

Ainda segundo Soraya, professores vinculados à Comissão da Verdade da Unifesp haviam viajado a Buenos Aires, conhecido as avós da Praça de Maio, grupo de mães de desaparecidos políticos mortos durante a ditadura argentina, e visitado a Equipe Argentina de Antropologia Forense, a EAAF, especializada na análise de ossadas do período da repressão. Desde então, havia uma ideia pouco concreta de criar algo parecido na Unifesp. No entanto, não havia na Unifesp um espaço adequado para aquela investigação nem docentes especialistas no assunto. Em resumo: seria impossível.

Mesmo assim, Sottili concluiu seu relato na reunião de janeiro comentando que nada impedia que alguém procurasse novamente a reitora.

— Alguém aqui tem relação pessoal com a Soraya?

Ninguém tinha.

Embora pouco se tenha avançado naquela reunião, os encaminhamentos foram definidos. Carla Borges faria uma visita técnica ao IML acompanhada de um dos peritos estrangeiros e de familiares a fim de conferir a estrutura e a necessidade de reformas. Foi um desastre. O entra e sai de policiais e de cadáveres, a proximidade das mesas de necropsia, o movimento permanente de presidiários que chegavam para fazer exame de corpo de delito, famílias desesperadas à procura do pai que sumiu, do filho que não voltou para casa, o choro de quem deixava a câmara fria após reconhecer um parente, tudo ali confirmava a sensação de que seria impossível realizar naquele ambiente um trabalho delicado e meticuloso como a análise daquelas ossadas.

Faltava um espaço com entrada independente, calmo, que comportasse as equipes de antropologia e arqueologia forense. Faltava segurança para a guarda daquele material e também um sistema de climatização apto a conservar em condições adequadas as 1.046 caixas que viriam do Araçá. A hipótese, já remota, de transferir as ossadas para o IML foi definitivamente descartada.

Amelinha, por sua vez, foi escalada para insistir com a reitora. Ela tinha um plano.

— Vou ligar para a Léo.

Professora de sociologia e pró-reitora de Extensão da Unifesp até tomar posse como ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, em 2012, Eleonora Menicucci, a Léo, tinha militado em duas organizações armadas, a Política Operária (Polop) e o Partido Operário Comunista (POC), e passara uma temporada com Dilma Rousseff na Torre das Donzelas, a ala feminina do Presídio Tiradentes, um dos principais locais de detenção de presos políticos no início dos anos 1970.

Sottili tomou a iniciativa de também contatar Eleonora naquela semana, em nome da Prefeitura, para que houvesse uma abordagem institucional. Tanto para Amelinha quanto para Sottili, Eleonora prometeu que falaria com a reitora.

Um grupo de familiares pediu uma reunião com

Soraya, na reitoria da Unifesp, e Eleonora telefonou para ela na hora exata em que a reunião começaria. Já estavam na sala, à espera de Soraya, o próprio Sottili, um representante da Cruz Vermelha e familiares de desaparecido. Soraya pediu licença para atender à ministra.

— Soraya, você vai receber uma proposta agora, que é de abrigar as ossadas de Perus e se responsabilizar pela análise desse material.

A reitora quase caiu da cadeira.

— Mas...

— O que está acontecendo é o seguinte. As ossadas estão há mais de uma década no Araçá, num local sem condições de abrigar esse material, e agora estão querendo levar para o IML, o que não é aceitável.

— Mas a Unifesp não pode... A gente não tem espaço, não tem recursos, não sabe nem por onde começar.

— Fica tranquila que a gente vai ajudar. Vou conversar com o ministro da Educação. Nós vamos conseguir os recursos, as coisas vão acontecer.

A reitora resistia. Temia repetir a experiência da Unicamp, ou seja, pegar o trabalho e depois não ter condições de dar continuidade a ele. Principalmente, não tinha confiança. Seu medo era que o Governo promettesse recursos, colocasse no orçamento, mas depois não empenhasse o valor prometido. E a Unifesp, ela sabia, não estava numa situação confortável para absorver contingenciamentos não previstos.

De fato, aquele seria um ano muito difícil para as universidades federais como um todo. Os repasses do Governo para o ensino superior cairiam de R\$ 8,7 bilhões em 2013 para R\$ 7,8 bilhões em 2014, uma redução de 10%. A Unifesp fecharia o ano com dívidas, o que nunca tinha acontecido, desde sua fundação, em 1994.

Soraya ainda tentava processar aquele pedido da ministra quando o telefone tocou novamente, antes que ela tivesse voltado para a reunião.

— Soraya, aqui é a Amelinha. Só você vai poder resolver isso. Não podemos aceitar que esse trabalho vá para o IML. Tem que ir para a Unifesp, não tem outro lugar. A gente confia em você.

Não teve jeito. Soraya entendeu que não podia

dizer não. Sentiu que era um daqueles momentos da História em que não se tem opção.

De volta à reunião, a reitora ouviu cada palavra. Sottili reiterou a proposta de se firmar um termo de cooperação e garantir recursos que viriam da Secretaria de Direitos Humanos, via Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Prefeitura de São Paulo, via Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, e também do Ministério da Educação, por meio de rubricas específicas que ampliariam o repasse para a universidade.

— Vou precisar de muito apoio — Soraya resumiu, aceitando o desafio.

Nas semanas seguintes, uma nova rodada de conversas foi feita em Brasília. Primeiro com Eleonora Menicucci e Henrique Paim, ministro da Educação empossado em janeiro, que garantiu os repasses e o apoio institucional à Unifesp. Em seguida, com Ideli Salvatti, que em março substituíra Maria do Rosário na Secretaria de Direitos Humanos. Sottili foi pessoalmente falar com Ideli no dia seguinte à posse.

— Ideli, você tem nove meses até o fim do mandato — Sottili comentou. — Você quer entrar para a História? Destrava Perus. Se a gente botar de pé um centro de antropologia forense na Unifesp e conseguir identificar algumas ossadas, você vai ter desempenhado um papel importantíssimo em algo que tem uma relevância histórica enorme.

Foi como um “abre-te, Sésamo”. A ministra se envolveria tão completamente com o tema que, passados seis meses, os trabalhos já estavam em andamento.

Nos primeiros dias de abril de 2014, em meio à “descomemoração” dos 50 anos do Golpe Civil-Militar de 1964, foi finalmente firmado um protocolo de intenções entre a Secretaria de Direitos Humanos, a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Unifesp.

Coube à equipe da Prefeitura encontrar um local que pudesse ser alugado pela Unifesp para servir de abrigo às ossadas e também para acolher os trabalhos de análise. Carla Borges e Clara Castellano, coordenadora-adjunta de Direito à Memória e à Verdade, consultaram todos os classificados de imóveis que pude-

ram encontrar. Uma condição era que ficasse nos arredores do campus paulistano da Unifesp, entre a Vila Mariana e a Vila Clementino, perto do Hospital São Paulo. Ao longo de um mês, Clara cumpriu expediente na rua, visitando casas, mentalizando reformas, negociando valores. Chegou a visitar um castelinho na Vila Mariana, mas a opção foi descartada.

Em junho, Carla e Clara conseguiram finalmente encontrar uma casa na Rua Joaquim Távora, a três quarteirões da Rua Vergueiro, que cabia no orçamento e se encaixava nas especificações técnicas detalhadas pela equipe peruana. Principalmente: o proprietário do imóvel concordava com as reformas que precisariam ser feitas. E, como a casa tinha dois pavimentos, um no nível da rua e um descendo um lance de escadas, seria possível adiantar as adaptações no andar de baixo para já iniciar os trabalhos enquanto o andar de cima fosse reformado.

As primeiras 433 caixas com ossos foram transferidas do Araçá para o número 168 da Rua Joaquim Távora no final de agosto. As demais precisariam aguardar o término da reforma para que houvesse um cômodo adequado para abrigá-las.

No dia 4 de setembro de 2014, quando a revelação da vala clandestina completou 24 anos, foi finalmente assinado um acordo de cooperação técnica entre a Unifesp, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. A universidade ficaria encarregada do espaço físico, a Prefeitura seria responsável pelos insumos e o Governo Federal pelos profissionais.

Nasciam assim o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) e o Grupo de Trabalho Perus (GTP), ao qual caberia a missão de proceder à análise das ossadas exumadas em 1990 no Cemitério Dom Bosco.

Numa das paredes do CAAF, 41 desaparecidos pareciam observar os trabalhos de limpeza e análise das ossadas.

Eram 41 cartazes, com os rostos e os nomes de 41 pessoas suspeitas de estarem entre as ossadas analisadas. Eles haviam sido fixados ali pela equipe de *antemortem*, pesquisadores responsáveis por reunir informações sobre os desaparecidos suspeitos de terem sido enterrados no cemitério de Perus e transferidos para a vala clandestina nos anos 1970. Quanto mais detalhadas as informações, mais viável sua identificação.

A investigação combinava histórias de vida e dados físicos. Interessava saber informações antropológicas, como altura, e o histórico de fraturas ósseas do desaparecido. E também se ele fizera parte do movimento estudantil ou de alguma organização armada, se havia testemunhas de sua prisão ou tortura, se saía alguma nota no jornal dizendo que ele havia morrido em tiroteio com a polícia ou sido atropelado por um caminhão ao tentar fugir ao cerco policial.

Os laudos produzidos no IML eram igualmente valiosos. Perfurações a bala no fêmur ou no esterno ou indicações de afundamento de ossos na bacia ou no crânio, tudo isso ajudaria na hora de comparar com os esqueletos em análise, um trabalho que parecia recomençar da estaca zero, uma vez que a triagem e as fichas feitas pela Unicamp careciam de rigor científico e organização, tornando-as pouco úteis, conforme os novos peritos perceberam.

Ao longo de todo o primeiro ano, profissionais como os arqueólogos Márcia Hattori e Rafael Souza trabalharam nesse levantamento. O primeiro passo foi consultar os coletivos de familiares, os relatórios das Comissões da Verdade, os dossiês de mortos e desaparecidos publicados na década anterior e também as fichas e os arquivos da Unicamp para chegar à lista de 41 pessoas procuradas. Entre essas, havia as mais prováveis e as menos prováveis.

O topo do ranking era formado pelos desaparecidos políticos cujos nomes constavam dos livros do Cemitério Dom Bosco como tendo sido exumados de suas sepulturas entre 1975 e 1976 sem nenhuma referência aos locais de reenumeração. Dimas Casemiro, Grenaldo Jesus da Silva e Francisco José de Oliveira, registrado no livro de entrada com o nome falso de Dario Marcondes, integravam esse grupo. Em seguida

vinham aqueles que também foram sepultados no cemitério e que, segundo os livros, tinham sido reinumados no mesmo local, embora escavações feitas nas sepulturas individuais a eles atribuídas tenham falhado nas tentativas de localização. Hirohaki Torigoe (enterrado com o nome de Massahiro Nakamura), José Milton Barbosa (enterrado com o nome de Helio José da Silva) e Luiz Hirata compunham esse segundo grupo.

Havia, em seguida, um rol com sete pessoas que, segundo relatos e testemunhos, desapareceram em São Paulo nos primeiros anos da década de 1970 e que tinham sido vistas em centros de tortura ou presídios da cidade pouco antes de desaparecer: Abílio Clemente Filho, Aluísio Palhano, Aylton Mortati, Devanir José de Carvalho, Edgar Aquino Duarte, Luiz Almeida Araújo e Paulo Stuart Wright. Uma outra seção, maior do que as outras e com menos chance de localização, reunia dezenove desaparecidos que não foram vistos em nenhuma prisão nem estavam fichados no IML, mas que teriam sumido em São Paulo ou teriam passado pela cidade naquele período.⁸¹

Por fim, nove nomes foram incluídos na lista de procurados por solicitação de familiares. Seis deles eram de desaparecidos políticos relacionados na lei 9.140/1995 – Itair José Veloso, Jayme Amorim de Miranda, Joel Vasconcelos Santos, Jorge Leal Gonçalves Pereira, Thomaz Antonio da Silva Meirelles Neto e Vitor Luís Papandreu – e três não tinham qualquer histórico de militância política ou maiores detalhes sobre seu desaparecimento: José Padilha Aguiar, Marlene Rachid Papembrok e Olímpio de Carvalho. Uma dessas pessoas, José Padilha, foi incluída na lista somente em 2014, quando o CAAF foi formado. Sua filha Vilma procurou a Secretaria de Direitos Humanos quando soube que qualquer pessoa desaparecida em São Paulo entre 1971 e 1974 poderia ter sido ocultada na vala de Perus, e que os trabalhos de identificação não eram restritos aos militantes políticos.

— Meu pai sumiu em 1971 — contou. — A polícia disse para a minha mãe que ele deve ter fugido com outra mulher e ficou por isso mesmo.

Padilha foi incorporado ao rol de desaparecidos

⁸¹São eles Ana Rosa Kucinski, Davi Capistrano. Eduardo Collier Filho, Elson Costa, Fernando Santa Cruz, Heleny Guariba, Hiram de Lima Pereira, Honestino Guimarães, Ieda Santos Delgado, Isis Dias de Oliveira, João Massena Melo, José Montenegro de Lima, José Roman, Luís Ignácio Maranhão Filho, Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, Paulo César Botelho Massa, Paulo de Tarso, Celestino Silva, Walter de Souza Ribeiro Silva.

procurados e sua filha foi entrevistada pela equipe de *ante-mortem* do CAAF. A busca por seu paradeiro incluiu tratativas com a Secretaria de Segurança Pública do Paraná, onde seu documento de identidade tinha sido emitido, e consultas ao IML e ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Buscando as fichas de mortos desconhecidos e não reclamados compatíveis com a data do desaparecimento e comparando os dados físicos anotados no IML com as imagens e informações oferecidas pelos familiares, a equipe do CAAF conseguiu confirmar: o pai de Vilma tinha sido atropelado por um trem e enterrado como indigente em Perus em 1971. Como não foi possível confirmar se seu corpo teria ido para a vala clandestina, sua ficha segue na lista de procurados com possibilidade de associação genética.

Embora ainda não tenha sido possível entregar a Vilma os remanescentes ósseos de seu pai, o GTP conseguiu desempenhar, neste episódio, um primeiro gesto significativo de reparação história e cidadania oferecendo uma resposta oficial que, por quase cinquenta anos, o Estado não conseguira – ou não tentara – dar à família de Padilha. Não, ele não tinha fugido com outra mulher.

Após a consolidação da lista com os 41 desaparecidos, surgiu a ideia de fixar cartazes com os rostos e os nomes de todos eles na parede. Uma forma de lembrar, diariamente, o motivo pelo qual estavam ali. Uma maneira de reafirmar, a cada segunda-feira, a razão pela qual trabalhavam naquelas análises.

Logo a galeria dos desaparecidos gerou um primeiro impasse, um primeiro episódio de tensão. Em visita ao CAAF, Suzana Lisboa notou que um dos retratos era do cabo do Exército Vitor Luiz Papandreu, fuzilado na Casa da Morte, em Petrópolis, em 1971. Espantou-se:

— Esse cara era um cachorro. O que seu retrato está fazendo aqui?

Cachorro era uma gíria usada pelos integrantes do aparato repressivo para se referir ao informante que não era funcionário do sistema de informação, mas que passava a colaborar em troca de informação, mas que passava a colaborar em troca de benefícios pessoais ou para que cessassem as torturas. O termo teria sido

cunhado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury, chefe do Dops, devido à obediência canina desses colaboradores, sobretudo daqueles que mudavam de lado e, como infiltrados, passavam a delatar antigos companheiros.

Foi o psiquiatra Amilcar Lobo, médico que auxiliava nas sessões de tortura na Casa da Morte, o primeiro a relatar o fuzilamento de Papandreu e a revelar sua participação na captura de guerrilheiros. “Era um rapaz jovem, de estatura alta, magro, de cabelos claros”, narrou em suas memórias, publicadas em 1989. “Ouço-o, observo-o e conversamos longamente. Constato que ele realmente apresenta ideias delirantes. (...) O major, no entanto, o chama por um nome que soa aos meus ouvidos como 'Papaleo' e este rapaz o atende prontamente. (...) Sampaio (o major) me diz que dentro de pouco tempo este rapaz deveria ir a Goiás conhecer outros subversivos de uma outra organização comunista. Digo-lhe que, provavelmente, nesse curto espaço de tempo, o preso não teria condições de viajar”. O major Sampaio o teria alvejado com um tiro na cabeça em seguida.

Após contar que muitos companheiros teriam sido delatados e mortos por causa dele, Suzana conseguiu que o retrato de Papandreu fosse retirado da parede.

Em 2017, um último nome foi incluído na lista de desaparecidos procurados pelo CAAF nas ossadas de Perus. Somavam, agora, 42 pessoas, das quais 41 seguiam expostas na parede. João Maria Ximenes militava no Partido Comunista Brasileiro e cursava economia na PUC de São Paulo quando desapareceu, em 1974. Seu caso foi investigado pela Comissão da Verdade da PUC e levado ao CAAF pela ex-presa política Rosalina Santa Cruz, professora daquela universidade e membro da Comissão.

Não havia um dia em que Aline não olhava para aqueles rostos antes de vestir as luvas e dar início ao trabalho. Era uma espécie de deferência, um olhar respeitoso, um pedido de licença.

No início de 2015, Aline Feitoza era uma das doze pessoas que trabalhavam diariamente no CAAF. Sua função, juntamente com outras antropólogas, arqueólogas e estagiários do curso de História, era abrir as caixas trazidas do Araçá, higienizar os ossos e depurá-los para que outra profissional, em seguida, cuidasse de analisá-los: quais ossos havia na caixa e quais estavam faltando, qual o sexo e a idade presumida daquele indivíduo, se havia mais de um indivíduo ali, se algum osso havia sido ferido por fratura ou arma de fogo, se havia alguma especificidade na dentição. Ainda naquele semestre, Aline passaria a se ocupar dessa outra etapa. Enquanto Márcia Hattori e outros profissionais cuidavam do *ante-mortem*, Aline integrava o grupo de *post-mortem*.

Os trabalhos de limpeza e análises das ossadas se estenderam por muito mais tempo do que o previsto. As primeiras reportagens publicadas na imprensa informavam que triagem e catalogação estariam encerradas um ano após o início dos trabalhos. Em meados de 2015, no entanto, os ossos das primeiras 433 caixas ainda estavam em estudo. Ao mesmo tempo, a reforma na sede do CAAF ainda não havia terminado, o que impedia o transporte de todas as ossadas para lá.

A permanência do material no ossário geral do cemitério do Araçá provocava calafrios nos familiares e nas entidades de direitos humanos. O atentado à instalação de Celso Sim e Anna Ferrari caminhava para completar dois anos quando o Ministério Público Federal, por intermédio da procuradora Eugênia Gonzaga, agora à frente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Presidência da República, conseguiu emplacar uma solução provisória.

No dia 15 de agosto, devidamente escoltadas por agentes da Guarda Civil Metropolitana, as caixas que ainda estavam no Araçá foram transferidas para uma sala-cofre no prédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, na Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Agora sob a custódia do Ministério Público Federal, as caixas ficariam num ambiente com temperatura adequada e com segurança 24 horas. Somente em meados de 2016, concluída a ampliação da sede, o

CAAF pôde reunir todas as 1.046 caixas e dar sequência aos procedimentos de limpeza e análise das ossadas que haviam passado uma temporada no MPF. A última caixa seria aberta em dezembro de 2019.

Na investigação *post-mortem*, o mais importante era anotar com precisão e rigor cada detalhe dos esqueletos, uma caixa de cada vez. As anotações iriam corroborar a planilha das compatibilidades. Qual ossada poderia ser de Dimas Casemiro, um homem branco, de 25 anos e 1,80 metro? Qual poderia ser de Luiz Hirata ou de Heleny Guariba? Numa etapa posterior, amostras das ossadas compatíveis seriam encaminhadas para análise genética juntamente com amostras de sangue de possíveis familiares.

Já em 2014, ficara estabelecido que todas as caixas seriam abertas e todas as ossadas seriam periciadas, sem exceção. Essa orientação viria a provocar a primeira cisão no comitê científico do Grupo de Trabalho Perus. Sob coordenação do médico legista Samuel Ferreira, vinculado à Secretaria Nacional de Segurança Pública e à Polícia Científica de Brasília, o comitê científico lograra juntar peritos da Equipe Argentina de Antropologia Forense, sob a coordenação de Luis Fondebriider, e peritos da Equipe Peruana de Antropologia Forense, coordenada por José Pablo Baraybar. Com ampla experiência internacional, esses profissionais assumiram a tarefa de implementar os protocolos a serem seguidos na Unifesp e formar os profissionais brasileiros que tocariam o barco durante o tempo necessário para a conclusão dos trabalhos, estimado inicialmente em três anos e mais tarde redimensionado para terminar em 2022.

Os argentinos eram velhos conhecidos dos familiares de mortos e desaparecidos no Brasil. Fondebriider, pioneiro da antropologia forense na América do Sul, estivera na abertura da vala de Perus em 1990 e por mais de uma ocasião pôde acompanhar etapas distintas das tentativas de identificação ocorridas nos anos que se seguiram à abertura. Mais recentemente, a equipe argentina tivera a oportunidade de analisar as ossadas retiradas do Araçá com suspeita de pertencerem ao desaparecido Hiroaki Torigoe e elaborara um relatório demolidor, reduzindo a pó as fichas produzidas

na Unicamp nos anos 1990. Já os peruanos haviam se destacado no cenário mundial por trabalhos de identificação realizados para o Tribunal Penal Internacional nas regiões das guerras da Bósnia, Croácia e Kosovo, também nos anos 1990.

Ainda em 2014, argentinos e peruanos começaram a discordar quanto à metodologia a ser adotada no âmbito do GTP. Grosso modo, os argentinos entendiam que era preciso priorizar as ossadas compatíveis com os desaparecidos políticos, procurados pelos familiares desde os anos 1970. Neste sentido, sugeriam deixar temporariamente de lado as ossadas que não fossem compatíveis com os militantes políticos buscados. Segundo esta abordagem, os peritos não deveriam perder tempo com esqueletos de crianças ou de pessoas com idade presumida de mais de 50 anos, por exemplo, uma vez que não havia crianças nem pessoas com mais de 50 entre os desaparecidos listados.

Já os peruanos faziam coro com as recomendações feitas pelo Estado brasileiro e pela Prefeitura de São Paulo no sentido de investigar e classificar todas as ossadas. O que embasava essa abordagem era o entendimento de que a violência de Estado vitimara todas essas pessoas e que, neste sentido, todo desaparecimento era político, fosse ele provocado por uma política de genocídio que estimulava a truculência policial ou a atuação de grupos paramilitares, fosse por meio da perseguição a opositores da ditadura.

O objetivo deste grupo, ao qual os peruanos aderiram, era construir um banco de dados sobre as ossadas que permitisse a qualquer pessoa procurar seu familiar desaparecido, desde que o desaparecimento tenha ocorrido em São Paulo entre 1971, ano da inauguração do cemitério, e 1976, ano da exumação em massa e da reenumeração das mais de mil ossadas na vala clandestina. Casos como o de Vilma, que poderiam recorrer ao CAAF para localizar seu pai José Padilha, só seriam possíveis se houvesse essa amplitude no universo das análises.

Em dezembro de 2014, apenas três meses após a inauguração oficial do CAAF, os membros da EAAF se retiraram com um e-mail de despedida enviado aos membros do GTP. “O motivo de tal decisão, ampla-

mente discutido por aqueles de nós que participaram do projeto, baseia-se em nosso desacordo com a forma como foi decidido conduzir a investigação”, dizia a carta assinada pela perita Patricia Bernardi. “Sempre entendemos que o projeto original era tentar determinar se entre os remanescentes de Perus havia alguns dos que desapareceram por motivos políticos durante a última ditadura militar no Brasil. Essa ideia original transformou-se em uma análise muito mais ampla, o que implica tentar analisar todos os esqueletos, considerando que todos os restos mortais correspondem a pessoas não identificadas, independentemente das motivações de seu desaparecimento”.

Superado o desfalque, os trabalhos se mantiveram da forma como fora acordado: um processo lento e exaustivo que, em setembro de 2017, resultou num primeiro lote de 100 amostras ósseas encaminhadas para análise genética juntamente com 77 amostras de sangue colhidas de familiares de 33 desaparecidos. Um segundo lote seria encaminhado em setembro do ano seguinte. Até 2019, três outros lotes totalizariam 750 amostras com fragmentos ósseos enviadas para se verificar a compatibilidade genética com as amostras de sangue.

Coordenador do comitê científico do CAAF, Samuel diz ter viajado mais de 40 mil quilômetros para colher amostras de sangue de irmãos e irmãs, filhos e filhas, uma ou outra mãe de desaparecido, não somente em São Paulo e no interior do Estado, mas também no Rio de Janeiro e em Estados como Minas Gerais, Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul. Os donos das 1.046 ossadas poderiam estar em todos esses lugares.

Médico legista e geneticista forense vinculado à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos e à polícia científica em Brasília, Samuel quis ir pessoalmente a cada encontro com familiares para coletar material. Em cada local, uma oportunidade de conhecer mais detalhes sobre a história de vida dos desaparecidos procurados e restabelecer um vínculo de confiança que, para muitos familiares, havia se esgarçado ao longo das quase três décadas de negligência e omissão.

Na ausência de um laboratório no Brasil apto a

realizar um número tão grande de análises sem comprometer as demandas do dia a dia, razão pela qual seria inviável aproveitar a estrutura do IML ou de outro endereço relacionado aos órgãos de segurança pública, foi firmado um convênio com a Comissão Internacional para Pessoas Desaparecidas, ICMP na sigla em inglês, um centro de análises genéticas sem fins lucrativos estabelecido pela ONU em Sarajevo, na Bósnia, com o objetivo original de analisar remanescentes do conflito na ex-Iugoslávia.

Em 14 de setembro de 2017, um marco nas atividades do GTP, Samuel desembarcou pessoalmente em Sarajevo para levar as 100 amostras ao ICMP. O primeiro lote foi entregue ao diretor de Ciência e Tecnologia do Instituto, Thomas Parsons. A convite da CEMDP, Helder Nasser o acompanhou na viagem. Nasser é sobrinho de Edgar Aquino Duarte, desaparecido em 1973, um dos suspeitos de estarem na vala.

— Sr. Fabiano Casemiro?

— Sim. Quem está falando?

— Meu nome é Eugênia Gonzaga. Sou procuradora da República e presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos. Estou ao lado do Samuel Ferreira, que é o coordenador científico da Comissão. Estamos ligando para você em nome do Grupo de Trabalho Perus.

— Pois não.

— Fabiano, este telefonema é para confirmar a identificação dos remanescentes ósseos do teu pai, Dimas Antônio Casemiro. Foi confirmada a compatibilidade genética entre o material que recolhemos com o senhor e seus tios e uma das ossadas enviadas para o laboratório do ICMP, em Sarajevo.

O telefonema foi feito em 19 de fevereiro de 2018, uma segunda-feira. Na sexta-feira anterior, dia 16, a equipe do CAAF fora surpreendida com o resultado positivo encaminhado pelo laboratório da Bósnia. Seguindo o protocolo, a equipe reabriu a caixa das ossadas para comparar o material ali armazenado com todo o prontuário de Dimas Casemiro elaborado nas

etapas *ante-mortem* e *post-mortem* e verificar se, além do DNA, também as características dos ossos eram de fato compatíveis. Sexo, idade presumida, altura, tudo batia. Os dentes perfeitos, preservados. Cotejaram, então as informações referentes ao exame necroscópico. Quatro perfurações causadas por arma de fogo, um dos projéteis alojado na coxa direita. Haveria alguma marca no fêmur compatível com um ferimento a bala? Sim, havia.

Dimas era irmão de Denis Casemiro, o primeiro desaparecido identificado nas ossadas exumadas da vala clandestina de Perus. Amostras extraídas de seu esqueleto tinham sido encaminhadas ao laboratório no Leste Europeu ainda em setembro de 2017, no primeiro lote enviado pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos.

Na mesma semana do anúncio, Samuel viajou a Votuporanga, no interior de São Paulo, para levar a documentação referente à identificação pelo ICMP e também pelo CAAF. A entrega da urna com os remanescentes ósseos foi agendada para o segundo semestre. Em 30 de agosto, Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado, os restos mortais de Dimas Casemiro foram sepultados no cemitério de Votuporanga.

Fabiano tinha apenas 4 anos quando o pai foi morto, aos 25 anos, em 1971. Em 2015, Fabiano fora pessoalmente à Vila Mariana para responder a algumas questões e deixar uma amostra de sangue com os peritos. Desde então, não chegara a nutrir expectativas reais de que a ossada do pai seria encontrada. “Hoje, após 47 anos, os restos mortais de meu pai retornam a Votuporanga”, declarou por ocasião do sepultamento. “Termina aqui uma parte da história da nossa família. Longe de ser um momento triste, mas sim o fechamento de um longo ciclo”.

Em 3 de dezembro, outra notícia alvissareira: uma segunda ossada de Perus fora identificada em Sarajevo. Desta vez, o material pertencia a Aluísio Palhano, bancário e sindicalista, militante da Vanguarda Popular Revolucionária delatado pelo agente infiltrado Cabo Anselmo e torturado até a morte no DOI-Codi, aos 48 anos, em 1972.

Palhano não estava na lista dos mais prováveis, o que fazia aumentar a surpresa pela revelação. Seu nome, verdadeiro ou falso, jamais tinha sido localizado nos livros do Cemitério Dom Bosco. Seus restos mortais eram procurados porque havia fortes indícios de que ele teria sido morto em São Paulo num centro de tortura, o que aumentava exponencialmente a chance de ser enterrado em Perus e, anos depois, integrado a vala clandestina.

No CAAF, repetiu-se mais ou menos a mesma sequência da identificação de Dimas. Assim que chegou a informação do *match* genético, jargão empregado para confirmar a compatibilidade entre a amostra óssea do esqueleto e a amostra de sangue do familiar, o material reunido na caixa atribuída a Palhano foi disposto sobre a bancada no número 168 da Rua Joaquim Távora. Hora de fazer a contraprova.

Uma característica importante relatada por familiares era certa anomalia no braço esquerdo. Ninguém sabia direito se era uma fratura mal regenerada ou se uma doença degenerativa no cotovelo. O que sabiam é que ele tinha dificuldade para dobrar o braço e que, em razão disso, costumava escondê-lo nas fotografias. Decidiram se demorar mais um pouco entre o úmero e o rádio e não deu outra: uma deformação óssea era visível exatamente na região do cotovelo. Todo o resto também conferia.

Márcia, filha de Palhano, foi quem recebeu o telefonema de Eugênia e Samuel. Ao longo de três décadas, desde 1975, quem tivera maior engajamento na busca por respostas sobre a morte e a ocultação do cadáver de Palhano tinha sido sua cunhada, Branca Eloya, militante do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro. Branca morrera em abril, dez meses antes da identificação.

Os restos mortais de Palhano não foram sepultados logo após a identificação. Como seu esqueleto estava armazenado numa caixa sem crânio, a família optou por aguardar a conclusão dos trabalhos de perícia nas ossadas de Perus na expectativa de que o crânio fosse localizado na etapa de reassociação das misturas ósseas. Era sabido que, da mesma forma que algumas caixas não tinham crânio, outras guardavam cinco ou seis.

Em 4 de setembro de 2020, quando a revelação da vala de Perus completou 30 anos, nenhuma caixa com remanescentes ósseos aguardava para ser analisada. Todas elas haviam passado pelas etapas de limpeza, lavagem, secagem e perícia. Um último lote com 150 ossadas aguardava para que fossem extraídos fragmentos e encaminhados ao ICMP.

Agora, o laboratório de genética forense já não ficava em Sarajevo, na Bósnia, mas em Haia, na Holanda. De lá, também era esperado um último relatório com uma espécie de reanálise de aproximadamente 20% dos casos analisados anteriormente, aqueles que se mostraram inconclusos porque não fora possível extrair material genético suficiente.

Na Vila Mariana, o próximo passo seria iniciar as análises das caixas com misturas ósseas. Para esta etapa, seria necessário estabelecer um novo protocolo e uma nova fase de formação, uma vez que os peritos brasileiros não detinham a técnica necessária. Cerca de 26% das caixas, segundo estimativa de Samuel Ferreira, continham as tais misturas, ou seja, ossos de mais de um indivíduo, o que iria exigir ao menos mais um ano inteiro de perícia.

O atraso no cronograma era patente e tinha sido potencializado em razão da suspensão das atividades presenciais, tanto na Holanda quanto no Brasil, decorrente da pandemia do novo coronavírus. De fato, o universo parecia conspirar contra os trabalhos de análise e identificação desde meados do ano anterior. Da mesma forma como o fim da gestão Erundina, em São Paulo, e sua substituição por Maluf, em 1993, contribuíra para o abandono gradual dos trabalhos de identificação das ossadas, a ascensão de Bolsonaro ao Governo Federal impingira alguns obstáculos aos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos pelo GTP junto à Unifesp.

Um primeiro abalo importante aconteceu em 11 de abril de 2019, quando um decreto assinado pelo presidente da República extinguiu o GTP. Em seguida, no dia 1º de agosto, a procuradora Eugênia Gonzaga foi exonerada da presidência da CEMDP e substituída por

um advogado que, nas redes sociais, havia celebrado o aniversário da “revolução de 1964”. Numa de suas primeiras declarações públicas após assumir o cargo, Marco Vinícius Pereira de Carvalho prometeu rever as prioridades da comissão de modo a buscar “celeridade e economicidade”, conforme expressão usada por ele.

A busca por desaparecidos políticos, em Perus ou no Araguaia, ficou, naturalmente, sob a mira da nova gestão. O trabalho referente à guerrilha do Araguaia, segundo Marco Vinícius, a despeito de estar em fase de cumprimento de sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos no caso Gomes Lund e outros, “trata-se de algo impossível ou de extrema dificuldade dadas as várias expedições infrutíferas e o dispêndio de milhares de reais para o referido trabalho, que não tem alcançado muito sucesso”. Sobre as ossadas do Cemitério Dom Bosco, Marco Vinícius declarou que o “dispêndio previsto com envio de ossadas para análise de DNA até o laboratório em Haia, na Holanda, consumirá dos cofres públicos mais de US\$ 520 mil”. Um despropósito, segundo ele, uma vez que, “de acordo com informações prestadas pela coordenação geral, até hoje só foram identificadas duas pessoas do cemitério de Perus”.

Em novembro, por orientação do presidente da comissão, foi feita uma proposta para descontinuar os trabalhos na Unifesp e transferir as ossadas para o Instituto de DNA da Polícia Civil do Distrito Federal, onde seriam periciadas pelas equipes da polícia científica. Da mesma maneira, sugeriu-se não mais encaminhar material para análise genética em Haia sob o argumento de que era possível fazer o mesmo serviço no Brasil. A proposta foi rechaçada pela procuradora da República Lisiane Braeher, responsável por acompanhar e garantir o cumprimento da sentença, pelo juiz Eurico Zecchin Maiolino, pelos familiares de mortos e desaparecidos e pela Prefeitura de São Paulo. Observou-se, ainda, que a alternativa proposta não reduziria custos, uma vez que não considerava os gastos fixos com infraestrutura e imóvel, servidores da Unifesp disponibilizados para o trabalho no CAAF sem representar gastos adicionais ao Erário ou os custos em combustível e hora de trabalho necessários para

transportar todas as ossadas para Brasília, mesmo que utilizando-se uma aeronave da Aeronáutica.

Se os trabalhos haviam sobrevivido a 2018 e a 2019, isso se dera em razão de dois elementos principais: a existência de uma condenação judicial que obriga a União a enviar os esforços necessários para identificar as ossadas e o esforço incansável dos familiares de mortos e desaparecidos e dos ativistas por memória, verdade e justiça, que, ao longo de 50 anos de luta para conhecer o paradeiro dos desaparecidos, não deixaram a peteca cair.

Trinta anos após a revelação da vala de Perus, a busca pela identificação dos restos mortais de mais de mil pessoas desaparecidas e ocultadas pela ditadura militar caminhava para uma esperada conclusão, prevista para acontecer em 2022. Entre os legados deixados por essa busca está, hoje, a transferência de conhecimento científico e a implantação de um centro de antropologia e arqueologia forense numa instituição de ensino superior – público, gratuito e de qualidade – que deverá permanecer mesmo após a conclusão das análises dessas ossadas.

Num futuro nada distante, essa estrutura e esse conhecimento poderão ser aproveitados para novos trabalhos de antropologia forense, a começar pela necessária análise das ossadas exumadas na região do Araguaia e que, a despeito da condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, ainda não foram submetidas ao devido processo de perícia e identificação. Também poderão ser utilizados para o estudo de casos de desaparecimento forçado e outras modalidades de violência de Estado na atualidade, como já foi feito, em 2016, num projeto da Unifesp que investigou a truculência da polícia militar nos crimes de maio de 2006 a partir de análise de documentos de perícia de 60 jovens mortos na Baixada Santista.

Ainda em setembro de 2020, um acordo firmado entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual de São Paulo e Ministério Público do Trabalho com a multinacional automobilística Volkswagen em decorrência de ação civil pública perpetrada contra a montadora por sua colaboração sistemática com

práticas de perseguição e tortura, dentro e fora da fábrica, durante os anos 1970, garantiu uma doação de R\$ 2,5 milhões da multinacional para as atividades de análise e identificação nas ossadas de Perus. Em tese, o valor é suficiente para a finalização dos trabalhos.

Finalmente, um relatório produzido no âmbito do CAAF em abril de 2020 e juntado ao processo de ação conciliatória, portanto público, listou como uma de suas ações prioritárias para o período imediatamente posterior à fase de isolamento social dar seguimento ao protocolo de identificação aplicando-o sobre uma das caixas. Segundo o documento, existia um “relatório do ICMP confirmando o *match* genético”, e caberia aos peritos “seguir aplicação do protocolo de identificação, o que inclui: abertura da caixa, comparação com o arquivo *ante-mortem* e fazer a revisão do caso”.

No final de 2020, portanto, tudo indicava haver mais um desaparecido em vias de ser identificado. A compatibilidade genética fora indicada pelo laboratório em Haia. Os passos seguintes seriam tirar novamente o esqueleto da caixa e verificar sua compatibilidade com as informações colhidas na investigação *ante-mortem* e *post-mortem*. Ou seja, essa caixa talvez viesse a revelar a identidade de uma pessoa que, como tantas outras, foi vítima dos crimes de desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres praticados por um Estado que ainda mata, e muito, no Brasil.

Direito à identidade: cenas de uma história por fechar

Carla Borges⁸²

Clara Castellano⁸³

Eram meados de 1987 quando ele se embrenhou nos arquivos do Instituto Médico Legal (IML) farejando pistas que lhe permitiriam denunciar a política de extermínio praticada, desde 1970, pela Polícia Militar de São Paulo. O jornalista Caco Barcellos fez porque fez até se tornar ele próprio invisível, misturando-se aos servidores do IML enquanto vasculhava laudos necroscópicos que indicavam padrões na abordagem e nos disparos contra jovens das periferias: tiros de cima para baixo, à queima-roupa, contra a nuca ou as costas, as vítimas já rendidas, com as mãos atadas.

Foi para cumprir o papel de força auxiliar do Exército Brasileiro que um decreto-lei federal de dezembro determinou a unificação e a militarização das polícias estaduais a partir de 1970. Naquele mesmo ano – governo Médici, auge da repressão –, foi criada a Polícia Militar de São Paulo, resultado da fusão da Força Pública com a Guarda Civil, e criado o batalhão de elite da polícia paulista: as Rondas Ostensivas Tobias Aguiar.

Os agentes da Rota, como a tropa ficou conhecida, tinham uma característica especial: eles atiravam para matar. Uma das unidades, a de número 66, ficou especialmente famosa no final dos anos 1970 após perseguir e chacinar, por equívoco, três jovens da elite paulistana. O episódio suscitou as primeiras críticas à abordagem truculenta da PM de São Paulo e inspirou o título do livro publicado por Caco Barcellos em 1992, *Rota 66: a história da polícia que mata*. Até então, a Rota era sinônimo de rigor e controle, enaltecida pelos ditadores, sobretudo nos anos 1970, a década dos desaparecimentos políticos e dos desaparecimentos massivos da população periférica. Pela mesma mão armada do Estado.



FOTO: DOUGLAS MANSUR

Mais de mil caixas com ossos retirados da vala de Perus aguardavam a transferência do ossário geral do Cemitério do Araçá, em Pinheiros, para a Unifesp, em 2016

Não por acaso, foi farejando a letra “T”, de “terrorista”, rabiscada em papéis da perícia, que Caco encontrou a vala comum criada no Cemitério de Perus para ocultar identidades. Não só corpos, mas identidades. Cada uma das 1.049 ossadas atiradas ao esquecimento num buraco escavado na terra carregava histórias de vida, ancestralidades e sonhos que foram deliberadamente apagados. Uns por lutarem contra o autoritarismo, outros por motivações higienistas, um terceiro grupo para camuflar estatísticas de uma epidemia, e sabe-se lá mais por quê.

O direito à identidade é um direito que não se esgota com o fim da vida. É uma espécie de direito *post mortem*, que ainda não existe em nosso ordenamento jurídico, mas que embala e tonifica a luta das famílias de quem desapareceu. Um direito permanentemente violado enquanto não se faz presente o corpo para que seja velado e sepultado entre os seus. Um direito tão antigo

⁸²Carla Borges foi coordenadora de Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania da Prefeitura de São Paulo (SMDHC) entre 2013 e 2016.

⁸³Clara Castellano foi coordenadora-adjunta de Direito à Memória e à Verdade da SMDHC de 2013 a 2016.

quanto Antígona. Um luto não encerrado, arrastado e latejante.

Ali, naquela vala, a trajetória dos que se opuseram à ditadura se cruza com a de jovens pobres, provavelmente negros, que o Estado preferiu chamar de bandidos e exterminar. Seja por ousarem lutar pela democracia, seja pelo racismo institucional que desde sempre marca nossa história, foram todos parar naquele lugar – ou melhor, um *não lugar* – que os ditadores pretendiam apagar dos livros e que seus seguidores até hoje insistem em sufocar.

Independentemente do motivo (ou do argumento utilizado), não são sempre políticos os desaparecimentos provocados por um Estado que decide matar e esconder aqueles que incomodam? Para o desconforto dos repressores e a ruína dos que negam, omitem, acobertam, “os crimes contra a liberdade serão sempre descobertos”, conforme as palavras gravadas no memorial construído no local da vala.

Desatando os nós

2013. O recém-empossado prefeito Fernando Haddad, o secretário municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), Rogério Sottili, a ministra-chefe da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Maria do Rosário, e o presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), Marco Antônio Rodrigues Barbosa, recebem ex-presos e familiares de mortos e desaparecidos políticos, acompanhados de outros militantes pelo direito à memória, à verdade e à justiça.

Em audiência, os resistentes denunciam a colaboração do poder executivo municipal com o aparato repressivo nesta cidade, que concentra quase um quarto das pessoas mortas pela ditadura militar em todo o Brasil. Esperam ações efetivas. Atrasadas. Formam uma voz única a cobrar a retomada das tentativas de identificação dos remanescentes ósseos encontrados mais de vinte anos antes no Cemitério Dom Bosco. Incansáveis.

Pedem também medidas emergenciais para garantir a preservação das ossadas, que desde 2001 permaneciam abandonadas no Cemitério do Araçá, à espera de que uma nova equipe fosse designada para responder à

pergunta até hoje sem resposta definitiva: onde estão os nossos desaparecidos?

Se, por um lado, não era difícil entender por que não foi possível encontrar a vala clandestina antes da reabertura política, no final dos anos 1980, por outro, ninguém sabia explicar os 23 anos de suposta democracia sem que a análise das ossadas fosse concluída, apesar da incessante demanda dos familiares e das reiteradas tentativas do Ministério Público Federal, que culminaram em duas ações civis no final dos anos 1990.

O caso parecia um enigma indecifrável: quem falhasse em resolvê-lo ficaria para sempre marcado. O que fazia das tentativas de identificação quase um tabu entre gestões de direita e de esquerda que se intercalaram no governo municipal? Falta de vontade política? De recursos? Descontinuidade entre mandatos? Permanência das forças ocultas que ainda tentam fazer valer as velhas versões oficiais?

Para desatar os nós, é preciso compreender os arranjos institucionais. Em 1995, com a criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a responsabilidade pela localização e identificação de pessoas desaparecidas durante a ditadura militar passou à esfera federal. Isso quer dizer que não bastaria a Prefeitura firmar um acordo com uma universidade, como fez Luíza Erundina com a Unicamp em 1990, para que a retomada fosse possível. Agora, era necessário implicar o governo federal.

Por outro lado, a CEMDP não tinha condições de conduzir as investigações sem um aliado local com capacidade de acompanhar os avanços de perto. E que estivesse disposto a lidar com o passivo histórico de ter criado uma vala comum em seu quintal e que ainda guardava as ossadas literalmente no armário – no caso, o ossário-geral do Cemitério do Araçá. Ou seja, era necessária uma parceria bem amarrada entre governos federal e municipal, viabilizada em 2013.

Outra razão que permitiu a retomada das análises das ossadas por parte da gestão Haddad foi a conjuntura política, mais favorável ao tema desde a aprovação do Terceiro Plano Nacional de Direitos Humanos, em 2009, que transformou o direito à memória, à verdade e à justiça em prioridade do Estado. O PNDH-3 pavi-



FOTO: CARLA BORGES

Em 2015, não havia na Unifesp, tampouco em São Paulo, profissionais capacitados para assumir a tarefa de analisar as ossadas de modo a investigar não apenas os restos mortais, mas também a vida pregressa das pessoas que poderiam estar ali. Antropólogos forenses da Argentina e do Peru vieram formar, in loco, os primeiros peritos.

mentou a instalação da Comissão Nacional da Verdade dois anos depois, com a missão de apurar os crimes cometidos pela ditadura – passo indispensável para qualquer país que pretenda avançar rumo a uma democracia plena. Dali em diante, mais de cem comissões semelhantes se multiplicaram pelo país, colocando o tema na ordem do dia e gerando um clima propício ao surgimento de novas peças desse quebra-cabeça do qual o caso Perus é emblemático. Era tempo de avançar a passos largos, ainda que lentos.

A lentidão decorrente das inúmeras dificuldades burocráticas também ajuda a explicar a hesitação das gestões anteriores em retomar o tema, ou, em outras palavras, em “mexer nesse vespeiro”, como alguns diziam. A sensação permanente era a de que a máquina pública brasileira, seja em qualquer esfera, não estava e não está preparada para responder com a urgência necessária aos desafios impostos pelos direitos humanos. Ainda quando há vontade política e compromisso

das mais altas autoridades – o que é, em si, raríssimo – faltam maturidade institucional e expertise administrativa para fazer face às especificidades que acompanham qualquer violação de direitos.

Mais que isso, era preciso sair do discurso e colocar em prática a ideia da participação social como instrumento de gestão: envolver a sociedade civil, que não é nem deve ser necessariamente consensual; negociar, e muito; exigir responsabilização de entidades de diferentes naturezas – poder público, sociedade civil, academia – e esferas – municipal, estadual, federal; comprar diversas brigas, internas e externas; arranjar recursos e, o mais difícil, executá-los. Em miúdos, era necessário muito suor e saliva para destravar a roda e mantê-la girando até o final. Fato é que, infelizmente, não são muitos os verdadeiramente dispostos a correr esse risco político. É preciso coragem e uma boa dose de teimosia para não desistir, assim como nunca desistiram os familiares e ex-presos políticos em busca dos desaparecidos.

Olhando de frente para trás, quando tudo fica mais nítido, é possível afirmar que a criação do Grupo de Trabalho do Caso Perus (GTP) por parte de diferentes entes do Estado se deveu basicamente ao fator humano. Além do lado profissional, foi preciso muita militância e paixão. O caso Perus exigiu o envolvimento pessoal de todos, não apenas das famílias, cuja dedicação já era uma constante. As instituições, no fundo, são pessoas com histórias, visões, crenças e ideais, e essa variável é decisiva em casos como este. É preciso brilho nos olhos para fazer o que parece impossível. Nós sabíamos que era um tema que nos antecedia e que iria nos suceder. Mas era preciso tentar. Recomeçar – e com urgência. As famílias e o Brasil têm pressa. Desafio aceito.

Um arranjo institucional inédito

O primeiro passo foi interromper o processo de infiltração que tinha tomado o ossário geral do Cemitério do Araçá, onde as ossadas estavam abrigadas havia treze anos e para onde nunca deveriam ter sido levadas. Depois, costurar as parcerias institucionais, o que precisou se repetir com frequência em razão das três mudanças de ministros da SDH e duas de secretários da SMDHC entre 2013 e 2016. Sensibilizados, todos encamparam a luta e deram continuidade aos trabalhos.

De início, duas eram as questões principais: encontrar um local seguro para realizar as análises e montar uma equipe devidamente capacitada. Embora aparentemente simples, a tarefa exigia rever o modelo brasileiro de identificação de pessoas, cuja responsabilidade legal é exclusiva dos Institutos Médicos Legais (IML), a mesma instituição que, durante a ditadura, emitiu laudos falsos e colaborou para que parte dessas pessoas fossem parar naquela vala. Não era difícil prever que as famílias não aceitariam que as ossadas fossem para lá, por mais que a superintendente da Polícia Científica se mostrasse disposta a reescrever a história. Era preciso buscar alternativas.

Como garantir que as análises seriam conduzidas de forma confiável e segura para as famílias, utilizando-se de metodologias reconhecidas pelos organismos internacionais competentes? E como respeitar as condi-

Em 2018, uma celebração: quase três anos e meio após a criação do GTP, a primeira identificação de um desaparecido político: Dimas Antônio Casemiro

cionantes legais do país de modo que as possíveis identificações fossem consideradas válidas? Foi assim que a Unifesp chegou para compor a estrutura tripartite desse complexo arranjo institucional chamado GTP.

O resultado das longas reuniões foi a construção de protocolos de identificação específicos para o caso por parte da equipe peruana em diálogo com a equipe argentina de antropologia forense e a criação de um comitê científico multidisciplinar formado por antropólogos, arqueólogos, bioantropólogos, geneticistas e historiadores, bem como médicos e odontólogos forenses vinculados aos IMLs de diversos Estados brasileiros. Em sua maioria, eram mãos femininas que teciam as bases de um novo capítulo nas investigações forenses no país.

Estavam lançados os pilares do Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp, o CAAF, pioneiro no Brasil, que vem desenvolvendo um trabalho fundamental e que hoje já se apresenta como alternativa institucional viável para investigar mortes decorrentes de graves violações de direitos humanos cometidas por agentes do Estado. Tais como os crimes praticados pela ditadura contra presos políticos. Tais como, até hoje, os crimes da polícia contra a população periférica.

Primeiros resultados concretos

Em 2018, uma celebração. Quase três anos e meio após a criação do GTP, a primeira identificação de um desaparecido político: Dimas Antônio Casemiro, cujo irmão havia sido identificado nos anos 1990 entre os restos mortais da vala. No fim do mesmo ano, uma descoberta surpreendente: as ossadas de Aluísio Palhano, que não constava entre os procurados mais prováveis, foram identificadas. Finalmente pôde ser dada às famílias a resposta há tanto esperada. Ao lado das três anteriores, essas identificações são mais uma prova



Peritos do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp, o CAAF, abrem a última caixa com ossadas retiradas da vala de Perus, em dezembro de 2019. No centro da imagem, a antropóloga Aline Feitosa coordena a primeira triagem do material com o objetivo de conseguir montar um esqueleto completo.

cabal da ação perversa da ditadura militar contra seus oponentes. Outras identificações mostram-se possíveis: um sopro de esperança em tempos marcados por *fake news*, revisionismo histórico, avanço do autoritarismo e por retrocessos galopantes nos direitos conquistados.

Pouco a pouco, as pás de terra atiradas sobre a vala começam a se dissipar. Antes mesmo dessas identificações, que confirmam a metodologia científica adotada, o GTP já tinha alcançado resultados consideráveis. Retirou as ossadas daquele ossário geral e garantiu-lhes condicionamento adequado. Recompôs o mosaico de trajetórias dos militantes – e também de três desaparecidos sem qualquer vínculo aparente com atividades de resistência ao regime –, mantendo viva sua memória e expandindo o próprio conceito de desaparecimento político. Renovou e completou o banco de amostras genéticas dos familiares dos procurados. Devolveu dignidade a cada indivíduo guardado naquelas caixas, por meio de um tratamento cuidadoso e comprometido

com a verdade. Formou uma equipe que vem acumulando experiência em metodologias atestadas internacionalmente por grupos especializados em identificação de vítimas da violência de Estado. E deu início à criação de um laboratório que se aprimora e se amplia, gerando acúmulos e saberes e fazendo dessa universidade pública um locus privilegiado de formação, reflexão e pesquisa em antropologia forense especializada em graves violações de direitos humanos.

Para além disso, um dos maiores legados que deixará essa nova tentativa de identificação das ossadas é ajudar a responder outra pergunta: quem são as mais de mil pessoas que o Estado tentou ocultar? Ainda que não seja possível identificá-los individualmente, podemos ao menos obter um retrato de quem eram as pessoas consideradas “descartáveis” pela ditadura militar. Por isso a opção de analisar todas as ossadas, sem deixar de lado nenhuma. Foi uma decisão tomada não sem muita tensão no início dos trabalhos, quando da definição dos protocolos. Familiares de desaparecidos políticos se

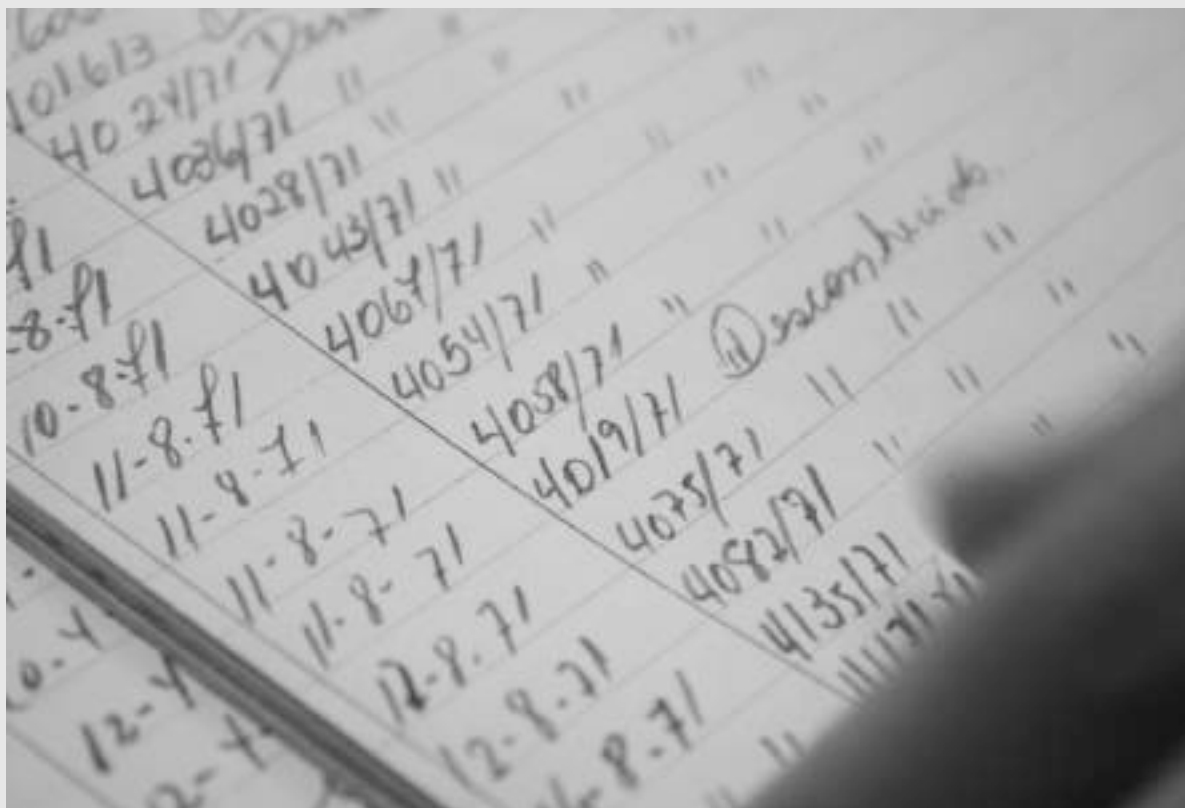


FOTO: ARIANA DE PAULA

Detalhe de um dos livros de entrada do Cemitério de Perus, onde eram anotadas as datas e os nomes das pessoas sepultadas. Em 1971, o número de desconhecidos era enorme. O Dom Bosco ficou rapidamente conhecido como cemitério para indigentes

preocupavam – e com razão –, com a falta de tempo e a escassez de recursos. Para elas, ao olhar para todos, corríamos o risco de não encontrar nenhum.

A relação com as famílias sempre foi delicada. Ao mesmo tempo em que nutriam esperanças de que finalmente seria possível concluir seu luto, temiam mais uma vez serem frustradas, enganadas, negligenciadas, como ocorreu em tentativas anteriores. Uma desconfiança crônica e legítima perante o Estado, instituição que, agora, representávamos. Quais fossem nossas intenções, falávamos em nome da mesma institucionalidade que estraçalhou com a vida delas. Era preciso ser transparente e não repetir os mesmos erros. Tornar o CAAF acessível, acolhedor, manter os familiares informados e contar com seu acompanhamento permanente, de modo que pudessem se sentir parte, confiar no trabalho e, principalmente, nos resultados.

Por outro lado, tínhamos claro que os remanescen-

tes ósseos jogados numa vala clandestina em um cemitério municipal eram os corpos de brasileiros que tinham sido vítimas de crimes contra a humanidade, crimes imprescritíveis como são o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres, e isso não é algo secundário. Eram, em sua maioria, pessoas que sofreram toda sorte de violação de direitos em vida, cujas famílias sequer tiveram condições de procurar e reivindicar seus corpos, e que, depois da morte, permanecem com seu direito à identidade negado.

O Estado, ali representado pelas três partes do GTP, não poderia lhes desviar a face mais uma vez. Se se levou mais de quarenta anos para retomar as buscas pelos militantes políticos, quantos mais seriam necessários para analisar aqueles que estavam a ponto de ser novamente excluídos? Ainda que não fosse possível nomeá-los, era premente resgatar as informações que seus ossos pudessem nos contar: idade, gênero,

marcas colecionadas em vida e, quando possível, a causa da morte. Quem sabe um dia, com o perfilamento genético disponibilizado pela fase atual do GTP, não se possa fazer um chamamento público a todos que perderam alguém no início dos anos 1970?

Outro fator foi decisivo para construir consenso quanto à análise integral das ossadas. Muitas delas estavam misturadas: 26% das caixas continham fragmentos ósseos de mais de um indivíduo. Ou seja, ao descartar um conjunto aparentemente incompatível com o rol de procurados, corria-se o risco de descartar um fragmento de alguém que se estava buscando.

Conforme avançavam as análises, o perfil das mais de mil pessoas ali escondidas foi se revelando. Quando este livro foi editado, o trabalho ainda não havia sido concluído, e seguia ameaçado diariamente por uma série de percalços administrativos e políticos, o que nos impede de formular um retrato definitivo. Mas os dados já obtidos confirmavam o que suspeitávamos: predominância de jovens do sexo masculino, com baixo acesso a serviços de saúde, parte deles com sinais de morte por arma de fogo.

Precisamente, do total de caixas analisadas até 2020, 75% continham ossadas de homens, dos quais 32% com no máximo 35 anos. Se tomarmos também as mulheres e aqueles dos quais não foi possível aferir o sexo, sobe para 51% o percentual de jovens. A maioria dos crânios apresenta corte transversal, ou seja, pertence a corpos que foram periciados pelo IML. Isso significa que morreram na rua, tiveram morte suspeita e/ou foram vítimas de morte violenta, ainda que não se possa saber se resultantes de homicídios, execuções, crimes passionais ou da violência de Estado. No total, 28 indivíduos apresentam claramente lesões compatíveis com disparos de arma de fogo. Alguns verticais, outros pelas costas. Um jovem de cerca de 16 anos chocou a todos, com um tiro na nuca, de cima para baixo, caracterizando execução. O mesmo tipo de lesão que Caco Barcellos encontrou com frequência nos sete anos de pesquisa para o livro *Rota 66*. Os fios do novelo aos poucos começam a afrouxar.

É preciso estar atento e forte

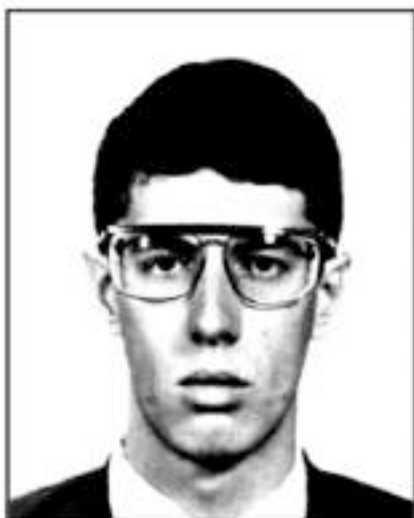
Nem a reabertura política após o fim de um regime ditatorial nem a convocação de eleições diretas garantem por si só a consolidação de um sistema democrático. Medidas de memória, verdade, justiça, reparação e revisão das instituições em relação a todos os crimes praticados são tão urgentes quanto fundamentais. Enquanto não revirmos nosso passado recente, compreendendo como as estruturas autoritárias voltam a ter lugar, permaneceremos reféns de novos golpes, que insistem em ameaçar os direitos duramente conquistados. Qualquer semelhança não é coincidência, mas fruto de um sistema programado para se reinstalar a qualquer descuido. Só mesmo conhecendo a fundo nosso passado poderemos aprender a nos desvencilhar desses tentáculos.

A vala clandestina, com seus múltiplos significados e simbolismos, ainda tem muito a nos ensinar. Assim como no início dos anos 1990 foi a primeira grande prova de que a ditadura militar brasileira de fato perseguiu, matou e desapareceu com os presos políticos, como as famílias nunca deixaram de denunciar, ela também pode vir a ser uma evidência da violência contra a juventude pobre e periférica, que não se inicia, mas se intensifica durante aquele período – e que, desde então, cresce de forma exponencial.

Talvez por isso os inimigos da verdade sempre procurem colocar obstáculos. Mal sabem eles que os alicerces da verdade são de ferro e suas raízes são profundas. De fato, fica cada vez mais difícil para os obscurantistas sustentar as falácias que tentam a todo custo nos impor. A luta por justiça é maior e pulsa vida. E nós não vamos parar.



FOTO: DESAPARECIDOS



Em trinta anos, apenas cinco desaparecidos foram identificados entre as mais de mil ossadas retiradas da vala clandestina de Perus. De cima para baixo, Dênis Casemiro, (identificado em 1991), Frederico Mayr (1992), Flávio Molina (2005), Dimas Casemiro (2018) e Aluísio Palhano (2018).

Os desaparecidos que reapareceram

*Quem é essa mulher
Que canta sempre esse lamento
Só queria lembrar o tormento
Que fez o meu filho suspirar.*

Chico Buarque e Milton, em “Angélica”

A abertura da vala clandestina do Cemitério Dom Bosco completou trinta anos em 4 de setembro de 2020. Fosse outra a conjuntura, por certo haveria uma missa ou ato ecumênico junto ao memorial em homenagem aos mortos e desaparecidos da ditadura militar. A pandemia do novo coronavírus, que àquela altura havia contagiado 4 milhões e matado 125 mil pessoas no Brasil, impossibilitou a realização de qualquer celebração no local. As aglomerações estavam proibidas desde março, assim como as aulas presenciais, os shows e as peças de teatro.

Pelo mesmo motivo, não houve nenhuma apresentação especial da peça *Comum*, montada desde 2016 pelo grupo Pandora, formado ali mesmo, em Perus, e nenhuma edição da trilha Ditadura Nunca Mais, passeio pelo cemitério organizado pela agência Queixadas, sediada na comunidade cultural Quilombaço.

Passados trinta anos desde a revelação da vala, somente cinco desaparecidos foram identificados. Análises das outras 1.044 ossadas continuavam a ser feitas, agora no Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo. A expectativa era de que o nome de pelo menos mais um

desaparecido fosse revelado no último trimestre do ano, assim que as atividades presenciais no laboratório fossem retomadas. Talvez ficasse para 2021. Seguindo os protocolos de segurança, as universidades públicas seguiam fechadas ou com atividades exclusivamente remotas no final de setembro.

Reuniões do Grupo de Trabalho Perus continuaram a acontecer, também remotamente, com a presença dos gestores, de familiares e de entidades de defesa dos direitos humanos. Naquele 4 de setembro, alguns familiares somavam três décadas de resistência. Outros, com o tempo, foram substituídos por um filho, uma sobrinha, de modo que a família continuava ali, engajada e esperançosa. Naomi, sobrinha de Hiroaki Torigoe; Hanya, filha de Hiran Pereira; Togo, filho de Thomaz Meirelles; Elisa Prestes Massena, neta de João Massena Melo; todos à espera de uma resposta nova para a velha pergunta: onde estão os desaparecidos?

Um total de quarenta indivíduos compunha a lista dos buscados em setembro de 2020:

Abílio Clemente Filho
Ana Rosa Kucinski Silva
Aylton Adalberto Mortati
Davi Capistrano da Costa

Edgar Aquino Duarte
Eduardo Collier Filho
Elson Costa
Fernando de Santa Cruz Oliveira
Francisco José de Oliveira
Grenaldo Jesus da Silva
Heleny Ferreira Telles Guariba
Hiram de Lima Pereira
Hiroaki Torigoe
Honestino Monteiro Guimarães
Ieda Santos Delgado
Isis Dias de Oliveira
Issami Nakamura Okano
Itair José Veloso
Jayme Amorim de Miranda
João Maria Ximenes
João Massena Melo
Joel Vasconcelos Santos
Jorge Leal Gonçalves Pereira
José Milton Barbosa
José Montenegro de Lima
José Padilha Aguiar
José Roman
Luís Ignácio Maranhão Filho
Luiz Almeida Araújo
Luiz Hirata
Marlene Rachid Papembrok
Olimpio de Carvalho
Orlando da Silva Rosa Bonfim Junior
Paulo César Botelho Massa
Paulo de Tarso Celestino Silva
Paulo Stuart Wright
Thomaz Antonio da Silva Meirelles Neto
Vitor Luís Papandreu
Walter de Souza Ribeiro
Wilson Silva

Uns com mais dedicação, outros com menos, irmãos, filhos e netos desses quarenta desaparecidos mantinham viva a busca por seus familiares. Para alguns, esses tios, pais e avós, desaparecidos há quase 50 anos, não eram mais do que nomes numa lista ou retratos na parede: pessoas que jamais puderam conhecer pessoalmente ou olhar nos olhos. Ainda

assim, sentiam que era preciso continuar cobrando: uma explicação oficial para seu desaparecimento, a identificação de seus restos mortais, o direito de sepultá-los. Só então seria possível admitir que a busca havia chegado ao fim.

Até 4 de setembro de 2020, essa busca havia sido concluída, com êxito, para os familiares de apenas cinco pessoas dentre as mais de mil que tiveram seus restos mortais ocultados na vala: Dênis Casemiro, identificado em 1991; Frederico Eduardo Mayr, identificado em 1992; Flávio Carvalho Molina, identificado em 2005; Dimas Antônio Casemiro, identificado em 2018; e Aluísio Palhano Pedreira Ferreira, também identificado em 2018.

Dênis Casemiro (1942-1971), identificado em 1991

Rapaz simples de Votuporanga, no interior de São Paulo, Dênis Casemiro trabalhava como lavrador e como pedreiro, intercalando os períodos de plantio e colheita com as atividades de reforma e construção civil. Começara a frequentar o Sindicato dos Lavradores de Votuporanga em 1963 e fora assíduo nas reuniões e plenárias até que o Sindicato foi fechado e a diretoria cassada após o golpe civil-militar de 1964.

Dênis era filho do lavrador e militante comunista Antônio Casemiro Sobrinho, que chegou a se candidatar a uma vaga na Câmara Municipal pelo PCB, e de Maria dos Anjos Casemiro. Um de seus irmãos, Dimas, quatro anos mais novo, atuava no movimento estudantil em Votuporanga.

Aos 24 anos, em 1967, Dênis mudou-se para a capital do Estado em busca de um trabalho com melhor remuneração. Foi morar com uma irmã em Arthur Alvim, na Zona Leste da cidade, onde continuou trabalhando como pedreiro. Em poucos meses, ainda em 1967, foi admitido como operador de máquinas na fábrica da Volkswagen, em São Bernardo do Campo, e se fixou na cidade. No final daquele ano, conheceu o torneiro mecânico Devanir José de Carvalho e foi apresentado por ele à Ala Vermelha, uma dissidência do PCdoB que havia optado pela luta armada.

As primeiras ações seriam realizadas no começo

de 1968 e Dênis estaria nelas. Numa das ocasiões, participara de um assalto a uma agência do Bradesco localizada na Rua Turiassu, em Perdizes, com a função de, com o auxílio de uma arma, fechar o trânsito no quarteirão do banco. Em outra ocasião, repetiu a mesma função num assalto a uma agência da Light, também em São Paulo, conforme depoimento prestado ao Dops.

Dênis apresentou seu irmão Dimas a Devanir e os três militaram juntos na Ala Vermelha por alguns meses, até tomarem caminhos distintos. Ainda em 1969, Devanir envolveu-se na organização do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) junto com Dimas, enquanto Dênis, agora membro da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), mudou-se para a região do Bico do Papagaio, na divisa entre Pará, Tocantins e Maranhão, e passou a trabalhar num sítio nos arredores de Imperatriz (MA), com a missão de organizar um foco guerrilheiro.

Acredita-se que Dênis, já na clandestinidade, tenha sido capturado e preso naquela região em abril de 1971 pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Conduzido ao Dops de São Paulo, foi submetido a interrogatórios e torturas por cerca de um mês.

O também preso político Waldemar Andreus contou em depoimento ter reconhecido Dênis na carceragem do Dops. Também natural de Votuporanga, Waldemar foi surpreendido quando um dos carcereiros retirou o capuz que cobria o rosto de Dênis.

— Ei, eu não te conheço?

Dênis demorou alguns instantes antes de responder.

— Não te conheço — disse, sorrindo.

Na ocasião, o lavrador, pedreiro e operário pensou ter escapado da morte. Chegou a sentir alívio. A retirada do capuz funcionava como uma espécie de oficialização da prisão. Agora, outros presos eram testemunhas de que ele estava ali, naquela cela, sob a tutela do Estado. Certamente, as sessões de torturas acabariam e sua vida seria poupada.

O equívoco não poderia ter sido maior. Dênis foi fuzilado em 18 de maio de 1971.

Para os agentes do Dops, havia chegado a hora de criar uma outra versão para aquela execução, que

transformasse a vítima em culpada pela própria morte, como é de praxe ainda hoje nos assassinatos cometidos pela Polícia Militar. Além disso, era preciso sumir com o corpo. E, se possível, contabilizar mais alguns pontos na guerra ideológica, desonrando a imagem do militante. Como? Atribuindo a ele a pecha de delator.

Um relatório foi produzido em 19 de maio daquele ano, redigido e assinado por Fleury. Segundo o delegado, o preso tentara fugir enquanto era transportado do Rio de Janeiro para São Paulo. Perto da entrada para Taubaté (SP), Dênis teria revelado aos agentes que a VPR mantinha um centro de treinamento em Ubatuba, no litoral, e estaria disposto a indicar o caminho. A Veraneio teria seguido pela Rodovia Tamoios, rumo a Ubatuba. “Ao iniciarem a descida da serra, o preso alegou que necessitava com urgência realizar necessidades fisiológicas”, escreveu Fleury no relatório. “Dada a insistência do preso, dei ordem para a viatura estacionar e o mesmo descer à estrada”.

O relato não é preciso em relação ao local nem ao horário.

“Eis que então, em movimento brusco e completamente inesperado, (Dênis) conseguiu apoderar-se da arma do policial que se encontrava próximo. O outro policial, diante do ocorrido, fez um disparo contra o preso, que, deixando a arma cair, mergulhou em um matagal”, prossegue Fleury. Até aqui, a farsa produzida pelos agentes do Dops listava três ações altamente improváveis: a revelação de que haveria um esconderijo da VPR em Ubatuba, a habilidade para sacar um revólver de um policial com as calças arriadas, e a imprudência de deixar a arma cair durante a retirada.

O relato continuava: “Imediatamente perdemos de vista o preso e iniciamos intensiva busca no local, onde foram feitos vários disparos. Porém a busca revelou-se infrutífera e então nos dirigimos à cidade de Ubatuba, que era a localidade mais próxima do local da ocorrência. (...) Pela manhã, por volta de dez horas, este Departamento foi cientificado pela Autoridade de Ubatuba, de que o fugitivo havia sido internado na Santa Casa Local.” Na sequência, ainda de acordo com o insólito relato do delegado Fleury, a equipe chefiada por ele teria seguido em direção à Santa Casa e, no

caminho, cruzado acidentalmente com outra viatura, conduzida pelo delegado de polícia de Ubatuba, que trazia o fugitivo com o objetivo de entregá-lo aos agentes do Dops para que fosse levado a outro hospital, em São Paulo, onde poderia ser melhor atendido.

Reacomodado na Veraneio do Dops, Dênis teria sido transportado ao Hospital das Clínicas de São Paulo. Infelizmente, veio a falecer a caminho do hospital.

Recolhido ao IML, seu corpo foi periciado pelos legistas Renato Cappelano e Paulo Augusto de Queiroz Rocha, cúmplices na farsa. Em vez de acusar a morte como decorrente das torturas sofridas nas dependências do Dops, os médicos subscreveram a versão de Fleury e indicaram somente as trajetórias das balas que o atingiram. Nenhuma referência às perfurações que sofrera no pulmão e no fígado, nem às marcas visíveis de tortura em seu rosto. Também nenhuma análise sobre os tiros que o atingiram nas palmas das mãos, evento que, em geral, indica rendição ou eliminação sumária, com a vítima cercada e desarmada. A causa da morte: hemorragia interna traumática.

O corpo de Dênis foi encaminhado para o Cemitério Dom Bosco, em Perus, onde foi enterrado no dia 19 de maio, na sepultura 82 da rua 14, conforme anotação feita no livro de registros da necrópole. “De cor branca, sexo masculino, com 40 anos presumíveis e todos os demais dados ignorados”, dizia a nota. Aqui, outras duas farsas chamam atenção. Os dados pessoais de Dênis constavam nos relatórios do Dops e no laudo do IML. Enterrá-lo como se esses dados fossem ignorados foi, também, uma forma deliberada de dificultar sua localização. A mesma intenção é observada na opção por atribuir a ele 40 anos de idade. Dênis tinha 28 anos quando foi morto e as equipes do Dops e do IML tinham essa informação. Nenhuma comunicação oficial da morte foi feita pelas autoridades.

A farsa começou a ser desmontada em 1979. Em 22 de agosto, dia da votação do projeto de lei da anistia, Suzana Lisboa, Iara Xavier e outros familiares de desaparecidos políticos foram a Brasília e denunciaram no Congresso Nacional que o corpo de Dênis Casemiro estava enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus. Ele não era desaparecido coisa nenhuma. Esta-

va morto. E as autoridades sabiam disso, uma vez que seu nome estava no livro de registros do cemitério. A anotação fazia referência ao laudo do IML e citava o nome do médico responsável: Renato Cappelano. Se havia registro no cemitério, administrado pela Prefeitura, e também no IML, vinculado ao governo do Estado, como até agora nenhuma autoridade o declarara morto?

Ao lado do registro feito em seu nome no livro do cemitério, em 19 de maio de 1971, havia ainda uma anotação mais recente, feita com caneta azul: “exumado em 17/11/75”. Nenhuma indicação do local de reenumeração. Seu destino tinha sido a vala clandestina.

Os restos mortais de Dênis Casemiro foram os primeiros a serem identificados após a revelação da vala, em setembro de 1990. Badan Palhares, chefe do Departamento de Medicina Legal da Unicamp, anunciou sua localização no dia 8 de julho de 1991. Era de Dênis a ossada número 47, uma das 1.049 analisadas pela equipe de Palhares.

Em 11 de agosto de 1991, uma urna com seus remanescentes ósseos foi velada na Sé, juntamente com as urnas dos também desaparecidos políticos, agora identificados, Sônia de Moraes Angel Jones e Antonio Carlos Bicalho Lana, em cerimônia presidida pelo cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

No dia seguinte, a urna viajou de avião para São José do Rio Preto e, de lá, seguiu até Votuporanga, aonde chegou à noite. Velados na Câmara Municipal durante a madrugada, seus ossos foram transferidos para a igreja Matriz, onde foi celebrada missa de corpo presente pela manhã. No altar, ao lado do caixão coberto com a bandeira do Brasil, foi colocado um exemplar do livro *Brasil: Nunca Mais*, de 1985, primeira publicação a elencar nomes de torturadores, métodos de tortura e uma primeira lista de mortos e desaparecidos políticos. Dênis era um desses nomes.

Frederico Eduardo Mayr (1948-1972), identificado em 1992

Frederico gostava de praia. Não era raro sair da aula no Colégio Mallet Soares, então na Rua Xavier da Silveira, perto do Corte do Cantagalo, e correr para dar um mer-

gulho ou encontrar os amigos na orla de Copacabana. Cursando o ginásio e, em seguida, o científico, Frederico praticava pesca submarina e era escoteiro. Dos 7 aos 16, foi membro da Tropa Baden Powell de escotismo, com a qual fazia expedições ao Morro Dois Irmãos e à Floresta da Tijuca. Em casa, desenhava e pintava.

Nascido em Timbó, cidade vizinha de Blumenau, no interior de Santa Catarina, Frederico vivia no Rio desde criança, junto com os pais, Carlos Henrique Mayr e Gertrud Mayr. O gosto pelas artes plásticas contribuiu para que Frederico escolhesse a arquitetura como profissão quando chegou a hora de prestar vestibular.

Frederico tinha 18 anos quando foi admitido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Estava no primeiro semestre do curso quando o estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto foi alvejado e morto por um policial militar durante um protesto pacífico no restaurante Calabouço, tradicional ponto de encontro de estudantes no centro do Rio, onde o bandeirão era subsidiado e mantido pela União Metropolitana dos Estudantes.

O episódio serviu de fagulha para radicalizar o movimento estudantil naquele tumultuado ano de 1968. Não demorou para Frederico se aproximar do movimento. No ano seguinte, foi incorporado à Ação Libertadora Nacional. Uma das primeiras ações armadas de que participou, ainda em 1969, rendeu a ele uma ação na justiça militar. À revelia, ou seja, sem que ele fosse ouvido ou constituísse advogado de defesa, Frederico foi condenado a três anos em regime fechado. Foragido, partiu para Cuba, onde fez treinamento de guerrilha e viveu por quase dois anos, voltando ao Brasil somente no final de 1971, agora em outra organização, uma dissidência da ALN intitulada Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Frederico foi baleado em São Paulo, na Avenida Paulista, no dia 23 de fevereiro de 1972, e levado para o DOI-Codi. Seu martírio foi descrito no documento “Aos bispos do Brasil”, elaborado em fevereiro de 1973 pelo Comitê de Solidariedade aos Presos Políticos do Brasil e encaminhado à CNBB por ocasião da XIII

Assembleia Geral dos Bispos do Brasil. No total, a carta descrevia as execuções, sob tortura, de vinte e oito presos políticos, como Virgílio Gomes da Silva, Chael Charles Schreier, Joaquim Alencar de Seixas e Eduardo Leite, conhecido como Bacuri. Frederico era um deles.

“Foi levado para o DOI/SP, à Rua Tutóia, 721, onde foi intensamente torturado durante todo o dia e toda a noite, submetido a choques elétricos, 'cadeira do dragão', 'pau-de-arara' e violentos espancamentos, apesar de ferido no abdome”, descrevia o documento, referindo-se ao ferimento provocado pelo tiro que o atingiu no momento da captura. “Durante o período em que estava sendo torturado, foi visto várias vezes. Numa delas, aplicaram-lhe um banho frio no Xadrez 1 do DOI para que se reanimasse. Foi visto, ainda, sentado num banco existente na entrada do prédio onde se localizam as câmaras de tortura, todo ensanguentado e cheio de hematomas, chegando a conversar rapidamente com um preso político.”

A carta endereçada aos bispos listava as pessoas que teriam sido responsáveis por sua morte: o escrivão Gaeta, o policial federal Aderbal Monteiro, um capitão do Exército conhecido por Átila, um policial conhecido por Zé Bonitinho ou Oberdã, um investigador loiro de quem não foi possível obter a identidade. “Todos assistidos diretamente pelo major do Exército Carlos Alberto Brilhante Ustra”, acrescentava o documento, “que chegou a propor a Frederico a concessão de sua vida em troca de informações”.

Frederico Mayr foi morto no DOI-Codi de São Paulo, sob tortura, na manhã seguinte à prisão. Sua morte, aos 23 anos, foi consumada com três disparos desferidos contra o peito. Na ocasião, foi deliberada a estratégia de desaparecimento: a partir daquele momento, Frederico passaria a se chamar Eugênio Magalhães Sardinha. Foi esse o nome utilizado na ficha de requisição do exame necroscópico encaminhada pelo Dops ao IML. Curiosamente, no topo da folha fora acrescentado o verdadeiro nome, em caixa alta: Frederico Eduardo Mayr.

O laudo, assinado pelos médicos legistas Isaac Abramovitch e Walter Sayeg, descreve sucintamente três perfurações por projétil na região do tórax, duas

delas com trajetória descendente, ou seja, os disparos foram feitos de cima para baixo. Eugênio, ou melhor, Frederico teve os dois pulmões perfurados pelas balas. Nenhuma palavra é dita sobre as torturas que desfiguraram o rosto da vítima, como revelam as fotografias produzidas durante o exame e arquivadas no IML. A certidão de óbito foi emitida em nome de Eugênio Magalhães Sardinha no próprio dia 24 de fevereiro. Foi também com o nome falso de Eugênio Magalhães Sardinha que o corpo de Frederico foi enterrado no Cemitério Dom Bosco, em Perus.

Todo o tempo, as autoridades conheciam o nome verdadeiro de Frederico. Ao dar entrada no DOI-Codi, agentes do Dops trataram de elaborar a ficha individual do preso, com o nome verdadeiro e os tradicionais retratos de frente e de perfil, acrescidos de uma plaquinha com o número 1.112. A mesma ficha informava corretamente que ele fora preso na véspera, na Avenida Paulista.

Foram divulgadas três versões diferentes e contraditórias para sua morte. Em uma delas, Frederico morreu no dia 23 de fevereiro, a caminho do hospital, depois de ter sido ferido num tiroteio na Avenida Paulista. Em outra, no dia 24, fugindo de um “ponto”, como eram conhecidos os encontros marcados com outros militantes da mesma organização, no Jardim da Glória, bairro vizinho à Vila Mariana.

Finalmente, foi divulgada a versão de que ele teria sido morto num improvável tiroteio com a polícia enquanto ocupava um Fusca ao lado de outros guerrilheiros. Segundo essa versão, os guerrilheiros teriam começado a atirar contra a viatura sem terem sido provocados. Os policiais revidaram e Frederico foi atingido. Ponto. Nenhuma informação sobre os outros ocupantes do carro, se teriam sido presos, abatidos ou se estavam foragidos. Nenhuma explicação de como alguém dentro de um carro pode ser alvejado três vezes no peito, e em trajetória descendente.

Ao detalhar a versão oficial no livro *A ditadura escancarada*, Elio Gaspari chama o caso de “patético”, “tamanha a onipotência na manipulação da realidade”.

Os restos mortais de Frederico Mayr foram identificados pela equipe chefiada por Badan Palhares, na

Unicamp, em junho de 1992. Repetindo o que fizera no ano anterior por ocasião da identificação de Dênis Casemiro, o cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, celebrou uma missa na Sé em memória de três desaparecidos recém-identificados por Palhares: Frederico Eduardo Mayr, Emanuel Bezerra dos Santos e Helber José Gomes Goulart. Seus restos mortais puderam ser finalmente trasladados para o Rio de Janeiro e sepultados no jazigo da família em 13 de julho de 1992.

Flávio Carvalho Molina (1947-1971), identificado em 2005

Flávio Carvalho Molina tinha 21 anos quando rabiscou os seguintes versos: “Posso não estar presente / Mas por mais que me ausente / Sempre estarei aqui”. De fato, sua ausência foi muito presente ao longo de trinta e quatro anos de busca e indignação.

Quando escreveu o poema *Minha presença*, Flávio estudava Química na Ilha do Fundão, o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) localizado perto do Aeroporto do Galeão, na Zona Norte do Rio, à beira da Baía de Guanabara.

Flávio era o terceiro numa família de cinco irmãos, filho de Álvaro Andrade Lopes Molina e Maria Helena Carvalho Molina. Carioca, cursara o Ensino Fundamental no tradicional Colégio São Bento e o Ensino Médio na mesma escola do também desaparecido Frederico Mayr: o Colégio Mallet Soares, em Copacabana. Entrou na faculdade em 1968, o ano das grandes rebeliões de estudantes, e foi logo preso pela primeira vez, por participar de uma manifestação estudantil. Fichado, foi liberado no dia seguinte.

Em 1969, membro da Ação Libertadora Nacional (ALN), trancou a matrícula na faculdade e entrou para a clandestinidade. Procurado, Flávio conseguiu cruzar a fronteira com o Uruguai e partiu para Cuba, onde ficou exilado por quase dois anos, de novembro de 1969 a meados de 1971. Voltou ao Brasil como militante do Molipo, dissidência da ALN.

Flávio foi preso entre os dias 4 e 6 de novembro de 1971, conforme os relatos nem sempre coincidentes das testemunhas. Morreu no dia 7, no DOI-Codi. O

exame necroscópico foi realizado pelo IML no mesmo dia 7 de novembro de 1971, pelos médicos-legistas Renato Capellano e José Henrique da Fonseca. Em vez de constar o nome verdadeiro, a certidão de óbito foi emitida em nome de Álvaro Lopes Peralta, codinome adotado por Flávio na clandestinidade. Álvaro Lopes, como o pai, e Peralta, forma pela qual seu padrinho costumava lhe chamar.

“O laudo atesta dois ferimentos perfuro-contusos, causados por projéteis de arma de fogo na região do tórax, e conclui que a morte foi ocasionada por 'anemia aguda consecutiva a hemorragia interna traumática'”, diz o relatório final da Comissão Nacional da Verdade. “Sua certidão de óbito informa que a morte teria ocorrido nas esquinas das ruas Padre Marchetti e Xavier de Almeida, no bairro do Ipiranga, em São Paulo”.

A morte de Flávio Molina permaneceu em sigilo até o dia 29 de agosto de 1972, quando o jornal *O Globo* a noticiou como consequência de confronto com policiais, sem mais detalhes. Começou ali o périplo dos familiares em busca de informações sobre o paradeiro do rapaz.

Somente em 1978 surgiu uma evidência definitiva: um ofício, assinado por Romeu Tuma, em que o delegado do Dops remetia ao juiz auditor Carlos Augusto Cardoso de Moraes Rego o atestado de óbito de Álvaro Lopes Peralta anexado às fichas de Flávio no Dops. O episódio fez lembrar aquele axioma segundo o qual toda mentira tem perna curta. Ocorre que Álvaro Lopes Peralta estava sendo julgado, à revelia e com esse nome, na auditoria da Marinha, no Rio, por praticar atividades subversivas. O juiz auditor, então, protocolou um ofício pedindo ao Dops tudo o que dissesse respeito ao réu. “Em atendimento aos termos do ofício 1243/78 datado de 12 de julho último, dessa digna auditoria”, respondeu Romeu Tuma, então chefe do Dops, “encaminhamos a Vossa Excelência informações prestadas pela Divisão de Ordem Social desse departamento, bem como certidão de óbito expedida em nome de Álvaro Lopes Peralta, nome falso de Flávio Carvalho Molina”. Estava decifrada a identidade falsa. E também a opção deliberada por ocultá-lo.

O documento escrito por Tuma confirmou a

suspeita de que as autoridades sempre souberam que Álvaro Lopes Peralta e Flávio Carvalho Molina eram a mesma pessoa. Se sabiam, por que não divulgaram a morte no dia seguinte nos jornais, como era praxe, e usando o nome verdadeiro? Por que não avisaram sua família? E por que escolheram enterrar com o nome de guerra? Para dificultar sua localização, era evidente.

Normalmente, somente as pessoas que militavam na mesma organização política conheciam os codinomes dos militantes. E essas pessoas, também na clandestinidade, estariam impossibilitadas por motivos óbvios de denunciar um desaparecimento na delegacia ou reclamar um corpo no IML. Por outro lado, apenas em situações excepcionais os familiares conheciam os codinomes, uma medida de segurança adotada nas organizações para não colocar ninguém em risco. Enterrar Flávio com o nome falso era uma forma de evitar que ele fosse encontrado pela família. Outra tática era fazer com que o corpo desaparecesse: a exumação seguida de reenumeração numa vala que não constava em nenhum mapa ou documento oficial.

Em 1981, em visita ao Cemitério Dom Bosco, Gilberto Molina, seu irmão quatro anos mais velho, ficou sabendo da existência da vala clandestina. Toninho Eustáquio, o administrador, afirmou que a ossada de Flávio deveria estar ali, misturada com centenas de outras ossadas. Somente em 1990, quando a vala foi revelada, sua família pôde sonhar com a identificação: um sonho longo, sujeito a percalços diversos.

Foi preciso esperar mais quinze anos até que os restos mortais de Flávio Carvalho Molina fossem identificados, por meio de estudo de compatibilidade genética, em um laboratório particular de São Paulo, o Genomic. Até então, tinham sido malsucedidas todas as tentativas, primeiramente na Unicamp e em seguida na USP. Também resultaram inconclusivos os testes feitos com material genético da família em outros laboratórios, inclusive fora do país.

Em 10 de outubro de 2005, uma urna com os remanescentes ósseos de Flávio Molina foi entregue a Gilberto na sede da Procuradoria da República em São Paulo, então na Rua Peixoto Gomide com a Avenida Paulista. No dia seguinte, a urna foi enterrada no Cemi-

tério São João Batista, no Rio, em cerimônia com a família. A mãe de Flávio, Maria Helena Molina, havia perdido a visão. Coube ao filho Gilberto narrar em seus ouvidos cada etapa da despedida.

Dimas Antônio Casemiro (1946-1971), identificado em 2018

Quatro anos mais novo que Dênis Casemiro, Dimas teve seus remanescentes ósseos identificados em 2018, vinte e sete anos após a identificação dos restos mortais de seu irmão.

Nascido em Votuporanga (SP), filho de Antônio Casemiro Sobrinho e Maria dos Anjos Casemiro, Dimas completou 18 anos três semanas antes do golpe de 1964. Atuou no movimento estudantil em sua cidade e se aproximou do socialismo por influência do pai, que militava no PCB. Em Votuporanga, trabalhou como corretor de seguros e como tipógrafo.

Em 1969, Dimas se mudou para a capital junto com a esposa, Maria Helena Zanini, e o filho de 2 anos, Fabiano. Em São Paulo, não demorou a ser recrutado para a Ala Vermelha, organização em que já militava seu irmão.

Ainda em 1969, a Ala Vermelha começou a se desmantelar. Muitos de seus membros migraram para outras organizações ou criaram dissidências. Dênis foi para a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e se mandou para a região Norte do país, incumbido de formar um foco guerrilheiro. Dimas e o amigo Devanir Carvalho, metalúrgico do ABC que tinha sido apresentado a ele por Dênis, estavam entre os trabalhadores que organizaram o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT).

No MRT, Devanir virou “Henrique” e Dimas virou “Rei”. A razão é prosaica. Ao manusear os panfletos da organização com a destreza de quem tinha sido tipógrafo e mantivera uma gráfica antes de entrar na clandestinidade, Dimas deixou “Henrique” boquiaberto. “Esse cara é o rei do papel”, comentara o amigo. Pronto, virou apelido.

Do núcleo paulistano do MRT faziam parte, entre outros, o mecânico Joaquim Alencar de Seixas e seu filho Ivan, então com 15 anos. Já em março de 1970, o

MRT se associou à VPR para uma ação ousada que fora decidida às pressas: sequestrar o cônsul do Japão, Nobuo Okushi, e exigir a libertação de Shizuo Ozawa, o “Mario Japa”, um militante da VPR que estava sendo muito torturado para que delatasse a localização do centro de treinamento comandado por Carlos Lamarca no Vale do Ribeira. Como resgate, foi exigida a libertação do Mario Japa e de outros quatro presos políticos.

“Henrique”, do MRT, participou do sequestro ao lado de Eduardo Collen Leite, o “Bacuri”, da VPR, entre outros militantes. A ação foi bem-sucedida e os cinco companheiros foram libertados, inclusive o “Mario Japa”, que motivara o sequestro.

Nos meses seguintes, no entanto, seria cobrada a fatura: os sequestradores se tornaram os principais alvos dos agentes do Dops, a ponto de oito deles terem sido presos e cinco executados, entre eles “Bacuri” e “Henrique”.

“Henrique” foi preso no dia 5 de abril de 1971 e torturado até a morte, no dia 7. A réplica dos guerrilheiros veio dez dias depois em forma de radicalização. Em 15 de abril, com o apoio de militantes da ALN, dirigentes do MRT executaram Henning Albert Boilesen, presidente da Ultragaz e diretor da Fiesp, notório financiador da Operação Bandeirantes (Oban), precursora do DOI-Codi, e entusiasta das sessões de tortura que costumava acompanhar pessoalmente no número 921 da Rua Tutóia. Aquele seria o começo da queda de Dimas.

A repressão deflagrou uma operação de guerra com a missão de assassinar o maior número possível de militantes do MRT e da ALN como retaliação pela morte de seu grande financiador. Nos dias 16 e 17 de abril, foram presos e assassinados Joaquim Alencar de Seixas e Dimas Casemiro, ambos acusados de matar Boilesen. Suas famílias foram igualmente presas. As esposas e os filhos foram levados para o DOI-Codi: Pedrina, mulher de Devanir, Maria Helena, mulher de Dimas, e Fanny, mulher de Joaquim, bem como as duas filhas de Joaquim, os dois filhos de Devanir e o filho único de Dimas. As crianças foram liberadas em seguida e puderam se hospedar na casa de parentes. Ieda e Iara Seixas, já maiores de idade, continuaram presas,

assim como Ivan.

Na manhã seguinte, dia 17, as duas foram obrigadas a entrar numa Veraneio e foram levadas para o bairro da Saúde. Os agentes exigiam que elas indicassem o endereço de Dimas. Elas se recusavam a revelar. Afirmavam que tinham entrado de olhos vendados na casa do “Rei” e que tudo o que sabiam é que deveria ser perto do Bosque da Saúde, local em que haviam trocado de carro e coberto os olhos para a última etapa do percurso. Mais tarde, Ieda entenderia que era tudo parte de uma grande armação. Gilberto Faria Lima, um agente duplo de codinome Zorro, infiltrado no MRT, já havia revelado o endereço aos torturadores.

Ieda contou em depoimento à Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, em 2013, que permaneceu no carro, detida, enquanto os agentes cercaram a casa. Dimas saiu pela porta correndo e atirava com um revólver contra seus algozes enquanto corria. Os agentes revidaram com tiros de fuzil. Acertaram o alvo pelas costas. Uma, duas, três, quatro vezes. Na fuga, Dimas tropeçou e caiu de cara num monte de cascalho, o rosto agora arrebentado por conta do impacto, as costas ensopadas de sangue.

Segundo o documento para requisição de exame de necropsia, Dimas morreu durante uma troca de tiros com agentes da repressão no dia 17 de abril, na via pública, no bairro da Água Funda, exatamente conforme o testemunho de Ieda. Sua morte foi divulgada nos jornais no dia 18 e, no dia 19, foi produzido o laudo do exame necroscópico, assinado pelo médico-legista João Pagenotto. O documento registrou quatro ferimentos causados por arma de fogo, no pescoço, braço, mão e coxa. Segundo o mesmo laudo, o corpo de Dimas teria sido sepultado no cemitério de Perus às 10 horas do dia 20.

O enterro de Dimas foi anotado no livro de registros do Cemitério Dom Bosco. Seu corpo foi inumado na sepultura número 35 da rua 12 no dia 20 de abril de 1971. Uma outra anotação foi feita na mesma página, ao lado direito: “Exumado em 2/9/1975”. Nenhuma informação sobre o destino dos restos mortais.

Pouco tempo após a morte de Dimas, sua mulher e seu filho voltaram a morar em Votuporanga. A casa em

que eles moravam em São Paulo fora invadida e saqueada pelos agentes nos dias que se seguiram à execução do militante do MRT. Até que Maria Helena fosse solta, a diversão dos policiais era ir ao DOI-Codi usando roupas e o relógio de Dimas para que a jovem viúva reparasse e sentisse mais um pouco da crueldade dos algozes de seu marido. Seu crime? Ser casada com um “terrorista”.

Maria Helena morreu de câncer no final dos anos 1980, antes que a vala de Perus fosse revelada. Não pôde testemunhar a identificação da ossada de seu cunhado, Dênis, em 1991, nem a de seu marido, Dimas, em 2018. Naquele ano, a identificação dos restos mortais de Dimas Casemiro foi comunicada a seu filho Fabiano, em 19 de fevereiro. Foi preciso esperar alguns meses até a liberação do material e a emissão de uma nova certidão de óbito.

No dia 30 de agosto de 2018, a urna com os remanescentes ósseos de Dimas Antonio Casemiro pôde ser sepultada no cemitério de Votuporanga.

Aluísio Palhano Pedreira Ferreira (1922-1971), identificado em 2018

Aluísio Palhano já não era jovem quando foi preso e assassinado pelo sistema repressivo. Nascido em 1922, filho de João Alves Pedreira Ferreira e Henise Palhano Pedreira Ferreira, esse militante da Vanguarda Popular Revolucionária tinha 48 anos quando desapareceu, em 20 de maio de 1971.

Aluísio também não era de família pobre nem tinha origem humilde, como eram os casos de Dênis e Dimas Casemiro. Filho de um fazendeiro de Pirajuí, no interior de São Paulo, cursou o primário no colégio Mackenzie, um dos mais tradicionais de São Paulo, e o ginásio no colégio Salesiano de Niterói (RJ), para onde se mudou aos 10 anos, após a morte do pai.

Tinha 21 anos quando foi aprovado num concurso para trabalhar no Banco do Brasil, em 1943. No mesmo ano, matriculou-se no curso de direito da Universidade Federal Fluminense, onde se bacharelou em 1948. Junto com a carreira de bancário e de advogado, Aluísio fez carreira também como sindicalista. Nos anos 1950, foi por dois mandatos presidente do Sindicato

dos Bancários do Rio de Janeiro. Em seguida, ocupou também a presidência da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (Contec) e, um ano depois, tornou-se presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), uma recém-fundada organização intersindical de abrangência nacional.

O Ato Institucional número 1, de 1964, cassou seu mandato e seus direitos políticos. Aluísio também foi exonerado do Banco do Brasil. Asilou-se no México entre julho e dezembro e transferiu-se para Cuba no ano seguinte. Ali, trabalhou com colheita de cana e, principalmente, foi locutor na Rádio Havana.

Em 1970, voltou ao Brasil como clandestino e foi atuar na Vanguarda Popular Revolucionária. Um de seus principais contatos na organização era justamente o agente policial infiltrado José Anselmo dos Santos, o Cabo Anselmo, que muito provavelmente o entregou aos órgãos de segurança.

Na carceragem do DOI-Codi, Aluísio contou ao também preso político Altino Rodrigues Dantas Júnior, ex-presidente da UNE, que fora sequestrado na rua, em São Paulo, no dia 9 de maio de 1971, e levado no dia seguinte para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), no Rio. No dia 16 de maio, foi trazido de volta ao DOI-Codi de São Paulo, onde foi torturado. Nesse intervalo, teria passado também pelo centro de tortura conhecido como Casa da Morte, em Petrópolis (RJ), provavelmente no dia 13, conforme testemunho da ex-presa política Inês Etiénne Romeu.

Aluísio teria sido torturado até a morte na noite de 20 de maio conforme relato enviado por Altino em carta ao general Rodrigo Octávio Jordão Ramos, então ministro do Supremo Tribunal Militar, em agosto de 1978. “Na noite do dia 20 para o dia 21 daquele mês de maio, por volta das 23 horas, ouvi quando o retiraram da cela contígua à minha e o conduziram para a sala de torturas”, escreveu. “A sessão de tortura se prolongou até alta madrugada do dia 21, provavelmente, 2 ou 4 horas da manhã, momento em que se fez silêncio”.

“Alguns minutos depois, fui conduzido a essa mesma sala de torturas, que estava suja de sangue, mais que de costume”, continua a carta de Altino. “Perante vários torturadores, particularmente excita-

dos naqueles dias, ouvi de um deles, conhecido pelo codinome de JC (Dirceu Gravina), a seguinte afirmação: 'Acabamos de matar o seu amigo; agora é a sua vez'”.

Morto no DOI-Codi, Aluísio foi dado como desaparecido. Era casado com Leda Pimenta Pedreira Ferreira, com quem teve dois filhos.

Não foi encontrado qualquer registro de entrada no Cemitério Dom Bosco em nome de Aluísio Palhano. O ex-sindicalista tornou-se um dos procurados de Perus em razão da data e do local da sua morte, uma vez que praticamente todos os outros militantes políticos mortos no DOI-Codi em 1971 tiveram como destino aquela necrópole.

Em 2005, uma sobrinha-neta de Aluísio, Clarisse Mantuano, lançou um curta-metragem sobre o tio-avô. Em “Um companheiro”, a trajetória de Aluísio e um breve perfil biográfico dele são narrados por sua cunhada, Branca Eloysa. Segundo ela, a família custou a se convencer que aquilo havia acontecido. Até 1976, quando saíram as primeiras listas de mortos e desaparecidos, Branca acreditava que ele estava clandestino ou exilado e que iria voltar a qualquer momento.

No dia 3 de dezembro de 2018, a ossada de Aluísio Palhano foi identificada no laboratório da Comissão Internacional para Pessoas Desaparecidas (ICMP), em Sarajevo, na Bósnia. O DNA retirado de um fragmento de seu esqueleto era compatível com o DNA de sua filha Márcia.

Quando a abertura da vala de Perus completou trinta anos, em setembro de 2020, os restos mortais de Aluísio Palhano ainda não tinham sido sepultados pela família. Optou-se por esperar a conclusão dos trabalhos de perícia no CAAF-Unifesp na esperança de localizar o crânio de Aluísio, não encontrado junto com os demais ossos.

História em construção

Este capítulo buscou consolidar informações sobre a vida, a morte e a luta por memória e justiça empreendida pelos familiares dos cinco desaparecidos identificados até setembro de 2020 dentre as mais de

mil ossadas exumadas da vala clandestina de Perus.

Essas informações foram obtidas por meio de entrevistas feitas pelo autor com amigos e familiares, pesquisa realizada em jornais de época e, principalmente, a partir da leitura de livros, artigos, dossiês e relatórios elaborados ao longo desses trinta anos.

Neste sentido, são dignos de nota o *Dossiê mortos e desaparecidos políticos no Brasil 1964-1985*, organizado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e publicado em 1995; o livro *Direito à memória e à verdade*, lançado em 2007 pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Secretaria Especial de Direitos Humanos; o relatório final da *Comissão Nacional da Verdade*, em especial o volume III, intitulado *Mortos e desaparecidos políticos*; o *Memorial mortos e desaparecidos* publicado no portal Memórias da Ditadura; transcrições de depoimentos e audiências públicas realizadas pela Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva; bem como verbetes elaborados pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV).

Memória, verdade e justiça para transformar a cultura de violência em nosso país⁸⁴

Rogério Sottili⁸⁵

Lucas Paolo Vilalta⁸⁶

A história do Brasil é marcada por uma cultura estrutural de violência. O projeto colonial brasileiro tem sido um projeto de morte e esquecimento há mais de quinhentos anos. Morte e esquecimento físicos e simbólicos, como nos lembram Simas e Rufino⁸⁷. Físicos em razão do genocídio indígena, nunca interrompido em nossas terras, e também como resultado de mais de três séculos de escravidão, seguidos por cento e trinta anos de uma República maculada pelo racismo estrutural e pelo extermínio sistemático de negros, pobres, periféricos e favelados. Por outro lado, morte e esquecimento também simbólicos, perpetrados ao longo de cinco séculos de apagamento e desvalorização de saberes, ciências, culturas, territórios e modos de vida de sujeitos não brancos.

Como o projeto colonizador engendrou essa cultura de violência? E como transformá-la?

O sociólogo Muniz Sodré, no livro *O terreiro e a cidade*, indica um caminho de como o projeto universalista e uniformizador da colonização branca ocidental forjou um sujeito dotado de consciência, dono de terras e de direitos fundados na violenta exclusão da alteridade e na subjugação da diferença. “Junto com a tomada das ‘terras livres’”, escreveu Sodré, “opera-se também a tomada das consciências, a fim de levá-las ideologicamente à celebração da racionalidade instrumental moderna”⁸⁸. A invasão das terras ditas “livres”, aquelas que ainda não haviam sido *conquistadas* por nenhuma *civilização* europeia, é contemporânea à invasão das mentalidades. A tomada de consciência é simultânea à tomada de terras e à tomada do lugar de sujeito enunciatador de direitos. Nesse sentido, o “penso, logo existo” do

cartesianismo – que funda a consciência como *colonização da representação* – é correlato indissociável da divisão dos territórios como porções de terras intercambiáveis. O pensamento é separado do corpo. O espaço como porção de terra é separado da potência dos territórios, do axé enraizado no chão. Os direitos são separados das diferenças e dos lugares de enunciação.

Ainda segundo Muniz Sodré, o projeto colonizador é o de uma racionalidade que “atribui medidas”, determina o *padrão* do pensamento, da propriedade e dos direitos. Por oposição, esse mesmo projeto estabelece aquilo que é desmesurado, irracional, impróprio e estrangeiro. Estabeleceram-se medidas e padrões como forma de impor a lógica das equivalências e das trocas. Os outros – os “negros”, os “índios” –, que não compreendiam as equivalências entre as coisas, as terras, os seres e as existências, ofuscavam as boas luzes do “humano universal”.

O que houve, de acordo com Sodré, foi uma ordenação espacial centrada na Europa: “O ‘humano universal’, criado por um conceito de cultura que espelhava as realidades do universo burguês europeu, gerava necessariamente um ‘inhumano universal’, outra face de uma mesma moeda, capaz de abrigar todas as qualidades atinentes ao ‘não homem’: selvagens, bárbaros, negros”. Negros e indígenas seriam, sob esta ótica, seres “fora da humanidade”. Essa abordagem, a um só tempo discriminatória e escravagista, foi aprofundada pelo advento do humanismo e de um conceito de cultura, consagrado no século XVIII, que se prontificava, ainda nas palavras de Muniz Sodré, a “reprimir toda e qualquer manifestação dita ‘primitiva’ ou ‘primária’”.⁸⁹

⁸⁴Uma versão anterior deste artigo foi publicada no livro “40 anos da Anistia no Brasil: lições de tempos de lutas e resistências”, organizado por Giuseppe Tosi, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira e Maria de Nazaré Tavares Zenaide, em homenagem a Linda Bimbi.

⁸⁵Rogério Sottili é mestre em História e diretor-executivo do Instituto Vladimir Herzog.

⁸⁶Lucas Paolo Vilalta é doutorando em Filosofia e coordena a área de Memória, Verdade e Justiça do Instituto Vladimir Herzog.

⁸⁷Ver. SIMAS; RUFINO, 2018 e 2019.

⁸⁸SODRÉ, 2002, p. 31.

⁸⁹Ibid., p. 29-30.



FOTO: JOEL TORREALBA JULIÃO

Visita guiada ao CAAF com jovens participantes do projeto Territórios da Memória, em 2019

Somos herdeiros dessa visão de mundo de tal modo que nem a abolição da escravidão, a República ou a Democracia foram capazes de desentranhar o projeto colonizador e sua cultura de violências da nossa vida social. Tampouco nós, defensores dos direitos humanos, podemos nos eximir ou isentar das contradições e paradoxos que estão nas bases e nos fundamentos dos direitos humanos.

O jurista e filósofo grego Costas Douzinas, no livro *O fim dos direitos humanos*, analisa os paradoxos que acompanham os direitos humanos, em sua gênese e nas sociedades atuais, apontando caminhos de reinvenção. Segundo Douzinas, “para os que não têm representação, sobra muito pouco”. “Os sem-Estado, os refugiados, as minorias de vários tipos não têm quaisquer direitos humanos”, afirma o filósofo.⁹⁰

Entre a universalidade da consciência, das terras e dos direitos eurocêntricos que se representam como universais e aqueles que não têm lugar nessa universalidade, há uma fissura histórica, da qual brotaram os direitos humanos. “Se a Declaração inaugurou a modernidade”, escreveu Douzinas, referindo-se à

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada na França em 1789, “ela também deu início ao nacionalismo e a todas as suas consequências: genocídios, conflitos étnicos e civis, purificação étnica, minorias, refugiados e apátridas. A cidadania introduziu um novo tipo de privilégio que era protegido por alguns ao excluir outros.”⁹¹

É sempre bom lembrarmos que o conceito mesmo de humanidade nasce da exclusão e da imposição do “inumano” a tantos povos e nações – assim foi com o genocídio indígena e com a escravidão. Em síntese, se queremos promover a defesa dos direitos humanos e da tríade memória, verdade e justiça, é importante nos afastarmos da universalidade abstrata – representada pelo homem branco – que o projeto colonizador impôs às consciências, aos territórios e aos direitos. Boaventura de Sousa Santos, no livro *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*, afirma que a fragilidade dos direitos humanos “decorre do fato de as concepções e práticas dominantes dos direitos humanos serem, elas próprias, produtoras de injustiça cognitiva”, sobretudo quando resultam na construção de “pretensões universais abstratas”.⁹²

⁹⁰DOUZINAS, 2009, p. 119.

⁹¹Ibid, p. 116.

⁹²SANTOS, 2013, p. 99.

Trata-se, portanto, de enfrentar o que Boaventura chamou de “injustiça cognitiva”, e que estamos nomeando como *morte simbólica*, produzida pelo projeto colonizador, com uma nova *ecologia de saberes* que cruza concepções e tradições interculturais de dignidade humana.⁹³ Em suma, o projeto colonizador e sua cultura de violência – que se imbrica mesmo em muitas concepções e práticas dos direitos humanos – é um projeto de morte e esquecimento que apaga os corpos, os saberes, os territórios e os modos de vida de populações que não correspondem ao padrão do indivíduo branco e europeu. Diante desse modelo de indivíduo, de humanidade e de direitos, precisamos opor ao projeto colonizador concepções e práticas de direitos humanos e de memória, verdade e justiça que sejam territorializadas, que cultivem e estejam cultivadas em outros saberes, valores e fundamentos filosóficos. Isso porque o enfrentamento à cultura de violência, de morte e de esquecimento, não é só físico, mas também simbólico: precisamos de outra noção de indivíduo e de humanidade que esteja forjada nas culturas e modos de vida que até hoje são consideradas *sem valor*. Nesse sentido, os direitos humanos são o nome de uma encruzilhada, de um encantamento, de lutas que tem humanidade de mulheres, de LGBTQs, de indígenas, de negras e negros.

Estigmas e lugares-comuns

Antes de mostrar de que maneira o Instituto Vladimir Herzog tem atuado diante desses problemas, precisamos delinear mais especificamente o que essa cultura estrutural de violência produz na vida das pessoas. Em linhas gerais, podemos dizer que essa cultura cria estigmas, práticas e sentidos comuns que permitem que:

- certas pessoas sejam tratadas como “matáveis”, “desaparecíveis” ou passíveis de esquecimento;
- certos lugares sejam considerados perigosos, violentos, miseráveis e marginais;
- certas narrativas e saberes sejam considerados sem valor, sem ciência, sem cultura e sem história.

São esses estigmas que tornam “aceitável” que um

jovem negro seja assassinado a cada 23 minutos no Brasil;⁹⁴ que as periferias e favelas (territórios em que mora a maior parte da população) sejam consideradas marginais, violentas e perigosas, e para elas sejam normalmente destinados mais recursos para atuação policial do que para saúde, educação, moradia e saneamento; que nossa população, em sua maioria de ascendência negra ou indígena, aprenda somente sobre cultura e história europeias nas escolas e faculdades; e que uma ditadura que matou e fez desaparecer de forma sistemática mais de 8.350 indígenas e pelo menos 1.196 camponeses,⁹⁵ que torturou pelo menos 20 mil pessoas⁹⁶ e removeu à força mais de 200 mil pessoas de suas casas apenas em Belo Horizonte, Distrito Federal e Rio de Janeiro,⁹⁷ seja considerada uma “ditabranda”.⁹⁸

Diante desse cenário histórico e estrutural de permanentes violações de direitos, extermínio de vidas e apagamento das diferenças, afirmamos a necessidade urgente de lutar por justiça, contra a impunidade, e também contra a tolerância com o intolerável. Nunca o Brasil fez justiça em relação ao genocídio indígena, aos séculos de escravidão, aos crimes de lesa humanidade praticados sistematicamente pela ditadura militar brasileira. Milhares de casos de detenções ilegais e arbitrárias, torturas, execuções sumárias, desaparecimentos forçados, ocultações de cadáveres, e nenhuma pessoa foi até hoje responsabilizada judicialmente por tais crimes. Essa leniência carimba na mentalidade dos agentes do Estado a certeza de que a impunidade é a regra, e não a exceção – o que tem sido confirmado pela maneira como as instituições lidam com a letalidade policial.

Isso posto, logramos de fato realizar uma efetiva *transição* no período histórico conhecido como Nova República, que sucedeu os 21 anos de ditadura militar? As políticas de memória e verdade e de reparação foram acessadas ou direcionadas para as populações historicamente mais afetadas pela cultura de violência em nosso país?

É inegável que a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), a Comissão de Anistia (CA) e a Comissão Nacional da Verdade (CNV) realizaram um trabalho gigantesco com os recursos e as

⁹³Ibid, p. 101.

⁹⁴A afirmação faz parte da Campanha “Vidas Negras”, lançada pela Nações Unidas Brasil em 2017 (<https://vidasnegras.nacoesunidas.org/>). Esta situação tem se agravado no país segundo dados do Atlas da Violência de 2019 (https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf).

⁹⁵Os dados incluídos no relatório da Comissão Nacional da Verdade foram obtidos a partir da investigação do Grupo de Trabalho sobre camponeses e indígenas (<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br>). Vale salientar que apenas dez das 305 etnias que vivem no Brasil foram investigadas pela rede de atores, movimentos e organizações que compunha o GT, de modo que o número de vítimas da ditadura deve ser bem maior. Os dados sobre camponeses provêm, em larga medida, da Comissão Camponesa da Verdade.

⁹⁶Estimativa presente no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) de 2009.

⁹⁷Dados presentes nas pesquisas de Lícia Valladares e de Francis Cotta e Marcilene da Silvana. Gizele Martins e Lucas Pedretti analisam esses dados em texto sobre como a ditadura afetou periferias e favelas no Brasil. Vide portal Memórias da Ditadura (<http://memoriasdadtadadura.org.br/periferias-e-favelas/>).

⁹⁸Os autores se referem à expressão utilizada em um

que o número de editorial publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo* (em 17/02/2009), no qual o editorialista buscou minimizar a truculência da ditadura brasileira afirmando assassinatos no país foi muito menor do que o registrado em países como Chile e Argentina.

⁹⁹Em nosso portal Memórias da Ditadura, a partir do projeto CNViva, tentamos oferecer de modo acessível e didático alguns dos aspectos mais relevantes do trabalho da CNV e das comissões estaduais, municipais e locais da verdade, além de trabalhos de pesquisadoras(es) que têm desenvolvido estudos sobre como a ditadura afetou e vitimou as populações mencionadas (<http://memoriasdaditadura.org.br>).

¹⁰⁰Queremos aqui reconhecer que a criação e continuidade dos projetos e ações do núcleo *Monitora CNV* só tem sido possível graças ao apoio da Fundação Friedrich Ebert Brasil para o núcleo e ao apoio institucional da OAK Foundation para nossa área de Memória, Verdade e Justiça.

¹⁰¹Atividade que tem por objetivo influenciar ou convencer determinados setores, instituições ou pessoas de modo a obter apoio para determinada causa, seja ela civil, social, ambiental ou política.

¹⁰²A íntegra do Seminário Internacional “Violência de Estado e impunidade: recomendações da CNV 5 anos depois” encontra-se disponível em: <https://www.youtube.com/>

condições disponíveis. Devemos ainda afirmar que, em relação à CEMDP e à CA, na última década estava em curso uma expansão dos sujeitos e territórios beneficiados pelo trabalho dessas comissões por conta, respectivamente, dos Grupos de Trabalho Perus e Araguaia (GTP e GTA), e das Caravanas da Anistia e Clínicas do Testemunho.

Já em relação à CNV, devemos afirmar que, apesar de sua insuficiência para abordar as violações sofridas por mulheres, indígenas, negros, LGBTQs, camponeses, periféricos e favelados – insuficiência que as comissões da verdade estaduais, municipais e locais puderam em alguma medida minimizar –, ainda assim, seu relatório aportou um marco indelével e incontornável para a memória e a verdade.⁹⁹ Mais do que isso, a CNV nos legou, com suas 29 recomendações, um caminho para que possamos superar o legado autoritário e violento presente em nossas instituições e, desse modo, enfrentar a cultura de violência que assola o país.

As ações do Instituto Vladimir Herzog

Por considerarmos fundamental e urgente a luta pela efetivação das 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade, criamos em setembro de 2019 o núcleo *Monitora CNV*.¹⁰⁰ No seminário de lançamento, contamos com a presença de figuras fundamentais como Baltasar Garzón, Paulo Vannuchi, Luciano Hazan, Paulo Saldiva, Glenda Mezarobba, entre outras, para, juntos e juntas, anunciarmos que o Instituto Vladimir Herzog tomou como missão monitorar e realizar ações de *advocacy*¹⁰¹ para garantir a efetivação dessas recomendações.¹⁰²

Com o *Monitora CNV*, pretendemos sensibilizar a sociedade civil e o poder público para a centralidade do cumprimento das recomendações da CNV para o enfrentamento da cultura de violência e impunidade que temos no Brasil. Se quisermos fazer justiça e reformar nossas instituições, precisamos dar seguimento ao trabalho dessa comissão por meio da luta pela efetivação, o respeito e a implementação de suas recomendações, como a própria CNV determinou, em sua 26ª recomendação.

Evidentemente, as recomendações devem ser abordadas considerando-se as opressões estruturais – racismo, machismo, lgbtphobia, entre outras – que determinam quais sujeitos e territórios são mais afetados pela falta de justiça e pelas violências de Estado. Para conjugar a efetivação das recomendações com o enfrentamento das opressões estruturais que configuram a cultura de violência do Brasil, é que o *Monitora CNV* está produzindo e compilando dados e pesquisas em relatórios, realizando eventos, ações educacionais, artísticas, culturais e acadêmicas que fomentarão o engajamento na necessária transformação da mentalidade e da atuação dos agentes de Estado.

Desde 2019, escolhemos duas recomendações para desenvolver um trabalho de *advocacy* sistemático:

1. a 2ª recomendação, que orienta a revisão da aplicação da Lei de Anistia em relação às graves violações de direitos humanos, possibilitando a responsabilização criminal, civil e administrativa dos agentes públicos envolvidos nessas violações;
2. a 10ª recomendação, que orienta a desvinculação dos institutos médicos legais, bem como dos órgãos de perícia criminal, das secretarias de segurança pública e das polícias civis.

Assim, estamos trabalhando pela reabertura da discussão sobre a Lei de Anistia, principalmente no Supremo Tribunal Federal, e por uma reforma do sistema de perícia que tenha como prioridade sua autonomia, reestruturação e aperfeiçoamento, além da desvinculação mencionada.

Com relação à Lei de Anistia, nossa posição está fundamentada na orientação especializada de Glenda Mezarobba, conselheira do Instituto Vladimir Herzog. Relatório elaborado pela cientista política mostra como a aplicação que tem sido dada à Lei de Anistia está ligada a um projeto de esquecimento imposto pelos militares e garantido por diversos atores durante o período democrático. Nossa compreensão é de que não existe razão jurídica, política ou moral para que a Lei de Anistia seja aplicada de modo a eximir da devida condenação aqueles que praticaram graves violações de direitos humanos e crimes de lesa humanidade.¹⁰³

A aplicação que tem sido dada pelo sistema de justiça brasileiro à Lei de Anistia é absolutamente incompatível com os tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, voluntariamente, e que foram internalizados em nossa Constituição. Também tem sido tomada como impeditiva em relação às obrigações do Estado brasileiro diante das condenações sofridas na Corte Interamericana de Direitos Humanos, como as ocorridas no caso Gomes Lund (2010) e no caso Herzog (2018). Finalmente, é absolutamente incondizente com nossa Constituição, que estabelece como princípio geral a prevalência dos direitos humanos e que dispõe sobre a imprescritibilidade de ações contrárias ao Estado de Direito e à ordem constitucional, entre elas os crimes de lesa humanidade. Além disso, nosso ordenamento jurídico tipifica em legislação infraconstitucional os crimes de genocídio e tortura. Por todos esses aspectos, temos atuado no sentido de garantir que a Lei de Anistia deixe de ser aplicada contra os princípios democráticos, contra os direitos humanos, contra a justiça e, portanto, contra nossa Constituição.

Em relação à reforma do sistema de perícias e especificamente no que tange à perícia criminal, entendemos que, apesar de ela ser fundamental para o combate à impunidade e à baixa resolução de crimes, à violência de Estado e às práticas de investigação e inquérito que reproduzem algumas das opressões e violências estruturais que descrevemos, ainda assim ela talvez seja uma das áreas do debate sobre segurança pública e sobre reforma das instituições que menos têm recebido atenção dos militantes e pesquisadores de direitos humanos.

Devemos nos perguntar sobre os modos em que a atuação da perícia tem sido reprodutora de práticas e discursos que regulam e normalizam a cultura de violência e práticas violadoras de direitos.

A atividade pericial pode operar como legitimado no acobertamento de crimes praticados por agentes públicos, mas pode também atuar na garantia e proteção dos direitos humanos. Ela pode se basear em estigmas e ações discriminatórias que reproduzem a lógica racista, de que indivíduos negros e moradores de favelas e periferias são culpados até que se prove o contrário, ou pode atuar para proteger o direito à presunção

de inocência. Seja em relação ao viés incriminatório e racista que tem caracterizado os inquéritos policiais ou no enfrentamento à impunidade que marca o extermínio da juventude negra que a polícia tem perpetrado, em ambos os casos, a transformação da perícia tem um papel fundamental a desempenhar.¹⁰⁴

Considerando isso, lançamos em agosto de 2020 o relatório *Políticas públicas de perícia criminal na garantia dos direitos humanos*, de autoria de Flavia Medeiros (UFSC)¹⁰⁵. Nosso intuito foi oferecer uma análise e um panorama do cenário e dos principais problemas que precisam ser enfrentados na luta por autonomia e por aperfeiçoamento da perícia criminal para que ela possa atuar com a independência e a isenção necessárias à atividade técnico-científica. No relatório, destacamos que:

- A independência, a autonomia e a imparcialidade da perícia técnico-científica são fundamentais para minimizar as práticas que reproduzem violências estruturais e históricas no Brasil.
- Protocolos técnico-científicos devem garantir a produção de provas e a manutenção da cadeia de custódia de evidências.
- Políticas públicas para a perícia criminal autônoma estão vinculadas a políticas em defesa dos direitos humanos e devem permitir condições adequadas de atuação dos peritos e participação da sociedade.¹⁰⁶

Nossa atuação nessa pauta, então, está orientada para garantirmos a efetivação da recomendação da CNV no sentido de que ela possibilite que a perícia atue de acordo com seu caráter técnico-científico e, portanto, com autonomia e imparcialidade; que ela seja pensada e construída como política pública, prevendo planos de aperfeiçoamento, profissionalização e formação para os servidores, mas também com protocolos e regras claras a serem respeitadas; e, finalmente, que ela atue não apenas em sintonia com os direitos humanos, mas que seja um elemento central para a transformação da cultura de impunidade e violência em nosso país.

watch?v=daxC0efMGME.

¹⁰³Uma nova denúncia do MPF foi apresentada no dia 17 de março de 2020, tendo como base a condenação do Estado brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos ocorrida em 2018, para responsabilização de 6 pessoas envolvidas no assassinato do jornalista Vladimir Herzog em 1975 (<https://vladimirherzog.org/nota-oficial-instituto-vladimir-herzog-exige-justica-no-caso-herzog/>). No dia 4 de maio, o juiz federal Alessandro Diaferia, da 1ª Vara Criminal de São Paulo, rejeitou a denúncia com base na compreensão de que “não há amparo legal ao prosseguimento da presente persecução penal, sendo forçoso reconhecer a extinção da punibilidade em decorrência da concessão de anistia” (<https://www.conjur.com.br/2020-mai-04/juiz-rejeita-denuncia-seis-acusados-herzog>).

¹⁰⁴Sobre esse aspecto, veja também o vídeo didático que produzimos sobre o tema, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AgrZeboZUGQ>.

¹⁰⁵Disponível em: <http://memoriasdaditadura.org.br/reforma-do-sistema-de-pericias/>. Para a *live* de lançamento: <https://vladimirherzog.org/por-uma-pericia-criminal-no-brasil-que-atue-em-defesa-da-vida-e-da-justica/>.

¹⁰⁶Os destaques da autora são apresentados na capa da publicação digital que pode

Educação em memória, verdade e justiça

As outras recomendações da CNV confluem na mesma direção de promover a justiça e a reforma das instituições: desmilitarização das polícias militares estaduais, combate à tortura, eliminação da figura do auto de resistência, introdução das audiências de custódia, entre outras. Nas atividades do núcleo *Monitora CNV*, pretendemos desenvolver um trabalho de advocacy que dê conta das principais recomendações.

Entendemos que, para enfrentar a cultura de violência, precisamos transformar as instituições, mas também impactar a mentalidade e os valores das pessoas. Como diz Ana Rosa Abreu – diretora da nossa área de Educação em Direitos Humanos – precisamos de uma educação em valores que envolva corações, mentes e vísceras. É nesse sentido que trabalhamos, também, para construir uma Educação em Memória, Verdade e Justiça: para incidir nas consciências, territorializar memórias, ressignificar os direitos humanos por meio da disputa de narrativas e valores. Esse caminho complementar responde aos desafios que apresentamos no começo deste texto e também à seguinte dificuldade: o que fazer quando o caminho das instituições democráticas na busca por direitos, por justiça e por reforma das instituições se encontra obstruído?

Encontramos na territorialização das memórias e na valorização de outras narrativas, lugares e pessoas uma alternativa. Pessoas, lugares e narrativas produzem encontros e deslocamentos para novos territórios da memória. São alternativas para as políticas de morte, esquecimento e desencanto que o projeto colonizador instaura em nossa cultura. Temos como princípio, então, que:

- Pessoas transformam as *narrativas* oficiais; incutem o *valor* da história e da cultura de seus *lugares*; cultivam a ancestralidade e o sentido coletivo de pertencimento de outras *pessoas*.
- *Lugares* territorializam, enraízam e incorporam outras *narrativas* em memórias coletivas de *pessoas* que se *reconhecem* em uma história, identidade e/ou ancestralidade comum.
- *Outras narrativas* renovam e trazem *valor* aos

lugares e pessoas que foram esquecidas, mortas, desaparecidas, ignoradas e desvalorizadas pela cultura de violência do Estado e pelas narrativas tradicionais.

Essa é a compreensão que nos orienta no projeto *Territórios da Memória*,¹⁰⁷ em que atuamos para a valorização e a disseminação de memórias de territórios periféricos e de sujeitos e lugares marginalizados nas narrativas de nossa história oficial – e o distrito de Perus é parte desse trabalho. Também para que coletivos, movimentos e organizações que ainda não se reconhecem ou identificam com a pauta de Memória, Verdade e Justiça possam considerá-la como *transversal* às suas lutas no enfrentamento da cultura de violência e do projeto de morte e esquecimento que marcam a história do Brasil.

Memória como reconstituição existencial – como disseram Simas e Rufino – é o que buscamos por meio da arte, da cultura e da educação.¹⁰⁸ Memória, Verdade e Justiça para transformar a cultura de violência de nosso país; para que, diante do projeto colonial de morte e esquecimento, nenhuma pessoa seja tratada como “matável”, “desaparecível” ou passível de esquecimento; para que territórios deixem de ser considerados perigosos, miseráveis e violentos; para que os saberes dos oprimidos, marginalizados e desvalorizados pelo projeto colonial brasileiro sejam as sementes que cultivaremos na luta pela democracia, pelos direitos humanos e pela liberdade de expressão.

Referências bibliográficas

- DOUZINAS, C. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- SANTOS, B. *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2013.
- SIMAS, L; RUFINO, L. *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2018.
- _____. *Flecha no tempo*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.
- SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Rio de Janeiro: Imago Ed.; Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

ser acessada em:
http://memoriasdaditadura.org.br/wp-content/uploads/2020/07/ES_Analise_Impunidade_.pdf.

¹⁰⁷Para conhecer o projeto, visite a plataforma: <http://territoriosdamemoria.org.br>

¹⁰⁸É isso que buscamos também em projetos como a publicação em ambiente digital do *Acervo Vladimir Herzog* e nos livros *Cativeiro sem Fim*, de Eduardo Reina, que conta a história de bebês, crianças e adolescente sequestrados pela ditadura militar; o livro *Heróínas desta História*, organizado por Carla Borges e Tatiana Merlino, que conta a luta de mulheres em busca de justiça por familiares mortos pela ditadura; e no livro *Vala de Perus*, uma biografia, de Camilo Vannuchi; entre outros projetos e ações.



Violência de Estado hoje

Cuidado!

O boletim de ocorrência com seu nome em algum livro

Em qualquer distrito, em qualquer arquivo

Caso encerrado, nada mais que isso

Um negro a menos contarão com satisfação

Mano Brown e Edi Rock, em “Negro limitado”

A história da vala de Perus começou a ser contada no dia em que o jornalista Caco Barcellos a descobriu. Quando o buraco clandestino com mais de mil ossadas humanas foi deflagrado, em 4 de setembro de 1990, o repórter pôde registrar o momento em que as primeiras pás revolveram a terra e os primeiros sacos foram retirados. Ele sabia que estava diante de algo grande e que aquele havia sido, por alguns anos, lugar de desova de cadáveres de mortos e desaparecidos políticos, por isso trabalhou ao longo de um mês num Globo Repórter sobre o assunto. O que o havia guiado até aquele cemitério, no entanto, não foram os crimes praticados contra os opositores da ditadura, mas os crimes cometidos pelas Rondas Ostensivas Tobias Aguiar, “a polícia que mata”, segundo o subtítulo que ele deu para o livro *Rota 66*, lançado em 1992.

Enquanto investigava a tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo para escrever seu livro, Caco Barcellos concluiu duas coisas. A primeira, que havia todo um sistema que, na prática, autorizava policiais militares a atuar a um só tempo como promotores, juizes e algozes, decretando a pena de morte dos bandidos que cruzassem seu caminho. A segunda, que, em mais da metade das ocorrências, os supostos delinquentes con-

denados pelo tribunal de exceção não tinham nenhum histórico de atividade criminal nem cometiam qualquer delito no momento da abordagem. Eram pessoas comuns, sem passagem pela polícia, quase sempre jovens, pobres e pretas, assassinadas muitas vezes com mais de três tiros nas costas ou na nuca.

As pessoas mortas pela Polícia Militar tinham algo em comum com os militantes políticos executados ou desaparecidos na carceragem do Dops, nas chácaras clandestinas ou nas câmaras de tortura do DOI-Codi a partir de 1968: eram todas vítimas da violência de Estado. Suas ossadas, cedo ou tarde, se encontrariam no Cemitério Dom Bosco, para o qual os dois grupos convergiam.

Analisadas em perspectiva, as estatísticas falam por si. “Os números da década de 70 mostram que a violência policial foi muito maior em relação aos criminosos e cidadãos comuns”, escreveu Caco Barcellos no livro *Rota 66*. “Os latrocínios pularam de 62 (em 1970) para 276 (em 1980). Os homicídios, de 666 (em 70) para 1.424 (em 80). Já os assassinatos por policiais passaram de 28 (em 70) para 280 (em 80)”. Enquanto os primeiros crimes quadruplicaram e os segundos dobraram em uma década, a letalidade da PM paulista cresceu dez

Tortura, desaparecimento forçado e ocultação de cadáveres são crimes que ainda acontecem, mais de três décadas após o fim da ditadura. Em 2013, o pedreiro Amarildo Dias de Souza sumiu após ter sido detido e levado até uma base da PM no bairro da Rocinha, onde morava

vezes. “A diferença se acentua ainda mais ao longo da década de 80”, diz o livro. “No mesmo período de 81 a 91, os assassinatos envolvendo PMs cresceram de trezentos para mais de mil, aumento superior a 300 por cento”.

Passados trinta anos desde a abertura da vala de Perus, o jornalista entende a execução de militantes políticos e os crimes praticados pela PM como faces do mesmo fenômeno: a violência de Estado. “Em 2020, em plena pandemia, a Polícia Militar de São Paulo matou mais de 500 pessoas apenas no primeiro semestre”, diz. “Em seis meses, mais do que a ditadura matou em 21 anos”. Caco Barcellos faz referência aos 434 mortos e desaparecidos políticos listados no relatório final da Comissão Nacional da Verdade. Este número, é bom lembrar, considera somente as vítimas fatais que exerciam alguma atividade política de oposição à ditadura. Hoje, sabe-se que, para além dos militantes, a ditadura pode ser responsabilizada pelo extermínio de mais de 8.350 indígenas – em apenas dez etnias pesquisadas – e 1.196 camponeses, conforme relatórios elaborados pela mesma CNV. Para além dessas execuções, que podem ter alcançado um número muito maior do que o ora conhecido, a ditadura militar foi responsável por um pacote muito maior de violências: 20 mil pessoas foram torturadas, mais de 4.800 representantes do povo foram destituídos dos cargos para os quais tinham sido eleitos pelo voto direto, e cerca de 200 mil pessoas foram perseguidas.

Também remontam ao período de exceção os fundamentos teóricos que serviram de alicerce para a atuação das Polícias Militares, reorganizadas em 1969 a partir da fusão das Forças Públicas com as antigas Guardas Cívicas. Instituídas por um decreto-lei firmado naquele ano pelo presidente Costa e Silva e geridas pelos governos estaduais, as PMs foram concebidas para serem “forças auxiliares do Exército”, segundo o texto legal que as criou. A Rota, fundada em 1970, surgiu como unidade de elite da PM paulista para fazer policiamento ostensivo no Centro e, principalmente, nas periferias de São Paulo, com a mesma disposição para o combate esperada de um soldado do Exército numa zona conflagrada. A própria hierarquia da PM

fora concebida para emular as patentes do Exército, com soldados, sargentos, tenentes, capitães e coronéis. Sua atuação reflete a mesma doutrina de segurança fomentada pelos generais que comandavam o país – e nomeavam os governadores – nos anos 1960.

As bases da doutrina de segurança nacional instituída no Brasil naquele período remontam ao tipo de nacionalismo professado na Escola Superior de Guerra desde os anos 1940. Ali, recorria-se ao patriotismo para justificar a ordem de defender o Brasil das ameaças externas, personificadas desde 1960 no comunismo, na União Soviética. A partir de 1968, essa doutrina, bastante influenciada pelos Estados Unidos, principal antagonista da “ameaça vermelha”, passa a ser fustigada por outra doutrina, de origem francesa, que radicaliza não somente a caça aos comunistas, mas principalmente a repressão a toda espécie de contestação ou ação insurgente que despontasse na população. Agora, a principal ameaça não era mais a externa, mas o “inimigo interno”, ou seja, os “subversivos”.

Para combatê-los, a estratégia incluía métodos como o interrogatório sob tortura e o desaparecimento forçado, emprestados dos franceses, que já na Segunda Guerra haviam combinado o serviço de inteligência, a polícia e grupos paramilitares para colocar em prática uma política de desaparecimento forçado que ficou conhecido como “noite e neblina”: os prisioneiros deveriam sumir na noite e na neblina, sem deixar rastros, ou seja, sem qualquer registro de seu paradeiro. Essa política foi amplamente utilizada pelos militares franceses para tentar reprimir a ação dos insurgentes que lutavam pela independência da Argélia nos anos 1950 e, na década seguinte, foi transmitida aos militares norte-americanos, então empenhados na Guerra do Vietnã, por Paul Aussaresses, agente do serviço secreto francês nomeado instrutor nas bases militares de Fort Benning, na Geórgia, e de Fort Bragg, na Carolina do Norte. Em meados dos anos 1960, militares brasileiros tiveram aulas com Aussaresses nos Estados Unidos. De lá trouxeram as técnicas de tortura e de combate a guerrilhas que seriam aplicadas no Brasil, sobretudo durante o governo Médici (1969-1974). Em 1973, Aussaresses foi nomeado adido militar da França no Brasil, onde viveu

por dois anos.

Ambos os métodos, tanto a tortura quanto o desaparecimento forçado, sobreviveram ao fim da ditadura, assim como os grupos de extermínio. Hoje, a Rota é apenas uma das muitas unidades da Polícia Militar que transformaram o terror em práticas cotidianas. “Como essas unidades se reproduziram no país inteiro”, diz Caco Barcellos, “no Rio de Janeiro, a 400 quilômetros da base paulistana, criaram-se outras unidades matadoras. No ano passado (2019), só a unidade do Rio de Janeiro matou quase duas mil pessoas”.

Segundo o Instituto de Segurança Pública (ISP), 1.810 pessoas foram mortas em supostos confrontos com a Polícia Militar do Rio de Janeiro em 2019. São cinco vítimas fatais por dia, número 18% maior do que o registrado no ano anterior. Um recorde histórico. No mesmo ano de 2019, o número de homicídios no Estado foi de 3.995. Por opção metodológica, e alguma perversão simbólica, esse índice exclui as mortes praticadas pela polícia, como se o assassinato cometido por agentes fardados fossem outra coisa. Ou seja, a cada três vítimas de morte violenta no Rio de Janeiro, uma teve seu destino selado por um ou mais policiais, quase sempre com o beneplácito do Estado.

A certeza da impunidade tem sido um dos ingredientes principais dessa estatística macabra. Em São Paulo, em 2019, enquanto 845 pessoas foram mortas por policiais militares, apenas 35 agentes foram presos. O número de policiais condenados está em queda livre e é o menor desde 2011, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, apesar do aumento do número de civis mortos pela PM no mesmo período. A fim de comparação, foram presos 114 policiais em 2012, 105 em 2015 e 35 em 2019 no Estado.

O alto índice de mortes praticadas pela polícia, aliado à proliferação de chacinas e à percepção crescente de que grande parte das vítimas seja inocente – e não tenha sido alvejada por resistir à prisão ou por trocar tiros com os policiais, como alegam a versão oficial e os autos de resistência –, acabam por comprometer a imagem da corporação. Segundo pesquisa feita pelo Datafolha e divulgada em abril de 2019, 51% dos brasileiros têm mais medo do que confiança na PM. No senso

comum, grassa o entendimento de que policiais agem segundo regras próprias, inclusive à margem da lei.

A polícia que mais mata é também a que mais morre. Em todo o Brasil, 343 policiais civis e militares foram vítimas de morte violenta em 2018 segundo levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número é 10% menor do que no ano anterior, o que pode indicar uma bem-vinda tendência de queda, mas segue bastante alto. Três em cada quatro policiais mortos tombaram no horário de folga (ou enquanto faziam bico como segurança). Um em cada três foi vítima de latrocínio, o roubo seguido de morte. Os 87 policiais mortos em serviço ao longo daquele ano implicam uma média de um óbito a cada quatro dias, o que reforça a percepção de que há algo de errado num sistema que produz guerra quando deveria gerar segurança. Outros 104 policiais cometeram suicídio em 2018.

“Onde está o Amarildo?”, protestaram artistas, políticos, ativistas e entidades de defesa dos direitos humanos quando o pedreiro Amarildo Dias de Souza desapareceu depois de ter sido detido por policiais militares e conduzido até uma base policial na comunidade da Rocinha, onde morava, em julho de 2013. A repercussão obrigou o Ministério Público e a Polícia Civil a abrir inquérito, o que provavelmente não aconteceria sem que as denúncias ganhassem visibilidade. Em dezembro daquele ano, os peritos concluíram que o pedreiro tinha sido torturado até a morte. Seus algozes foram servidores públicos que deveriam zelar pela segurança da população, inclusive a dele. O corpo nunca apareceu.

O Estado que mata também faz pessoas sumirem. Para quem mata, o desaparecimento forçado surge como um dispositivo capaz de afastar a hipótese, mesmo que remota, de punição: se não há corpo, não há crime.

Entende-se por desaparecimento forçado “a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo

com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei”.

Esta definição está na *Convenção internacional para a proteção de todas as pessoas contra o desaparecimento forçado*, aprovada em 2006 pela Organização das Nações Unidas. O mesmo documento determina que “a prática generalizada ou sistemática de desaparecimento forçado constitui crime contra a humanidade” e que cada Estado tomará as medidas necessárias para responsabilizar penalmente “toda pessoa que cometa, ordene, solicite ou induza a prática de um desaparecimento forçado, tente praticá-lo, seja cúmplice ou partícipe do ato”. Determina também que “nenhuma pessoa será detida em segredo” e que, em caso de falecimento durante a privação de liberdade, o Estado garantirá “a todos que tiverem interesse legítimo nessa informação”, como os familiares, o acesso às informações sobre “a causa do falecimento e o destino dado aos restos mortais”.

O Brasil assinou esta convenção em 2007 e a ratificou em 2010. Desde 2011, 30 de agosto é considerado pela ONU o Dia Internacional das Vítimas de Desaparecimento Forçado. Em 2018, foram reportados à polícia 82.094 casos de pessoas desaparecidas no Brasil, aqui incluídos os desaparecimentos forçados, voluntários e involuntários. Apenas 52.328 foram localizadas, o que gerou um passivo de 30 mil desaparecimentos não solucionados somente naquele ano. Esses casos permanecem em aberto por diferentes razões, mas sobretudo por omissão. Do Estado.

O Estado não é omissor quando exerce deliberadamente a ação de sumir com opositores, criminosos e cidadãos inocentes. Nestes casos, ele é autor do crime. O Estado é omissor quando se exime da responsabilidade de coibir o desaparecimento forçado e punir aqueles que o praticam. Ele também é omissor quando não envia esforços suficientes para prevenir o desaparecimento ou buscar soluções.

Signatário da convenção da ONU contra o desaparecimento forçado há uma década, o Estado brasileiro tem sido criminoso, como no caso Amarildo, e também

omisso. Omissor, inclusive, por não ter criado, até hoje, no âmbito do Poder Executivo, um sistema integrado capaz de cruzar com eficiência informações das delegacias de polícia e dos Institutos Médicos Legais de cada Estado, bem como formar um banco de dados que integre, em rede, as Secretarias de Segurança Pública dos diferentes Estados, iniciativa que poderia mitigar o problema contribuindo sobremaneira para a localização de desaparecidos.

“O Brasil está sendo cobrado pelo cumprimento do tratado da ONU, que ratificou há dez anos, e o Governo Federal não tem muito a dizer; ele nem conseguiu implementar um banco de dados”, diz a promotora de justiça Eliana Vendramini, coordenadora do PLID de São Paulo.

O banco de dados a que ela se refere é, hoje, uma exigência legal, estabelecida pela Lei Federal 13.812 de março de 2019, que instituiu a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e criou o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas. Esse cadastro não existe na prática. Sequer foram estabelecidos protocolo, equipe responsável e órgão responsável por alimentá-lo. O que o Governo Federal chama de Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas, hospedado no endereço www.desaparecidos.mj.gov.br, nada mais é do que o já ultrapassado Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, instituído por lei federal em 2009 e abandonado em seguida. O aspecto é de um site “piloto”, com apenas 106 crianças desaparecidas cadastradas no Estado de São Paulo com nome e fotografia, a mais recente delas incluída em 2008.

Outras iniciativas neste sentido não são do Executivo Federal como previsto em lei. A mais importante delas é o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Pessoas (Sinalid), implementado em 2017 pelo Conselho Nacional do Ministério Público a partir das experiências dos Plids. O Sinalid tem sido abastecido pelos Ministérios Públicos estaduais, sem equipes específicas nem orçamento proporcional ao desafio colocado. Até setembro de 2020, a plataforma havia registrado cerca de 73 mil ocorrências, segmentadas por Estado, ano do desaparecimento, sexo, idade e cor da pele das pessoas desaparecidas.

Referindo-se às pessoas desaparecidas que vêm a óbito, e que chegam aos cemitérios como corpos “não identificados”, Eliana Vendramini diz que a omissão do Estado se dá quando autoridades que poderiam recorrer a outros dispositivos de identificação não o fazem. “Essas pessoas são nominalmente não identificadas, mas têm vários dados que as identificam, para além do nome”, afirma. “Esses dados deveriam ser minuciosamente anotados para a devida localização”. Dados antropométricos, cor da pele, dos olhos, tatuagens, cicatrizes ou mesmo a roupa que vestiam ao chegar ao IML são elementos identificadores. Segundo Eliana, essas informações deveriam ser anotadas pelo médico legista durante o exame necroscópico e abastecer um banco de dados que pudesse ser cotejado com as informações reunidas pelas delegacias da polícia civil junto aos familiares que registrarem o desaparecimento. “Tem um boletim de ocorrência de desaparecimento, você pega os dados físicos da pessoa, ainda que não identificada por nome, e compara. Para isso seria fundamental interligar delegacias e IMLs”, explica.

O modelo atual, ao contrário, transforma o corpo anônimo em “não identificado”, procedimento que Eliana chama de “redesaparecimento”: o cidadão desaparece pela primeira vez ao sumir de casa e pela segunda vez por ação do Estado. Em vez de investigar, divulgar as características da pessoa, fazer um cadastro consistente com informações que possam contribuir para sua localização, mesmo que tardiamente, após o sepultamento, o Estado não registra aquele óbito com um mínimo aceitável de dados físicos ou de informações sobre o local da morte, as circunstâncias, as roupas que usava. “Do jeito que é feito, ele nunca mais será identificado”, diz Eliana.

O redesaparecimento também tem sido chamado de “desaparecimento administrativo”. Outra forma de desaparecimento administrativo acomete os corpos ditos “não reclamados”, aqueles que não são localizados pelas famílias e, por isso, são sepultados à revelia dos parentes, em sepulturas comuns, recebendo o mesmo tratamento dados aos não identificados e aos indigentes. Hoje, o IML – bem como o Serviço de Verificação de Óbitos (SVO), para onde são encaminhadas as vítimas

de mortes não violentas – mantém esses corpos em câmara fria por um período de 72 horas à espera de alguém que os “reclame”. Mesmo que o corpo tenha sido encontrado com a cédula de identidade no bolso, dificilmente a família ficará sabendo de sua morte se nenhum parente for atrás. Não existe um serviço de busca ativa ou qualquer dispositivo legal que obrigue o Estado a procurar as famílias. É a família que tem de ir ao IML ou ao SVO à procura do parente desaparecido. O resultado é que uma pessoa sozinha, que tenha como hábito passar mais de 72 horas sem se comunicar com algum familiar, ou que tenha família em outras cidades ou países, corre o risco real de ser enterrada sem que amigos e parentes fiquem sabendo, caso venha a óbito na rua, vítima de uma bala perdida, um latrocínio, um atropelamento ou mesmo por causas naturais. Para suas famílias, entrará nas estatísticas de desaparecimento e, possivelmente, sua morte e seu sepultamento jamais venham a ser conhecidos ou esclarecidos.

O Estado é violador de direitos, por negligência ou omissão, ao não evitar nada disso. “O Estado poderia se empenhar, mas não o faz”, diz a promotora Eliana Vendramini. “As pessoas acham que isso é lenda, ou que é fruto de governo ditatorial. Não, é fruto também de um governo pseudodemocrático. Porque a gente tem a necropolítica brasileira. Certas pessoas, não interessa encontrá-las”.

Necropolítica é um conceito formulado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, apresentado pela primeira vez num artigo de 2003. Enquanto o Estado soberano, em sua forma clássica, exercia o poder político decretando, sempre que necessário, a morte de seus súditos, seja na forca ou na guilhotina, como forma de manter o controle social e evidenciar a própria soberania, Mbembe verifica que os Estados contemporâneos, mesmo sem o poder soberano de antigamente, mantiveram diversos dispositivos que produzem a morte como política de Estado. “A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”,

escreveu. E mais adiante: “Nesse caso, soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é”.

O Estado nazista seria, segundo Mbembe, exemplo de um poder que domina exercendo o direito de matar. Essa dominação incidiria não somente sobre os inimigos externos, o que seria comum à maioria das guerras, mas também sobre os próprios cidadãos. No caso, os cidadãos de origem judaica, os comunistas, os negros, os ciganos, os homossexuais, os deficientes físicos, os doentes mentais, sindicalistas, padres e adeptos de outras crenças e religiões.

E quem podia ser morto no Brasil de 1971? Os comunistas, os “terroristas”, os “subversivos”, quase sempre assassinados sob tortura, mas também os pobres, os indígenas, os camponeses, os deficientes, os gays, todos aqueles que não importavam, que eram “descartáveis”, conforme o termo utilizado por Mbembe, que podiam ser abandonados para morrer. E ainda os delinquentes, os “trombadinhas”, os “marginais”, cuja eliminação ficava a cargo das tropas de elite da PM, como a Rota, e dos grupos de extermínio. Muito comuns no período militar, os grupos de extermínio consistiam em estruturas extraoficiais, normalmente paramilitares, que saíam às ruas com autorização tácita para matar quem “merecesse”. Entre os grupos de extermínio mais atuantes nos anos 1960 e 1970 estavam o Esquadrão da Morte de São Paulo, comandado pelo delegado do Dops Sérgio Paranhos Fleury, e a Scuderie LeCocq, do Rio, comandada por policiais como José Guilherme Godinho, o Sivuca, que em 1990 seria eleito deputado estadual repetindo o bordão “bandido bom é bandido morto”.

Outros brasileiros que podiam ser mortos naquele período eram os “loucos”. Não à toa, a jornalista Daniela Arbex deu o título de *Holocausto brasileiro* ao livro de 2013 em que narrou os maus-tratos e o genocídio de 60 mil internos no Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena, no interior de Minas Gerais, o maior manicômio do Brasil nos anos 1960. Segundo denúncias, 70% dos internos não tinham diagnóstico de distúrbio mental. Eram os “indesejados”: homossexuais, pessoas com deficiência, alcoólatras, mendigos, moças que haviam

perdido a virgindade antes do casamento e empregadas domésticas que haviam sido engravidadas por seus patrões, deixados ali para serem deliberadamente abandonados, para que a sociedade pudesse se esquecer deles. Internados para morrer.

Em São Paulo, todas essas pessoas poderiam ter a vala clandestina de Perus como destino. Muitas tiveram, sobretudo os mortos pela Rota, as vítimas dos grupos de extermínio e os miseráveis. “A vala de Perus é uma espécie de dispositivo de desaparecimento híbrido, que combina o desaparecimento propriamente dito com o desaparecimento administrativo, que já existia no Brasil muito antes de haver a vala”, diz o filósofo Fábio Franco, autor da tese *Da biopolítica à necrogovernamentalidade*, defendida na USP, em 2018, com orientação de Vladimir Safatle. “O desaparecimento administrativo não é algo trazido pela ditadura. Ao contrário, ele já era parte de uma política frequente, de Estado. O que talvez tenha sido uma novidade da repressão foi inserir o resistente político nesse sistema de desaparecimento administrativo, um sistema que persiste até hoje.”

Pensando no século XXI, quem “pode morrer” no Brasil de hoje? Todos aqueles, isso é certo, e mais as mulheres, os pobres, a juventude negra e periférica, a população carcerária. O pedreiro Amarildo podia morrer. Marielle Franco, vereadora carioca de um partido de esquerda, preta, periférica, bissexual, ativista dos direitos humanos, também. As vítimas da política de guerra às drogas, quase todas negras, também.

“A carne mais barata do mercado é a carne negra, que vai de graça pro presídio e para debaixo do plástico”, cantou Elza Soares em 2002 (o reggae *A Carne*, de Marcelo Yuka, Seu Jorge e Ulisses Cappelletti, foi lançado originalmente em 1998 em álbum da banda Farofa Carioca). “Mais de 30 mil jovens são assassinados no país, fruto da violência urbana e cotidiana”, escreveu Juliana Borges em *O que é encarceramento em massa?*. “Conseguimos afirmar de modo categórico a contradição de que somos um povo e país sem qualquer preconceito ao passo que, destes mais de 30 mil jovens, 23 mil deles sejam jovens negros”. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as taxas de homicídio aumenta-

ram 11,5% para negros entre 2008 e 2018, enquanto entre os não negros se verificou uma redução de 13% no mesmo decênio.

Douglas Rodrigues tinha 17 anos e havia saído de casa junto com o irmão mais novo, de 13 anos, para procurar um chaveiro, quando foi baleado no peito por um policial que nem sequer saiu de sua viatura. “Por que o senhor atirou em mim?”, foram suas últimas palavras, em 2013, no Jardim Brasil, Zona Norte de São Paulo. O agente foi absolvido.

Mais de 200 tiros foram disparados contra o carro do músico Evaldo Rosa dos Santos em Guadalupe, na Zona Norte do Rio, em 2019. Do total, 83 balas atingiram o carro, nove feriram Evaldo, três delas na cabeça. Evaldo foi confundido com um bandido e morreu na hora. Um dos militares envolvidos na execução fez 77 disparos contra ele. Outro disparou 54 vezes. No total, doze militares participaram da ação e nove foram presos. Por 47 dias.

Ágatha Félix tinha 8 anos e voltava de Kombi da escola para sua casa, no Complexo do Alemão, quando foi atingida por uma bala nas costas e morreu. O tiro foi disparado por um policial que havia mirado um motoqueiro que passava ao lado da Kombi. Nenhum confronto, nenhum tiroteio. A versão policial foi de confronto. Os agentes teriam agido em legítima defesa. Era 2019.

Também em 2019, numa madrugada de sábado, uma operação policial no bairro de Paraisópolis, em São Paulo, deixou nove mortos e doze feridos numa festa. Segundo a versão oficial, morreram pisoteadas ao tentar deixar o local da festa. Segundo moradores locais, os agentes distribuíram socos e pontapés que resultaram nas nove mortes.

Mizael Fernandes da Silva, o único branco desta lista, tinha 13 anos e dormia quando foi morto a tiros dentro do seu quarto, na cidade de Chorozinho, região metropolitana de Fortaleza, no Ceará, em julho de 2020. O inquérito concluiu que o menino estava armado e que os dois policiais envolvidos no homicídio agiram em legítima defesa. Um deles era investigado por torturar um homem em fevereiro de 2019. Continuou na ativa.

Entre 2016 e 2018, enquanto analisava as ossadas de Perus, o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp (CAAF) abrigou a realização de um projeto paralelo de investigação sobre os crimes de maio de 2006. Naquele mês, entre os dias 12 e 20, pelo menos 560 pessoas foram mortas pela polícia no Estado de São Paulo num arroubo de violência institucional sem precedentes no Estado. Em 2016, uma equipe de pesquisadores vinculada ao CAAF debruçou-se sobre laudos, processos e entrevistas com familiares de sessenta pessoas mortas na Baixada Santista naquele período. Como resultado, a constatação de que houve truculência desproporcional e prática deliberada de execução sumária: tiros que acertaram os alvos em trajetória descendente etc. Poderiam estar todos na vala de Perus, não fosse um singelo deslocamento de 35 anos entre os mortos de ontem e os mortos de hoje.

Ao lado dos crimes de execução e desaparecimento forçado, há uma terceira violência de Estado característica da vala de Perus que também permanece: a ocultação de cadáveres, irmã siamesa dos outros dois.

A ocultação de cadáveres é, hoje, sobretudo burocrática. Um corpo enterrado numa vala comum, como desconhecido ou não reclamado, está, via de regra, ocultado para sempre. Quem vai encontrá-lo? Ainda assim, os dispositivos da necropolítica permanecem à espreita. E o estrago pode ser maior.

Em agosto de 2019, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou a concessão dos cemitérios públicos e do crematório da Vila Alpina. A lógica capitalista faz com que os ciclos precisem ser reduzidos. Tempo é dinheiro. Terra também é dinheiro. Neste sentido, há uma pressão permanente para que as ossadas, sobretudo as de desconhecidos e não reclamados, sejam desprezadas mais rapidamente para que as sepulturas sejam ocupadas por um novo corpo e assim sucessivamente. Se no início dos anos 1970 uma lei municipal reduziu de cinco para três anos o prazo para a exumação dos restos mortais, a primeira versão do projeto de lei protocolado na Câmara em 2019 previa reduzir esse tempo para apenas

seis meses, o que foi retirado da versão final, implementada pelo decreto 59.196 de 29 de janeiro de 2020. Ao mesmo tempo em que o aumento da rotatividade multiplicaria por seis a taxa de ocupação dos cemitérios, o que teria impacto positivo sobretudo na área econômica, a medida, caso adotada, poderia comprometer por completo qualquer tentativa de localização e identificação futura dos remanescentes ósseos dos “desconhecidos” e “não reclamados”.

Em 2016, quando integrei a Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo, pudemos nos debruçar também sobre este aspecto. Um primeiro dado que nos surpreendeu foi descobrir que existe uma lei de 1967, nunca revogada, que permite a cremação de desconhecidos e não reclamados. “Em caso de morte violenta, a cremação, atendidas as condições estatuídas neste artigo, só poderá ser levada a efeito mediante prévio e expresso consentimento da autoridade policial competente”, diz o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei nº 7.017 de 19 de abril de 1967. “A Prefeitura poderá determinar, observadas as cautelas indicadas nos parágrafos anteriores, tal seja o caso, a cremação de cadáveres de indigentes e daqueles não identificados”, diz o parágrafo terceiro.

Em nosso relatório final, incluímos recomendações específicas sobre a gestão dos cemitérios: “Para que a legislação municipal esteja de acordo com as práticas democráticas e não corrobore violações aos direitos humanos em nenhuma circunstância”, diz o texto, “esta CMV recomenda a supressão dos parágrafos 2º e 3º do artigo 2º da Lei nº 7.017/67, e que fique proibida a cremação de corpos ou restos mortais de pessoas não identificadas e daquelas cujas famílias não foram localizadas por ocasião do sepultamento nem posteriormente (ou seja: que jamais puderam optar pelo traslado). É recomendável que o Poder Executivo municipal tome a dianteira na elaboração de um projeto de lei neste sentido, e que se empenhe por sua aprovação e sanção”.

O decreto de 2020 manteve a possibilidade de incineração dos restos mortais decorrido o prazo legal de três anos após o sepultamento, mas, no caso dos não identificados, introduziu no texto legal uma medida mitigadora relevante: a obrigação de preservar e manter

em condições adequadas parte do material genético, em quantidade suficiente para fins de eventual identificação civil.

Ao mesmo tempo, a ocultação de cadáveres segue como modalidade corriqueira de violência de Estado em sua forma mais perversa: as milícias, sobretudo no Rio de Janeiro. Milícias são arranjos sofisticados que congregam quase sempre lideranças locais, políticos e policiais e que exercem domínio territorial sobre determinada comunidade, área ou região, normalmente antagonizando com traficantes, embora não seja raro que os esquemas também os envolvam. Onde o Estado falta, as milícias chegariam para garantir segurança e bem-estar aos moradores. Matam com espantosa naturalidade, mas sempre com uma “boa razão”: evitar os furtos, os roubos e outras possibilidades de violência. Como se dissessem: o monopólio da força agora é nosso, em nome da ordem e da segurança. Parte significativa dos moradores costuma apoiar esses arranjos, mesmo sabendo que eles operam à margem da lei. Segundo esse olhar, a crueldade das milícias estaria reservada aos marginais, nunca a quem respeita as regras, enquanto o crime comum, os assaltos, os estupro, são imprevisíveis e ameaçam a todos. Qualquer semelhança com a repressão dos tempos da ditadura militar e com a forma como parte das pessoas se lembra daquele período não é mera coincidência.

No livro *A república das milícias: dos esquadrões da morte à Era Bolsonaro*, lançado em 2020, Bruno Paes Manso narra a trajetória do ex-miliciano Lobo, nome fictício para um personagem real, que foi preso por três anos, acusado de matar pelo menos vinte pessoas e ocultar seus corpos em cemitérios clandestinos. Uma reportagem do jornal *O Dia* de outubro de 2019 revelou que, somente naquele ano, a polícia civil havia localizados seis cemitérios clandestinos, com pelo menos 35 corpos ocultados, dois em Itaboraí e quatro na Baixada Fluminense.

A estratégia de ação das milícias – cobrando mensalidades dos moradores e dos comerciantes, praticando o monopólio na venda de gás e de TV a cabo, mas afastando as drogas e os traficantes para longe – justifica o apoio que esses grupos armados costumam receber

nos bairros. Esse apoio acaba facilmente transferido para algum candidato na época da eleição: o candidato que o chefe da milícia indicar. Em regiões conflagradas pela guerra às drogas, onde o Estado formal é ausente quanto ao dever de garantir saúde, educação, emprego e alimentação, e sobretudo segurança, são os milicianos que exercem, na prática, o poder Executivo.

— Por que falar sobre a vala de Perus em 2020?

Esta questão me foi colocada por um conhecido enquanto escrevia este livro. Pensei por alguns minutos antes de arriscar uma resposta. Disse a ele que, em primeiro lugar, falar da violência de Estado dos anos 1970 nos permitiria traçar paralelos e jogar luz sobre a violência de Estado de hoje. Mostraria de onde vem e ressignificaria o desaparecimento político, revelando o quanto é equivocado o argumento negacionista, muito em voga, de que a ditadura militar só foi ruim para quem “mereceu”, para quem era “terrorista”. Mais de mil corpos ocultados na vala clandestina em 1976 não eram de militantes políticos, mas de outras vítimas do Estado.

Lembrar a vala de Perus seria oportuno também para interpretar alguns elementos constitutivos do contexto atual. A começar pela atuação da polícia. A PM mata mais hoje do que há 50 anos, e sua origem é, justamente, a ética militar segundo a qual o cidadão pode ser tratado como “inimigo interno” e, consequentemente, abatido. São passíveis de aniquilamento não apenas os opositores políticos, mas também os indesejados, os desajustados.

Escrever sobre a vala de Perus em 2020 também nos coloca frente a frente com Jair Bolsonaro e sua cosmogonia. Logo após o massacre do Carandiru, no qual 111 presos da Casa de Detenção de São Paulo foram fuzilados, em 1992, o então deputado federal Jair Bolsonaro afirmou o seguinte: “Morreram poucos; a polícia tinha que ter matado mil”. Em 2016, declarou que “o erro da ditadura foi torturar e não matar”. Ainda em 2016, Bolsonaro dedicou à memória do torturador Carlos Alberto Brilhante Ustra seu voto a favor do impeachment de Dilma Rousseff. Dois anos depois, durante a campanha

eleitoral de 2018, declarou que seu livro de cabeceira era *A verdade sufocada: A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*, escrito por Ustra. Dos cinco desaparecidos cujos restos mortais foram identificados na vala entre 1990 e 2020, três foram assassinados no DOI-Codi de São Paulo sob o comando de Ustra.

Já na Presidência, Bolsonaro tentou instituir comemorações nos aniversários do golpe de 1964. Em seguida, suspendeu os repasses que viabilizavam o Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura, deixando seus integrantes sem remuneração e o órgão sem infraestrutura. Meses depois, mexeu na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, substituindo a presidente antes do fim do mandato. Em maio de 2020, recebeu o Major Curió, responsável pela repressão à Guerrilha do Araguaia, para uma sorridente reunião no Palácio do Planalto. Em outubro, foi o vice-presidente da República que elogiou Ustra em entrevista ao canal alemão Deutsche Welle. “Um homem de honra que respeitava os direitos humanos de seus subordinados”, disse Hamilton Morão sobre o notório torturador.

Escrever sobre a vala de Perus em 2020 também traz à tona outros aspectos do momento atual. Parte dos corpos ocultados na vala é, segundo anotações feitas nos livros de entrada no cemitério, de vítimas de uma epidemia de meningite que se alastrou pelo país na primeira metade da década de 1970. Muitas crianças morreram. Em São Paulo, quase todas as famílias tiveram pelo menos um primo ou um neto entre as vítimas fatais. Não deixa de ser curioso, e trágico, que em 2020 tenhamos novamente uma pandemia altamente letal e igualmente caracterizada pela subnotificação e pelo descaso das autoridades. Meio século atrás, o Estado já tentava reduzir as estatísticas de modo a evitar manchetes desabonadoras. E reduzia as estatísticas não por meio de ações de prevenção ou de combate ao vírus, mas por meio da ocultação de tudo: das notícias e também dos corpos. Neste ano, muitos cemitérios enfrentaram um aumento exponencial no número de sepultamentos e viram se multiplicar o número de pessoas enterradas às pressas, em cova comum, sem identificação, muitas vezes sem esperar 72 horas. Esses corpos, ocultados sob um regime dito democrático, serão

algum dia identificados?

A violência de Estado tem muitas faces. A história da vala de Perus nos apresenta algumas delas. A perseguição política, a tortura, a prática do extermínio como forma paradoxal de conter a violência por meio do terror, a falsificação de laudos e outros documentos, o desaparecimento forçado e a ocultação de cadáveres. Nenhuma delas desapareceu. E todas, sem exceção, existem em maior ou menor escala desde o Brasil colonial. Foram tributárias do modo de produção escravista e constitutivas da identidade nacional. Ajudaram a forjar as relações sociais, moldaram o comportamento da elite e construíram uma institucionalidade calcada no controle e na opressão, raramente na liderança e no convencimento. Permanecem, através das gerações, embaladas no racismo, no machismo, no controle do corpo feminino, no patrimonialismo, na concentração dos meios de comunicação, no desmatamento, na censura e num modelo socioeconômico que segrega e é, por si, violento. Ou haverá violência de Estado mais corriqueira – e banalizada – do que a fome, a desnutrição, a falta de acesso a saúde, educação e moradia digna?

Escrever sobre a vala de Perus em 2020 é falar dos mortos, dos desaparecidos e dos ocultados de ontem e de hoje. Para nos lembrar que a luta e a vigilância não dão trégua. E que a democracia está aí para ser conquistada. Todos os dias.

Brasil: um laboratório do desaparecimento¹⁰⁹

Fábio Luíz Ferreira Nobrega Franco¹¹⁰

¹⁰⁹Uma versão anterior deste texto foi publicada como parte constitutiva da tese de doutorado defendida pelo autor em 2018 na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e intitulada

“Da biopolítica à negrogovernamentalidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil”.

¹¹⁰Fábio Luís Franco é doutor em Filosofia pela USP e pesquisador de pós-doutorado vinculado ao the International Research Group on Authoritarianism and Counter-Strategies of the Rosa Luxemburg Stiftung e ao Instituto de Psicologia da USP.

¹¹¹Paulo Malhães em depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, em 18 de fevereiro de 2014. Arquivo CNV, 00092.002760/2014-83, apud BRASIL, 2014, p. 500.

¹¹²A Escola Superior de Guerra de Paris (ESG) foi o grande centro exportador da doutrina francesa da guerra contrarrevolucionária nas décadas de 1950 e 1960. Suas técnicas, testadas na guerra civil da Argélia, chegaram à América Latina pelas mãos de militares

Quando o troço virou guerra, guerra mesmo, é que as coisas mudaram. Porque a gente também foi aprender fora, alguma coisa. Aí os perfis das prisões daqui mudaram. A forma de contato com os presos mudou. Surgiu a necessidade de aparelhos, porque – isso foi uma grande lição que eu aprendi – o que causa maior pavor não é você matar a pessoa: é você fazer ela desaparecer. O destino fica incerto. O que aconteceu, o que irá acontecer comigo? Eu vou morrer? Não vou morrer? Entendeu? O pavor é muito maior com o desaparecimento do que com a morte. A morte, não. Você vê o cadáver do cara, o cara ali, acabou, acabou; não tem mais que pensar nele. O meu destino, se eu falhar, vai ser esse. Já quando você desaparece – isso é ensinamento estrangeiro – quando você desaparece, você causa um impacto muito mais violento no grupo. Cadê o fulano? Não sei, ninguém viu, ninguém sabe. Como? O cara sumiu como?¹¹¹

O depoimento acima foi dado por um dos poucos militares brasileiros que depuseram perante uma Comissão da Verdade: trata-se do coronel da reserva Paulo Malhães, ex-agente da inteligência do Exército. Nessa fala, fica patente que o desaparecimento, aprendido com os “estrangeiros”,¹¹² tornou-se preponderante em um dado momento da ditadura brasileira, visando,

também, disseminar o pavor entre as organizações de oposição ao governo ditatorial e em toda a sociedade.

Segundo dados da Comissão Nacional da Verdade, durante a ditadura militar, entre 1964 e 1985, 243 pessoas foram vítimas de desaparecimento forçado, ou seja, “mais da metade das 434 vítimas fatais da ditadura” (BRASIL, 2014, p. 500). É bom sublinhar que o total de desaparecidos por motivações políticas durante esse período é certamente maior, segundo diversos movimentos sociais e levando em conta os próprios fatos apontados no segundo volume do relatório final da CNV.¹¹³

Como sugere Malhães, a prática do desaparecimento forçado predominou a partir do início da década de 1970. Ainda segundo o relatório da CNV, os anos de 1973, com 54 vítimas, e 1974, com 53 casos, foram os que registraram maior número de desaparecimentos (BRASIL, 2014, p. 502).

O que motivou o uso recorrente do desaparecimento forçado naquele período foi menos a súbita irrupção de uma “guerra mesmo”, na expressão empregada por Malhães – para o bloco empresarial-militar, nunca se tratou de outra coisa que não uma verdadeira guerra contrarrevolucionária, para usarmos a designação cunhada pelos franceses –, mas a repercussão das denúncias de casos de tortura e assassinato que forçaram a modificação das práticas repressivas. Essa modificação foi sintetizada na bela expressão de Marcelo Godoy: “do teatro ao desaparecimento”. Segundo o jornalista, autor do livro *A casa da vovó*, no qual narra a história do DOI-Codi, “as encenações teatrais de tiroteios para justificar assassinatos cederiam lugar ao silen-

cioso desaparecimento de opositores marcados para morrer”.

Foi em 30 de novembro de 1973 a última vez em que os agentes simularam um confronto armado para tornar crível a morte de guerrilheiros que haviam sido presos, torturados e assassinados horas antes em um centro de detenção clandestina.¹¹⁴ Depois deles, ninguém mais assassinado fora do DOI apareceu. O sumiço passou a ser a regra. Tudo virou segredo (GODOY, 2014, p. 391)

A predominância do desaparecimento sobre outras práticas repressivas também é explicitada por presos políticos que, em 1975, assinaram a “Carta ao presidente do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil”, documento que ficou conhecido como Bagulhão.¹¹⁵ “O expediente de procurar encobrir o assassinato de opositores ao regime com ‘tiroteios’, ‘atropelamentos’, ‘tentativas de fuga’, ‘suicídios’, predominou até o ano de 1973”, diz o texto. “Desde então, preponderou a prática dos ‘desaparecimentos’ de presos políticos” (apud BRASIL, 2014, p. 501). Foi uma saída estratégica, uma vez que os comunicados oficiais atribuindo a morte de presos políticos aos tais ‘tiroteios’ já não estavam sendo convincentes.

Tratava-se de um processo semelhante ao ocorrido na Argentina, uma vez que lá também as práticas explícitas de execução estavam sob a mira de diferentes setores da opinião pública e de organismos internacionais. Como fuzilar centenas ou até milhares de opositores? Entregar esses milhares de “inimigos internos” para a justiça comum também não era uma opção, pois, da mesma forma como justificavam os militares franceses na Argélia, isso apenas sobrecarregaria os tribunais, que não trabalhariam no tempo exigido pela guerra. Então, como solucionar o problema dos guerrilheiros que não poderiam ser fuzilados nem entregues à Justiça? Os militares argentinos optaram por sistematizar e generalizar uma prática já conhecida: o desaparecimento forçado.

No Brasil, o recurso às técnicas de desaparecimento

visava ainda a outro objetivo: institucionalizar o modelo político autoritário, o que significava, entre outras coisas, controlar a violência da repressão, ou melhor, controlar sua publicização para, então, garantir a legitimação do governo e um processo de abertura política liberalizante – ainda que não democrática, a médio e longo prazos – regida pela batuta dos que deram o golpe. Em suma, a adoção do desaparecimento como técnica predominante de enfrentamento aos movimentos identificados como revolucionários fazia parte de um pacote mais amplo de medidas tomadas principalmente no início do governo Geisel (1974-1979).

A necessidade imperativa de “normalizar a exceção” exigia acalmar as tensões entre o governo ditatorial e setores influentes da sociedade, principalmente a Igreja Católica. As críticas eclesiais à ditadura tornaram-se ainda mais contundentes em 1973, por conta do assassinato do estudante de Geologia da USP Alexandre Vannucchi Leme, nas dependências do DOI-Codi, em São Paulo. Em sua memória, o arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns, recém nomeado Cardeal, celebrou missa na Sé no dia 30 de março de 1973,¹¹⁶ véspera das comemorações pelo aniversário de nove anos do golpe. Além disso, em fevereiro de 1973, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil escolheu os 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos como tema da sua XIII Assembleia Geral.

Ao lado da Igreja, outras organizações passaram a se aproximar da causa dos direitos humanos, ampliando o coro dos críticos ao regime ditatorial. Uma delas foi a Ordem dos Advogados do Brasil, que assumiu claramente o lado da oposição à ditadura dedicando sua V Conferência Nacional, em 1974, ao tema “O advogado e os direitos do homem”. Mesmo grupos simpatizantes ao golpe e avessos ao “comunismo” ficavam sensibilizados com as crescentes denúncias envolvendo a participação de militares em casos de tortura e execuções sumárias.

Tudo isso exigia uma nova economia do poder ditatorial: tornava-se premente ocultar sua face repressiva, ao mesmo tempo que se abriam canais de diálogo (seletivo) com a sociedade civil – isto é, sobre pautas determinadas e com grupos específicos. A distensão do regime rumo a uma “democracia relativa”, nos termos

gálicos que desembarcaram no Novo Mundo, seja cumprindo missões oficiais, a pedido dos governos locais, seja por meios extraoficiais.

¹¹³Entre os 243 desaparecidos listados pela CNV, não se encontram, por exemplo, camponeses e índios que morreram em decorrência de conflitos por terra, vítimas de esquadrões da morte, entre outros grupos sociais sobre os quais incidia a ditadura brasileira, como revela o próprio relatório da CNV no seu segundo volume.

¹¹⁴Godoy refere-se à encenação da execução dos guerrilheiros Antônio Carlos Bicalho Lana, o Bruno, e sua companheira, Sônia Maria de Moraes Angel Jones. Após serem sequestrados por agentes de Estado, levados para um centro clandestino de detenção, o Sítio 31 de Março, no bairro do Cipó, na Zona Sul de São Paulo, torturados e executados, os agentes precisavam mascarar a execução sumária do casal. “Os corpos foram colocados nos portamalas de carros e levados até a zona sul. Ali ocorreu o teatro simulando a perseguição e o tiroteio. Uma tenente da PM, amiga de Neuza, encenou o papel de Sônia enquanto um agente fez o de Bruno” (GODOY, 2014, p. 398).

¹¹⁵SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. “Bagulhão”: a voz dos presos políticos contra os torturadores. São Paulo: ALESP, 2014.

de Geisel, não poderia prescindir “de instrumentos excepcionais” para a manutenção da ordem, todavia esses precisavam desaparecer juntamente com as vítimas.

É no interior dessa nova economia do poder que se consolida a montagem dos dispositivos de desaparecimento no Brasil. A respeito desses dispositivos, é importante ressaltar que eles resultam não apenas das técnicas adquiridas nas guerras coloniais “estrangeiras”, mas também de estruturas já existentes,¹¹⁷ criando uma ampla articulação institucional em torno do desaparecimento forçado. Tal articulação aparece claramente a partir da análise do *modus operandi* do desaparecimento.

Essa análise tem sido bastante prejudicada em decorrência da dificuldade de acesso aos arquivos militares e do silêncio dos responsáveis pelo desaparecimento de pessoas. Dos poucos agentes de Estado que contribuíram para o esclarecimento de violações de direitos humanos ocorridas na ditadura, destacam-se os depoimentos de três militares que detalharam alguns dos métodos e das técnicas utilizadas para fazer desaparecer corpos na ditadura (SÃO PAULO, 2015, p. 336): o já mencionado Paulo Malhães, Cláudio Guerra e Marival Chaves. Evidentemente, como pondera o próprio relatório da CNV, é necessário tomar suas declarações com cautela, posto que podem estar baseadas em estratégias de contrainformação (BRASIL, 2014, p. 518), mas isso não impede que se extraia delas material capaz de esclarecer as formas de desaparecimento utilizadas pelos agentes da ditadura.

A articulação institucional para a produção do desaparecimento tinha como principal eixo organizador o Exército, embora as outras armas também mantivessem seus próprios centros de repressão e de inteligência, como o Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e o Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (Cisa). A pedra angular desse sistema institucional responsável pelo desaparecimento foi a criação, em julho de 1969, da Operação Bandeirante (Oban), uma agência de repressão, financiada por empresários, daqui e de alhures, e firmemente apoiada por certos políticos, que funcionava nas dependências

do 36º Distrito Policial de São Paulo, localizado na rua Tutóia. Esse órgão possuía um estatuto particular, pois, ao mesmo tempo que respondia ao Centro de Informações do Exército (CIE), situava-se fora de hierarquia militar, gozando de certa autonomia para centralizar e coordenar ações conjuntas entre diferentes organismos de segurança. Graças a essa particularidade, a Oban estava ao mesmo tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, o que permitia aos agentes dessa instituição encobrir ações ilegais sob o manto do sigilo:

Subordinada à 2ª Seção do estado-maior das grandes unidades, essa célula repressiva era uma anomalia na estrutura militar convencional. Na originalidade e na autonomia, assemelhava-se ao dispositivo montado pelo general Massu em Argel. Num desvio doutrinário, essa unidade de centralização das atividades repressivas operava sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, órgão do gabinete do ministro (GASPARI, 2002, p. 60-61).

A referência de Gaspari ao comandante militar de Argel, General Massu, não pode passar despercebida, pois ela explicita a presença do ensino francês no modelo de guerra contrarrevolucionária que os militares adotaram no Brasil. Em janeiro de 1957, o governo francês atribuiu a Massu poderes de polícia para coibir a ascensão dos movimentos pela independência da Argélia. Essa decisão foi interpretada, corretamente, pelos militares como uma passagem de bastão no governo da segurança na colônia africana. Dotados das atribuições policiais, os militares tinham uma vantagem a mais: “o exército está habilitado a exercê-las *fora de todo o quadro legal*” (ROBIN, 2008, p. 95). É nesse contexto que o general Paris de la Bollardiére pronunciou esta frase: “O exército, pouco a pouco, conquistou um após o outro todos os instrumentos do poder, aí compreendido o judiciário, e se tornou um verdadeiro Estado no Estado” (ROBIN, 2008, p. 95).

No Brasil, a concentração dos poderes de segurança

¹¹⁶Vale destacar que, antes da morte de Vannucchi Leme, “a repressão entrara em choque contra o clero diretamente, tanto no caso dos frades dominicanos presos e torturados durante a caçada a Marighella quanto no assassinato do padre Henrique Pereira Neto, assessor de Dom Helder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife e símbolo da Igreja progressista nos anos 1960 e 1970” (NAPOLITANO, 2014, p. 244).

¹¹⁷Tais estruturas incluíam um conjunto de processos burocráticos e rotinas institucionais para a produção do cadáver desconhecido que antecederiam o golpe de 1964.

nas mãos do Exército, cujo ponto de partida foi a Operação Bandeirante, estabeleceu-se definitivamente em 1970, num documento assinado pelo então ministro Orlando Geisel, intitulado Diretriz de Segurança Interna, posteriormente consolidado pelo presidente Médici por meio da criação do Sistema de Segurança Interna, que submetia todos os órgãos da administração pública nacional à coordenação do comando unificado da repressão política, bem entendido, ao Exército. Desse processo nasceram, em 1970, com o propósito de aperfeiçoar e ampliar a atuação da Oban paulista de forma a abarcar outras regiões do Brasil, os Destacamentos de Operações de Informações (DOI), que atuavam como organismos operacionais dos Centros de Operações de Defesa Interna (Codi). Assim, instalaram-se os DOI-Codi de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Recife, de Brasília, de Curitiba, de Belo Horizonte, de Salvador, de Belém e de Fortaleza (GASPARI, 2002, p. 179-180). Sobre o funcionamento desse órgão, afirma a CPI Perus:

Em cada jurisdição territorial, os Codi detinham o comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, tanto das Forças Armadas como dos policiais estaduais e federais. [...] Tinham atribuição de garantir a coordenação e a execução do planejamento das medidas de “Defesa Interna”, nos diversos escalões do Comando, e de viabilizar a ação conjugada da Marinha, Aeronáutica, SNI, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar. O comando das ações ficava a cargo dos DOI. Os DOI-Codi contavam com dotações orçamentárias regulares, o que permitia uma ação repressiva muito mais aparelhada. (apud BRASIL, 2010, p. 106)

A criação dos DOI-Codi fomentou o aparecimento de centros secundários de repressão e informação a eles vinculados. Essa estrutura de cooperação funcionava em instalações oficiais formadas por delegacias, quartéis, presídios, auditorias militares, secretarias de segurança ou Departamentos de Ordem Política e Social (Dops), da

Polícia Civil.

No caso de São Paulo, a Comissão Parlamentar criada para investigar o caso da vala clandestina de Perus revelou que as prisões extrajudiciais e informações extraídas – na maioria das vezes sob tortura – pelo DOI-Codi eram formalizadas, ganhando aspecto oficial no Departamento de Ordem Política e Social (Dops/São Paulo), que, em 1975, passou a ser designado como Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops/ SP). Embora também coubesse aos DOI-Codi prender e obter informações necessárias para o desmantelamento dos movimentos de oposição ao regime ditatorial, “era no Dops que os depoimentos obtidos no DOI-Codi eram oficializados e que, eventualmente, a prisão era assumida com a comunicação das autoridades judiciais e a suspensão da incomunicabilidade do preso” (CPI PERUS apud BRASIL, 2010, p. 108). O caráter oficial do Deops/SP não impediu que oito pessoas desaparecessem nesse local, entre 29 de junho de 1969 e 20 de outubro de 1973, de acordo com a CNV (BRASIL, 2014, p. 549).

Finalmente, finalizando a composição dessa organização institucional desaparecedora, encontram-se os centros clandestinos, os tais “equipamentos” a que se referia Malhães na citação com que abrimos este texto, ponto máximo do processo de invisibilização do próprio poder desaparecedor. Evidentemente, como diz Elio Gaspari referindo-se ao aparelho de Petrópolis, seria “um erro” chamá-lo de clandestino.

O comandante da PE [Polícia do Exército] sabia da sua existência. Em 1973, um general revelou a Geisel que havia outras instalações, no Alto da Boa Vista. Os “doutores” que nela operavam cumpriam escalas de serviço do Centro, dentro da sua hierarquia e de acordo com seu comando. Era um dispositivo complementar aos DOIS. Estes, com todas as suas anomalias, vinculavam-se à rotina administrativa do Exército. Já o aparelho dispunha de uma autonomia outorgada pela chefia. (GASPARI, 2002, p. 378-379)

O ex-coronel Paulo Malhães, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, afirma que os corpos de presos na Casa da Morte de Petrópolis eram descaracterizados e, depois, jogados em rios para que desaparecessem

Essa autonomia conferia aos “equipamentos” uma existência sem lugar, verdadeiros espaços de exceção nos quais agentes da repressão decidiam sobre as leis. Uma listagem completa desses locais não é possível em razão do próprio estatuto de invisibilidade que os caracterizava; ainda assim, vale mencionar alguns para revelar a disseminação desses centros em várias regiões do país: no Estado do Rio de Janeiro, existiram a Casa da Morte ou Casa de Petrópolis, a Casa de São Conrado e instalações no Alto da Boa Vista; no Estado de São Paulo, citam-se a Fazenda 31 de Março de 1964, na região de Parelheiros, a Casa de Itapevi, uma fazenda na Rodovia Castello Branco, a casa no bairro do Ipiranga; em outros Estados, há a casa dos Horrores, nos arredores de Fortaleza (CE), a Fazendinha, em Alagoinhas (BA), o Colégio Militar, em Belo Horizonte (MG), o subsolo do SNI, em Recife (PE), o centro de tortura, em Olinda (PE), a “Dopinha”, em Porto Alegre (RS), a Clínica Marumbi, em Curitiba (PR), as Granjas do Terror, em Campina Grande (PA), a Casa Azul, em Marabá (PA).¹¹⁸

Sobre as técnicas usadas para o desaparecimento de corpos nesses locais, voltemos às declarações dos militares citados. O ex-coronel Paulo Malhães, em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, afirma que os corpos de presos na Casa da Morte de Petrópolis eram descaracterizados e, depois, jogados em rios para que desaparecessem.

Paulo Malhães comentou as fases da ocultação dos cadáveres, iniciada com a descaracterização das vítimas. Segundo ele, a arcada dentária e as pontas dos dedos eram retiradas e o ventre era cortado para impedir que a produção de fezes

durante a decomposição fizesse o corpo boiar. [...] Em seguida, eram colocados em sacos impermeáveis com pedras, e lançados em um rio que, no caso de Rubens Paiva,¹¹⁹ estaria localizado na região serrana do Rio de Janeiro. Segundo disse, havia um “estudo de anatomia” que levava em conta o inchaço dos corpos para estabelecer o peso que teria de ser acrescentado ao saco, para que o corpo não viesse à tona, fosse desviado para as margens ou depositado no fundo do rio, e seguisse a correnteza e desaparecesse (BRASIL, 2014, p. 519).

Técnicas semelhantes teriam sido empregadas, segundo o mesmo depoente, por ocasião da chamada “Operação Limpeza”, cujo objetivo seria apagar os vestígios do extermínio dos militantes que atuavam na região do Araguaia. Também nesse caso, após a exumação dos corpos e sua descaracterização – que consistia, de acordo com Malhães, em quebrar os dentes e retirar as impressões digitais dos dedos para que os corpos dos guerrilheiros não pudessem ser identificados –, os cadáveres do Araguaia foram colocados em sacos e lançados no Rio Araguaia.

Outra técnica de desaparecimento utilizada pela ditadura foi exposta pelo ex-delegado da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, Cláudio Antônio Guerra,¹²⁰ em depoimento à Comissão Nacional da Verdade. Segundo Guerra, ele teria levado corpos de desaparecidos da ditadura, executados ou na Casa da Morte de Petrópolis ou no quartel da Polícia do Exército, localizado na rua Barão de Mesquita,¹²¹ na capital carioca, para serem incinerados no forno da usina Cambahyba, na cidade de Campos de Goytacazes, no Estado do Rio de Janeiro, que pertencia ao ex-vice-governador do Rio de Janeiro, Heli Ribeiro Gomes. A prática da incineração, de acordo com o depoente, teria começado a partir de 1974 ou 1975:

[...] Nesse período aí, 74, 75, na mudança da política americana, começou uma

¹¹⁸Para uma descrição de cada um desses equipamentos, ver o livro *Habeas corpus: que se apresente o corpo* (BRASIL, 2010, p. 110-111) e o relatório da CNV (BRASIL, 2014, p. 792-829).

¹¹⁹Sobre o caso Rubens Paiva, ver o último volume do relatório da Comissão Nacional da Verdade: BRASIL, 2014, p. 519-528.

¹²⁰No depoimento à CNV, Guerra reafirma denúncias já feitas para os jornalistas Rogério Medeiros e Marcelo Netto em *Memórias de uma guerra suja*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

¹²¹Nesse quartel, foi instalado o DOI-Codi do Rio de Janeiro.

pressão muito grande em cima daqui do governo por causa do desaparecimento de corpos. Precisava. Os coronéis que estavam no comando do país [...]. Queriam um meio de desaparecer mesmo. Então foi dada essa ideia de se incinerar os corpos porque aquilo: “Ah, cortou em pedaços, jogou em tal lugar”. Houve essas práticas. Não estou dizendo que não houve, houve. Agora, de 75 para cá foi mudado o sistema. Era incinerado. (BRASIL, 2014, p. 520).

Ainda sobre as técnicas de desaparecimento, o ex-sargento Marival Chaves, também em depoimento à CNV, afirma que o esquartejamento dos corpos com a dispersão das suas partes seria um método bastante utilizado pelos agentes da ditadura, inclusive na Casa da Morte de Petrópolis:

Marival Chaves Dias do Canto: Porque quando eu falo de esquartejamento [...]. E aí quem me falou foi uma pessoa que já passou por aqui e que nada falou [...]. Que eu sei que nada falou, que é o senhor Magno, ou Magro, como é o nome dele, meu Deus? Que era um dos carcereiros da Casa de Petrópolis, não vem ao caso agora, eu não estou me recordando do nome, mas eu já falei muito sobre ele. Por isso, o que eu estou dizendo agora corrobora exatamente com o meu depoimento lá atrás. O cadáver para ser desaparecido, não é? Segundo esse nosso amigo aí. Eles inclusive, ele e mais dois outros, um chamado Pardal e outro chamado [...]. Fugiu o nome dele outra vez. Eles discutiam entre si quantas partes daria aquele cadáver.

CNV: Como se fosse um açougue?

Marival Chaves Dias do Canto: Como se fosse um açougue. Porque o corpo era completamente retalhado. (BRASIL, 2014, p. 522)

Uma das especificidades da ditadura brasileira foi complementar as técnicas de desaparecimento desenvolvidas no contexto das guerras coloniais com processos de desaparecimento que transcorriam em organismos oficialmente responsáveis pela gestão da morte

Uma das especificidades da ditadura brasileira foi complementar essas técnicas de desaparecimento, desenvolvidas no contexto das guerras coloniais, com processos de desaparecimento que transcorriam em organismos oficialmente responsáveis pela gestão da morte e frequentemente utilizados para desaparecer com milhares de pessoas sem qualquer envolvimento político, como testemunha o caso da vala clandestina de Perus. Assim, são recorrentes no período ditatorial situações nas quais ocorre

O sepultamento deliberado de militantes em valas clandestinas, como indigentes, por vezes com identificação, ou ainda com indicação errada de localização. Por vezes, há informações ou indicações sobre a sepultura, mas a localização é dificultada, seja porque os corpos foram levados para valas comuns, seja porque foram feitas modificações nas plantas dos cemitérios. (BRASIL, 2014, p. 502)

A esse respeito, muitos casos poderiam ser lembrados. Fiquemos com um deles, que, não por contingência, liga-se ao Cemitério de Perus: trata-se de Gélson Reicher e Alex de Paula Xavier Pereira, ambos militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). Eles foram executados por agentes da repressão em 1972. Porém, a versão da polícia, veiculada pela imprensa à época e, até recentemente, mantida pelas Forças Armadas, dizia se

tratar de morte decorrente de resistência à prisão. Os laudos dos exames necroscópicos, dos quais um dos signatários foi o médico-legista Isaac Abramovitch,¹²² corroboram essa versão policial, desconsiderando que os cadáveres apresentavam padrões de ferimentos compatíveis com situações de execução – como recentemente apontou a equipe pericial da CNV, as feridas na face e no esterno indicam que os atiradores se situavam em plano superior ao que estava posicionado Alex. Além disso, os laudos foram lavrados com os nomes falsos Emiliano Sessa e João Maria de Freitas, respectivamente, com os quais os dois militantes foram encaminhados para sepultamento como “indigentes” no Cemitério Dom Bosco, no bairro de Perus. Outra peça no mecanismo de desaparecimento de Gélson e Alex: a 2ª Auditoria Militar recebeu ofício do Dops/SP comunicando a morte dos militantes bem como informando que os óbitos foram lavrados com aqueles nomes falsos. Contudo, o Juiz Auditor Nelson da Silva Machado Guimarães, de posse de documentos ilegais, e ciente da adulteração das informações, apenas declarou a extinção de punibilidade em relação a Gélson e Alex, sem, contudo, avisar as famílias, determinar a retificação dos documentos e proceder com o indiciamento dos envolvidos.¹²³

Nesse caso, impõe-se também considerar o papel determinante do serviço funerário no processo de desaparecimento dos corpos dos militantes. São atribuições dos municípios, em todo o Brasil, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização daqueles pertencentes a associações religiosas. Em São Paulo, até 1976, o Serviço Funerário era responsável pelos funerais enquanto as atividades de construção e gestão dos cemitérios estavam sob o comando de um departamento específico, o Cemit. Desde 1976, ano em que a vala clandestina de Perus foi construída, todas as atividades referentes aos cemitérios, da administração às cerimônias, foram unificadas sob a alçada do Serviço Funerário. Segundo apurou a Comissão Municipal da Verdade da Prefeitura Municipal de São Paulo (CMV/PMSP),

há evidências irrefutáveis da cooperação da administração municipal, responsá-

vel legal pelos serviços funerários do município de São Paulo, com os órgãos da repressão, funcionários do IML, médicos legistas, oficiais do DOI-Codi e policiais civis e militares com o propósito de sonegar informações sobre os opositores políticos e desaparecer com os corpos enterrados nos cemitérios paulistas. (SÃO PAULO, 2016, p. 143)

Na capital paulista, três cemitérios foram usados para desaparecer com cadáveres de opositores políticos: o já referido Cemitério Dom Bosco, em Perus, o Cemitério de Vila Formosa, na Zona Leste da cidade, e o Cemitério de Campo Grande, na Zona Sul. Neles, informa a CMV/PMSP, entre 1969 e 1976, foram sepultados como desconhecidos 47 cadáveres de militantes, isto é, quase 60% do total de inumações de opositores da ditadura realizadas na capital paulista.¹²⁴ Tal cifra expõe a frequência com que a repressão recorreu ao ocultamento de cadáveres como técnica privilegiada de desaparecimento.

O mesmo aconteceu em outras regiões do Brasil, principalmente nos Estados do Rio de Janeiro e de Pernambuco. O livro *Habeas corpus: que se apresente o corpo* (BRASIL, 2010) dá ideia da magnitude dessa prática no país apresentando a lista de cemitérios utilizados pela repressão, com o apoio dos IMLs e dos serviços funerários, para o desaparecimento de corpos: além dos três cemitérios municipais de São Paulo, no Estado existem ainda o Cemitério de Areia Branca, em Santos, e o Cemitério do distrito de Parelheiros; no estado do Rio de Janeiro, são elencados os cemitérios de Ricardo de Albuquerque, de Santa Cruz, São Francisco Xavier (no Caju), de Inhaúma, da Caucaia (na Ilha do Governador) e os cemitérios de Petrópolis e Itaipava; no Estado de Pernambuco, os cemitérios de Santo Amaro e da Várzea, ambos em Recife, e o Cemitério Dom Bosco, em Caruaru; no Estado de Tocantins, antigo Estado de Goiás, Cemitério de Natividade, Cemitério de Guaraí e Cemitério de Paraíso do Tocantins; no Estado de Minas Gerais, o Cemitério Municipal de Juiz de Fora (BRASIL, 2010, p. 129-133).

¹²²Em depoimento à CPI de Perus, Abramovitch confirmou “que assumiu o compromisso de colaborar sem restrição com os órgãos de repressão política” (BRASIL, 2014, p. 513).

¹²³“Em depoimento à CNV em 31 de julho de 2014, o juiz Nelson da Silva Machado Guimarães reconheceu que recebia atestados de óbito com nomes falsos de militantes políticos que estavam sendo processados à revelia e que, com bases neles, determinava a extinção da punibilidade por morte. O juiz admitiu que não ordenava a retificação dos atestados para corrigir a identificação das vítimas e tampouco prestava informações às famílias que, àquela altura, estavam à procura de seus parentes” (BRASIL, 2014, p. 506).

¹²⁴Segundo a CMV/PMSP, no município de São Paulo foram sepultados 79 corpos de militantes políticos durante a ditadura (SÃO PAULO, 2016, p. 141).

O governo da morte

Voltando ao caso de São Paulo, é interessante sublinhar que a maior parte dos sepultamentos de presos políticos como cadáveres não identificados ocorreu entre 1969 e 1973,¹²⁵ portanto antes do período de preponderância da técnica de desaparecimento forçado no Brasil. Dessa incongruência de datas, duas hipóteses podem ser extraídas: em primeiro lugar, que, se a análise se concentra nas práticas de desaparecimento, é possível constatar que as decisões nem sempre partem dos centros de tomada de decisão para os organismos subordinados, como se o fluxo do poder escoasse em um único sentido das instâncias hierarquicamente superiores para as inferiores. De fato, não podemos desconsiderar que os organismos de repressão, em razão da autonomia administrativa e decisória de que gozavam, tinham capacidade de estabelecer procedimentos locais, alguns dos quais, por diferentes vias, acabavam se generalizando, sendo confirmados pelas instâncias de chefia. A esses poderes suboficiais, micropoderes descentralizados e espalhados em diferentes instituições da repressão, deve-se certamente grande responsabilidade na montagem dos dispositivos desaparecedores.

Em segundo lugar, podemos supor que, após o sepultamento daqueles cadáveres, um segundo processo desaparecedor incidiu sobre aquele primeiro, levando à criação da vala clandestina, em 1976, no Cemitério Dom Bosco, e, na mesma época, ao replanejamento do Cemitério de Vila Formosa, que até 1971, quando foi inaugurada a necrópole de Perus, era utilizado para inumação dos corpos dos militantes. A simultaneidade com que se deram esses dois procedimentos levou o Ministério Público Federal da 3ª Região, em relatório datado de 10 de setembro de 2010 e assinado pelos procuradores da República Eugênia Augusta Gonzaga e Marlon Alberto Weichert, a concluir que se tratava de “ação coordenada, planejada para promover a ocultação dos corpos” (BRASIL, 2014, p. 509).

Sobre as alterações realizadas no Cemitério de Vila Formosa, o relatório do Ministério Público Federal descreve-as em detalhes:

Tais alterações foram realizadas sem qualquer projeto formal, registro ou cautela em preservar a possibilidade de futura localização de sepulturas. Ruas foram alargadas e árvores plantadas. Toda a área em que está situada a antiga quadra 11, que acabou ficando conhecida como a quadra dos “terroristas”, foi descaracterizada. [...] Dessa maneira, a antiga quadra 11 desapareceu e as quadras próximas, que também sofreram alterações, foram renumeradas. Não há registros de exumação para que os novos traçados e alargamento das ruas fossem feitos, sendo que o mais provável é que as ruas tenham sido abertas com a violação das sepulturas pela passagem do maquinário pesado. O mesmo ocorreu com os corpos enterrados no local onde as árvores foram plantadas. [...] Foi também criada uma vala ou ossário clandestino naquele cemitério, visto que não há registro nos livros próprios, e utilizado em meados da década de 70, o qual pode ter sido utilizado como destino das ossadas exumadas por ocasião das alterações acima mencionadas [...]. (BRASIL, 2010, p. 128-129; BRASIL, 2014, p. 508-509)

Dado o vínculo administrativo que unia o Serviço Funerário ao governo municipal, o replanejamento da área do Cemitério de Vila Formosa não ocorreria se a Prefeitura Municipal de São Paulo não tivesse de alguma forma autorizado as intervenções na área. Trata-se de mais um exemplo da articulação profunda entre diferentes níveis de governo, organismos e agentes da repressão com o objetivo de desaparecer uma segunda vez com aqueles que já estavam desaparecidos.

No entanto, apesar de não haver registro de inumações de militantes políticos nos cemitérios de São Paulo entre novembro de 1973 e agosto de 1975, a entrada de corpos desconhecidos no Cemitério de Perus não ces-

¹²⁵Os dados são do relatório da CMV/PMSP (SÃO PAULO, 2016, p. 150).

sou. Dados apresentados no relatório da Comissão Estadual da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo mostram que, no período de março de 1971, quando o primeiro sepultamento é realizado na necrópole Dom Bosco, a 1980, quase cinco mil cadáveres entraram no cemitério identificados como “desconhecidos” (SÃO PAULO, 2015, p. 13). A maior parte desses mortos foi registrada nos livros de sepultamento do cemitério em 1972 e entre 1974 e 1976. Assim, mesmo que os mecanismos de gestão da morte não estivessem sepultando desaparecidos políticos nesses anos, muitas outras pessoas foram capturadas pelo dispositivo de desaparecimento, convertendo-se em corpos *desconhecidos*.

Se o baixo número de desaparecidos políticos refutaria, para alguns, a existência de um poder desaparecedor no país, que sirva como contraprova o fato de que mais de 550 cadáveres desconhecidos foram sepultados por ano, no período de 9 anos, em um único cemitério do município de São Paulo. Além dos alvos do momento, isto é, os militantes que atuavam contra a ditadura, os dispositivos de desaparecimento sempre funcionaram administrando as mortes de muitos outros setores da população, gerindo seus sepultamentos, decidindo sobre a identificação como não identificados de cadáveres determinados.

A colaboração articulada para a produção do desaparecimento abarcava, também, o não cumprimento de procedimentos técnicos e de normativas emanadas pelo próprio poder público (SÃO PAULO, 2016, p. 167-182). Exemplos desse tipo de irregularidade são encontrados nos processos de exumação, como revela o relatório final da CMV/PMSP (SÃO PAULO, 2016, p. 167-174). Em 1971, a Lei Municipal 7.656 alterou de cinco para três anos a concessão de sepultura para adultos, período após o qual os restos mortais poderiam ser removidos, abrindo espaço para outro cadáver.¹²⁶ Os despojos não reclamados por familiares deveriam ser reinumados na mesma sepultura, alguns palmos abaixo, com os respectivos registros. Contudo, isso não aconteceu nas exumações em massa no Cemitério Dom Bosco; ao contrário, os restos mortais ali exumados foram removidos para a sala do velório onde permaneceram abandonados por

De 1971 a 1980, quase 5 mil cadáveres deram entrada no cemitério de Perus identificados como “desconhecidos”

meses até serem depositados na vala clandestina.

Nos IMLs, procedimentos “especiais” também eram adotados para minimizar os ruídos que poderiam interferir no desaparecimento. Segundo afirma a CNV,

havia orientação para que as fotos da necropsia não fossem esclarecedoras. Segundo Josué Teixeira dos Santos, administrador do necrotério, exigência vinda do comando da Oban e, depois, do DOI-Codi/SP determinava que apenas a cabeça da vítima deveria ser fotografada. Ele relatou, inclusive, que foi repreendido quando fotografou um “terrorista” mostrando também o tórax. Além disso, o tratamento dado a presos políticos incluía menor tempo na geladeira, para que os corpos fossem liberados mais rapidamente, descumprindo o procedimento padrão de manter o corpo por três dias no IML, à espera de familiares. O trabalho de legistas de confiança da repressão garantia a tomada de uma série de precauções para impedir a localização dos corpos e a apuração do ocorrido. (BRASIL, 2014, p. 513)

Além disso, o trabalho investigativo de diversas Comissões da Verdade comprovou o que movimentos de familiares e de ex-presos políticos bem como organizações de direitos humanos há tempos denunciavam: a colaboração dos IMLs com os processos de desaparecimento por meio da validação de versões falsas sobre a execução de militantes e da emissão de laudos necroscópicos ou certidões de óbito fraudulentas, com adulteração do nome da vítima, modificação da *causa mortis*,

¹²⁶Segundo o relatório da CMV/PMSP, essa lei tinha como justificativa “a necessidade de liberar espaço para novos sepultamentos, ainda que as notícias veiculadas na imprensa apontassem que tal déficit não existia na cidade depois da inauguração dos cemitérios de Perus, Vila Nova Cachoeirinha e São Pedro. A mudança na legislação permitiu que, entre 1975 e 1976, ocorressem grandes exumações de indigentes sepultados em Perus nos anos de 1971 e 1972”. (SÃO PAULO, 2016, p. 170-171)

omissões de informações sobre as condições do óbito (sobretudo, em resposta ao quarto quesito do laudo necroscópico, que pergunta: “[a morte] Foi produzida por meio de veneno, fogo, explosivo, asfixia ou tortura, ou por outro meio insidioso ou cruel?”). No seu relatório final, a CNV indica 49 médicos-legistas como autores diretos ou cúmplices de condutas que resultaram em graves violações de direitos humanos. (BRASIL, 2014, p. 873-931)

Até mesmo os sepultamentos dos corpos de militantes entregues aos familiares eram monitorados pelos órgãos da repressão. A CMV/PSMP relata a presença ostensiva de agentes de Estado durante os velórios e sepultamentos, intimidando parentes e amigos do falecido. O poder incidia claramente nos processos fúnebres. Nos arquivos do Deops/SP, os pesquisadores dessa Comissão encontraram documentos que atestam essa prática, tal como este, datado de 1972:

Dando cumprimento à determinação do Senhor Delegado Titular de Ordem Política no sentido de acompanhar o féretro do terrorista Alexandre José Ibsem Veronese [sic] que se encontrava no Instituto Médico Legal, para o cemitério da Paz, no Bairro do Ferreira, Vila Sônia, temos a informar o seguinte:

Nos deslocamos ao Instituto Médico Legal por volta das 7,30 horas, e, no velório oficial deste referido instituto encontravam-se velando o corpo do referido terrorista, mais de 50 pessoas.

O cortejo fúnebre, saiu do velório às 8,10 horas, compondo-se de 12 veículos e umas 40 pessoas mais ou menos.

Chegamos ao cemitério às 8,50 horas quando se deu o sepultamento, o mesmo foi feito na Quadra 68, sepultura 28, conforme cartão anexo fornecido pela administração do mesmo.

Não sendo constatado por nós qualquer irregularidade digna de nota. Não houve

o comparecimento de repórteres e nem mesmo o caixão foi aberto durante o período de nossa permanência no velório e no sepultamento. (Documento da Delegacia Especializada de Ordem Política, 01/03/1972, investigações nº 069 apud SÃO PAULO, 2016, p. 147)

Por isso, é importante insistir que os desaparecimentos ocorridos na e pela ditadura brasileira dependeram da articulação direta ou indireta de rotinas burocráticas, normativas, trânsitos judiciais, instituições diversas (destacamentos policiais, quartéis, cemitérios, hospitais, institutos médico-legais etc.), gestão de fluxos cadavéricos e dos papéis gerados em cada uma dessas etapas, produzindo formas de vida melancolizadas e *dessubjetivações* encarnadas em corpos desconhecidos.

A existência de uma rede de práticas, discursos e atores responsáveis pelo desaparecimento é atestada pelo testemunho dos sobreviventes. A militante da ALN Iara Xavier, irmã de Alex e Iuri Xavier, e ex-companheira de Arnaldo Rocha Cardoso, todos os três executados pela repressão, é precisa quanto à articulação entre os órgãos em depoimento prestado à Comissão da Verdade da Assembleia Legislativa de São Paulo “Rubens Paiva”:

Então nós vemos que a operação que eles tinham era do DOI, operação, busca, captura, morte; passava pela conivência do IML; passava, pra mim, pela conivência do cartório, do 20º Cartório aqui do Jardim América, onde mais de 90% dos atestados de óbito, sejam falsos, sejam os verdadeiros, foram lavrados; passavam pela conivência dos médicos legistas, adulterando os laudos de necropsia, aos declarantes de óbito, e chegavam na Justiça, na máquina perfeita e montada para esconder crimes. (BRASIL, 2014, 507)

Como temos insistido desde o início deste texto, a montagem do que chamamos dispositivo de desaparecimento na ditadura brasileira resultou do acoplamento entre a tecnologia do desaparecimento, desenvolvido principalmente nas guerras coloniais francesas, com o desaparecimento administrativo (HATTORI et al., 2016), que, desde antes do golpe de 1964, estava em funcionamento, produzindo corpos anônimos e sepultando nas valas coletivas, não raramente clandestinas, os desconhecidos da sociedade. O regime ditatorial no Brasil incorporou e sistematizou essas rotinas burocráticas geradoras de desaparecimento, incluindo-as na estrutura responsável por coordenar a gestão da segurança e da repressão política. Tratava-se de uma saída perfeita, uma vez que conferia aos atos de exceção a aparência requerida de oficialidade e normalidade decorrente da emissão de documentos, da realização de perícias sob a chancela da Polícia Civil e do sepultamento em áreas específicas nos cemitérios.

Vimos que a ditadura também usou de outras técnicas de desaparecimento, que prescindiam da mediação das rotinas burocráticas, tais como a incineração dos corpos ou o lançamento dos cadáveres descaracterizados em rios e mares. Todavia, apesar das diversas formas de fazer desaparecer, alguns elementos são comuns entre elas: o poder intervém sobre os corpos produzindo, de um lado, cadáveres desconhecidos, não identificados, e, de outro, tornando a si mesmo anônimo, invisível, desindividualizado. Mas, a gestão dos mortos que serão reconhecidos ou não avança um passo adiante: lembremos da maneira como o Deops/SP, por exemplo, incumbia-se de monitorar as cerimônias públicas do luto para se certificar que nenhum risco à segurança se produziria ou da colaboração de médicos-legistas e tabeliões para que os nomes verdadeiros dos executados fossem substituídos por outros, de forma que eles dificilmente poderiam ser rememorados. Gestão dos corpos, mas também gestão do sofrimento, do luto e da melancolia.

Feitas essas considerações, podemos concluir insistindo no que dissemos no início: o desaparecimento no Brasil constituiu de fato um dispositivo de governo da morte. Isso porque, em primeiro lugar, os dispositivos

de desaparecimento configuram uma multiplicidade de elementos discursivos e não discursivos, tais como: rotinas funerárias, órgãos policiais e militares (DOI-Codis, Deops, quartéis etc.), instituições judiciais, leis e regulamentações, discursos oficiais, procedimentos periciais, documentos oficiais (laudos necroscópicos, atestados de óbito, guias etc.), instituições (cemitérios, IMLs), espaços clandestinos, conhecimentos técnicos (lembremos como Paulo Malhões testemunhou a realização de estudos sobre as condições em que os corpos boiariam) etc. Em segundo lugar, a relação entre esses elementos varia no tempo e no espaço, tanto que aos processos de desaparecimento administrativo existentes no Brasil vieram se juntar posteriormente as técnicas aprendidas com os franceses, que, por sua vez, as desenvolveram nas guerras contrarrevolucionárias da Indochina e da Argélia, sistematizando procedimentos praticados pelos próprios guerrilheiros. Além disso, o discurso oficial serviu para ocultar essas práticas, sonhando informações ou adulterando dados. Quando a situação se tornou incontornável, produziram-se teorias sobre a excepcionalidade dos excessos cometidos por alguns insubordinados.

Quanto ao papel estratégico dos dispositivos de desaparecimento, não resta dúvida de que procuraram responder a urgências diversas nos diferentes contextos em que apareceram. No caso da ditadura brasileira, tratava-se de criar uma nova economia do governo da morte, em que ao desaparecimento do morto se associava à desindividualização e ao anonimato do poder.

Da análise detalhada do processo histórico que resultou na montagem dos dispositivos desaparecedo-

Os dispositivos desaparecedores brasileiros podem ser chamados necropolíticos não apenas porque subjugam a população, produzindo a morte de muitos, mas, também, porque assumem a responsabilidade pela gestão dos cadáveres desses mesmos mortos

res na ditadura brasileira podemos extrair alguns elementos capazes de complementar a teoria da necropolítica, de Achille Mbembe (2003), incluindo nela aspectos não explorados pelo filósofo camaronês. Fundamentalmente, os dispositivos desaparecedores brasileiros podem ser chamados necropolíticos não apenas porque subjugam a população, produzindo a morte de muitos, mas, também, porque assumem a responsabilidade pela gestão dos cadáveres desses mesmos mortos. Portanto, trata-se de um dispositivo que expõe o caráter propriamente governamental da necropolítica, o que chamamos de negrogovernamentalidade.

Em outras palavras, se a governamentalidade, estudada por Michel Foucault, produz formas de subjetivação a partir da internalização de parâmetros de conduta, de critérios de escolha, de balizas para o exercício da liberdade, tudo isso visando determinar as condições em que a vida pode ser possível, a negrogovernamentalidade, por sua vez, define as condições nas quais a morte é possível e reconhecível, gerindo indiretamente as condutas dos vivos a partir da administração da circulação dos mortos e das formas de “matar o morto”, jargão utilizado por funcionários de IMLs, cujo sentido a dissertação de Flávia Medeiros (2012) procura explicitar. Segundo a antropóloga, “matar o morto” se refere aos procedimentos técnicos realizados no IML-RJ, onde a autora fez sua pesquisa de campo, que realizam a passagem do cadáver para o morto, isto é, que cobrem de significações múltiplas o evento da morte e inserem o morto na rede de relações sociais por meio da atribuição de uma identidade civil. Assim,

os procedimentos realizados nessa instituição são feitos a partir de uma série de registros que, a partir do corpo, inscritos em papéis definem quem é o *morto* e como fora a sua morte. Tais registros combinam características policiais, de dimensão cartorial e burocrática; com características médicas e seu domínio sobre o corpo humano; com características médico-legais no que concerne aos procedimentos de identificação e ao

vínculo do acontecimento morte com algum fato excepcional que explique a *causa mortis*.

Nessa rotina de definição de um corpo sem vida enquanto *morto*, os policiais do IML *matam o morto*. Assim, observando, abrindo, manipulando e interpretando o corpo, ao construírem os registros públicos, constroem a morte do *morto* e o *matam* institucionalmente.

Como demonstrei, se por um lado está o perito médico-legal se relacionando com os cadáveres e *ouvindo* o que os corpos falam; por outro lado, está o mesmo perito médico-legal, se relacionando com os papéis e *traduzindo* o que os corpos falam. Tanto no *ouvir* os corpos quanto no *traduzi-los*, os peritos contam com o auxílio de técnicos de *cortes* e de *digitalização de laudos*, respectivamente. Esses, como mediadores, fazem parte da relação que é estabelecida entre *corpos* e *papéis*. E é a assinatura do perito médico-legal que dá fé pública aos *papéis* dos *corpos* (MEDEIROS, 2012, p. 135).

Da mesma forma que a tradição biopolítica insistirá frequentemente que a vida não é um substrato natural imediatamente acessível aos mecanismos de poder, pois o que entendemos por vida é ao mesmo tempo causa e efeito do cruzamento entre poderes e saberes, também a morte deve ser compreendida tanto como o que agencia dispositivos necropolíticos, quanto aquilo que resulta do trabalho que esses efetivam. As mencionadas pesquisas de Hattori et al. (2016) e Medeiros (2012), bem como a análise do funcionamento dos dispositivos desaparecedores, ampliam o que normalmente se entende por *fazer morrer*, na medida em que incluem sob essa máxima a “construção institucional do morto” (MEDEIROS, 2012) e da morte como derivada da intervenção de agentes, procedimentos e instituições variadas.

Há uma população de mortos que existe longe de

nossos olhos, nos necrotérios de hospitais e IMLs, nas salas de necropsia, nos anatômicos das faculdades de Saúde, nos cemitérios. Essa população é objeto de um conjunto de micropoderes negrogovernamentais, que estabelecem hierarquias e classificações – pois há mortos mais importantes do que outros –, fluxos – alguns são entregues à família para que essa proceda com seu sepultamento, enquanto outros são direcionados às aulas de anatomia ou aos cemitérios de massa –, distinções de tratamento – para alguns mortos, os exames periciais ocorrem com um zelo jamais visto nos casos de outros mortos –, registros burocráticos e, o que também passa despercebido por Mbembe, formas de subjetivação dos mortos com consequências significativas para a constituição das subjetividades viventes.

Referências bibliográficas

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.

GASPARI, Elio. *A ditadura escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GODOY, Marcelo. *A casa da vovó: uma biografia do DOI-Codi (1969-1991)*. São Paulo: Alameda, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Naissance de la biopolitique*. Paris: Seuil, 2004.

HATTORI, Márcia Lika et al. O caminho burocrático da morte e a máquina de fazer desaparecer: propostas de análise da documentação do Instituto Médico Legal-SP para antropologia forense. *Revista do Arquivo: Uma publicação online do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, São Paulo, n. 2, p. 1-21, 2016. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/02/artigo_03.php. Acesso em: 23 nov. 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, Duke University Press, v. 15, n. (1, p. 11-40, 2003).

MEDEIROS, Flavia. “Matar o morto”: A construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado), Programa de

Pós-Graduação em Antropologia (PPGA), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia (ICFH), Universidade Federal Fluminense (UFF), 2012.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROBIN, Marie-Monique. *Escadrons de la mort, l'école française*. Paris: La Découverte, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. *“Bagulhão”: a voz dos presos políticos contra os torturadores*. São Paulo: ALESP, 2014.

_____. Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. *Relatório: A formação do grupo de antropologia forense para a identificação das ossadas de Vala de Perus*. São Paulo: ALESP, 2015.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania. Comissão da Memória e Verdade da Prefeitura de São Paulo. *Relatório*. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2016.

TEXTOS DE CAMILO VANNUCHI • CARLA BORGES • CLARA CASTELLANO
• FÁBIO FRANCO • JÉSSICA MOREIRA • LUCAS PAULO VILALTA • ROGÉRIO SOTTILI

– Prefeita, estou aqui no cemitério Dom Bosco, em Perus, e acabam de descobrir uma vala clandestina. Cavaram um buraco e não param de sair sacos de dentro. Sacos com ossos. São dezenas. Talvez centenas.

Por volta do meio-dia, a imprensa internacional começou a se dirigir ao local. As imagens eram chocantes. Além dos sacos, havia ossos espalhados. Crânios eram retirados daquele buraco.

A vala era uma fenda estreita e pouco profunda, com 30 metros de comprimento, 50 centímetros de largura e 2,70 metros de profundidade. Em poucas semanas, foram retirados da vala 1.049 sacos cheios de ossos. Como eles foram parar ali?

Um sistema extraoficial de morte e ocultação, adotado como política de Estado na época da ditadura, começava a ganhar visibilidade. Tudo carecia de explicação.

ESTE LIVRO NARRA EM DETALHES A DESCOBERTA DA VALA DE PERUS. E TAMBÉM OS QUASE 50 ANOS COMPREENDIDOS ENTRE A CONSTRUÇÃO DO CEMITÉRIO DOM BOSCO, EM 1970, E A RECENTE RETOMADA DAS ANÁLISES DAS OSSADAS, EM BUSCA DE IDENTIFICAÇÃO.

PARA MIM, O QUE FICA DESSA HISTÓRIA É QUE ELA CONTINUA. PASSADOS TRINTA ANOS, ELA NUNCA DEIXOU DE ESTAR VIVA.

AS VÍTIMAS SÃO NOVAMENTE JOVENS, A MAIORIA FORMADA POR NEGROS. E TODOS, ABSOLUTAMENTE TODOS, FILHOS DE TRABALHADORES DE BAIXA RENDA.

SÃO UNIDADES MATADORAS DE PESSOAS POBRES, QUE TÊM AS SUAS HISTÓRIAS SEMPRE DESQUALIFICADAS MORALMENTE, APRESENTADAS COMO BANDIDOS.

TEMOS MUITO AINDA QUE TRABALHAR.

CACO BARCELLOS

REALIZAÇÃO



CO-REALIZAÇÃO

